Entretenimento Rock the World, de Roberto Medina, e Genial Investimentos lançam no Rio complexo orçado em R$ 1,3 bi, diz Riechert B7

Cultura PUC leva à frente a iniciativa Gávea do Rio, que prevê eventos e corredor cultural no bairro carioca EU&

Imóveis A JFL Realty, de Jorge Felipe Lemann, vai além do 'multifamily' e passa a atuar também na venda de apartamentos de luxo B1

Sexta-feira, 6 de setembro de 2024
Ano 25 | Número 6082 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

25 ANOS

No clima, país já enfrenta extremos previstos apenas para 2035

Marcos de Moura e Souza, Eliane Silva, Luciana Franco e Isadora Camargo
De São Paulo e Ribeirão Preto

A longa e severa estiagem que afeta grande parte do Brasil, em biomas como a Amazônia, o Pantanal e o Cerrado, só deveria acontecer na próxima década, segundo os modelos climáticos. "As projeções apontavam que esses eventos extremos, com calor, fogo, inundações, passariam a ser vistos mais em 2030, 2035", diz a secretária nacional de Mudança do Clima, do Ministério do Meio Ambiente, Ana Toni. Segundo a diretora do Fórum da ONU sobre Florestas, Juliette Biao, os incêndios florestais, como os que têm atingido o Brasil, estão ultrapassando as fronteiras nacionais e se tornando uma ameaça global. E as queimadas têm custos elevados. Só em São Paulo, o governo calcula prejuízos superiores a R$ 2 bilhões no agronegócio. **Páginas A20 e B9**

Marques deve levar 'caso X' ao plenário do STF

Flávia Maia
De Brasília

O ministro Nunes Marques, do STF, relator de duas ações sobre a suspensão da plataforma X no país, deu cinco dias para que a Procuradoria-Geral da República e a Advocacia-Geral da União se manifestem sobre a questão. Em uma delas, o Novo questiona a legalidade do bloqueio, e na outra, a OAB discute a multa de R$ 50 mil a quem usar "subterfúgios tecnológicos" para se manter na rede. Em seu despacho, Marques destaca que a questão é "sensível" e indicou que deve levar o caso ao plenário da Corte, em vista da "especial repercussão para a ordem pública e social". O bloqueio, determinado pelo ministro Alexandre de Moraes, foi referendado por unanimidade pela 1ª Turma do STF. **Página B7**

Destaques

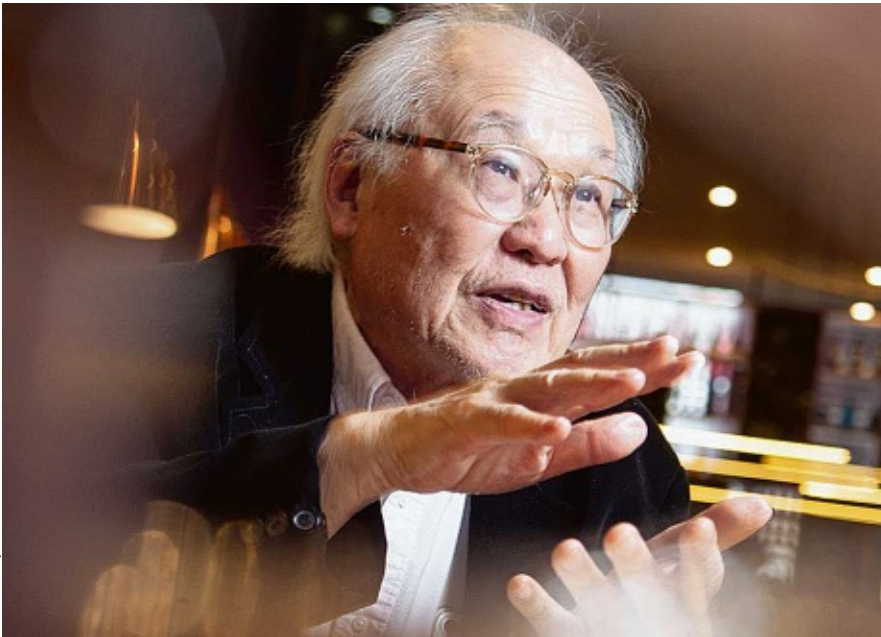
Ministro é acusado de assédio
O ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, foi alvo de denúncias de assédio sexual. A informação foi revelada inicialmente pelo portal "Metrópoles". Uma das vítimas seria a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco. Almeida negou as acusações. **A13**

Salabert aposta em 'eleitor plural'
Primeira mulher trans a disputar a prefeitura de uma capital, Duda Salabert (PDT) disse em sabatina promovida pelo **Valor**, "O Globo" e rádio CBN que o objetivo de sua candidatura é impedir que Belo Horizonte caia "nas mãos da extrema direita". **A15**

Indicadores

Ibovespa	5/set/24	0,29 % R$ 18,2 bi
Selic (meta)	5/set/24	10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	5/set/24	10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	5/set/24	5,6043/5,6049
Dólar comercial (mercado)	5/set/24	5,5700/5,5706
Dólar turismo (mercado)	5/set/24	5,6109/5,7909
Euro comercial (BC)	5/set/24	6,2180/6,2192
Euro comercial (mercado)	5/set/24	6,1852/6,1859
Euro turismo (mercado)	5/set/24	6,2657/6,4457

Faz-tudo criativo

GABRIEL REIS/VALOR

Aos 81 anos, Ricardo Ohtake, caçula da família que marcou a cultura brasileira, abre a casa-ateliê da mãe para visitação. "Ela sempre quis que a gente fosse totalmente brasileiro", disse a Adriana Abujamra. EU&

Um novo tom

GABRIEL REIS/VALOR

Jovens talentos como Isaque Elias e Bárbara Blasques, ex-alunos do projeto Guri, rompem barreiras socioeconômicas para se profissionalizar na música clássica, mostra reportagem de Amália Safatle. EU&

Só a lei não é suficiente

GABRIEL REIS/VALOR

"Só a lei não basta", afirma Edilene Lôbo, primeira mulher negra a integrar o TSE. Para mudar o país, é preciso reconhecer o racismo estrutural, disse ela no Festival Negritudes, relata João Luiz Rosa. Página B8

Farmacêuticas nacionais buscam parceiros para financiar expansão

Fernanda Guimarães, Mônica Scaramuzzo e Beth Koike
De São Paulo

Grandes farmacêuticas nacionais voltaram a buscar investidores dispostos a assumir participações minoritárias para financiar planos de crescimento e, também, para o planejamento sucessório. Empresas que geram muito caixa, mas controladas por grupos familiares, elas não têm tradição de associar-se a fundos de "private equity" ou sócios estratégicos. Entre as possíveis transações estão a venda de 10% a 15% da Cimed, que contratou o J.P. Morgan para assessorar o negócio, e a União Química, do empresário Fernando Marques, que não descarta a entrada de sócio. **Página B1**

Justiça climática e a descarbonização da mobilidade
Emanuele Cappellano A18

Discurso radical da antipolítica pode minar a democracia
Fernando L. Abrucio EU&

Despesa com BPC e aposentadorias está subestimada em até R$ 22 bi, para analistas

Fiscal Previsões para essas duas rubricas no Orçamento de 2025 são irrealistas, dizem especialistas em contas públicas

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

As despesas com aposentadorias e pensões e com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) em 2025 devem ficar acima do estimado pelo governo no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), segundo especialistas em contas públicas. Somadas, as duas rubricas estariam subestimadas entre R$ 17 bilhões e R$ 22 bilhões, repetindo o que ocorreu neste ano. A projeção mais baixa facilita a elaboração de um Orçamento com meta de déficit primário zero. Ao longo de 2025, porém, a tendência é que o valor tenha que ser corrigido, exigindo o bloqueio de verbas de outras áreas.

O governo prevê gasto de R$ 1,007 trilhão com benefícios previdenciários em 2025, 9,11% a mais que o reprogramado para este ano no terceiro relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas. Já para o BPC (voltado para idosos e pessoas com deficiência de baixa renda), o governo estimou um gasto de R$ 118,4 bilhões, uma alta de 6,19%. A Warren Investimentos calcula uma subestimação de R$ 18,6 bilhões, dos quais R$ 13,9 bilhões nos benefícios previdenciários e R$ 4,7 bilhões no BPC. "As despesas com Previdência e BPC estão claramente subestimadas. Isso é um problema grave, porque torna a peça orçamentária pouco realista, sobretudo quando combinado com um volume também otimista, para dizer o mínimo, de receitas atípicas", diz Felipe Salto, economista da Warren e ex-secretário da Fazenda paulista. O BTG Pactual considera que esses dois gastos estão subestimados em R$ 22 bilhões. Os economistas têm dúvida se o governo conseguirá entregar a economia de R$ 6,4 bilhões com o pente-fino no BPC e de R$ 10,5 bilhões na Previdência, conforme o PLOA.

Na semana passada, o presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, disse ao **Valor** que a projeção do governo é crível. "Eu entendo quando os economistas falam que o número [de 2025] vai usar como base [dos cálculos] o gasto de 2024, que pode estar subestimado. Mas eles não olham o qualitativo, que é o trabalho de revisão que estamos fazendo." **Página A4**

Boulos, Marçal e Nunes seguem empatados, mostra Datafolha

Lilian Venturini
De São Paulo

A disputa pela Prefeitura de São Paulo segue com três candidatos tecnicamente empatados na liderança, segundo pesquisa Datafolha divulgada ontem. O deputado federal Guilherme Boulos (Psol) tem 23%, seguido pelo influenciador digital Pablo Marçal (PRTB) e pelo atual prefeito, Ricardo Nunes (MDB), ambos com 22%. Nunes subiu 3 pontos nesse levantamento. Já a deputada Tabata Amaral (PSB) oscilou de 8% para 9%, e passou José Luiz Datena (PSDB), que tinha 10% e caiu para 7%. **Página A14**

- **César Felício:** Horário eleitoral ainda é importante para o voto em São Paulo. **Página A14**

Macron nomeia premiê após longo impasse

Paloma Varón
Para o **Valor**, de Paris

O presidente Emmanuel Macron nomeou o ex-negociador da União Europeia para o Brexit, Michel Barnier, como o próximo primeiro-ministro da França. Barnier, de 73 anos, será o premiê mais velho da 5ª República. A manutenção da reforma da Previdência e a contenção da dívida pública estão no centro da escolha de Macron, segundo especialistas ouvidos pelo **Valor**.

A decisão desagradou ao líder do partido de esquerda França Insubmissa, Jean-Luc Mélenchon, que afirmou que a eleição estaria sendo "roubada do povo francês". As eleições legislativas no país, que aconteceram dois meses atrás, deram uma vitória surpreendente à coalizão de esquerda Nova Frente Popular. Já Marine Le Pen, do Reunião Nacional, de extrema direita, disse que Barnier é um nome que poderá dialogar com seu grupo. **Página A17**

INÊS 249

Gestão pública Análise acontece em menos de 20% dos atos normativos das agências reguladoras

Após 4 anos, impacto regulatório não emplaca

Murillo Camarotto
De Brasília

Criada e tornada obrigatória com o objetivo de dar racionalidade econômica e transparência a decisões da administração pública, a análise de impacto regulatório ainda não decolou no Brasil mais de quatro anos após sua implementação. Por trás do baixo uso da ferramenta por agências reguladoras e órgãos do governo estão, entre outros fatores, a ausência de parâmetros claros para sua adoção e a estrutura insuficiente dos órgãos públicos.

Um levantamento realizado pela equipe do projeto Regulação em Números, da FGV Direito, mostrou que apenas 17,8% dos atos normativos editados pelas 11 agências reguladoras federais foram construídos com algum apoio de AIR, sigla para análise de impacto regulatório. Outros 32,1% dos atos foram alvo de "dispensa" e em pouco mais da metade, 50,1%, as análises simplesmente não foram feitas.

A AIR surgiu pela primeira vez em 2019, no âmbito da Lei Geral das Agências (13.848/19), e teve o seu alcance ampliado no mesmo ano pela Lei da Liberdade Econômica (13.874/19). Um decreto posterior do então presidente Jair Bolsonaro, assinado em junho de 2020, regulamentou os dispositivos das leis e definiu os conceitos, requisitos e prazos para a realização de AIR no país.

"A análise de impacto regulatório tem uma importância que é muitas vezes negligenciada, que é a diminuição de custos, tanto da regulação quanto da atividade administrativa para o setor regulado, para os agentes econômicos e para a sociedade como um todo. É trazer racionalidade econômica para a tomada de decisão", explica Natasha Salinas, coordenadora científica do levantamento, que considerou o período de três anos entre abril de 2021 e abril de 2024.

Segundo ela, o principal sinal de alerta sobre o uso da ferramenta — bastante difundido nos EUA e na Europa — não está exatamente no baixo percentual de adoção da AIR. O maior foco de preocupação, na avaliação de Salinas, está na ausência de parâmetros claros sobre quais tipos de atos são passíveis de análise regulatória e em quais ela pode ser dispensada.

"A AIR não pode ser usada para tudo, senão engessa a administração. Mas ainda não há parâmetros para dizer quando tem que ser feita ou não. Nos EUA, por exemplo, havia um corte de US$ 100 milhões de impacto esperado [para o projeto]. Esse número mudou para US$ 200 milhões, recentemente. A gente não tem esse número 'mágico' aqui. Precisa haver uma discussão mais qualificada sobre esse limiar", explicou a professora.

> “Análise de impacto regulatório tem importância que é muitas vezes negligenciada: a redução de custos” *Natasha Salinas*

Além da ausência de um corte, há muitas dúvidas sobre como e quando usar a "dispensa" da análise, procedimento que está previsto na legislação. As duas principais motivações que levaram as agências a pedir dispensa foram a existência de uma norma superior — ou seja, outra regra que se sobrepõe ao que está proposto — e a urgência. A equipe da FGV, contudo, ressalta que ainda não é possível avaliar a "consistência" dos pedidos de dispensa.

Um exemplo considerado exemplar de uso da AIR no Brasil envolveu o processo de rotulagem nutricional de produtos alimentícios, tocado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). "Como pede uma boa análise de impacto regulatório, foram avaliadas várias possibilidades [de rotulagem] e se chegou a um resultado satisfatório, que talvez não tenha agradado totalmente nem a agência, nem aos consumidores, nem à indústria, mas que atendeu de alguma forma a todos os interesses em jogo", explicou a pesquisadora, ao relembrar a solução de usar uma lupa para identificar os dados nutricionais relevantes.

A Anvisa começou a adotar AIR antes mesmo da obrigatoriedade. Segundo o relatório, a Anatel foi a que mais adotou a análise, em 91% de seus atos normativos. Em seguida aparecem ANTT (60,5%) e Anac (46,9%). Entre as que menos utilizaram o instrumento no período estão Ancine (5%), ANS (7,7%) e Anvisa (7,8%), sendo as duas últimas afetadas pela pandemia, que exigiu urgência em uma série de medidas.

Outra barreira que pode estar dificultando um uso mais eficiente da AIR é a falta de pessoal. Complexa, uma análise de impacto regulatório pode consumir meses de trabalho especializado em uma época em que a maior das agências reguladoras se queixa de quadros insuficientes para o trabalho. Isso pode ser percebido em outro dado importante do estudo: nenhuma autarquia conseguiu fazer mais de 25 AIRs no período de três anos.

Os números atestam que a ferramenta ainda não está entregando o que prometeu e que não há sinais claros de que isso vai ocorrer em algum momento. "Hoje a gente já tem um instrumento que todo mundo vai ter que usar, o que é um avanço. Porém, ainda há muito espaço para melhorar. Nós podemos dizer que a AIR não está atingindo o objetivo dela. E a gente ainda tem dúvidas se está contribuindo", completou Salinas.

STF busca saída para judicialização de remédios

Flávia Maia
De Brasília

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) começam a analisar nesta sexta-feira (6) acordo que visa diminuir a judicialização dos medicamentos no Brasil e tenta distribuir melhor os custos bilionários das ações judiciais de fornecimento de remédios.

O que está em jogo é a validade ou não dos termos firmados entre União, Estados e municípios que definem o pagamento da conta dos remédios que não estão na lista do Sistema Único de Saúde (SUS), mas já foram aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e foram pleiteados judicialmente por pacientes. Caso seja validado o acordo, 3.848 processos que estão suspensos, voltam a tramitar.

O termo prevê, entre outros pontos, que o governo federal arque com 65% dos custos e os governos estaduais, 35%, no caso de medicamentos não incorporados ao SUS com preços variando entre 7 e 210 salários mínimos (R$ 9.884 a R$ 296.520, em valores atuais). Acima de 210 salários mínimos, o custeio integral será feito pela União e abaixo de sete mínimos a responsabilidade será dos Estados.

No caso dos medicamentos oncológicos, a divisão será: acima de 210 salários mínimos a responsabilidade é da União, e, abaixo, dos Estados. As ações ajuizadas antes do acordo serão ressarcidas pela União na proporção de 80% do valor total pago por estados e por municípios.

A proposta também cria balizas de como será feito o ressarcimento entre os entes — a ideia é que o Fundo Nacional de Saúde faça as compensações via fundos estaduais.

Segundo dados apresentados durante a conciliação, a União gastou, em média, R$ 1,8 bilhão em judicialização da saúde em 2022 e R$ 2,2 bilhões em 2023. Dezessete Estados e o Distrito Federal calcularam R$ 1,7 bilhão em 2022.

O acordo costurado pelo gabinete do ministro Gilmar Mendes ocorreu após 18 audiências e contou com a participação de 29 entidades representativas. Segundo apurou o **Valor**, antes de colocar o acordo para referendo dos demais ministros, Mendes consultou os colegas para garantir a sua aprovação em plenário.

Junto com o acordo, o ministro vai apresentar voto propondo, entre outros itens, a necessidade de aperfeiçoamento do marco regulatório de registro de medicamentos no Brasil, a criação de um comitê de monitoramento da judicialização da saúde e a elaboração, via Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de campo no cadastro dos tribunais de justiça para constar o princípio ativo do medicamento pleiteado como critério obrigatório para ajuizamento da ação.

O acordo foi feito dentro de recurso extraordinário que chegou ao Supremo em 2022. A disputa entre os entes sobre quem paga a conta ocorre porque o SUS é tripartite: envolve municípios, Estados e a União. Porém, a judicialização dos medicamentos está centrada em 80% na Justiça estadual e 20% na Justiça federal. Os motivos são diversos: desde a atuação das defensorias públicas até a proximidade maior com o Judiciário local.

Por isso, no caso dos medicamentos já registrados na Anvisa mas não padronizados no SUS, os Estados passaram a chamar a União como parte, pois estavam arcando com a judicialização.

Enquanto o acordo não é homologado com o referendo dos demais ministros, há uma liminar de Gilmar Mendes, confirmada pelo colegiado, que estabelece parâmetros temporários sobre a competência dos entes em relação às ações envolvendo o fornecimento de medicamentos e tratamentos de saúde não contemplados pelo SUS. Nesta liminar, o Supremo criou balizas diferentes das definidas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o assunto, que entendeu que o paciente poderia escolher a qual ente direcionaria a ação judicial.

No caso concreto, um paciente pediu ao Estado de Santa Catarina o fornecimento dos medicamentos Revoc 100 mg, Keppra 250mg e Keppra 750mg, para o tratamento de ansiedade e epilepsia ao argumento de que o tratamento disponibilizado pela rede pública seria ineficiente.

A juíza de Santa Catarina deferiu o pedido de tutela de urgência para o fornecimento do medicamento, mas depois, declinou a competência para a Justiça federal, já que há precedente no STF de que existe obrigação solidária entre os entes da federação para prover o fornecimento de meios adequados à garantia do direito à saúde.

ROSINEI COUTINHO/SCO/STF

Acordo costurado pelo gabinete de Gilmar Mendes teve participação de 29 entidades

Lula veta PL que dá isenção de IPI para linha branca

De Brasília

Seguindo recomendação dos ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou integralmente o Projeto de Lei n 4.731, de 2023, que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) móveis e eletrodomésticos da linha branca destinados aos residentes em áreas atingidas por desastres naturais ou eventos climáticos extremos. A comunicação da decisão ao presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), foi publicada na edição desta quinta-feira do "Diário Oficial da União" (DOU).

"A proposição legislativa contraria o interesse público, uma vez que criaria renúncia de receita sem previsão na lei orçamentária ou instituição de medidas de compensação e sem previsão de prazo máximo de vigência de cinco anos, em descumprimento ao disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e nos artigos 132 . 142 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023", informou a justificativa para o veto.

Além disso, conforme a justificativa para o veto, a efetividade da isenção do IPI sobre móveis e eletrodomésticos da linha branca seria prejudicada em razão de o consumidor final dos bens desonerados não ser o contribuinte de direito do imposto.

> Decisão segue determinação dos ministérios da Fazenda e do Planejamento

Na visão dos ministérios, isso propiciaria o "risco de que os benefícios tributários fossem apropriados sob a forma de aumento de margem de lucro dos produtores ou fornecedores dos bens e não alcançassem o objetivo pretendido de mitigar danos materiais de residentes em áreas atingidas por desastres naturais ou eventos climáticos extremos".

Curta

Exploração de petróleo

O Brasil encerrou agosto com 426 blocos sob contratos na fase de exploração, aumentando em cerca de 70% o total de 251 blocos verificados em 2023, que prosseguiu estável até maio deste ano, de acordo com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). É o maior número de áreas na fase de exploração que têm contratos assinados desde a criação da agência, em 1998. Do total, 282 (ou 66,2% do total) são contratos referentes a blocos terrestres e 144 (33,8%), a blocos marítimos. Segundo a ANP, a evolução se deu por causa da assinatura da maioria dos contratos relativos ao 4º Ciclo da Oferta Permanente de Concessão, cujo leilão ocorreu em dezembro. Até o fim do mês passado, 177 contratos de concessão de áreas foram assinados. A bacia terrestre ("onshore") Potiguar é a que possui maior número de contratos de blocos assinados que estão na fase de exploração, com 151 áreas. No lado marítimo ("offshore"), a Bacia de Pelotas é a que possui o maior número de blocos, com 41 contratos.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

INÊS 249

Contas públicas Despesas em 2025 podem ser até R$ 22 bilhões maiores que as previstas e vão exigir novos bloqueios de verbas, alertam especialistas

Gasto com previdência e BPC está subestimado, defendem economistas

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

Os gastos com benefícios previdenciários e com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) devem ficar acima do estimado pelo governo no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025, de acordo com economistas especialistas em contas públicas ouvidos pelo **Valor**. Essas duas rubricas, quando somadas, estariam subestimadas entre R$ 17 bilhões e R$ 22 bilhões, repetindo fenômeno que já foi observado neste ano, o que técnicos do governo negam.

A estimativa mais baixa permite que a equipe econômica entregue um Orçamento dentro da meta de déficit zero, mas, ao longo do ano, se confirmado a necessidade de um gasto maior, o valor é corrigido, o que normalmente reflete no bloqueio de verba de outras pastas.

Na peça orçamentária enviada ao Congresso Nacional, o governo prevê que gastará R$ 1,007 trilhão com benefícios previdenciários no ano que vem, montante 9,11% maior que o reprogramado para este ano no terceiro relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas. O número inclui sentenças judiciais e Comprev, uma compensação entre o INSS e os regimes próprios de Previdência Social. Também é do ponto de vista financeiro, ou seja, do fluxo de caixa que será pago ao longo do ano.

Já para o BPC, o governo estimou gastar R$ 118,4 bilhões em 2025, alta de 6,19%. O BPC, apesar de pago pelo INSS, não é um benefício previdenciário. É um auxílio assistencial destinado a idosos e pessoas com deficiência carentes que nunca contribuíram à Previdência Social.

O bloqueio de R$ 11,2 bilhões anunciado em julho nas despesas discricionárias dos ministérios neste ano foi motivado, principalmente, pela expansão dessas duas rubricas acima do orçado no Orçamento. Fato semelhante pode acontecer em 2025, de acordo com economistas ouvidos pela reportagem.

O BTG Pactual projeta que há uma subestimação de R$ 22 bilhões com esses dois gastos, sendo de R$ 18 bilhões na Previdência e R$ 4 bilhões no BPC. Os números já incorporam a economia esperada pelo pente-fino nas duas rubricas.

A XP Investimentos calcula que os valores projetados pelo governo estão R$ 17,1 bilhões abaixo do devido, sendo que a Previdência gerará uma despesa R$ 9,77 bilhões maior que o apresentado no PLOA, enquanto no BPC a diferença será de R$ 7,38 bilhões.

A Warren Investimentos calcula uma subestimação total de R$ 18,6 bilhões, puxada por Previdência (R$ 13,9 bilhões) e depois por BPC (R$ 4,7 bilhões). Já o Banco Inter estima uma defasagem de R$ 19,6 bilhões, sendo R$ 16 bilhões com benefícios previdenciários e R$ 3,6 bilhões com o auxílio assistencial, mas não leva em consideração a economia anunciada com o pente-fino.

"As despesas com Previdência e BPC estão claramente subestimadas [no PLOA 2025]. Isso é um problema grave, porque torna a peça orçamentária pouco realista, sobretudo quando combinado com um volume também otimista, para dizer o mínimo, de receitas atípicas", afirma Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos.

Rafaela Vitória, economista-chefe do Banco Inter, explica que o principal motivo para a diferença entre a projeção do mercado e a do governo está no fato de o PLOA 2025 usar como base de cálculo a despesa com Previdência e BPC prevista para 2024 no último relatório bimestral, que também estaria subestimada.

Os economistas também têm dúvida se o governo conseguirá entregar a economia de R$ 6,4 bilhões com o pente-fino do BPC e de R$ 10,5 bilhões com as medidas ligadas à Previdência Social. Essas reduções foram consideradas pelo governo no PLOA 2025.

"No caso do BPC, a estimativa de crescimento total da despesa em 2025 é R$ 1 bilhão inferior à correção do valor estimado para 2024 apenas pelo salário mínimo. Ou seja, a revisão destes benefícios, estimada em R$ 6,4 bilhões, teria que ser capaz de neutralizar o crescimento líquido do quantitativo de benefícios, e ir além, cortando um R$ 1 bilhão do crescimento que viria do valor dos benefícios", explica Jeferson Bittencourt, head de macroeconomia do ASA.

WENDERSON ARAUJO/VALOR

> "Revisão tem pouco efeito no valor médio dos benefícios ou no fluxo de novos beneficiários"
> *Tiago Sbardelotto*

No caso da Previdência, a economia prevista é mais "viável de ser alcançada", na sua avaliação, diante da magnitude total da rubrica. "Mas o crescimento real dos benefícios está estimado em um patamar bastante tímido, de modo que não seria surpreendente que ao longo da execução a correção da estimativa zerasse os ganhos com a revisão de benefícios", explica Bittencourt.

Já Salto afirma que a revisão de gastos anunciada pelo governo "não é uma revisão". "É combate às fraudes identificadas, o que é dever do Estado, vale dizer. De todo modo, consideramos parte dos efeitos já nas projeções", afirmou o economista-chefe da Warren.

Avaliação semelhante fez Tiago Sbardelotto, economista da XP, em relatório a investidores: "A revisão é totalmente focada em registros e medidas administrativas, mas tem pouco efeito no valor médio dos benefícios ou no fluxo de novos beneficiários".

Rafaela Vitória acredita que há espaço para alguma redução de despesa com o pente-fino, considerando a forte aceleração dos benefícios nos últimos 18 meses e os indícios de irregularidades. Mas ela pondera que o governo deve ter "dificuldade em cortar benefícios, considerando as lideranças políticas e a propensão em expandir gastos".

Em entrevista ao **Valor** na semana passada, um dia antes da entrega do PLOA, o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Alessandro Stefanutto, disse que a projeção do governo para as despesas previdenciárias em 2025 é crível.

"Eu entendo quando os economistas falam que o número [de 2025] vai usar como base [de partida] o gasto de 2024, que pode estar subestimado. Mas eles não olham o qualitativo, que é o trabalho de revisão que estamos fazendo", argumentou na ocasião, dizendo que o resultado do pente-fino será sentindo nas contas públicas já a partir de agosto deste ano, quando começará a tendência de "estabilização" da despesa previdenciária.

Abono e Simples podem ter novo modelo

Lu Aiko Otta
De Brasília

A área econômica do governo discute uma nova configuração para programas que dão apoio ao trabalhador, como o seguro-desemprego, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o abono salarial. Busca-se um novo desenho que dê mais visibilidade ao apoio prestado por essas políticas e ao mesmo tempo crie estímulos para que o beneficiado ingresse no mercado de trabalho e busque aumentar sua produtividade.

Uma hipótese em discussão é: em vez de pagar o abono salarial uma vez por ano, como é feito hoje, o trabalhador receber um adicional mensal como prêmio por assiduidade.

Esse é um exemplo do trabalho de revisão de gastos que a equipe econômica quer deflagrar com mais força logo após as eleições municipais, disse ao **Valor** o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Gustavo Guimarães. A discussão e aprovação de medidas que ajudem a conter as despesas são agenda prioritária em 2025.

Também estão na mira programas como o Simples Nacional e o Fundeb (fundo da educação básica). Há discussões ainda sobre como alterar o critério de correção de despesas atreladas à inflação ou ao crescimento das receitas – o que é incompatível com o arcabouço fiscal.

No caso das políticas de apoio ao trabalhador, o redesenho dos mecanismos de apoio está em discussão, disse o secretário. Ele avalia que o momento é propício a esse debate, pois o desemprego está em seus mínimos históricos, a massa salarial está em alta e o salário mínimo, em patamar elevado. É um cenário em que será necessário atrair mais pessoas para o mercado de trabalho e aumentar a produtividade.

A economia de recursos com o redesenho dessas políticas ocorreria com a unificação da gestão dos vários programas. Além disso, seriam eliminados pagamentos feitos de maneira sobreposta. Isso poderia atingir aquela pessoa que recebe recursos de dois programas que têm objetivo semelhante, por exemplo.

No entanto, uma premissa da revisão de gastos é não retirar direitos. Além disso, o trabalho é feito com cautela para evitar a judicialização, pois isso poderia custar até mais caro ao governo, em caso de derrota nos tribunais.

A integração de políticas públicas, como se pretende fazer com os programas ao trabalhador, é um dos eixos da revisão de gastos. Outro eixo, já conhecido, é a revisão vertical, com a qual o governo pretende economizar R$ 25,9 bilhões no ano que vem ao eliminar pagamentos indevidos de benefícios sociais.

Um eixo que deve ganhar impulso em 2025 é o de modernização das vinculações. Segundo Guimarães, cerca de 70% das despesas que estão no orçamento federal são corrigidas de forma automática conforme o crescimento da arrecadação ou pela inflação. A ideia é desacelerar o avanço de alguma delas.

Um exemplo é o Fundeb, cujo crescimento vem causando alarme na equipe econômica. Os repasses ao fundo passaram de R$ 32,8 bilhões em 2022 para R$ 47,8 bilhões em 2024 e R$ 54 bilhões em 2025. A ministra do Planejamento, Simone Tebet, tem pontuado que esses gastos crescentes são direcionados à educação básica num momento em que o número de crianças está diminuindo. Além disso, não há melhora nos rankings que medem a qualidade da educação.

Os repasses ao Fundeb avançam exponencialmente porque são determinados, em parte, pelo desempenho das receitas do governo federal, que têm apresentado forte crescimento. O que se discute é corrigir os valores por outro critério, como o limite de despesas do arcabouço ou como uma proporção do Produto Interno Bruto (PIB).

Por qualquer outro critério, os repasses por aluno seguiriam em alta, comentou o secretário. Isso porque o número de estudantes está diminuindo.

As ideias em debate são, por exemplo, criar algum critério de meritocracia ou desempenho do aprendizado para os repasses.

Outra possibilidade é redirecionar parte dos repasses do Fundeb para as despesas discricionárias do próprio Ministério da Educação. Ou ainda usar parte do dinheiro para reforçar o programa Pé-de-Meia (que incentiva a frequência do aluno).

No eixo de revisão de gastos tributários, está em funcionamento um grupo de trabalho cujo objetivo é propor uma reforma do Simples Nacional. Trata-se do maior gasto tributário, estimado em R$ 125 bilhões este ano. É, porém, um tema difícil de ser negociado com o Congresso.

Uma ideia em discussão é conter o aumento do limite de enquadramento das empresas no programa, que está em R$ 4,8 milhões de faturamento anual. Outra é criar estímulos para que a empresa possa crescer, e não seja dividida de forma artificial para "caber" no programa. Ainda não há decisão sobre quais medidas serão propostas, informou Guimarães.

WASHINGTON COSTA/MF

Gustavo Guimarães: premissa da revisão de gastos é não retirar direitos

Apesar de alta das receitas, déficit primário soma R$ 9,3 bi

Jéssica Sant'Ana e Gabriela Pereira
De Brasília

O governo central fechou julho com déficit primário de R$ 9,3 bilhões, mesmo com uma expansão das receitas e uma queda das despesas, na comparação com o mesmo mês do ano passado, quando as contas ficaram negativas em R$ 35,9 bilhões. Os dados foram divulgados pelo Tesouro Nacional ontem (4), com uma semana de atraso, devido à mobilização dos servidores.

Os números levam em conta Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central (BC) e excluem despesas com a dívida pública.

Em julho, as receitas primárias líquidas do governo tiveram uma expansão real (acima da inflação) de 9,5% contra o mesmo período do ano passado. O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, atribuiu o dado ao forte crescimento econômico e ao efeito das medidas tomadas pelo governo para elevar a arrecadação.

Já as despesas totais tiveram queda real de 6% na comparação com julho do ano passado. O número, apesar de parecer positivo, é explicado pela mudança no calendário de pagamento do 13º salário dos benefícios previdenciários. Enquanto em 2023 os pagamentos foram distribuídos nos meses de maio, junho e julho, neste ano ocorreram em abril, maio e junho.

Outras despesas que não tiveram esse "efeito-calendário" apresentaram altas significativas, bem acima do limite do novo arcabouço fiscal. São os casos, por exemplo, do abono e do seguro-desemprego (alta real de 6,9%), do Benefício de Prestação Continuada (avanço de 14,6%) e dos investimentos (64,8%).

Em entrevista coletiva, Ceron negou que haja um processo de expansão de despesa do governo federal. O secretário disse que elas devem encerrar o ano próximo de 19,2% do Produto Interno Bruto (PIB), o que ficaria na "média histórica".

Pelo lado da arrecadação, o secretário disse que a projeção é encerrar o ano com uma receita primária entre 18,5% do PIB a 18,7% do PIB. "Novas medidas pelo lado da receita [a partir de agora] serão pontuais. O processo mais difícil já foi, agora é fazer esse ajuste fino", frisou.

> "Novas medidas pelo lado da receita [a partir de agora] serão pontuais"
> *Rogério Ceron*

No acumulado deste ano até julho, o governo central registrou déficit de R$ 77,9 bilhões. A meta de resultado primário do ano é de déficit zero, com intervalo de tolerância de 0,25 ponto percentual do PIB, para cima ou para baixo. O intervalo é equivalente a R$ 28,8 bilhões.

Os ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento projetam resultado negativo justamente de R$ 28,8 bilhões, no limite inferior da banda, considerando o contingenciamento anunciado em julho.

Ceron disse que é possível que o resultado ao fim do ano fique mais próximo da meta, devido ao empoçamento dos ministérios — quando a verba é liberada para gasto, mas não usada, voltando para o caixa do Tesouro.

Ele também revelou que o governo conta com "medidas adicionais de receita" para compensar a queda esperada com os acordos do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf). Porém, não revelou quais. "Estamos prontos e preparados para tomar as medidas necessárias para o cumprimento da meta em 2024", se limitou a dizer.

Brasil

Atividade econômica
Indicadores agregados

	ago/24	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-	1,37	0,41	0,32	-0,15	0,51	0,67	0,75	0,11
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-1,4	4,3	-1,5	-0,4	0,8	0,2	-0,8	0,9	0,8
Indústria de transformação	-	-1,3	4,9	-2,4	0,3	0,7	0,6	0,2	0,4	0,1
Indústrias extrativas	-	-2,4	2,6	3,1	-3,5	0,6	-1,3	-6,6	3,7	3,2
Bens de capital	-	2,5	0,8	-1,9	3,0	-0,7	2,1	11,0	-1,7	-0,4
Bens intermediários	-	-0,3	2,3	-0,6	-1,1	1,1	-0,8	-2,7	1,6	1,8
Bens de consumo	-	-2,5	7,0	-2,3	0,4	0,4	1,6	-0,6	1,1	0,1
Faturamento real (CNI - %)	-	-	6,3	-4,8	2,3	-1,4	3,2	-0,7	2,6	0,8
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-	2,2	-2,4	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,7
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	-0,1	1,1	0,3	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	-1,0	0,9	0,8	0,2	0,9	1,8	-0,7	0,4
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	2,7	-1,0	0,8	1,7	-1,6	2,4	0,0	1,1
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	1,7	-0,4	0,4	0,3	-0,5	0,5	0,5	1,0
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	6,8	6,9	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	-	0,1	0,1	0,0	0,3	0,4	0,6	0,1	0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	1,5	2,2	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	29.079	30.919	28.766	30.201	30.478	27.711	23.419	26.708	28.786	27.886
Importações	24.251	23.279	22.381	21.875	21.882	20.495	18.223	20.512	19.463	19.097
Saldo	4.828	7.640	6.384	8.326	8.596	7.216	5.197	6.197	9.323	8.789

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	0,41	24,44	1.412,00
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5770	0,5088	0,3175	0,35	24,44	1.412,00
set/24	0,0675	0,5678	0,5678	0,7760	0,83	0,5584	0,5088	0,3143	-	24,44	1.412,00
2024	**0,57**	**5,18**	**5,18**	**7,29**	**7,98**	**5,06**	**4,32**	**2,82**	**3,06**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**0,82**	**7,04**	**7,04**	**10,08**	**11,04**	**6,78**	**5,69**	**3,85**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para setembro projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	2º Tri/24	1º Tri/24	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.888	2.714	11.174	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	553	547	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	1,4	1,0	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	-2,3	11,1	0,0	15,1	-1,1	0,0
Indústria	1,8	-0,1	2,6	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,0	1,4	2,6	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	2,1	3,8	-0,9	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,8	16,9	16,6	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 2º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência ago/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-julho		Var.	julho		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**505,8**	**454,1**	**11,39**	**71,9**	**64,8**	**10,89**
Imposto de renda pessoa física	45,0	36,6	23,00	5,4	5,2	3,58
Imposto de renda pessoa jurídica	204,1	196,7	3,78	34,1	30,7	11,01
Imposto de renda retido na fonte	256,7	220,8	16,25	32,4	28,9	12,07
Imposto sobre produtos industrializados	43,9	34,5	27,26	6,7	4,9	37,19
Imposto sobre operações financeiras	37,4	34,7	7,81	5,5	5,1	7,65
Imposto de importação	40,1	31,2	28,59	6,7	4,4	52,45
Cide-combustíveis	1,7	0,1	-	0,3	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	234,8	188,3	24,67	35,7	27,9	28,33
CSLL	108,7	101,7	6,90	18,0	16,3	10,59
PIS/Pasep	64,5	52,7	22,42	9,5	7,7	24,05
Outras receitas	492,6	447,4	10,08	76,7	70,7	8,43
Total	**1.529,5**	**1.344,7**	**13,75**	**231,0**	**201,8**	**14,48**

	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor**	Var. %*	Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**
	jun/24		**mai/24**		**jun/23**	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**49,7**	**1,33**	**49,1**	**-2,76**	**45,9**	**-3,85**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	ago/24	jul/24	2024	2023	12 meses	ago/24	jul/24	dez/23	ago/23
IBGE									
IPCA	-	0,38	2,87	4,62	4,50	-	6.967,89	6.773,27	6.683,28
INPC	-	0,26	2,95	3,71	4,06	-	7.159,57	6.954,74	6.893,93
IPCA-15	0,19	0,30	3,02	4,72	4,35	6.846,50	6.833,52	6.645,93	6.560,89
IPCA-E	-	-	2,52	4,72	4,06	-	-	6.645,93	6.560,89
FGV									
IGP-DI	-	0,83	1,95	-3,30	4,16	-	1.127,10	1.105,54	1.082,59
Núcleo do IPC-DI	-	0,32	2,30	3,48	3,75	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,93	1,43	-5,92	4,10	-	1.312,82	1.294,35	1.262,45
IPA-Agro	-	0,72	2,17	-11,34	4,04	-	1.824,08	1.785,32	1.743,47
IPA-Ind.	-	1,01	1,15	-3,77	4,12	-	1.107,16	1.094,53	1.067,07
IPC-DI	-	0,54	3,01	3,55	4,12	-	755,73	733,67	724,28
INCC-DI	-	0,72	3,55	3,49	4,67	-	1.126,92	1.088,31	1.078,41
IGP-M	0,29	0,61	2,00	-3,18	4,26	1.146,58	1.143,31	1.124,07	1.099,71
IPA-M	0,29	0,68	1,45	-5,60	4,20	1.353,52	1.349,62	1.334,20	1.298,95
IPC-M	0,09	0,30	3,05	3,40	4,19	738,33	737,65	716,46	708,64
INCC-M	0,64	0,69	4,00	3,32	4,84	1.129,64	1.122,45	1.086,15	1.077,50
IGP-10	0,72	0,45	2,36	-3,56	4,26	1.170,28	1.161,97	1.143,35	1.122,49
IPA-10	0,84	0,49	1,90	-6,02	4,21	1.392,81	1.381,26	1.366,78	1.336,50
IPC-10	0,33	0,24	3,31	3,43	4,23	744,76	742,33	720,87	714,51
INCC-10	0,59	0,54	3,88	3,04	4,64	1.111,71	1.105,16	1.070,21	1.062,42
FIPE									
IPC	0,18	0,06	2,12	3,15	3,56	689,58	688,31	675,27	665,86

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia ago/24 0,45% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana ago/24 0,17%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024	Valor da declaração	-	Campo 7 + Campo 8 + Campo 9
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	
4ª	30/08/2024		2,70%	
5ª	30/09/2024		3,56%	
6ª	31/10/2024			
7ª	29/11/2024			
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	jul/24		jun/24		jul/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.962,6**	**61,90**	**6.946,2**	**62,18**	**6.186,2**	**58,53**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-45,5	-0,40	-12,8	-0,11	2,3	0,02
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-964,9	-8,58	-912,6	-8,17	-661,7	-6,26
Dívida fiscal líquida	**7.973,1**	**70,89**	**7.871,6**	**70,46**	**6.845,5**	**64,77**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.795,8	69,31	7.706,3	68,98	6.838,3	64,70
Dívida externa líquida	-833,2	-7,41	-760,1	-6,80	-652,1	-6,17
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.980,4	53,17	5.954,1	53,30	5.256,5	49,74
Governos Estaduais	872,4	7,76	872,3	7,81	823,9	7,80
Governos Municipais	70,1	0,62	64,4	0,58	45,1	0,43
Empresas Estatais	39,7	0,35	55,4	0,50	60,7	0,57
Necessidades de financiamento do setor público	**jul/24**		**jun/24**		**jul/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Total nominal	**1.127,5**	**10,02**	**1.108,0**	**9,92**	**721,8**	**6,83**
Governo Federal**	867,8	7,72	875,9	7,84	590,1	5,58
Banco Central	169,3	1,51	149,3	1,34	46,6	0,44
Governo regional	77,9	0,69	72,6	0,65	79,1	0,75
Total primário	**257,7**	**2,29**	**272,2**	**2,44**	**80,5**	**0,76**
Governo Federal	-50,7	-0,45	-47,2	-0,42	-189,4	-1,79
Banco Central	0,9	0,01	0,6	0,01	0,4	0,00
Governo regional	-18,8	-0,17	-25,6	-0,23	-13,7	-0,13

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de junho*

Discriminação	Janeiro-junho		Var.	junho		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita total	**1.320,2**	**1.216,9**	**8,49**	**203,0**	**187,7**	**8,16**
Receita Adm. Pela RFB**	854,4	768,9	11,12	128,1	116,6	9,84
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	302,5	289,1	4,65	49,7	47,9	3,88
Receitas Não Adm. Pela RFB	163,4	159,0	2,77	25,2	23,2	8,55
Transferências a Estados e Municípios	**259,3**	**239,2**	**8,41**	**42,5**	**36,0**	**18,11**
Receita líquida total	**1.060,9**	**977,7**	**8,51**	**160,5**	**151,7**	**5,80**
Despesa Total	**1.128,8**	**1.021,5**	**10,50**	**199,3**	**198,7**	**0,33**
Benefícios Precidenciários	501,9	461,9	8,66	94,6	101,8	-7,00
Pessoal e Encargos Sociais	174,7	171,5	1,89	28,9	28,2	2,62
Outras Despesas Obrigatórias	192,3	158,5	21,38	26,1	24,7	5,96
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	259,8	229,6	13,13	49,6	44,1	12,66
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-67,8**	**-43,8**	**55,02**	**-38,8**	**-47,0**	**-17,32**

Discriminação	jun/24		mai/24		jun/23	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Ajustes metodológicos	-0,4	450,94	-0,1	-51,94	-0,2	-
Discrepância estatística	-1,0	-	0,1	-	-1,3	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-40,2**	**-34,02**	**-60,9**	**-**	**-48,4**	**7,71**
Juros Noninimais	**-86,4**	**29,56**	**-66,7**	**-3,99**	**-34,7**	**-44,21**
Result. Nominal do Gov. Central	**-126,6**	**-0,79**	**-127,6**	**110,45**	**-83,2**	**-22,42**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

INÊS 249

Comércio exterior Participação de itens como baterias, carros elétricos e painéis fotovoltaicos mais que quadruplica desde a pandemia

Produtos ‘verdes’ já são 12,2% das vendas chinesas ao Brasil

Marta Watanabe e
Álvaro Fagundes
De São Paulo

A parcela de produtos mais relacionados à transição energética ganhou espaço nas importações brasileiras made in China. As compras externas de carros elétricos e híbridos, painéis solares e outros equipamento solares e fotovoltaicos e baterias de íon de lítio vindos do país asiático somaram US$ 4,96 bilhões de janeiro a agosto de 2024, o que significa 12,2% da importação origem China.

No ano passado foram 9,6%. No pré-pandemia, em 2019, essa fatia era de 2,7%. Esses produtos “verdes” vindos da China representam 2,9% dos desembarques totais brasileiros neste ano. Em 2019 foram 0,5%, sempre considerando os mesmos oito meses.

O aumento dos itens verdes na pauta de importação de produtos chineses contribuiu para o avanço da China na importação total brasileira. De janeiro a agosto 23,4% de todas as compras externas brasileiras vieram da China. No ano passado foram 21,4%. Em 2019, 19,3%, sempre nos oito meses.

Os dados são da Secretaria de Comércio Exterior (Secex/Mdic). Dos três itens verdes, a importação de carros elétricos e híbridos chineses foi a de maior valor, com US$ 2,77 bilhões desembarcados no Brasil de janeiro a agosto deste ano. Painéis solares e outros equipamentos fotovoltaicos alcançaram US$ 1,86 bilhão. Baterias de íon de lítio somaram valor bem mais baixo, de US$ 337,2 milhões.

Nesses itens verdes, o Brasil ocupa lugar importante no mapa da exportação chinesa. Pelos dados mais recentes da Administração Geral da Alfândega da China, o Brasil é, de janeiro a julho, o quinto maior destino no conjunto dos veículos elétricos/híbridos, painéis solares e baterias de íon de lítio. Na exportação geral da China, o Brasil fica em 16º lugar.

O movimento de embarques chineses no rumo da transição energética é amplo. Segundo os dados do governo chinês, os telefones celulares ainda são, disparados, o produto mais vendido pelo país asiático ao mundo, seguidos por “artigos de baixo valor”, com procedimentos alfandegários simplificados, e notebooks. Mas baterias de íon de lítio estão na quinta posição, enquanto veículos elétricos vêm em sétimo lugar, e painéis solares, em oitavo.

Juntos, os três itens da transição energética somaram US$ 70,9 bilhões em exportações da China de janeiro a julho deste ano. Com menor venda externa, os veículos sedan chamados híbridos plug-in, com motor a combustão e elétrico e que podem ser recarregados na tomada, estão em 86º lugar no ranking de exportações chinesas para o mundo e somaram US$ 3,31 bilhões de janeiro a julho.

Para Livio Ribeiro, sócio da BRCG e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), o fenômeno que impacta as importações brasileiras está dentro de uma estratégia global chinesa que vem desde meados da década de 2010. Naquela época o debate da transição energética ainda não havia tomado corpo, mas os planos estratégicos de médio e longo prazos da China incorporavam, em um dos seus pilares, três pontos bem marcados, diz. “Um, aumentar o valor adicionado dos produtos chineses exportados. Dois, subir o valor e a participação chinesa no que eles chamavam de setores de ponta. E três, subir a participação chinesa nos setores ligados à eletrificação. Isso é uma política de Estado que está maturada hoje ou em vias de perfeita maturação.”

Com o lançamento dos planos “China 2025” e “China 2030” por Xi Jinping, presidente da China desde 2013, essa política fica “escrita em pedra”, diz Ribeiro. “A China vira o ofertante marginal desses produtos no mundo, o que vale para veículos elétricos, painéis solares e baterias de íon de lítio. Ela está exportando muito desses itens para o Brasil, sim, mas na verdade ela está exportando muito desses produtos para todos os lugares.” Ofertante marginal é aquele que é capaz de elevar a oferta de determinado produto para atender um aumento de demanda.

Tulio Cariello, diretor de conteúdo e pesquisa do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), lembra que tanto nos painéis solares e nos carros elétricos e híbridos, a China conseguiu aproveitar janelas de oportunidade para entrar no mercado brasileiro em períodos em que a demanda cresceu em contexto conjuntural e regulatório mais favorável. A importação de painéis solares cresceu principalmente desde 2021, quando a bandeira da escassez hídrica tornou a conta de luz mais salgada. Na época, um tratamento tarifário mais favorável concedido à energia solar, que beneficiou acessos à rede elétrica solicitados até o início de 2023, também ajudou as importações. O desembarque de painéis solares e outros itens fotovoltaicos alcançou US$ 3,4 bilhões em 2022. Em 2024 o valor caiu para US$ 1,64 bilhões, mas se mantém representativo em relação aos US$ 496 milhões de 2019, com dados sempre de janeiro a agosto.

Já a importação de automóveis elétricos e híbridos começou a despertar atenção no segundo semestre de 2023, quando o imposto de importação para esses carros estava zerado. Ao fim do ano passado, o governo anunciou a retomada da tarifa de importação para esses veículos. Desde janeiro o desembarque de carros elétricos e híbridos está sujeito ao imposto de importação no Brasil. Para carros puramente elétricos, por exemplo, a alíquota inicial de 10% valeu até fim de junho. Desde julho são 18%. Pelo cronograma estabelecido pelo governo a cobrança chegará a 35% a partir de julho de 2026. Híbridos seguem agenda de gradação de alíquotas diferente, mas o imposto chega a 35% no mesmo prazo. O cronograma provocou uma “explosão” na importação de carros chineses no primeiro semestre de 2024, explica Cariello, na corrida para aproveitar o imposto de importação mais baixo.

O fenômeno da importação de produtos ligados à transição energética, diz Ribeiro, é também parte de um “processo de desova de excesso de capacidade chinês”. “Ainda que o Brasil não seja um competidor direto nesses produtos, e nunca será, isso mexe com alguns setores específicos e por isso o Brasil acaba colocando limites à entrada desses produtos chineses”, diz Ribeiro, exemplificando com os automóveis.

Mas a mudança de contexto tarifário não quer dizer que a participação importante de produtos aliados à transição energética na importação brasileira origem China ficará definitivamente para trás, diz Cariello. Outros produtos, como a bateria de íon de lítio, avalia, têm potencial para avançar nos desembarques brasileiros, à medida que houver produção de carros elétricos no país.

Ribeiro também vê possibilidade de para o crescimento das baterias. Para ele, o potencial está nos mercados de telefonia móvel, já que os celulares usam bateria de íon de lítio, e também no armazenamento de energia eólica e solar, que têm se expandido no país. As duas fontes já representam mais de 22,4% da matriz energética brasileira, segundo dados da Aneel referentes ao primeiro semestre de 2024.

José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), diz que os produtos chineses encontram facilidade para entrar no mercado brasileiro em razão de preços baixos. “O mercado interno chinês não cresce o suficiente para abarcar a produção doméstica na China e por isso os produtos são exportados. E hoje os órgãos reguladores do comércio multilateral perderam força para atuar nisso.”

Os diversos países, quando querem evitar a importação de produtos chineses, já não esperam mais medidas da Organização Mundial do Comércio e adotam mecanismos próprios de defesa comercial para proteger sua produção doméstica, observa Castro. “Isso faz com que países como o Brasil se tornem um destino cada vez maior das exportações chinesas. No caso do Brasil, que quase não tem produção doméstica desses itens, é muitas vezes mais fácil importar do que fabricar internamente.”

Segundo dados da Secex, a China forneceu 99,4% do que o Brasil importou em painéis solares e dispositivos fotovoltaicos de janeiro a agosto deste ano. Nos carros elétricos e híbridos, a fatia chinesa foi de 73,2% e nas baterias de íon de lítio, 80,7%.

“Os países desenvolvidos passaram a fazer oposição aos produtos chineses porque ficou claro que não somente são bens de alto valor adicionado e de ponta, como também são itens que fazem parte de uma estratégia global que podemos chamar de ‘going green’”, avalia Ribeiro. “A China se coloca como um líder desse processo e realmente ela chega na frente dos outros em termos não só de custo, como também de qualidade, algo que é bem relevante.”

Os países mais competitivos se incomodam e começam a colocar salvaguardas ou elevar alíquotas, observa Ribeiro. “Mas a China tem um estoque de produção estúpido para painéis solares, baterias de íon de lítio e veículos elétricos”, diz. A China, que é líder na produção global de carros elétricos, tem mais de cem marcas de automóveis, exemplifica o economista.

> China “está exportando muito desses itens para o Brasil, mas está exportando muito para todos os lugares”
> *Livio Ribeiro*

> “O mercado interno chinês não cresce o suficiente para abarcar a produção doméstica, por isso os produtos são exportados”
> *José Augusto de Castro*

Dragão verde

China amplia venda de produtos verdes para o Brasil

Importação de produtos verdes*, em US$ bi

Parcela nas importações brasileiras da China* - em %

O que são os produtos verdes

Painéis e equipamentos solares/fotovoltaicos

Carros elétricos/híbridos

Baterias de lítio

	Compra de painel solar da China	Compra de veículos elétricos	Compra de bateria de lítio
Em 2024, em US$ bi*	2,51	2,77	0,34
Variação ante igual período de 2019, em %*	274	12.254	112

Ranking dos países que o Brasil mais compra em 2024

	País	Em US$*
1º	China sem verde	35,5
2º	EUA	26,9
3º	Alemanha	9,3
4º	Argentina	8,4
5º	Rússia	7,5
6º	**China só verde**	5,1
7º	Itália	4,4
8º	Índia	4,1
9º	França	4,1
10º	México	3,7

Ranking dos países que a China mais vende produtos verdes

	País	Em US$ bi**	Parcela na exportação chinesa para o país	Posição do país nas vendas totais chinesas
1º	EUA	7,5	2,6%	1º
2º	Alemanha	7,0	11,6%	8º
3º	Holanda	5,1	9,6%	10º
4º	Bélgica	5,0	26,0%	28º
5º	**Brasil**	4,2	10,2%	16º
6º	Reino Unido	3,5	8,0%	14º
7º	Coreia do Sul	3,2	3,8%	5º
8º	Índia	2,6	3,8%	6º
9º	Espanha	2,3	9,9%	25º
10º	Austrália	2,2	5,5%	18º

Fontes: Alfândega chinesa e Mdic. *Janeiro a Agosto. **Janeiro a Julho

Importação segue em alta e sinaliza superávit menor

Estevão Taiar e Marta Watanabe
De Brasília e São Paulo

A balança comercial mostrou em agosto queda nas exportações e avanço das importações, que nos últimos meses mostram mais claramente aceleração acima do esperado inicialmente pelos especialistas. O quadro traz expectativa de superávit comercial menor para 2024, mas ainda assim robusto e com contribuição positiva no balanço de pagamento.

A balança comercial encerrou agosto com superávit de US$ 4,83 bilhões, resultado de US$ 29,1 bilhões em exportação e US$ 24,3 bilhões em importações, segundo divulgação a Secretaria de Comércio Exterior (Secex/Mdic). A receita com embarques caiu 6,5% e a importação avançou 13% contra igual mês de 2023.

No acumulado de janeiro a agosto, o superávit alcançou US$ 54,1 bilhões. As exportações somaram US$ 227 bilhões e ainda cresceram 1,1%, mas em ritmo menor que as importações, que alcançaram US$ 172,924 bilhões e avançaram 6,6%, sempre contra igual período de 2023.

Abaixo do esperado, o superávit de agosto contribuiu para a revisão das projeções para os próximos meses, devido ao “maior ímpeto das importações”, aponta Gabriela Faria, economista da Tendências Consultoria. A projeção da consultoria para o superávit comercial em 2024 passou de US$ 87,1 bilhões para 74,6 bilhões. A Secex projeta superávit de US$ 79,2 bilhões para este ano,

“Mesmo considerando a redução das cotações de bens intermediários e de consumo, os volumes comprados do exterior devem continuar positivos, beneficiados pelo aquecimento da demanda interna. O maior consumo tem impulsionado a produção industrial, sobretudo de bens de consumo duráveis e de capital, influenciados pela continuidade do aumento da massa de renda e da melhora das condições financeiras das famílias”, aponta a economista.

Herlon Brandão, diretor de Estatísticas e Estudos de Comércio Exterior do Mdic, diz que o crescimento das importações “está acelerando” ao longo do ano, em um movimento “disseminado” e “relacionado com o aumento da renda e da produção nacional”. Umas das boas notícias, destacou. tem sido o aumento da compra de bens de capital, que significa “contratação de investimento futuro”.

“A alta da importação pode ser ainda mais acelerada pelos sinais positivos de atividade”, diz Welber Barral, sócio da BMJ e ex-secretário de Comércio Exterior. Ele destaca a importação de insumos e de máquinas e equipamentos no período de janeiro a agosto. Pelos dados da Secex, o valor da importação de bens de capital cresceu 18% de janeiro a agosto, com alta de 22,1% em volume, contra iguais meses de 2023. As compras externas de bens intermediários avançaram 2,5% em valor e 13,6% em volume. “Isso está relacionado fundamentalmente com o crescimento do PIB, mas deve ter impacto no saldo comercial no final do ano.”

A expectativa é de saldos menores nos próximos meses , avalia Welber Barral. Para o sócio da BMJ, o superávit em 2024 deve ser “de pelo menos US$ 80 bilhões, resultado favorável ao balanço de pagamentos”.

Os dados da Secex apontam também alta de 28,9% na importação de bens de consumo no acumulado até agosto. O dado, lembra José Augusto de Castro, da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), foi muito impulsionado no primeiro semestre por veículos vindos da China, com desembarques antecipados em razão do calendário de aumento da tarifa de importação, embora já tenha perdido força em julho e agosto.

Dados da Secex mostram que em junho a importação de veículos chineses atingiu US$ 1,44 bilhão, mas em julho e agosto caiu para US$ 102,2 milhões e US$ 138,8 milhões, nessa ordem.

“Claramente as importações como um todo estão bastante bastante fortes. A incógnita no Brasil é se continuaremos importando ou daremos mais atenção à produção doméstica”, diz Castro. Ele destaca que mesmo o câmbio não tão favorável não tem sido suficiente para desestimular a importação.

Já a exportação, diz Castro, mostra em agosto que vem perdendo mais força com a redução sazonal das exportações de soja, que devem diminuir mais no decorrer dos próximos meses, até o fim do ano. “O milho também já apresenta a redução maior. E os preços dos grãos também estão em queda e caíram muito. Não vemos força para subir. Então, a tendência é que esses preços mais pressionados se mantenham até o fim do ano ou até o ano que vem.”

Pelos dados da Secex, o preço da soja caiu 12,8% em agosto. O do milho recuou 18,2%. No setor extrativo, os recuos foram menores, segundo Castro, mas ainda assim acima do esperado para o período. Os dados apontam queda de 6% no preço do petróleo e de 6,1% no do minério de ferro, sempre em agosto contra igual mês do ano passado.

“A força das importações e a fraqueza das exportações fizeram o saldo da balança em agosto ser o menor de 2024”, diz Castro. A AEB estima atualmente superávit comercial de US$ 77 bilhões em 2024, ante US$ 86,5 bilhões projetados inicialmente.

Para Brandão, da Secex, a queda de 6,5% do valor das exportações totais em agosto foi influenciada principalmente pelo recuo de também 6,5% do volume embarcado. Na divisão por produtos, os principais destaques negativos nos valores exportados foram minério de ferro e soja , com quedas de 13,7% e 16,4%, nessa ordem, na comparação com igual mês de 2023. Apesar da queda em agosto, no acumulado de janeiro a agosto, destaca Brandão, as exportações bateram novo recorde em valor para o período.

Entre os destinos dos embarques, a China prossegue como protagonista. O país asiático absorveu 30,5% de todos os bens que o Brasil vendeu ao exterior de janeiro a agosto. Com isso, o Brasil fica, tanto do lado das importações como das exportações, sob grande influência do que acontece com a China, aponta Castro.

“Atualmente, com o excesso de estoque em vários produtos, a China vende com preços baixíssimos no mercado e tudo isso vai influenciar o amanhã. Só nós não temos ideia de quanto será influenciado, em que nível de preço ou quantidade.” O aço, exemplifica Castro, é um dos produtos com grandes estoques pela China, o que afeta a demanda do país asiático por minério de ferro, um dos produtos mais importantes na pauta de exportação brasileira.

GABRIEL REIS/VALOR

> “Volumes comprados do exterior devem continuar positivos”
> *Gabriela Faria*

INÊS 249

Conjuntura Para equipe econômica, impactos devem ser 'pontuais', como já ocorre na Zona Franca de Manaus; Alckmin descarta risco de falta de energia

Probabilidade de seca afetar o PIB por ora é 'baixa', afirma Fazenda

Estevão Taiar
De Brasília

O Ministério da Fazenda considera por enquanto "baixa" a probabilidade de a intensa seca que afeta o território brasileiro impactar negativamente a atividade econômica. A pasta projeta até o momento impactos apenas "pontuais", como dificuldades observadas na Zona Franca de Manaus (ZFM) para abastecimento de insumos e escoamento de produtos.

Esses impactos vêm sendo monitorados por técnicos "há um tempo", mas até agora não indicaram "nada de alarmante", segundo uma fonte da equipe econômica. De acordo com a fonte, possíveis efeitos dependerão, por exemplo, da "extensão" da seca ou "se ela impactará a produção de energia".

"Pode existir um ou outro ponto de preocupação, como no caso da Zona Franca de Manaus", afirma a fonte. "Mas, no geral, precisamos aguardar o desenvolvimento e monitorar."

O clima no Ministério da Fazenda é de otimismo com as perspectivas de médio prazo para a atividade econômica. Atualmente, a pasta projeta que o Produto Interno Bruto (PIB) crescerá 2,5% neste ano e 2,6% no ano que vem.

Mas o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na terça-feira que a projeção para 2024 "deve superar 2,7%, 2,8%". A afirmação foi feita depois de o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgar que o PIB cresceu 1,4% no segundo trimestre, em comparação com os três meses anteriores e já livre de fatores sazonais. A estimativa mediana era de alta de 0,9%, segundo as projeções colhidas pelo **Valor** com 80 instituições financeiras e consultorias.

Após a divulgação realizada pelo IBGE, algumas instituições revisaram para cima a sua projeção para o desempenho do PIB em 2024, como Goldman Sachs (de 2,5% para 3%), Citi (de 2% para 3%) e Barclays (de 2,7% para 2,9%).

> Técnicos da área econômica estão monitorando a situação há vários meses

Já Haddad afirmou inclusive que o crescimento da atividade mais forte do que o esperado poderá levar a uma reestimativa da arrecadação federal projetada no Orçamento de 2025.

A nova estimativa do Ministério da Fazenda para o desempenho do PIB em 2024 deverá ser apresentada ainda neste mês no Boletim Macrofiscal, documento que contém as projeções da pasta para algumas das principais variáveis econômicas.

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou que "não há risco de falta de energia" no Brasil. A afirmação foi feita depois de pergunta sobre a queda no nível dos reservatórios de usinas hidreletrétricas.

"O ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) disse que coloca as térmicas para operar [se for necessário] e que não há risco de falta de energia", afirmou em evento na sede da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) em Brasília.

Alckmin reconheceu que "estamos na maior seca desde a década de 50" e destacou a importância de políticas de preservação ambiental. Também lembrou que no período que em 2013 e 2014, quando era governador, o Estado de São Paulo enfrentou "a maior seca das últimas sete décadas", mas sem apagões. Ele afirmou que na ocasião foram adotadas medidas como a "interligação de sistemas".

Ver também página A20

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Geraldo Alckmin: "ONS disse que coloca as térmicas para operar [se necessário] e que não há risco de faltar energia"

Ineficiência e subsídios custam R$ 100 bi na conta de luz

Robson Rodrigues
De São Paulo

Um estudo feito pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres Energia (Abrace) mostrou que os consumidores brasileiros vão pagar mais de R$ 100 bilhões em ineficiências e subsídios na conta de luz em 2024, o que coloca o Brasil entre os países com as tarifas mais caras do mundo, considerando a renda per capita.

O valor representa mais de 27% de todo o custo circulante no setor elétrico brasileiro, que totaliza R$ 366 bilhões. O Brasil tem energia barata e abundante, mas paga uma das contas de luz mais caras do mundo, perdendo para países de baixa renda, como Senegal, Chade, Cabo Verde, Quênia, Filipinas, Nicarágua, entre outros, aponta o levantamento da Abrace.

Os dados fazem parte do "Índice Brasil do Custo da Energia", projetado pela Abrace. Para chegar a este valor, a entidade mapeou todos os reajustes feitos na tarifa até o fim de agosto e para o futuro foi feita uma projeção. Paulo Pedrosa, presidente da Abrace, destaca a urgência de debater estes problemas do setor.

"Esses R$ 100 bilhões não precisariam estar na conta de luz. 34% do preço de uma camiseta é custo de energia, 33% litro de leite é energia (...). A indústria brasileira está parada há uma década, mas o consumo dobrou. Isso significa que estamos importando o que poderíamos estar produzindo aqui", analisa.

Além dos custos com a geração, transmissão e distribuição de energia, há custos decorrentes de encargos para financiar políticas públicas e tributos. Um exemplo são os encargos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Em 2024 a CDE deverá repassar quase R$ 33 bilhões em encargos para a tarifa dos consumidores, além de subsídios ao setor de geração distribuída (pequenas geradoras particulares de energia), que somam R$ 4,3 bilhões.

> "Esses R$ 100 bilhões não precisariam estar na conta"
> *Paulo Pedrosa*

No entanto, a Abrace aponta ineficiências ocultas que ultrapassam R$ 63 bilhões ao ano, como energia mais cara contratada compulsoriamente no mercado regulado (que é atendido pelas distribuidoras), iluminação pública, gastos relacionados a perdas não técnicas, receitas irrecuperáveis, pesquisa e desenvolvimento (P&D) e ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

Pedrosa defende que a CDE passe a ser paga pelo Tesouro Nacional, em vez de recair sobre o bolso dos consumidores de energia. Já a analista de energia da Abrace, Natália Moura, cita a tarifa da energia da usina de Itaipu Binacional, capturada para promover uma série de custos não relacionados ao setor elétrico.

Hoje o setor elétrico brasileiro encontra-se com sua pauta tomada pelo Congresso Nacional, que vem inflando subsídios à tarifa. No entanto, ao passo que o governo se diz preocupado com o custo da energia no Brasil, há uma série de decisões a serem tomadas nas mãos do Ministério de Minas e Energia (MME), mas que estão travando o setor.

O projeto de lei (PL) da modernização do setor elétrico está há mais de um ano parado, não há ainda uma indicação de nome para ocupar uma vaga na diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a negociação com o Paraguai sobre o Anexo C de Itaipu, que trata das bases financeiras da usina hidrelétrica, segue parada, entre outros, fatores que contribuem para ineficiências do setor.

Um dos pontos mais críticos da dificuldade de governança é o Congresso Nacional ditando as regras e promovendo mais custos ao setor. O exemplo mais recente foi que os senadores aprovaram em plenário nesta quarta-feira um "jabuti" sobre o setor de geração distribuída incluído na última hora no PL do Combustível do Futuro.

A emenda amplia de 12 meses para 30 meses o prazo para início da injeção de energia por minigeradores. "A captura pelo universo político da formulação de políticas públicas é enorme (...). Essa influência política dificultou o próprio funcionamento das instituições, diz Pedrosa.

Endividamento das famílias tem novo recuo, mas ainda preocupa

Rafael Rosas
Do Rio

O endividamento das famílias brasileiras voltou a recuar em agosto, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Foi a segunda queda seguida do indicador que apontou que, no mês passado, 78% das famílias tinham dívidas a vencer, contra 78,5% no mês anterior.

Mas o patamar ainda é superior aos 77,4% observados em agosto do ano passado. Na visão da CNC, o resultado de agosto reflete uma cautela crescente das famílias em relação ao uso do crédito. Apesar dessa redução do endividamento geral, o número de famílias que se consideram "muito endividadas" aumentou para 16,8%.

"O resultado do PIB, que apontou um crescimento de 1,4% no segundo trimestre, superou as expectativas, mas também revelou um ambiente econômico ainda desafiador. O alívio do endividamento é positivo, mas precisamos considerar que os juros elevados e a recuperação econômica lenta ainda geram incertezas para as famílias brasileiras. Uma possível retração no consumo pode afetar a retomada do crescimento", ressalta o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros.

A pesquisa mostrou ainda que o percentual de famílias com dívidas em atraso se manteve estável em 28,8% pelo terceiro mês seguido, permanecendo ligeiramente abaixo do registrado em agosto de 2023. No entanto, o percentual de famílias que não terão condições de pagar suas dívidas atrasadas subiu para 12,1%, um indicativo de que, mesmo com a estabilização no número de contas em atraso, as dificuldades financeiras permanecem. Além disso, o percentual de dívidas em atraso há mais de 90 dias aumentou para 48,6%, o maior desde março de 2020.

O economista-chefe da CNC, Felipe Tavares, ressaltou que o aumento das famílias que não terão condição de pagar suas dívidas "acende uma luz amarela" para a possibilidade de piora do endividamento na reta final do ano. Em julho, o percentual de famílias que não conseguiriam pagar os débitos era de 11,9%.

"O grande ponto de alerta é que as famílias de classe média foram as que mostraram o maior desafio, com aumentos da inadimplência no mês", diz Tavares.

Ele ressalta que, entre as famílias que ganham de três a cinco salários mínimos, a inadimplência subiu 0,7% em agosto, ao passo que entre as que têm renda entre cinco e dez salários mínimos, a alta foi de 1,6%. Tavares destaca que esse crescimento da inadimplência pode ser pressionado caso o Banco Central eleve a taxa básica de juros em setembro, encarecendo o crédito.

O economista também frisa que, o comprometimento da renda das famílias com o pagamento de dívidas ainda é elevado. "O percentual médio de comprometimento da renda foi de 29,6% em agosto, demonstrando que as famílias estão buscando manter suas finanças sob controle, mas precisam alongar os prazos e lidar com juros altos, o que complica a situação", explica Tavares.

O percentual de famílias com mais da metade da renda comprometida com dívidas atingiu 19,9%, o maior desde junho deste ano. As projeções da CNC indicam que o endividamento deve voltar a subir no último trimestre do ano.

Aluguel nas capitais acelera em agosto e deve seguir em alta até fim do ano

Do Rio

O aquecimento do mercado de trabalho e da economia como um todo e os juros ainda elevados devem manter os preços dos aluguéis com tendência de alta até o fim do ano. A afirmação é do economista André Braz, superintendente adjunto para inflação do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), que nesta quinta-feira (5) divulgou que o Índice de Variação de Aluguéis Residenciais (Ivar) de agosto subiu 1,93%, marcando uma aceleração em comparação com a taxa de -0,18% registrada em julho.

"O mercado imobiliário anda relativamente aquecido. A gente vê que outros indicadores, o próprio INCC [Índice Nacional do Custo da Construção] está acelerando. O mercado de trabalho anda muito aquecido, a mão de obra está mais escassa. Isso tudo acaba se materializando no mercado de locação", pontua Braz.

O economista lembra que a taxa em 12 meses do Ivar segue em alta. Em agosto, alcançou 9,97%, contra 9,90% em julho. Apenas em São Paulo, esse acumulado em 12 meses está abaixo dos 10%, com 7,53%.

"O mercado de trabalho aquecido coloca mais famílias em condição de demandar esse serviço de locação", diz Braz, que acrescenta que a taxa básica de juros, hoje em 10,5% ao ano, ainda está em patamar elevado, o que encarece o financiamento imobiliário e aumenta o contingente de pessoas à procura de residências para alugar.

"Para os próximos meses não vejo, pelo menos no radar, nada que desconstrua essa tendência [de alta dos aluguéis]. O juro ainda está muito alto, o financiamento fica mais caro, comprar um imóvel nessa situação fica mais caro, então as pessoas voltam a alugar", explica o economista do FGV Ibre, voltando a ressaltar que o aquecimento do mercado de trabalho sustenta essa demanda.

> "O mercado de trabalho aquecido coloca mais famílias em condição de demandar esse serviço de locação"
> *Andre Braz*

Em agosto, São Paulo registrou expressiva alta no Ivar, que passou de -1,11% em julho para +2,42% no mês passado. No Rio de Janeiro, houve desaceleração em relação a julho, mas foi mantida a tendência de alta, com o índice saindo de 1,23% em julho para 1,07% em agosto. Em Belo Horizonte foi revertido o registro de queda, com o Ivar passando de -0,71% em julho para 2,61% no mês passado. Em Porto Alegre a tendência de aceleração se manteve em agosto, com o índice saindo de 0,88% em julho para 1,21% no mês passado.

Essa foi a primeira vez desde agosto do ano passado em que o Ivar registrou taxas positivas em todas as quatro cidades pesquisadas pelo FGV Ibre.

No acumulado em 12 meses, além da passagem de 6,53% para 7,53% entre julho e agosto em São Paulo, o indicador desacelerou de 10,21% para 10,18% no Rio de Janeiro; passou de 11,08% para 10,83% em Belo Horizonte; e de 12,85% para 11,43% em Porto Alegre. *(RR)*

Relações externas Ideia é atrair aportes de recursos, hoje concentrados nos EUA, para outras regiões

Grupo de start-ups quer descentralização dos investimentos em inovação no G20

Juliana Causin
"O Globo", de São Paulo

Entre junho e abril deste ano, 60% de todo o capital investido em start-ups no mundo teve como destino os Estados Unidos. Dos US$ 94,3 bilhões, o restante dos países das Américas abocanhou apenas 2,8%. Para negócios na Europa e na Ásia, o fluxo representou 37,3% do total, segundo dados da KPMG.

Contribuir com estratégias para equilibrar a rota de dinheiro que irriga startu-ps no mundo é uma dos objetivos do Startup20, o grupo de engajamento do G20 que reúne lideranças no setor e representantes de pequenos e médios empreendedores.

O núcleo é novato na estrutura do G20. Foi criado durante a presidência da Índia, no ano passado, quando apresentou aos líderes do bloco econômico uma meta ambiciosa: adicionar US$ 1 trilhão em investimentos para start-ups, globalmente, até 2030.

Entre os instrumentos financeiros que deveriam ser incentivados pelas economias do bloco, a presidência indiana sugeria investimentos indiretos por meio de fundos diversificados, capital corporativo e aliança com instituições universitárias.

A presidência brasileira vai manter a meta financeira ao entregar o comunicado final que endereça as recomendações do grupo, afirma Ingrid Barth, presidente da Associação Brasileira de start-ups (Abstartups) e do Startup20. Mas o núcleo incluirá novas indicações conectadas com discussões que aconteceram sob a coordenação do Brasil:

"O comunicado não é um diagnóstico, mas uma sugestão de ações práticas para endereçar os desafios do setor", pontua Barth, que destaca os três eixos que conduziram o trabalho do Startup20. "Trabalhamos com funding, ou seja, com como aumentar o fluxo de investimento para países do G20, com regulação e políticas públicas, e com ESG [sigla em inglês para ambiental, social e de governança]."

As três forças-tarefas se encontraram durante os últimos meses em reuniões presenciais e on-line com participação de representantes de outros países do G20. O texto final do Startup20, que será enviado aos líderes do bloco econômico, será fechado na semana que vem, em reunião em São Paulo.

No eixo financeiro, 150 pessoas trabalharam para pensar em caminhos conjuntos que endereçassem os desafios de acesso a capital de empreendedores e fundadores de negócios de base tecnológica. Arthur Garutti, sócio da ACE Ventures e líder da força-tarefa de investimentos do Startup20, diz que o engajamento do G20 com o tema é uma forma de incentivar que a indústria "floresça com novos modelos".

"Quando você olha globalmente, o capital é bastante concentrado e flui da mesma forma há 50 anos", comenta. "Decidimos manter a meta de US$ 1 trilhão, mas pensando em como outros modelos de empreendedorismo, como da economia verde e de impacto, pode se beneficiar desse fluxo."

Para descentralizar o capital, o grupo vai sugerir o fortalecimento de novos modelos emergentes de investimentos, como crowdfunding (investimento coletivo) e tokenização de ativos (transformar ativos físicos em uma represntação digital), além de uma estratégia de blend finance, que combine capital governamental e com e sem fins lucrativos.

Haverá também a recomendação do que Garutti chama de "intencionalidade" para que novos mecanismos de alocação de investimento possam estar alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Ele destaca que há ainda o desafio de cada país fazer chegarem recursos para mais regiões além dos grandes polos, meta que conecta o Brasil a países como Índia e Turquia.

O Brasil tem hoje cerca de 13,7 mil negócios ativos desse tipo, o que representa 35% das 39 mil start-ups da América Latina mapeadas pelo Distrito, plataforma que monitora o setor há mais de uma década.

O país liderou, na região, o último ciclo do mercado de venture capital (de investimento a startups e empresas iniciantes), diz Gustavo Gierun, CEO e co-fundador do Distrito. No primeiro semestre deste ano, atraiu US$ 928,3 milhões em investimentos, quase metade do fluxo total para a região, de US$ 2,18 bilhões.

A concentração "geográfica e setorial" desses negócios no Brasil, no entanto, é uma das fragilidades do cenário de inovação local, avalia Victor Harano, gerente de research da plataforma Distrito, além das complexidades regulatórias e da dependência por capital estrangeiro.

> "O capital é concentrado e flui da mesma forma há 50 anos"
> *Arthur Garutti*

DIVULGAÇÃO

Ingrid Barth: "Comunicado não é um diagnóstico, mas uma sugestão de ações práticas para endereçar os desafios do setor"

Só o Estado de São Paulo tem 38,4% do total de start-ups no país, seguido por Minas Gerais (9,3%), Santa Catarina (9%) e Paraná (7%). Todos o Nordeste representa 12,3% desse universo, segundo uma pesquisa da Abstartups em parceria com a Deloitte.

Para dar visibilidade aos empreendedores do Norte e Nordeste, e levar as discussões sobre o setor para mais regiões, o Startup20 promoveu encontros do grupo em Recife, Porto Velho e Macapá, a primeira reunião do núcleo. No evento na capital amapaense participaram 400 empreendedores e representantes de 19 países, da Europa, Ásia e Oriente Médio.

Barth enxerga que a presidência brasileira tem sido também uma oportunidade de o Brasil se posicionar globalmente como um país com "capacidade gigantesca de ser vanguarda da inovação", e não só a partir dos grandes polos. Essa, segundo ela, foi uma das metas "subjetivas" da articulação do Startup20 ao longo dos últimos meses. Os encontros serviram também para conectar as visões de empreendedores de várias partes do país sobre os desafios para o setor.

A maranhense Juliana Nogueira, cofundadora da Gamezônia, start-up de games que atua com a temática da Amazônia, diz que a reunião de Macapá foi importante para trazer uma "visão amazônica" para temas como modelo de investimento e governança.

"Nosso jogo conta a história da Amazônia a partir das perspectivas do povo local. É importante que a gente possa levar esse mesmo olhar para as discussões do G20, com conexão de empreendedores do sul global", afirma.

Parte da força-tarefa do Startup20 que debate regulação, o paulistano Marco Lagoa, fundador da Witec, de gestão de tecnologia, diz que o diálogo no grupo temático trouxe novas perspectivas sobre maneiras de captação e fomento que existem em cada país.

"É necessário existir um fórum para colocar todo mundo para conversar, e ter o setor em uma mesma página", argumenta.

Na presidência da Índia, o Startup20 trouxe, no documento final, propostas para criação de "bases globais comuns" para o setor, com diretrizes de uma autorregulação para start-ups. Sob liderança do Brasil, o grupo irá apresentar na próxima semana uma espécie de cartilha de governança para esse negócios e também para pequenas e médias empresas. O documento está sendo formulado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Diogo Garcia, sócio-diretor e líder dos Programas de start-ups da KPMG Brasil, destaca que conectar as "pontas" do ecossistema de inovação (formado por empreendedores, investidores, academia e governo) é uma das lições de países conseguiram fomentar negócios de tecnologia, e que o Brasil pode endereçar a partir do G20.

> "É necessário existir um fórum para colocar todo mundo para conversar"
> *Marco Lagoa*

"Está mais do que provado que estamos em uma economia digital, em que a inteligência artificial está crescendo e em que empresas menores estão redefinindo mercados. Então não é só sobre ser algo legal de se olhar. É sobre empresas que vão revolucionar determinados setores", diz.

Garcia diz que, em vez de tentar "copiar o Vale do Silício", o Brasil tem de identificar suas vocações. O país já é conhecido pelo mercado maduro de fintechs (start-ups de finanças), que lideram a atração de investimentos e tem oportunidade de expandir negócios de inovação para áreas como agro, energia e saúde, diz.

A presidente do Startup20 costuma destacar o peso econômico dos pequenos e médios empreendedores na economia do G20 para reforçar a importância do setor estar na mesa de discussões do bloco. Na maioria dos países da OCDE, pequenas e médias empresas (PMEs) contribuem com mais de 50% do PIB. Algumas estimativas globais colocam esse número em até 70%, segundo a Organização Mundial do Trabalho (OIT).

INÊS 249

Entrevista Candidato do PSDB a prefeito de São Paulo afirma que é impossível fixar metas de governo

'Me chamavam de sensacionalista, agora todos eles falam de segurança', diz Datena

Cristiane Agostine, Fernanda Godoy e Gabriela Guido*
De São Paulo

Com apoio apenas do PSDB em sua chapa para disputar a Prefeitura de São Paulo, o apresentador José Luiz Datena não poupa críticas ao partido e ironiza a falta de engajamento de lideranças e militantes tucanos em sua campanha.

Na disputa municipal, os tucanos estão divididos: parte está com Datena, outro grupo apoia a reeleição do prefeito Ricardo Nunes (MDB), e uma ala participa da campanha Tabata Amaral (PSB).

Datena, no entanto, afirma que, se eleito, a falta de apoio político não afetará a governabilidade. Diz que "jamais" negociará cargos e emendas em troca de apoio, afirma que apresentará projetos à imprensa em busca de apoio e fará plebiscitos. Se não tiver respaldo, desafia os vereadores a cassá-lo.

Com a voz alta e quase sem parar de falar durante a entrevista de uma hora ao **Valor**, Datena diz que irá até o fim da disputa municipal, mesmo com problemas de saúde e com um cenário desfavorável nas pesquisas.

A seguir, trechos da entrevista.

Valor: *Na terça-feira o senhor cancelou atos da campanha e passou o dia no hospital. Como está sua saúde para enfrentar a campanha?*

José Luiz Datena: [Saúde] Para enfrentar bandidos infiltrados em campanha. Acho gozado que todos candidatos estão usando uma pauta que uso há 26 anos, de combate ao crime organizado, aos bandidos. Todos que me tratavam como um cara policialesco começaram a adotar a pauta policialesca. Me chamavam de sensacionalista, que eu estava errado... E agora esses caras se apoderaram dessa pauta de segurança e está todo mundo virando xerife, até o Pablo Marçal, que parece ter ligações com o PCC. Há muito tempo venho falando que o crime está infiltrado em eleições. Tem prefeito eleito aqui perto, no interior, pelo PCC. Imagina o dinheiro que o PCC está investindo na maior cidade do país.

Valor: *Essa infiltração do crime organizado na política é pior do que o senhor previa nesta eleição ?*

Datena: Não, porque ninguém previa. Há duas eleições digo que tem bandido dentro da política brasileira e agora na política estadual. Estamos criando um narcotráfico, parecendo a Colômbia.

Valor: *Eleito prefeito, como pretende combater a entrada do crime organizado em contratos?*

Datena: Eleito prefeito, minha condição é extremamente limitada para combater o crime, que é de proporção nacional. Todos os atores da segurança têm que se unir... Ministério Público, as policiais federal, militar, civil, a GCM, o Judiciário... Não vou ser idiota nem imbecil de falar que o prefeito de São Paulo vai resolver isso, mas dentro da autoridade que tem ele pode ajudar. Pode reforçar a Guarda Civil Metropolitana e pretendo dobrar a tropa, que custará R$ 900 milhões a mais. Criar um sistema de inteligência tão competente quanto da Polícia Civil, um sistema de investigação tão competente quanto da Polícia Federal e do reservado da Polícia Militar. Para isso, precisa ter equipamentos, gente apropriada, treinada para mexer com esse equipamentos. Não sou o xerife da cidade como esse Pablo Marçal quer ser — e acho ele o bandidão da eleição. Não sou bandido travestido de autoridade. Quero ser autoridade, prefeito, para ajudar as forças-tarefas e as autoridades no combate ao crime.

Valor: *O senhor defende câmera no uniforme da GCM (Guarda Civil Metropolitana)...*

Datena: Existe uma certa dúvida a respeito de como usar essa câmera, se vai ficar ligada 24 horas por dia ou se o policial teria obrigação de usar no momento da ação. Sou a favor de câmeras corporais, desde que o policial tenha o direito de acionar no momento em que for necessário. Mas também tem o dever de provar por que que ele não ligou a câmera no momento em que aconteceu uma letalidade. Defendo polícia, mas não esquadrão da morte. Não sou a favor de bandido bom é bandido morto. Mas se tiver ameaça à vida do policial, da vítima, sou a favor da letalidade.

> "Defendo polícia, mas não o esquadrão da morte, não o 'bandido bom é bandido morto'"

Valor: *Sobre a cracolândia, o senhor defende mais uma linha de redução de danos, como foi na gestão de Fernando Haddad, ou com abordagem mais parecida com outras gestões do PSDB, de repressão e deslocamento do fluxo?*

Datena: O PSDB não teve linha nenhuma de segurança até agora. Quero mostrar uma linha completamente diferente. O PSDB teve [João] Doria prometendo aumento de salário para polícia e não dando. Não quero mentir pra policial, quero o policial satisfeito bem treinado e bem pago. E não posso discutir ação do PSDB. Eu não sou Jesus Cristo para ser antes de Datena e depois de Datena. O que os outros fizeram não me interessa, problema deles. Só posso tentar resolver o problema da Cracolândia se o Ministério Público, a Justiça, o governador, as polícias civil, militar, o governo federal e a GCM ajudarem. Sem isso, não resolve. São ideias nazifascistas botar grade [para cercar os usuários, como na atual gestão] ou transferir pessoas de madrugada com mangueira. Não sou fascista. E no momento em que a pessoa perde o discernimento se deve ou não deve usar droga, aí sim sou a favor da internação compulsória.

Valor: *No seu programa o senhor mesmo fala sobre a falta de metas e de números sobre propostas. Como o eleitor vai cobrar o que foi feito?*

Datena: Meu plano tem 43 páginas, se não me engano. Foi feito às pressas, entrei na campanha há três meses. O plano foi feito com base em técnicos e não é dos mais perfeitos, mas é simples e prático. O plano não pode ser o que tá escrito do papel. Não pode ter pedalada fiscal, mas ele é mutável. Você aprende muito na rua, vê as necessidades do povo. Tem que perguntar os problemas para quem mora nas periferias. Planejamento e meta de governo são bonitos para dar entrevista, enchendo de números. Não é número o que eu quero. Eu não tive tempo de entrar nessa campanha, fui o último a entrar.

Valor: *Se for eleito, terá ter que apresentar um plano de metas?*

Datena: Você sabe quanto esse cara vai deixar na prefeitura? Me diz, quanto vai deixar no caixa?

Valor: *Há um orçamento previsto para 2025.*

Datena : Orçamento previsto? Ele está gastando bilhões na campanha. Do que adianta saber quanto vou ganhar do governo federal, arrecadar impostos? Aí você soma 'a' mais 'b' e em cima disso faz o seu plano de metas? Está errado. Quero primeiro passar as contas a limpo, fazer uma auditoria ferrada para saber o que tem de bandidagem nessas obras. Se entrou bandido, gostaria que fosse preso. Não só quem roubou, mas quem permitiu que esses caras entrassem. Quem permitiu, quem contratou essas obras?

Valor: *Por que essa demora para entrar na campanha? O senhor está arrependido?*

Datena: Demorei porque eu estava certo nas outras cinco vezes que eu não entrei. Se eu soubesse que era essa m* aqui a política, essa corrupção, não entraria de novo. Eu estava certo em não entrar na política. Agora eu entrei, não é Pablo Marçal, não é PCC, não é crime organizado que vão me tirar. Ninguém vai me tirar da política, a não ser que tenha um infarto. Vou enfrentá-los até o fim. Não me arrependi porque sei que dá para resolver os problemas do povo.

Valor: *O senhor está em baixa nas pesquisas. Como pretende convencer o eleitor que é viável?*

Datena: Eu não convenço ninguém. Se o cara quiser votar em mim, ele vota. Se quiser que fique do jeito que está aí, ele vota nos outros e vai continuar se ferrando do mesmo jeito. Hoje falei com a Tabata [Amaral] sobre a atuação do Marçal. Por que eu, como radialista e jornalista, sou obrigado a me afastar da televisão para ser candidato, e ele, como influenciador digital, não se afasta? Como é que a Justiça Eleitoral permite que um sujeito que é comunicador de massa, porque hoje internet é publicação de massa, continue fazendo o programa dele? Por que ele pode fazer isso e eu não?

Valor: *Em relação ao crime organizado, o que espera fazer, se eleito, sobre as empresas de ônibus investigadas por ligação com o PCC? Vai fazer uma nova licitação?*

Datena: Embasado em lei e com provas, essas duas empresas serão imediatamente relicitadas. Eu proporia a troca em todas essas empresas aí. Mas como vou tirar três famílias que há 60 anos dominam o transporte? Os caras são donos de garagem. Não dá para eu tirar.

Valor: *Seu partido, o PSDB, foi eleito em 2016, reeleito em 2020, comandou o governo do Estado por sete mandatos seguidos...*

Datena: Daqui para trás eu não respondo pelo PSDB.

Valor: *Mas o senhor está filiado ao PSDB e o representa nas urnas.*

Datena: Não interessa! Quem permitiu que isso acontecesse [crime organizado] é problema de quem estava lá atrás. Eu não estava lá atrás. O PSDB daqui pra frente vai funcionar diferente, do meu jeito. Não tenho medo de bandido, não tenho medo de morrer e estou disposto a morrer para combater o crime organizado. 'Ah, você é o Batman, é o Super Homem'... O cacete, não sou. Por isso falo que o prefeito não tem autoridade para combater o crime organizado sozinho. Tem que ter ajuda de todos os atores do Estado. Sozinho não resolve.

> "[No segundo turno] o PSDB que apoie quem ele quiser, eu não apoio ninguém"

Valor: *O senhor tem articulação com o governo federal ou estadual?*

Datena: Claro que não. Eles só querem fazer articulação com o Pablo Marçal. Não entendo como um cara honesto como o Tarcísio — e eu fiz campanha com ele [em 2022]— , abre as portas do Palácio do Bandeirantes para conversar com um cara que foi condenado, um bandidinho virtual.

Valor: *Dentro do PSDB, o senhor tem apoio de quem? Uma parte do partido está com a Tabata. Outra, com Ricardo Nunes. O senhor disse que com a queda nas pesquisas ninguém do partido liga para o senhor.*

Datena: Acho ótimo que eu não tenho o apoio do partido. Eu acho ótimo que eu não tenho o acordo do partido. Eu tenho legitimidade é das executivas do partido, eu sou legítimo candidato pelo PSDB. Eu estou me lixando para o apoio de partido. Estou me lixando. Acha que eu vou gastar o que Nunes está gastando nessa campanha milionária dele, para ter 12 partidos? Quanto acha que ele está gastando? Resolveria muito dos problemas sociais de São Paulo se ele não gastasse tanto com emendas e cargos. 'Ah, comigo não vai ter negociação'. Vai, se o cara quiser negociar, não em troca de dinheiro e de cargo. Não vai mesmo porque eu não tenho apoio desses partidos todos aí. 'Ah, Datena, o que você vai fazer?' Plebiscito. Vou apresentar o meu projeto em todas as emissoras de televisão, de rádio e tal. Se os vereadores não quiserem votar porque querem cargo e dinheiro, que se resolvam com o povo. Eles que se danem mesmo, porque não vai ter emenda e cargo em troca de aprovar projeto do povo.

Valor: *Assim não governará...*

Datena: Que me cassem e digam para o povo. 'Ó, nós estamos cassando esse prefeito só porque ele quer ser honesto'. Esse país precisa ter uma reforma política. Se o presidente é refém do Congresso, é obrigado a dar cargo, emenda, a conversar com Deus e o diabo, distribuído emendas, não vou negociar com ninguém. Só vou negociar dentro das regras da democracia. Cargo e emenda, não. Jamais, jamais, jamais. Vou governar dentro da democracia. Se quiserem cassar o prefeito da maior cidade com a legitimidade do ilegítimo... Vai ser um belo exemplo para o país começar a pensar no outro sistema de governo porque esse não está funcionando. Eu não vou ser mais um refém desses caras, não vou ser refém de ninguém. Eu vou meter uma câmera transmitindo 24 horas por dia dentro do meu gabinete. Quero ver um sacana, canalha entrar lá e pedir algo.

Valor: *O senhor tem conversado com empresários?*

Datena: Não. Não tenho falado com ninguém. Outro dia me chamaram para falar de doação. Não quero, estou fora, não quero doação de ninguém. 'Ah, o partido quer...' O partido que se exploda. Eu não mexo com dinheiro público. E não sou contra o mercado, não sou contra empresário, não sou a favor de luta de classe.

Valor: *Qual é a sua proposta para atrair investimentos?*

Datena: A nossa proposta é limitada pela reforma tributária, que foi infeliz para caramba para São Paulo, injusta. Eu daria taxa zero para muita empresa vir para São Paulo, mas não posso. Quem construir, quem produzir vai ter incentivo fiscal. Cinco anos sem pagar em IPTU numa determinada área. Tenho proposta de trocar imposto por emprego. (...) Na Jacu Pêssego, por exemplo, já viu o que tem de imóvel abandonado ali? Por que as empresas não podem ter um incentivo fiscal de isenção de IPTU em algumas áreas que podem ser escolhidas, por cinco anos, e ter obrigação de contratar 20% de mão de obra local? Por que não pode fazer isso?

Valor: *O senhor tem falado com a Tabata e no debate da TV Gazeta o Marçal disse que ligou para o senhor para negociar acordo...*

Datena: Que negociar acordo com bandido? O cara me ligou e falou para eu atacar um e ele atacar outro. É absurdo, antiético, mas ele nem sabe o que é ética.

Valor: *O senhor tem falado com Boulos ou Nunes?*

Datena: Falo com todos que me interessam. Com Ricardo Nunes, não. Não dou nem bom dia. Com a Tabata e o Boulos, sim.

Valor: *Se não for para um eventual segundo turno, quem apoiará? É possível um acordo com Boulos?*

Datena: Não. O partido vai apoiar não sei quem. Eu não apoio ninguém. Partido que apoie quem ele quiser, eu não apoio ninguém.

Estagiária sob a supervisão de Fernanda Godoy

ROGÉRIO VIEIRA/VALOR

Datena: o candidato do PSDB diz que irá até o fim da disputa municipal, mesmo com problemas de saúde e com um cenário desfavorável nas pesquisas

Acusação Titular dos Direitos Humanos é alvo de denúncias de assédio sexual encaminhadas à organização Me Too Brasil

ONG recebe denúncias contra Silvio Almeida; ministro nega

Julia Lindner, Andrea Jubé e Mariana Assis
De Brasília

O ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, foi alvo de denúncias de assédio sexual encaminhadas à organização Me Too Brasil, que atua em defesa de mulheres vítimas de violência sexual. A informação foi revelada pelo portal "Metrópoles" e confirmada ao **Valor** pela entidade.

Diante da revelação, Almeida — que nega as acusações — foi chamado ontem à noite para prestar esclarecimentos à Controladoria-Geral da União (CGU) e à Advocacia-Geral da União (AGU) sobre episódio. Além disso, a Comissão de Ética da Presidência da República decidiu abrir de ofício um procedimento de apuração.

"O Governo Federal reconhece a gravidade das denúncias. O caso está sendo tratado com o rigor e a celeridade que situações que envolvem possíveis violências contra as mulheres exigem", informou o Palácio do Planalto em nota.

Segundo a Me Too Brasil, a confirmação das denúncias ocorreu com o consentimento das denunciantes. De acordo com a reportagem do "Metrópoles", uma das vítimas dos casos seria a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco. Procurada via assessoria de imprensa, Anielle não retornou.

O comunicado não revela os nomes nem a quantidade de pessoas que fizeram as denúncias.

Diante da repercussão, parlamentares da oposição se manifestaram nas redes sociais pedindo o afastamento de Almeida do cargo. Ex-ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no governo de Jair Bolsonaro, a senadora Damares Alves (PL-DF)

"Não resta nenhuma outra alternativa para o presidente Lula agora que não seja o imediato afastamento deste ministro", disse a senadora, em vídeo publicado nas redes sociais, que afirmou se solidarizar com Anielle.

O senador Ciro Nogueira (PL-PI) também criticou o episódio e cobrou que o ministro seja afastado. "Se o ministro dos Direitos Humanos continuar no cargo após assediar mulheres e até ministra da 'Igualdade Racial', Lula vai decretar que em seu governo assédio é direito humano?", escreveu o parlamentar.

Nos bastidores, segundo apurou o **Valor**, está em discussão eventual afastamento provisório de Almeida, enquanto avançam as investigações, ou a exoneração do ministro. O assunto cresce em gravidade porque um dos compromissos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é com um ministério plural, e Almeida é um dos dois negros no primeiro escalão, além de Anielle Franco.

Almeida é um dos quadros escolhidos com o apoio da primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja. Reconhecido pela atuação na área de Direitos Humanos, ele foi um dos convidados de Janja para discursar na "super live" realizada na campanha de 2022, com a participação de influencers e ativistas, para pedir votos para a eleição de Lula.

CRISTIANO MARIZ/O GLOBO
Almeida pediu a apuração do caso: "Repudio as mentiras assacadas contra mim"

Na nota à imprensa, o ministro classificou as acusações como ilações e disse que vai cobrar apuração. "Repudio com absoluta veemência as mentiras que estão sendo assacadas contra mim. Repudio tais acusações com a força do amor e do respeito que tenho pela minha esposa e pela minha amada filha de 1 ano de idade, em meio à luta que travo, diariamente, em favor dos direitos humanos e da cidadania neste país", escreveu o ministro, em nota.

O ministro acrescentou que encaminhará ofícios para a Controladoria-Geral da União, ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e Procuradoria-Geral da República para que façam uma apuração cuidadosa do caso. Também pontuou que falsas acusações configuram "denunciação caluniosa". Segundo Almeida, está em curso "uma campanha para afetar a sua imagem enquanto homem negro em posição de destaque no Poder Público".

PSD e União Brasil articulam estratégia para enfrentar Motta

Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto
De Brasília

Para superar o baque causado pela entrada de Hugo Motta (Republicanos-PB) na corrida ao comando da Câmara, dirigentes e políticos do PSD e do União Brasil tiveram na quarta-feira (4) um encontro para iniciar as negociações por uma composição futura para a eleição de fevereiro de 2025. Participantes da conversa afirmam que "tudo ainda é embrionário" e que o martelo só deve ser batido, caso o plano vá adiante, nos próximos meses.

A articulação tem como objetivo neutralizar novas movimentações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre a disputa e atrasar o eventual anúncio do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), sobre quem pretende apoiar como sucessor.

A estratégia é jogar a pecha de "chapa de oposição" para Motta — que contaria hoje com PP, Republicanos e PL, a coligação que tentou reeleger o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) — e se apresentar como a "frente governista". Esse grupo contaria com esquerda (PSB e PDT), Centrão (MDB, União e PSD) e independentes (PSDB/Cidadania) e poderia garantir a governabilidade e a vitória ao governo se receber o apoio do PT.

Uma promessa é que esse apoio do PT tirará o PL da primeira vice-presidência da Câmara, cargo prometido por Lira a Bolsonaro. Se os petistas aderirem, será possível que União Brasil, PSD ou MDB fique com a vice e também afastar a oposição do comando de comissões importantes, como a de Constituição e Justiça (CCJ). Pesa contra a estratégia, o histórico de que o União Brasil foi mais infiel ao governo do que PP e Republicanos, mesmo tendo três ministérios.

O encontro na noite de quarta-feira (4) reuniu o líder do União Brasil na Câmara, Elmar Nascimento (BA), pré-candidato favorito de Lira até a entrada de Motta no xadrez eleitoral, o presidente nacional do União, Antônio Rueda, e o presidente do PSD, Gilberto Kassab. Candidato do PSD à presidência da Casa, o deputado Antonio Brito (BA) participou por telefone.

Eles querem atrair o MDB, que tem Isnaldo Bulhões (AL) como pré-candidato, mas reconhecem que a ofensiva é complexa, em função da boa relação do alagoano com Motta e porque o paraibano era filiado ao MDB antes de ir para o Republicanos. Dirigente emedebista disse que a chance de adesão é "praticamente zero". Bulhões também tem reafirmado que seguirá pré-candidato.

Apesar de Motta aparecer como favorito, Nascimento e Brito manterão as candidaturas para fazer frente ao parlamentar do Republicanos. Uma das possibilidades é que o nome considerado mais viável entre eles receba o apoio do adversário no próximo mês, na reta final da disputa ou que ambos façam compromisso de apoio mútuo para quem passar ao segundo turno.

No encontro, todos demonstraram insatisfação com a postura de Lira em relação à entrada de Motta na disputa e trocaram impressões de que o alagoano teria preparado a candidatura "na surdina", cedendo às pressões do presidente nacional do PP, Ciro Nogueira (PI).

Eleições Prefeito de São Paulo teve oscilação positiva de 3 pontos e está com os mesmos 22% do influenciador; candidato do Psol tem 23%

Datafolha traz Boulos, Marçal e Nunes empatados

Lilian Venturini
De São Paulo

A 30 dias do primeiro turno das eleições, a campanha pela Prefeitura de São Paulo segue com três candidatos tecnicamente empatados na liderança, segundo pesquisa Datafolha divulgada na quinta-feira (5). O deputado federal Guilherme Boulos (Psol) tem 23%, seguido pelo influenciador digital Pablo Marçal (PRTB) e pelo atual prefeito Ricardo Nunes (MDB), ambos com 22%.

Na pesquisa anterior, divulgada em 22 de agosto, Marçal tinha crescido 7 pontos percentuais, o que o deixou empatado tecnicamente na liderança. Há duas semanas, Boulos também estava numericamente à frente, com os mesmos 23%. Marçal tinha 21%, e Nunes, 19%.

A deputada Tabata Amaral (PSB) oscilou de 8% para 9%, e passou o apresentador José Luiz Datena (PSDB), que tinha 10% e agora tem 7%. Eles também estão em empate técnico, considerada a margem de erro, de 3 pontos percentuais para mais ou para menos.

Marina Helena (Novo) registrou 3%. Bebeto Haddad (DC) e Ricardo Senese (UP) registraram 1% cada um. João Pimenta (PCO) e Altino Prazeres (PSTU) não pontuaram. Declararam que vão anular, votar em branco ou em nenhum dos candidatos 8% dos eleitores. Os indecisos são 4%.

Os eleitores da capital paulista foram entrevistados entre terça (3) e quarta-feira (4), poucos dias após o início do horário eleitoral gratuito no rádio e na TV. Nunes domina 6min30s dos 10 minutos disponíveis. Além dele, apenas Boulos, Datena e Tabata têm direito a exibir propagandas nos meios de comunicação tradicionais. Os demais candidatos não preencheram os requisitos exigidos pela Justiça Eleitoral e só podem fazer campanha na rua e nas redes sociais.

De acordo com essa rodada do Datafolha, Nunes registrou oscilação positiva de 3 pontos. O pior desempenho ficou para Datena, que tinha 10% há duas semanas e oscilou 3 pontos para baixo.

Com os números recentes, Nunes volta a empatar numericamente com Marçal. O influenciador, conhecido pelo uso massivo das redes sociais e pelo comportamento controverso em entrevistas e debates, avançou sobre o eleitorado bolsonarista.

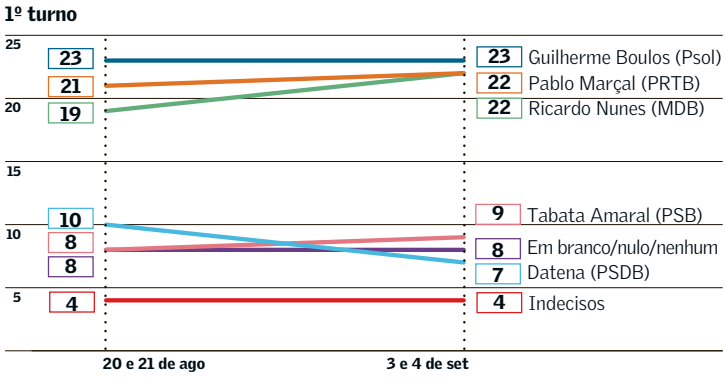
Jair Bolsonaro (PL) declara apoio a Nunes, que tem como vice na chapa Ricardo Mello Araújo, escolhido pelo ex-presidente. Mas, quando se analisam dados da pesquisa, vê-se que Marçal atrai mais eleitores que votaram em Bolsonaro no segundo turno em 2022 do que Nunes, 48% ante 31%.

O crescimento de Marçal nas pesquisas anteriores, registrado também por outros institutos, fez com que simpatizantes do ex-presidente e candidatos bolsonaristas abandonassem Nunes. Na semana passada, o vereador Rubinho Nunes (União Brasil), que integra a coligação do prefeito, foi o primeiro a usar as próprias redes para anunciar publicamente o apoio a Marçal (ver matéria nesta página).

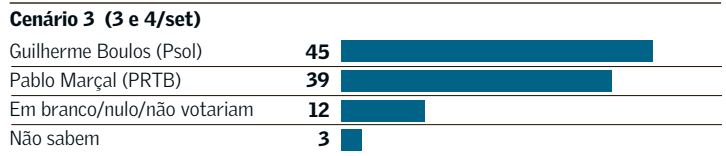
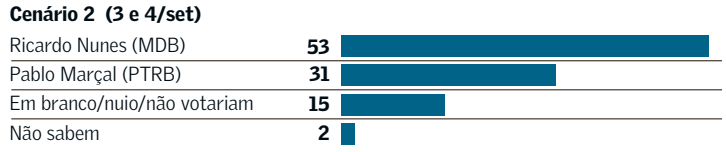
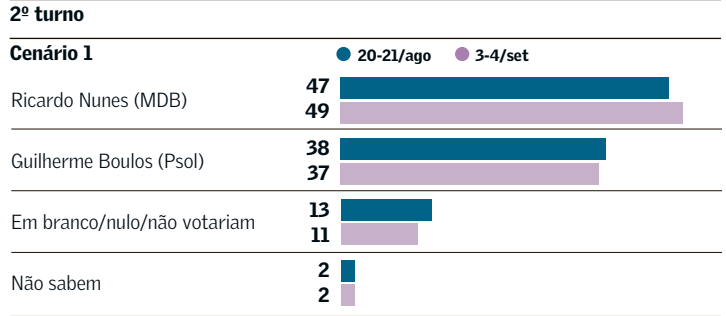
O Datafolha entrevistou 1.204 eleitores entre os dias 3 e 4 de setembro. O nível de confiança é 95%. A pesquisa, contratada pelo jornal "Folha de S.Paulo" e pela TV Globo, está registrada na Justiça Eleitoral sob o protocolo SP-03608/2024.

O percentual de eleitores que disseram não votar de jeito algum em Marçal aumentou para além da margem de erro. O candidato tinha 34% de rejeição no fim de agosto e agora tem 38%. Boulos, até então o mais rejeitado, manteve os mesmos 37%. Na sequência vem o Datena (32%) e Nunes, que registrou 21%, menor que os 25% da rodada anterior.

O Datafolha testou três cenários de um eventual segundo turno. Nunes e Boulos venceriam Marçal. No embate entre o prefeito e o influenciador, Nunes o derrotaria por 53% a 31%. O deputado do Psol teria 45% ante 39% do adversário do PRTB. Se o segundo turno fosse entre Nunes e Boulos, o prefeito teria 49% a 37%.

Pesquisa Datafolha
Intenção de votos para Prefeitura de São Paulo - em %

	20 e 21/ago	3 e 4/set
Marina Helena (Novo)	4	3
Bebeto Haddad (DC)	1	1
João Pimenta (PCO)	1	0
Ricardo Senese (UP)	0	1
Altino Prazeres (PSTU)	0	0

Cenário 3 (3 e 4/set)

Guilherme Boulos (Psol)	45
Pablo Marçal (PRTB)	39
Em branco/nulo/não votariam	12
Não sabem	3

Fonte: Datafolha. Margem de erro 3 pp para mais ou para menos. Nível de confiança: 95%. 1.204 entrevistados em 20-21/8 e em 3-4/9. Registros no TSE: SP-08344/2024 (20-21/8) e SP-03608/2024 (3-4/9)

Pesquisa indica que horário eleitoral fez diferença em SP

Análise

César Felício
Brasília

O horário eleitoral gratuito ainda é um fator importante para a definição de voto em São Paulo. A pesquisa Datafolha de intenção de voto para prefeito divulgada nessa quinta-feira resolve a dúvida que havia sobre a relevância dessa propaganda, mencionada na última coluna "Pergunte aos Dados" publicada no **Valor**.

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), candidato à reeleição e proprietário de 65% do tempo de propaganda na TV, foi o que mais cresceu na pesquisa, passando de 19% para 22%. Pablo Marçal (PRTB), senhor absoluto das redes sociais e sem um segundo sequer no horário eleitoral, cresceu também, mas apenas um ponto percentual, indo de 21% para 22%.

A variação é pequena para ambos, mas quando se olha a curva dos últimos levantamentos se nota uma mudança de tendência. É um panorama diferente do que havia até a semana passada, quando o influencer havia subido sete pontos na rodada anterior, e Nunes, caído.

O que limitou Marçal nessa rodada e favoreceu Nunes é que o candidato do PRTB não evolui bem fora da esfera do bolsonarismo. Nesse segmento, Marçal tem 48% da intenção de voto de quem optou pelo ex-presidente Jair Bolsonaro em 2022 e Nunes, 31%. Mas entre os lulistas o prefeito conta com 19%, e Marçal com apenas 2%. O emedebista está aliado ao PL, exibe o vice Ricardo Mello Araújo, coronel da Rota, e tem como estrela do seu programa de TV o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). Ainda assim, uma parte do seu eleitorado, não pouco importante, está fora da órbita bolsonarista. Marçal é direita pura.

Na faixa do eleitorado acima de 60 anos de idade, Nunes fica com 30% e Marçal, 17%. No eleitorado com renda domiciliar de até dois salários mínimos, o influenciador tem 17% e Nunes, 28%. No segmento com educação até o nível fundamental, de 31% a 12%. A renda mais baixa, o nível educacional menor e a faixa etária mais alta são segmentos em que redes sociais são menos usadas.

Onde Marçal é mais forte do que Nunes? Entre homens (29% a 23%), faixa etária de 25 a 34 anos (27% a 12%), renda domiciliar acima de cinco salários mínimos (25% a 17%), ensino superior (22% a 16%), evangélicos (29% a 27%) e autodeclarados brancos (25% a 21%).

São exatamente esses os segmentos em que a adesão bolsonarista é mais alta. Bolsonaro sempre foi mais rejeitado entre as mulheres, e isso não muda com Marçal, que tem 16% das preferências femininas, ante 22% de Nunes.

> Curva dos últimos levantamentos mostra que há uma mudança de tendência

Sem tempo na televisão, Marçal precisa crescer onde já está forte. Ou seja, reforçar a identificação do bolsonarismo duro com sua candidatura. É o que ele vem fazendo, e tudo indica que irá redobrar a aposta.

O candidato do PRTB fala em vencer no primeiro turno. Por ora nada autoriza esse otimismo: ele só conta com maioria absoluta de intenção de voto entre os eleitores de Bolsonaro em 2022, que representam 34% do eleitorado total e 46% dos votos válidos.

A argumentação de Tarcísio a favor de um voto útil do conservadorismo em Ricardo Nunes como estratégia para evitar a vitória de Guilherme Boulos tem respaldo na pesquisa. Segundo o Datafolha, o candidato do Psol segue com rejeição alta e estável, de 37%. Mas a rejeição a Marçal cresceu quatro pontos percentuais, pulando de 34% para 38%, ao passo que a de Nunes caiu, de 25% para 21%. No segundo turno Nunes bate Boulos com vantagem de 12 pontos percentuais, ao passo que o candidato da esquerda ganha de Marçal por 6 pontos.

O apelo ao voto útil nesse estágio da campanha, contudo, faltando ainda um mês para disputa, soa prematuro. Normalmente essa é uma tática reservada para a reta final, até porque não está estabelecido, pelos números disponíveis no momento, que Boulos teria vaga garantida em um segundo turno.

O candidato do Psol passa por um problema sério nessa campanha, que é a baixa identificação sua com o lulismo, em que pese a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em sua propaganda na televisão.

Entre os eleitores que votaram em Lula na disputa presidencial de 2022 somente 43% dizem votar em Boulos. É algo de difícil compreensão, dado que somente Boulos nessa campanha busca se identificar com o eleitorado do presidente. Para sair da estagnação, Boulos precisa de duas coisas: colar em Lula e reforçar o bombardeio em Nunes, para retirar do emedebista a fatia que ele tem dentro do lulismo.

É nesse ponto que a estratégia de Boulos é um complicador para Nunes: o candidato do Psol no primeiro turno nada tem a tirar de Marçal e tem o que remover do emedebista. Como Nunes e Marçal estão empatados, se Boulos tiver sucesso nessa estratégia a balança da outra vaga para o segundo turno pende para o candidato do PRTB.

A pesquisa mostra ainda um rápido esvaziamento de José Luiz Datena (PSDB) e um paulatino crescimento de Tabata Amaral (PSB) . A candidata do PSB, pela primeira vez em quarto lugar, se fortalece como uma espécie de Nêmesis de Marçal, a quem enfrenta sobretudo em debates e redes sociais.

Tabata vai melhor na faixa de renda mais alta e na população com ensino superior. Não mostra vitalidade nos segmentos menos suscetíveis às redes sociais e seu pouco tempo na televisão não a ajuda.

Bolsonaro deve participar de campanha de Nunes

Cristiane Agostine
De São Paulo

O engajamento do ex-presidente Jair Bolsonaro na campanha à reeleição de Ricardo Nunes (MDB) é aposta para o crescimento do prefeito de São Paulo nas pesquisas. Bolsonaro e também a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL) fariam agenda presencial de campanha com Nunes e também gravariam para a propaganda eleitoral gratuita.

Neste sábado (7), o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, fará um café da manhã no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista, com Nunes e Bolsonaro, antes do ato do 7 de Setembro organizado por bolsonaristas na capital, que deve ser marcado por críticas ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Bolsonaro ficará hospedado na sede do governo para ir ao ato. O encontro deve ser usado pela equipe de Nunes para mostrar que o ex-presidente está participando da campanha. O prefeito é esperado no ato, ao lado do ex-presidente.

Na quarta-feira (4), Tarcísio foi a Brasília para conversar com Bolsonaro sobre o apoio a Nunes e pedir o engajamento do ex-presidente, em meio à migração de bolsonaristas para a campanha do influenciador digital e candidato Pablo Marçal (PRTB). No encontro, segundo relatos de pessoas próximas ao governador, o ex-presidente teria concordado em se envolver mais na campanha do prefeito

O engajamento de Michelle também é visto como estratégico. Em pesquisas, a equipe do prefeito tem identificado o crescimento de Marçal entre os evangélicos e a ex-primeira-dama, evangélica, poderia ajudar no diálogo com essa fatia do eleitorado.

O ex-presidente indicou o vice na chapa de Nunes, coronel Mello Araújo, mas resistia em ter uma participação mais ativa na campanha do prefeito. Bolsonaro tem sido pressionado por apoiadores a aliar-se a Marçal e recentemente alertou o governador sobre os riscos de uma eventual derrota de Nunes e do desgaste político por apoiá-lo.

Tarcísio insistiu com Bolsonaro no apoio a Nunes e mostrou o resultado de pesquisas internas, feitas pela campanha do MDB, de que uma parte relevante do eleitorado ainda não sabe que o prefeito é apoiado pelo governador, e que a divulgação desse apoio poderia ajudá-lo a crescer entre os eleitores conservadores.

Cabo eleitoral do prefeito, Tarcísio tem tido um papel central na campanha de Nunes e intensificou atividades de rua a seu lado. Na quinta-feira (5), durante visita dos dois às obras da estação Aricanduva do metrô, afirmou que mostrou a Bolsonaro "que o Ricardo [Nunes] é o candidato que mais cresce e é o único que derrota, de fato, a esquerda no segundo turno". O ex-presidente se mostrou "muito animado", disse Tarcísio. "Vamos esperar passar o 7 de Setembro para ele entrar na campanha."

Em São Paulo, Bolsonaro deve fazer um ato de campanha na Ceagesp ao lado de Nunes e de Mello Araújo, que comandou a central de abastecimento na gestão do ex-presidente. Bolsonaro deve gravar também imagens com o prefeito no Campo de Marte. O local foi cedido por São Paulo à União, no governo Bolsonaro, para encerrar a dívida com o governo federal.

No momento da visita de Tarcísio e Nunes às obras da estação Aricanduva, o Datafolha divulgou novo levantamento sobre a corrida eleitoral em São Paulo. Os resultados comprovam, segundo o governador, que os moradores da "periferia estão sendo alcançados pelas políticas públicas" da prefeitura e do Estado. Nunes disse que os números refletem o fato de que sua gestão "tem o que mostrar".

De acordo com o Datafolha, Boulos (Psol) tem 23%, seguido por Nunes e por Pablo Marçal, ambos com 22%. Na pesquisa anterior, divulgada há duas semanas, Marçal tinha 21% e Nunes, 19%. As variações ocorreram dentro da margem de erro, de três pontos percentuais.

Principal preocupação da campanha de Nunes nas últimas semanas, em razão de sua subida nas pesquisas, Marçal embarcou nesta quinta-feira (5) para El Salvador, a dois dias do ato promovido por bolsonaristas na avenida Paulista.

O objetivo de Marçal é encontrar o presidente Nahyb Bukele. Publicitário, Bukele chegou à Presidência de El Salvador em fevereiro de 2019 com um discurso antissistema. No governo, implantou medidas severas de segurança pública, sob protesto de entidades defensoras dos direitos humanos. Foi reeleito neste ano com 85% dos votos, sucesso atribuído à queda dos índices de criminalidade.

A assessoria de Marçal não confirma o encontro com Bukele. Diz apenas que o candidato "vai se reunir com autoridades locais, com o objetivo de buscar soluções eficazes para enfrentar o crescente problema da criminalidade em São Paulo".

(Colaborou Ívina Garcia)

DIVULGAÇÃO/MDB

Tarcísio e Nunes em campanha: governador diz que prefeito é o "candidato que mais cresce nas pesquisas"

Eleições Candidata do PDT à prefeitura é a quarta a ser sabatinada pelo 'Valor', 'O Globo' e rádio CBN

Duda Salabert aposta em 'eleitorado plural' na disputa em Belo Horizonte

Ívina Garcia
De São Paulo

Primeira mulher trans a se candidatar para a prefeitura de uma capital, Duda Salabert (PDT), deputada federal que concorre em Belo Horizonte, aposta em um "eleitorado plural" para vencer as eleições, diz que a sua participação na política "transborda a questão ideológica" e que o seu objetivo, na disputa pela Prefeitura de BH, é não deixar que a cidade caia "nas mãos da extrema-direita"..

"Eu não estou na política pra discutir se o correto é dizer obrigado, obrigada ou obrigade. Eu não estou na política pra discutir qual banheiro eu devo usar. Estou na política para discutir questões sérias e urgentes pra cidade", disse em sabatina do **Valor**, "O Globo" e rádio CBN na manhã de quinta-feira (5).

Salabert começou a entrevista rememorando a sua trajetória política. Foi a vereadora mais votada da história da Assembleia Legislativa de Belo Horizonte em 2020, com 37 mil votos. E em 2022, com 208 mil votos, eleita deputada federal — um recorde no Estado.

"Fiquei 24 meses como vereadora e aprovei cerca de 20 leis e leis sérias", disse, citando como exemplo o projeto que garantiu a distribuição gratuita de absorvente nas escolas: "Foi construída por mim e sancionada pelo prefeito para reduzir a evasão escolar. Porque há números que mostram que estudantes brasileiras de 14 a 16 anos perdem em média 30 dias por ano letivo por não ter acesso a absorventes."

Embora pesquisas de intenção de votos indicarem que o deputado estadual Mauro Tramonte (Republicanos) está na liderança da disputa, com 30%, Salabert disse acreditar que o adversário irá "desidratar". "Quando pegamos o mapa [de votos de Tramonte], metade é composta por eleitores de Lula e metade de Bolsonaro. Não tem como ficar em cima do muro. Vai ser o Celso Russomanno de Belo Horizonte", disse em referência ao deputado federal que, em eleições passadas, foi candidato à Prefeitura de São Paulo.

Salabert disse apostar em um segundo turno entre ela e o deputado estadual Bruno Engler (PL), que tem o apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Ambos estão empatados tecnicamente em segundo lugar, de acordo com pesquisa Datafolha, divulgada na quarta-feira (5).

"É um debate rasteiro, cheio de clichês e senso comum", afirmou na sabatina. "Acredito que no segundo turno teremos eu e Bruno Engler, muito mais pela polarização do que pela qualificação do debate. Porque, com todo respeito à trajetória dele, ele não consegue formar uma frase sem cinco palavras: gênero, trans, banheiro, Bolsonaro e Lula", criticou.

A candidata, que dialoga com a esquerda, tentou inicialmente o apoio do PT, convidando Rogério Correia para ser seu vice, mas a aliança não se firmou. O PT optou por uma candidatura própria, colocando Correia na disputa. Salabert concorre com uma chapa pura, tendo como vice o Professor Francisco Foureaux .

Na sabatina, ela atribuiu a falta de apoio político a preconceito. Disse que "qualquer candidato" que estivesse no mesmo cenário em que ela se encontra — parlamentar mais bem votada e alta popularidade — estaria recebendo apoio. "Sem dúvida há muito preconceito por eu ser uma pessoa trans. A política está cheia de preconceitos ainda, a sociedade avançou e isso não é um problema para a sociedade, mas é um problema para política", afirmou. "Os partidos não representam mais o que a sociedade quer."

DIVULGAÇÃO/CBN

Duda Salabert: "Há muito preconceito por eu ser uma pessoa trans. A sociedade avançou e isso não é um problema para a sociedade, mas é um problema para política"

Salabert declarou que como vereadora e deputada "fez muito mais do que prefeitos eleitos". E disse que, se eleita, apostará em um secretariado técnico. "Ninguém governa sozinho", afirmou. "Meu gabinete sempre foi construído com uma formação técnica muito grande, para construir e fazer uma gestão de qualidade."

A candidata afirmou que, se eleita pretende protocolar projeto de lei no primeiro dia de mandato para que a capital mineira pague o maior salário para professores entre as capitais.

Segundo a postulante, que é professora há 20 anos, não há como desenvolver a educação sem considerar a valorização desses profissionais: "Não existe outra forma de transformar a sociedade que não seja pela educação e não tem como transformar a educação sem valorizar os professores."

Salabert declarou que já tem um estudo orçamentário para esse projeto. O impacto, segundo ela, será de R$ 200 milhões por ano, o que considera viável.

Conhecida como "capital dos bares e restaurantes", Belo Horizonte possui a maior quantidade de bares por habitantes, segundo levantamento da Associação de Bares e Restaurantes (Abrasel) com dados de 2022. A capital também tem o título de Cidade Criativa da Unesco pela Gastronomia.

Como incentivo ao setor, Salabert disse que, se eleita, irá apresentar um projeto de imposto zero para bares e restaurantes tradicionais. A candidata acredita que o benefício vai ajudar a fortalecer a saúde financeira dos comerciantes e o turismo gastronômico.

A candidata também prometeu que, se eleita, perdoará dívidas de pequenos comerciantes com a prefeitura. Atualmente, segundo Salabert, 30% dos pequenos comerciantes de BH têm alguma dívida municipal. "Vamos perdoar essa dívida, para que [os comerciantes] tenham recursos e possam melhorar a saúde financeira do estabelecimento", disse.

Salabert colocou a crise climática e ações para preservação do meio ambiente como um assunto caro de seu projeto de governo e fez críticas ao atual prefeito e candidato à reeleição, Fuad Noman (PSD). "O prefeito [Fuad Noman] é um frouxo, não tem coragem de ir na porta da mineradora como eu fui, tem medo dos moradores", afirmou durante a sabatina.

A candidata também prometeu renunciar ao cargo se a qualidade da água na Lagoa da Pampulha não estiver melhorado consideravelmente nos dois primeiros anos de seu governo, se eleita prefeita. "Para mim é algo caro a defesa da nossa água, meio ambiente e nosso clima", afirmou.

A sabatina do **Valor**, "O Globo" e rádio CBN são realizadas com os cinco candidatos mais bem colocados nas pesquisas. Salabert é a quarta participante. Segunda-feira o entrevistado foi Mauro Tramonte; na terça-feira, Fuad Noman; e quarta-feira, Bruno Engler. Nesta sexta será a vez de Carlos Viana.

Os candidatos são entrevistados pelas colunistas Bela Megale e Renata Agostini, de "O Globo" e da CBN, pela âncora da rádio Shirley Souza e pela jornalista Cibelle Bouças, repórter do **Valor**.

Também serão realizadas sabatinas com os candidatos do Rio e de São Paulo. Dos dias 9 a 13 de setembro, serão ouvidos os cinco primeiros colocados para a disputa carioca, de acordo com a pesquisa Datafolha ou Quaest mais recente. A partir do dia 16 de setembro, serão entrevistados os primeiros colocados na disputa à Prefeitura de São Paulo.

valor.com.br
Veja o que é #Fato ou #Fake no site
https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2024/noticia/2024/09/05/veja-o-que-fato-ou-fake-na-sabatina-de-duda-salabert-para-o-globo-valor-e-cbn.ghtml

Tramonte lidera com 29% em Belo Horizonte

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

Pesquisa Datafolha de intenções de voto para prefeito de Belo Horizonte, divulgada na quinta-feira (5), mostra uma disputa bastante acirrada, com Mauro Tramonte (Republicanos) à frente e outros três candidatos empatados tecnicamente no segundo lugar.

Tramonte aparece com 29% das intenções de voto, no mesmo patamar do levantamento realizado entre 20 e 21 de agosto, quando tinha 27%.

Em segundo lugar, o atual prefeito e candidato à reeleição, Fuad Noman (PSD), aparece em segundo lugar, com 14% das intenções de voto — uma melhora em relação aos 10% apurados no levantamento anterior.

Tecnicamente empatados com Fuad estão Bruno Engler (PL), com 13% das intenções de voto, ante 10% na pesquisa anterior, e Duda Salabert (PDT), com 12%, ante 10% no primeiro levantamento. Fuad, Engler e Duda estão tecnicamente empatados, considerando a margem de erro de três pontos percentuais para mais ou menos.

Em seguida na pesquisa está Rogério Correia (PT), com 8% das intenções, avanço de um ponto percentual em relação ao levantamento anterior. Carlos Viana (Podemos) está com 5%, ante 12% na pesquisa feita em agosto. Gabriel Azevedo (MDB) também aparece com uma pontuação menor, de 2%, ante 3% na pesquisa anterior.

Lourdes Francisco (PC), Wanderson Rocha (PSTU) e Indira Xavier (UP) não atingiram 1% das intenções de voto. Na pesquisa anterior, apenas Wanderson Rocha teve 1% das menções. Votos em branco e nulos somaram 8% Indecisos são 8% do total.

O Datafolha ouviu 910 eleitores na capital mineira nos dias 3 e 4 de setembro. A pesquisa tem nível de confiança de 95%, margem de erro de três pontos percentuais, e está registrada na Justiça Eleitoral com o número MG-02912/2024. O levantamento foi contratado pela TV Globo e pela "Folha de S.Paulo".

O Datafolha também perguntou aos eleitores sobre cenários possíveis para o segundo turno. Em uma disputa com Engler, o candidato do Republicanos venceria com 62% dos votos, contra 18% de Engler. Votos brancos e nulos somam 14%; indecisos são 5%.

Em uma disputa com Carlos Viana, Tramonte teria 60% das intenções de voto, contra 15% do candidato do Podemos. Votos em branco e nulo somam 17% e indecisos, 8%.

Contra Duda Salabert, Tramonte venceria com 61% dos votos, contra 25% da candidata do PDT. Votos em brancos e nulos são 10% do total e indecisos, 4%.

Em um segundo turno com Fuad Noman, Tramonte teria 54% dos votos, ante 31% de Noman. Votos em branco e nulos são 10%; indecisos somam 6%.

Tramonte também venceria uma disputa em segundo turno com Rogério Correia, ficando com 63% das intenções de voto, contra 19% do petista. Votos em branco e nulos somam 12% e indecisos, 6%.

Paes segue em alta e alcança 59%, diz Datafolha

Camila Zarur
Do Rio

O prefeito do Rio de Janeiro e candidato à reeleição, Eduardo Paes (PSD), mantém a liderança na disputa ao Palácio da Cidade com 59% das intenções de voto, segundo pesquisa Datafolha divulgada na quinta-feira (5). Em seguida, aparecem os deputados federais Alexandre Ramagem (PL), com 11%, e Tarcísio Motta (Psol), com 6%. Os dois estão empatados no limite da margem de erro.

Em comparação ao levantamento anterior, de 22 agosto, houve poucas mudanças no cenário. Paes oscilou positivamente dentro da margem de erro, indo de 56% para 59%. O mesmo ocorreu com Ramagem, que tinha 7%. O candidato do Psol, por sua vez, oscilou negativamente — na anterior, Tarcísio tinha 7% das preferências.

Se os percentuais se repetirem nas urnas, Paes será eleito já no primeiro turno. O prefeito tem uma vantagem de 48 pontos percentuais ante a Ramagem.

O Datafolha ouviu 1.106 eleitores presencialmente entre os dias 3 e 4 deste mês. É a primeira sondagem feita pelo instituto após o horário eleitoral gratuito. A margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos. A pesquisa foi contratada pela TV Globo e pela "Folha de S.Paulo".

Entre os entrevistados, 11% afirmaram que vão votar em branco ou nulo; uma redução de dois pontos percentuais em comparação à pesquisa de agosto. A porcentagem de indecisos, por sua vez, cresceu dentro da margem de erro e chegou a 7% (era 5% em agosto e julho).

Paes cresceu oito pontos percentuais e soma 39% das intenções de votos espontâneas. Nessa projeção, os entrevistados respondem em quem pretendem votar sem ver a relação de candidatos.

O atual prefeito manteve a liderança, mas tem o mesmo percentual dos indecisos. Porém, a porcentagem de entrevistados que não sabem ainda em quem votar diminuiu em comparação à pesquisa passada, quando registrava 49%.

Em segundo lugar, Ramagem tem 7% das intenções espontâneas de voto, empatado com o percentual de entrevistados que afirmaram que irão votar em branco ou nulo. Depois, aparece Tarcísio Motta, com 3%. Os demais candidatos somaram 3%. O concorrente bolsonarista e o psolista cresceram um ponto em comparação à sondagem de agosto.

Ambos, contudo, também aumentaram suas rejeições. Ramagem, agora, é rejeitado por 29% dos eleitores; Tarcísio, por 24%. Em agosto, esses percentuais eram 21% e 22%, respectivamente. Já a rejeição de Paes caiu cinco pontos, chegando a 14%.

A pesquisa também mediu o grau de conhecimento dos eleitores a respeito dos candidatos à prefeitura. Paes lidera nesse quesito, com 99% dos entrevistados respondendo que o conhecem.

Já em relação a Ramagem, ele é conhecido por 54% dos entrevistados pelo Datafolha. De acordo com o levantamento, 39% disseram conhecer Tarcísio.

No Recife, João Campos confirma favoritismo

De São Paulo

Pesquisa Datafolha divulgada na quinta-feira (5) mostra que o prefeito do Recife e candidato à reeleição, João Campos (PSB), se mantém na liderança com 74% das intenções de voto — índice que, se confirmado nas urnas, garante a vitória em primeiro turno. Ele oscilou dois pontos percentuais em comparação com o levantamento anterior, divulgado em 22 de agosto, quando marcou 76%.

A segunda posição tem um empate técnico entre o ex-ministro do Turismo Gilson Machado (PL), que marcou 9% das intenções de voto; o ex-secretário de Turismo de Pernambuco Daniel Coelho (PSD), com 5%; e a deputada estadual Dani Portela (Psol), com 4%. Mais atrás está Ludmila (UP), com 1%. Tecio Teles (Novo), Simone Fontana (PSTU) e Victor Assis (PCO) não pontuaram.

Declararam que vão anular, votar em branco ou em nenhum dos candidatos 4% dos entrevistados. Os indecisos são 2%.

O Datafolha entrevistou 910 eleitores entre os dias 3 e 4 de setembro. O nível de confiança é 95% e a margem de erro da pesquisa é de três pontos percentuais para mais ou para menos. A pesquisa, contratada pelo jornal "Folha de S.Paulo" e pela TV Globo, está registrada na Justiça Eleitoral sob o protocolo PE-05223/2024.

A pesquisa é a primeira realizada após o início do horário eleitoral gratuito, que começou na sexta-feira (30 de agosto).

Na pesquisa espontânea, em que os nomes dos candidatos não são apresentados aos eleitores, João Campos também se mantém na liderança, com 57% das menções. No levantamento divulgado em agosto ele tinha 51% e no de julho, 39%.

Gilson Machado e Daniel Coelho marcaram 5%, cada um, na pesquisa espontânea; e Dani Portela, 2%. Além disso, 1% disse que votaria "no atual" — em referência a João Campos —; outras respostas somaram 7%; brancos, nulos ou que responderam que não irão votar em nenhum candidato, 3%; e os indecisos são 22%.

A pesquisa também mediu o índice de rejeição dos candidatos. Gilson Machado é o candidato com a maior rejeição, com 39%, segundo o levantamento do Datafolha. Em seguida aparecem Ludmila, com 35%; Daniel Coelho, 32%; Tecio Teles, 29%; e Victor Assis, 28%. Simone Fontana teve 27%; Dani Portel, 26%, e João Campos, 8%.

Responderam que votariam em qualquer um/não rejeitam nenhum 3%. Já os que disseram que rejeitam todos/não votariam em nenhum, somam 2%.

Marçal encontra Dostoiévski: diálogos imaginários

Andrea Jubé

Em mais um dia de céu cinza da fumaça de incêndios e ar insalubre, o candidato à Prefeitura de São Paulo, Pablo Marçal (PRTB) esbarrou com o escritor russo Fiódor Dostoiévski (1821-1881), autor de "O idiota", em uma avenida importante da capital. A coluna recuperou trechos do diálogo imaginário.

— Ouvi falar de você, disse Dostoiévski, iniciando a conversa, como era de se esperar de um jornalista e escritor.

— Deve ser das redes sociais, sou "influencer" de alcance internacional, disse Marçal.

— Rede social? Desconheço. Minhas ferramentas de são papel, caneta-tinteiro e a alma humana. Uma vez, contratei uma estenógrafa, e me casei com ela, relembrou o russo.

— Papel? ... Ora, temos algo em comum, sou "coach" e também desbravo a alma humana. Meus seguidores e apoiadores fazem quase tudo o que eu recomendar.

— Seguidores?, indagou o escritor, que viveu no século XIX.

— Sim, tenho 17 milhões de seguidores nas minhas contas bloqueadas [quase 10% da população brasileira], e mais de 3 milhões nas contas reservas. Em 2022, 30 alunos foram comigo escalar uma montanha na Serra da Mantiqueira.

— Impressionante, e como foi?, perguntou o autor.

— Havia névoa, visibilidade ruim, chuva e ventos fortes, e tivemos de acionar o Corpo de Bombeiros para nos resgatar. Agora estou tendo de responder ao Ministério Público. Mas eu não obriguei ninguém a me seguir. Quem não quer risco, fica em casa vendo "stories", alegou.

— Não sou "influencer", mas sou reconhecido, em vários países, por obras seminais. Uma delas é "O idiota", cujo protagonista é o príncipe Michkin, um ser magnânimo. Soube que você chamou os eleitores brasileiros de idiotas. Foi ofensa ou elogio? Se relacionar-se com minha obra, pode ser algo positivo ...

— Eu afirmei em uma entrevista que, nas eleições, temos que ser "um idiota". Infelizmente, a nossa mentalidade gosta disso. Também chamei os eleitores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de "idiotas".

— Mas vi que Lula elegeu-se três vezes presidente do Brasil. Imagino que você também busque esses votos? Você almeja a Presidência em 2026?

— Claro! E por ser um povo que gosta disso, eu preciso produzir isso. Preciso ter um comportamento que chame a atenção, argumentou Marçal.

— O meu "idiota" contrasta com o seu. O príncipe Michkin é uma pessoa bela, positiva e sensível. É inteligente, tem valores e princípios firmes. Criei um ser ideal, a personificação da bondade e da harmonia.

— Veja, "Dostô" ... No começo da campanha, no primeiro debate, eu testei uma atitude menos agressiva. Mas isso não rendeu bons números nas redes nem cortes viralizantes.

— O meu "idiota" é uma pessoa de bom coração, enxerga as pessoas por dentro, suas palavras, ações, a mentira e a verdade. Começou a história pobre, mas herdou milhões de rublos, e com sua generosidade, ajudou todos no seu entorno e perdeu seus detratores. Ele também era chamado de "idiota" porque sofria de uma enfermidade que acabava afetando sua capacidade de compreensão plena.

— Mas um "idiota", na definição do dicionário, é aquela pessoa tola, ignorante, propensa a cometer enganos. Mas fiquei curioso. Que final você deu para esse seu personagem virtuoso?

— Ele teve um fim trágico, lamentou o escritor.

— Eu também escrevi livros, um dos mais recentes foi "O pior ano da sua vida".

— Abordei esse tema em "Recordações da casa dos mortos". Você também foi processado e condenado, e cumpriu pena na Sibéria? Meu livro relembra essa fase de revezes. Você não vai mudar sua estratégia?

— Por enquanto, está dando certo, apontou Marçal, que se mantém em empate técnico com a política tradicional.

— Aproveito para te sugerir a leitura de um dos meus "best sellers", "Crime e castigo", um tratado sobre culpa e arrependimento.

— Por enquanto, nenhum dos dois me tira o sono. Mas vamos nos falando. Quero pegar o seu contato, vamos emparelhar os "smartphones", propôs Marçal.

— Sou "vintage". Tem caneta e papel?, retrucou o escritor.

Kassab

Se Pablo Marçal continua sendo um enigma para as campanhas do prefeito Ricardo Nunes (MDB) e do deputado Guilherme Boulos (Psol), que não conseguem se descolar do "coach" nas pesquisas, outra esfinge que desafia os nervos das lideranças ligadas à candidatura do líder do Republicanos, Hugo Motta (PB), à presidência da Câmara dos Deputados, é o secretário de governo de São Paulo e presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab.

Um dos caciques que articulou, ao lado de Arthur Lira (PP-AL), a construção do nome de Motta para a candidatura disse à coluna que, em algum momento, o notório pragmatismo de Kassab, que caracteriza os movimentos do fundador do PSD, o fará recuar da candidatura do líder da bancada na Câmara, o afável deputado Antonio Brito (BA).

Segundo este cacique, a trajetória de Kassab tem se caracterizado pela habilidade de seguir em frente, rio acima, com um pé em cada canoa.

Em 2016, no apagar das luzes do governo da presidente Dilma Rousseff (PT), PL e PP pularam do barco o quanto antes. Kassab, então ministro das Cidades, acendia uma vela para Deus e outra para o diabo. Foi um dos últimos ministros a entregar a carta de demissão para Dilma. Menos de dois meses depois, era ministro de Michel Temer (MDB).

Andrea Jubé é repórter de Política em Brasília. Escreve às sextas-feiras
E-mail andrea.jube@valor.com.br

Eleições Portfólio de candidato vai de confecção de jeans à aviação, mas destaque é o digital

Pandemia foi marco para expansão empresarial de Pablo Marçal

Lucas Ferraz
De São Paulo

O início da pandemia da covid-19, em 2020, representou um marco para a expansão dos negócios de Pablo Marçal (PRTB), o mais rico entre os postulantes à Prefeitura de São Paulo. No fim daquele ano, uma de suas empresas, a PLX Digital, que ainda não tinha completado dois anos de existência, faturou, apenas com lançamentos digitais, R$ 220 milhões.

Era um salto notável para o empresário que tinha deixado havia pouco de trabalhar numa empresa de confecções do sogro, que produzia especialmente calças jeans, para empreender no universo digital aliando autoajuda, cristianismo, teologia, marketing e gestão de negócios.

Ele começou os treinamentos de autoajuda em Goiânia em outubro de 2017, como disse numa entrevista antiga, muitas vezes dirigindo o próprio carro e fazendo palestras gratuitas para poucas pessoas. Sete anos depois, o aspirante a político tornou-se uma das "marcas" mais valiosas da internet brasileira, acumulando um patrimônio declarado à Justiça Eleitoral de quase R$ 200 milhões — cifra conservadora, já que o próprio candidato estimou que suas empresas, juntas, valem cerca de R$ 5 bilhões.

Marçal consta como sócio de um emaranhado de empresas, que vão de agropecuárias, imobiliárias, empresas de aviação, além das companhias voltadas para a venda de cursos e produtos online. Recentemente, durante a campanha eleitoral, ele disse atuar em 19 segmentos.

A rápida expansão do patrimônio do candidato, impulsionada pelo marketing digital, segue uma tendência global. Há dezenas de influenciadores no Brasil que rapidamente viraram milionários. Segundo a Hotmart, empresa que é líder no mercado de marketing digital, desde 2011, quando ela foi criada, produtores de conteúdo que usam a plataforma da empresa já movimentaram R$ 50 bilhões em vendas em todo o mundo.

"Ele é capaz de gerar movimento e criar comunidades. O seu nicho é vender prosperidade. Marçal talvez seja um dos três nomes da internet brasileira, comparável a Érico Rocha e Thiago Finch, que consegue arrecadar cerca de R$ 100 milhões num ciclo de dois meses. É um modelo que funciona como uma instituição de ensino", disse um dos principais nomes no Brasil sobre marketing de conteúdo e de comunidade, que já trabalhou com empresas de diversas áreas, e pediu para não ter o nome revelado. Rocha e Finch, como Marçal, também são emergentes e milionários.

O início da carreira empresarial de Pablo Marçal ainda hoje é recheado de mistérios. Preso em 2005 pela Polícia Federal por integrar a maior quadrilha especializada em invadir contas bancárias pela internet, ele foi condenado (por furto) cinco anos depois. Após o episódio, ele trabalhou no setor de telemarketing da Brasil Telecom e depois com o sogro, Divino Carvalho Gomes, pai de Ana Carolina de Carvalho Marçal, mãe de seus quatro filhos e sócia em pelo menos 11 empresas ao lado de Marçal.

> "A curiosidade faz parte do gatilho mental de Marçal. Nada é claro"
> *Luis Fakhouri*

Em palestras motivacionais disponíveis em seus canais, Marçal conta como aposentou o sogro ao comprar sua empresa, Via Terra, da qual Marçal e família são garotos-propaganda. No entanto, Gomes, que está engajado na campanha do genro, ainda se apresenta nas redes sociais como proprietário da empresa.

Os parceiros e colaboradores de Marçal também são muitos e diversificados. Um deles é o influenciador fitness Renato Cariani, réu por tráfico de drogas e acusado de integrar um grupo criminoso que desviava produtos químicos para o refino de cocaína. Outros chegaram por meio dos cursos e mentorias.

Um exemplo é Marcos Paulo de Oliveira, também goiano e de origem pobre, como Marçal, que se aproximou dele ainda em Goiânia, entre 2017 e 2018, quando o hoje candidato dava os primeiros passos com a venda de cursos digitais. Eles são sócios em vários empreendimentos, como fazendas e as empresas de aviação, além da PLX Digital, a que faturou R$ 220 milhões em 2020 com lançamentos digitais, número relatado pelo próprio Marcos em 2021 ao jornal "O Estado de S. Paulo". Lançamento, no universo digital, é o nome dado à venda de um curso online — ou "infoproduto", termo que define a venda de atividades de ensino nas mais diversas áreas — por um determinado período.

A PLX está sediada num complexo em Alphaville, em Barueri, na Grande São Paulo, onde estão outras companhias do empresário e local onde ele promove cursos e palestras. Nesta semana, a sede das empresas concentrava também cabos eleitorais do candidato do PRTB, conforme a reportagem testemunhou.

Ao **Valor**, Marcos Paulo não quis falar sobre os negócios e o projeto político do sócio. Ele lamentou que as empresas deixaram de "ganhar dinheiro" desde que a candidatura à prefeitura foi apresentada. Sobre as empresas que mais faturam com marketing digital no Brasil, ele disse que "não existe um ranking unificado", como em outros setores da economia.

Marcos está engajado no projeto político de Marçal, assim como praticamente todos os que colaboram para as empresas do influenciador. Em 2022, quando Marçal lançou-se primeiro à Presidência, e depois a uma vaga na Câmara dos Deputados, Marcos Paulo tornou-se o seu maior doador, com R$ 900 mil.

Os dois acabaram alvos Operação Ciclo Fechado, realizada pela Polícia Federal para investigar um suposto esquema de fraudes com doações milionárias que retornavam ao caixa do próprio grupo empresarial que realizava as contribuições. Além das empresas, Marçal e Marcos também tiveram as residências em Alphaville alvos de mandados de busca e apreensão. O inquérito do caso ainda está em andamento, informou a PF, com a decretação de segredo de Justiça.

A assessoria de Marçal limitou-se a dizer que não há ilegalidade no uso do dinheiro doado pelos dois com as suas próprias empresas. "Crime por si só não é", disse o advogado Fernando Neisser, especializado em direito eleitoral. Neisser ressalta que a investigação é justificada, sobretudo para verificar se os preços praticados seguiram os de mercado.

O reality show "La Casa Digital" foi outra estratégia que alavancou Marçal para o sucesso nas redes, no mesmo ano de 2020, quando os consumidores de infoprodutos no Brasil chegaram a estimadas 15 milhões de pessoas — no ano anterior, segundo a empresa Hotmart, eram 6,5 milhões; em 2022, o número superou a casa dos 20 milhões.

O reality — cujo endereço eletrônico leva para a atual página do candidato a prefeito — era uma reunião de 12 pessoas, confinadas numa casa, que realizam várias provas e são capacitadas em ferramentas do marketing e foram premiadas de acordo com o desempenho. Marçal adaptou na atração os seus treinamentos presenciais, que recorre ao chamado "Método IP", de "identidade e propósito".

O modelo, conforme análise feita por Gustavo Padovani, doutorando em Multimeios da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é uma variação de temas recorrentes no seu discurso, como "destravamento", "identidade", "riqueza", "propósito", "transbordo" e "reino".

"A gente começou a criar uma coisa nova no digital e a maior parte da receita do grupo inteiro vem do digital. Então os lançamentos me jogaram lá em cima. Fiz lançamento de R$ 189 milhões, de R$ 120 milhões, de R$ 102 milhões. Aprendi a jogar com isso", disse Marçal nesta semana em conversa no canal "Pobre Show", do influencer Eduardo Feldberg.

> "As empresas deixaram de ganhar dinheiro com a candidatura"
> *Marcos P. Oliveira*

Procurado, o candidato não quis se manifestar sobre a sua atividade empresarial.

"Deixar a pessoa curiosa faz parte do gatilho mental dele. Ele não fala nada de forma clara", diz Luis Fakhouri, diretor de estratégia da Palver, uma empresa que monitora tendências e narrativas nas redes, sobre a falta de informações claras sobre a trajetória tanto de Marçal quanto de suas empresas.

Fakhouri ressalta que o esquema do funil, técnica de marketing para expor um determinando serviço a um grupo de pessoas e reter eventuais clientes, é utilizado por Marçal e suas empresas para vender cursos e produtos e também é adotada pelo candidato nesta eleição para conquistar votos.

"O mundo simbólico construído por Pablo Marçal incorpora um ethos discursivo que entrelaça autoajuda, cristianismo, teologia, marketing e gestão de negócios. Um elo que justifica uma relação direta e natural entre a prosperidade e a fé para que a riqueza não seja associada a um pecado", escreveu Padovani num artigo publicado no segundo semestre do ano passado numa revista interinstitucional dos programas de pós-graduação em comunicação social da PUC-Minas e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

MARIA ISABEL OLIVEIRA/ AGÊNCIA O GLOBO

Complexo que abriga algumas das empresas de Pablo Marçal e onde ele promove cursos e mentorias em Alphaville, em Barueri, na Grande São Paulo

França Escolha frustra bloco da esquerda, que obteve a maior votação nas eleições de junho, mas agrada a extrema direita

Ao nomear Barnier como premiê, Macron busca manter reformas

Paloma Varón
Para o **Valor**, de Paris

Sessenta dias após as eleições legislativas, que deram uma vitória surpreendente à coalizão de esquerda Nova Frente Popular, e após semanas de caos e incerteza na política francesa, o suspense sobre o novo governo da França acabou ontem, com a nomeação do premiê mais velho da 5ª República, Michel Barnier, de 73 anos, para suceder o mais novo, Gabriel Attal, 35 anos, que ficou oito meses no cargo.

A manutenção da reforma da Previdência e a contenção da dívida pública estão no centro da escolha do presidente francês, Emmanuel Macron, segundo especialistas ouvidos pelo **Valor**.

Michel Barnier tem uma grande experiência política em níveis local (foi eleito na Sabóia, sua região, aos 22 anos), nacional — foi eleito o deputado mais jovem da França em 1978, aos 27 anos), além de ter sido ministro de governos diversos como Mitterrand, Chirac e Sarkozy — e europeu: foi o negociador da União Europeia para o Brexit.

Para o economista-chefe da CGI Business Consulting Pascal de Lima, trata-se de uma escolha "bastante hábil" de Macron. "Ele representa a continuidade e a Europa, que é o que Macron queria. Além disso, quando foi candidato às primárias de seu partido para a eleição presidencial de 2022, apresentou um programa muito próximo ao da extrema direita no que diz respeito aos cortes nos gastos e nos impostos de produção", comenta. "Então ele representa o diálogo e o apaziguamento social."

Enquanto o líder do partido a França Insubmissa (esquerda radical) Jean-Luc Mélenchon denunciou a "eleição roubada do povo francês", Marine Le Pen, do Reunião Nacional (RN, de extrema direita) disse que Barnier é um nome que poderá dialogar com o seu grupo, ao contrário de outros que foram sondados para o cargo durante a última semana. Analistas políticos e deputados de vários campos sublinharam, em debates televisivos, que Barnier agrada ao RN, principalmente no que diz respeito ao controle da imigração.

O cientista político John Crowley, ex-professor da escola da elite política francesa Sciences Po e consultor da PHGD, explica que Barnier foi nomeado para dar continuidade à reforma da Previdência, "a grande herança do governo Macron", e que a coalizão de esquerda, majoritária na Assembleia Nacional, havia posto em xeque. Crowley acredita que a aliança de esquerda deve depositar diversas moções de censura a partir de 1º de outubro, quando as sessões parlamentares voltarem a ocorrer e o projeto de orçamento para 2025 deve ser apresentado, "mas elas devem ser rejeitadas".

"O orçamento para o ano seguinte deve ser aprovado até 15 de novembro, então deverá haver algumas sessões tensas pela frente", indica. "E tem também a opção de aprovar por decreto, como fez a ex-premiê Élisabeth Borne com a reforma da Previdência. De qualquer forma, na França não existe a opção de um shutdown como nos EUA", compara. "O máximo que pode acontecer é aprovar um orçamento temporário."

STEPHANE DE SAKUTIN/POOL PHOTO VIA AP
Gabriel Attal (à esq.) e Michel Barnier (à dir.) dão entrevista na passagem do cargo

De acordo com Pascal de Lima, a escolha de Barnier marca um retorno da política econômica sonhada por Macron, ele mesmo ex-ministro da Economia sob François Hollande: "uma economia de empresas, de oferta". "Ele deve favorecer as empresas ao mesmo tempo em que diminui os gastos públicos. Deve diminuir os encargos fiscais sobre o patronato e racionalizar a economia francesa", prevê, sublinhando que a nomeação agradou ao mercado.

As ações dos bancos franceses subiram ontem (BNP Paribas +2,7% e Credit Agricole +1,3%), enquanto o custo de financiamento do governo caiu ligeiramente e o euro se manteve firme.

Macron disse que encarregou Barnier de formar "um governo unificador a serviço do país". Ao tomar posse, no fim da tarde em Paris, Barnier anunciou como prioridades de seu governo a educação, a segurança, o controle da imigração e o poder de compra, mas ressaltou que, no seu governo, "haverá mudanças e rupturas", sem especificar quais. Falou também em sanar "não só a dívida financeira, como a ecológica".

Barnier deverá começar a nomear os ministros do Gabinete nas próximas horas e enfrentar o desafio de formar um governo que possa unir as fraturas ideológicas entre os blocos de esquerda, direita e centrista na Assembleia Nacional.

Do choque ao equilíbrio. Macron chocou a França ao convocar eleições legislativas antecipadas em junho, logo após as eleições europeias, o que resultou em um parlamento dividido em meio à polarização política.

Uma coalizão de esquerda surgiu como a maior força política da França, mas sem assentos suficientes para atingir uma maioria absoluta de 289 na Assembleia Nacional. A ala centrista de Macron e a extrema direita compõem os outros dois grupos principais. O partido tradicional de direita de Barnier ficou em quarto lugar e tem 47 assentos no parlamento.

Apesar disso, o presidente, que tem o poder de escolha, optou por nomear como premiê um político de um partido que obteve apenas 4% dos votos nas eleições presidenciais de 2022 e cerca de 8% nas legislativas de 7 de julho deste ano. A revista "Nouvel Obs" publicou uma edição com a foto de Macron e a manchete "mau perdedor" horas antes da nomeação de Barnier.

Para De Lima, os principais desafios de Barnier na economia são: continuar a pressionar, junto com outros países da União Europeia, o Banco Central Europeu para que baixe o juro. "Ele tem influência, pois já foi comissário europeu", disse o economista da CGI. E ainda combater a inflação e promover o crescimento econômico na França. "Para isso, ele já conta com a confiança do empresariado."

De Lima está otimista: "Barnier tem chances de alcançar o equilíbrio necessário, pois tem um bom diálogo com o RN [extrema direita], com o seu próprio partido, o LR [direita], com os social-democratas [centrista] e até mesmo com a ala mais à direita da esquerda. Eu estive em um debate hoje no canal de televisão BFM Business e senti que ele representa um equilíbrio, uma certa unanimidade", afirma.

Trump planeja cortar impostos e ter Musk em seu governo

AP

O ex-presidente americano e candidato republicano às eleições de novembro, Donald Trump (foto à esquerda), disse ontem que pretende cortar impostos, ampliar a oferta de energia, reduzir preços e reformar o regime regulatório dos EUA. E afirmou que, para isso, convidará o bilionário Elon Musk (à direita) para comandar uma nova "comissão de eficiência", que seria "encarregada de conduzir uma completa auditoria financeira e de desempenho de todo o governo federal". "Por sugestão de Elon Musk, que me deu seu apoio, vou criar uma comissão de eficiência", disse Trump, durante discurso no Clube Econômico de Nova York — no qual prometeu reduzir a alíquota de imposto para empresas de 21% para 15%.

Chevron diz que seguir na Venezuela é essencial para interesses dos EUA

Collin Eaton, Patricia Garip e Jenny Strasburg
Dow Jones

Dias depois de Nicolás Maduro ter declarado sua vitória nas eleições venezuelanas e começado a reprimir dissidentes, a Chevron manifestou sua posição a respeito: é crucial permitir à empresa seguir explorando petróleo no país.

Há dois anos, o governo de Joe Biden amenizou as sanções da era Donald Trump contra o país e permitiu à Chevron retomar as operações, como parte de uma tentativa de persuadir o governo autoritário de Maduro a realizar eleições livres e justas. Em meio ao caos que eclodiu nas ruas de Caracas após as eleições deste ano, o Departamento de Estado dos EUA considerou que todas as evidências mostram uma vitória esmagadora do opositor Edmundo González.

Dias depois das eleições, em encontros com representantes da Casa Branca e do Departamento de Estado, executivos da Chevron disseram que a presença na Venezuela reforça tanto o suprimento mundial de petróleo quanto a segurança energética dos EUA, segundo fontes a par das conversas. Os executivos disseram que a Chevron também atende aos interesses dos EUA ao funcionar como um bastião contra adversários geopolíticos que queiram ganhar mais presença no país.

Desde então, Maduro deteve centenas de dissidentes, testando se o governo Biden voltaria a impor sanções mais rigorosas, inclusive à indústria petrolífera, a mais importante do país. A Chevron teve o cuidado de não defender medidas específicas, segundo uma das fontes. No entanto, o recado da empresa — que sua produção de petróleo deveria continuar na Venezuela — teve peso no governo, de acordo com as fontes.

Os EUA condenaram a repressão, mas até agora evitaram grandes represálias. Nos bastidores, mantêm comunicações com o governo e encorajam o Brasil e a Colômbia, vizinhos da Venezuela, a ajudarem a negociar uma solução, ao mesmo tempo em que estudam sanções direcionadas a pessoas específicas do governo de Maduro.

"A Chevron dialoga regularmente sobre questões de política energética com partes interessadas em Washington e em todo o mundo", disse o porta-voz da Chevron, Bill Turenne. "Temos sido uma presença construtiva na Venezuela há mais de um século, onde dedicamos investimentos e uma grande força de trabalho."

A posição da Chevron na Venezuela é importante para a empresa. Ela é a última gigante petrolífera dos EUA remanescente em um país que diz ter as maiores reservas de petróleo do mundo.

Bombear petróleo na Venezuela, onde a Chevron tem cerca de 250 funcionários e outros 3 mil trabalhando em empreendimentos conjuntos, também ajuda a empresa a recuperar bilhões em dívidas que o país deve.

Em um ano eleitoral nos EUA, os governistas democratas querem impedir a alta dos preços da gasolina e, até agora, os representantes da indústria petrolífera têm conseguido convencer o governo a manter petróleo venezuelano fluindo para o exterior. As exportações do país chegam a 600 mil barris/dia.

A Chevron sustenta ter permanecido apolítica na Venezuela. Em recente teleconferência com investidores, o executivo-chefe da petrolífera, Mike Wirth, disse que, em termos gerais, a empresa constatou ser melhor trabalhar com os governos estabelecidos sem adotar posições que dificultem a continuidade com outros governos subsequentes.

"Somos um ator comercial, não político", disse Wirth.

A Chevron, porém, tem um papel desproporcional em uma economia venezuelana impactada pelas sanções. As operações da empresa no país geram cerca de 20% das exportações nacionais de petróleo e 31% da receita total de petróleo do governo, segundo Asdrúbal Oliveros, chefe da firma de consultoria financeira venezuelana Ecoanalítica. É um dos poucos canais para Caracas receber o preço cheio de mercado por seu petróleo, já que grande parte é vendida no mercado paralelo, com altos descontos, acrescentou.

Críticos da decisão do governo Biden de permitir que a Chevron retornasse aos campos de petróleo operados em conjunto na Venezuela dizem que isso representou uma tábua de salvação econômica a Maduro, que em última análise enfraqueceu a oposição local.

> "Chevron deixou para trás todos os outros interesses dos EUA na Venezuela"
> *Pedro Burelli*

"A Chevron acabou passando à frente de todos os outros interesses que os EUA disseram ter em relação à Venezuela — democracia, luta pelos direitos humanos, migração e combate à corrupção", disse Pedro Burelli, ex-membro do conselho de administração da estatal Petróleos de Venezuela.

Por sua vez, a pressão do Congresso americano pela adoção de uma posição mais enérgica contra Maduro vem crescendo antes das eleições de novembro. O alívio das sanções marcou uma reviravolta na sorte da Chevron na Venezuela.

No início de 2019, apelos da Chevron aos altos escalões não foram suficientes para impedir o governo Trump de impor sanções ao setor petrolífero da Venezuela. Após a imposição, Wirth fez visitas a nomes de alto escalão, como Elliott Abrams, que foi enviado especial encarregado das políticas de Trump para a Venezuela.

De acordo com Abrams, Wirth o visitou três vezes para lhe dizer que seria um golpe devastador, para a economia e a indústria petrolífera do país, se a política de sanções persistisse e a Chevron tivesse de deixar a Venezuela. *(Colaboraram Alan Cullison e Kejal Vyas)*

Incentivo à produção da AL é insuficiente, diz Cepal

Luiza Palermo
De São Paulo

Os esforços da América Latina em políticas de desenvolvimento produtivo são insuficientes para evitar uma terceira "década perdida" de baixo crescimento econômico na região, disse ontem a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Em um novo estudo, intitulado "Panorama das Políticas de Desenvolvimento Produtivo na América Latina e no Caribe 2024", o órgão ligado à ONU alerta sobre os novos desafios de produtividade.

"As revoluções tecnológicas estão mudando tudo e as políticas não podem continuar sendo o que foram há 20 anos atrás", disse José Manuel Salazar-Xirinachs, secretário-executivo da Cepal, ao apresentar o documento. "Temos que conhecer essas novas realidades e estabelecer novas capacidades para esse mundo moderno promover o desenvolvimento sustentável da região", completou.

De acordo com o relatório, os países analisados — Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México — alocam recursos públicos para políticas de desenvolvimento produtivo na faixa de 0,2% a 1,2% do PIB. Esses valores são consideravelmente baixos quando comparados aos 3,5% investidos por alguns países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A Cepal destaca que em todos os países avaliados na América Latina, com exceção do Chile, predominam os instrumentos de tipo tributário. Na Argentina e no Brasil, por exemplo, os instrumentos tributários representam entre 61,5% e 87% do total dos montantes destinados a políticas de desenvolvimento produtivo.

"Esses tratamentos fiscais contribuem para a erosão da capacidade de arrecadação, principalmente em um contexto de pouco espaço fiscal", diz Marcos Llinas, diretor da Divisão de Desenvolvimento Produtivo e Empresarial e responsável pelo estudo da Cepal.

Os esforços não são suficientes para aumentar a taxa de crescimento anual de apenas 0,9% projetada pela Cepal para a região entre 2015 e 2024, inferior aos 2% registrados na chamada década perdida dos anos 1980.

Com isso, a Cepal propõe uma abordagem moderna para as políticas de desenvolvimento produtivo, destacando a importância de fortalecer a governança e a colaboração entre instituições, melhorar as capacidades técnicas e operacionais das organizações, adotar uma estratégia de internacionalização e aprofundar a territorialização dos recursos ao nível local.

"É nas políticas de desenvolvimento produtivo que estão as ferramentas para elevar as taxas de investimento, aumentar a produtividade, apostar em setores que dinamizam o crescimento, desenvolver ecossistemas empresariais sólidos, eliminar obstáculos e gargalos e corrigir o rumo dos cenários econômicos e geopolíticos globais em mudança", afirma o relatório.

Opep+ adia aumento na oferta para dezembro

Agências internacionais

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+) adiou ontem o plano de aumentar a produção do petróleo em outubro por pelo menos dois meses para dar suporte aos preços, próximos aos níveis mais baixos do ano. Mas a medida não foi suficiente para reverter as perdas nos preços do petróleo em meio a temores sobre a frágil demanda.

Os principais membros da coalizão não aumentarão a produção em 180 mil barris por dia em outubro e novembro, segundo declaração publicada no site da Opep. Mas seu plano de longo prazo para reduzir gradualmente uma capacidade ociosa de 2,2 milhões de b/d ao longo de um ano permanece, com a data de conclusão adiada para dezembro de 2025.

Os preços do petróleo quase não reagiram à notícia, permanecendo perto de US$ 73 o barril em Londres. Um atraso não muda muitos fatores no mercado que são desfavoráveis à Opep+, disse o analista Norbert Rueckert do banco Julius Baer. "A demanda está parcialmente estagnada, enquanto a produção aumenta nos EUA."

O anúncio da Opep+ veio após fracos dados econômicos da China e dos EUA — os maiores consumidores — fizeram os preços do petróleo bruto caírem abaixo de US$ 73 o barril no início desta semana.

Valor ECONÔMICO

Maior seca no país demanda um plano unificado

O Dia da Amazônia, comemorado ontem, foi fúnebre. Com a maior seca desde 2010, Manaus, uma cidade onde confluem as águas dos rios Negro e Solimões, corre o inacreditável risco de ficar isolada por vias fluviais. Não está sozinha nesse flagelo: a estiagem, segundo o Cemaden, centro de monitoramento e alertas de desastres naturais, atinge 58% do território nacional e é a maior em 70 anos. São 24 Estados atingidos, mais o Distrito Federal.

A Amazônia registrou em agosto 38.266 focos de incêndio, que ampliam a destruição da maior floresta do mundo, já retalhada pelas ações do desmatamento ilegal, da exploração clandestina de madeira e do avanço do garimpo predatório patrocinado pelo crime organizado. A natureza humana tornou-se igualmente inóspita: a região tornou-se a mais pobre e violenta do país.

De imediato, os habitantes de Manaus, 2,3 milhões de pessoas, podem ficar sem comida e energia, enquanto o polo industrial da Zona Franca (ZFM) terá de arrumar formas alternativas de escoar sua produção, que, entre outras coisas, abastece o país de produtos eletroeletrônicos. Há mais que ataques domésticos à integridade ecológica da Amazônia. A seca foi potencializada pelo aquecimento das águas tropicais do Atlântico Norte (El Niño), deixando de enviar umidade e chuvas para a costa oeste do país e formando um corredor árido que desce pelo Pantanal e por parte do Cerrado até chegar ao Paraná. São Paulo, outrora preservado, passou a integrar a vasta e impressionante paisagem de incêndios.

A Amazônia é a área mais vulnerável do Brasil. Segundo levantamentos do MapBiomas, 17% da vegetação nativa foi destruída, ou 125 milhões de hectares, com viés de alta. Embora o levantamento anual aponte redução significativa de alertas de desmatamento, fruto da volta da vigilância governamental, aniquilada durante a gestão de Jair Bolsonaro, em julho e agosto o fogo voltou a se espalhar sem controle.

A destruição segue um padrão conhecido, reiterado por anos. Os incêndios irrompem ao longo das poucas estradas que rasgam a mata (BRs 163, 230 e 319), que servem de ponto de partida para picadas de desmatamento ilegal rumo ao interior, formando as conhecidas "espinhas de peixe" a partir da coluna das rodovias. O padrão de devastação das florestas segue o desenho do conhecido Arco do Desmatamento, linha curva que une o sudeste do Pará, sul do Amazonas e Rondônia, cortado pelas rodovias Belém-Brasília e Cuiabá-Porto Velho. Os principais municípios dos 256 deste arco foram objeto de atenção nos dois primeiros mandatos de Lula, com resultados positivos, e voltaram a preocupar agora.

O que parecia inimaginável, os rios amazônicos transformados em fios de água, pode se tornar desoladora rotina com o aquecimento global. A ameaça imediata é de isolamento de toda a população amazonense, que se comunica, vive, comercia e se locomove por vias fluviais. O virtual isolamento de Manaus e das comunidades ribeirinhas é um infernal desafio humano e logístico. Centros de abastecimento começaram a ser montados a alguma distância da capital. A partir deles, embarcações menores, que não enfrentam as barreiras das maiores, detidas pela profundidade reduzida dos rios, poderiam cumprir sua função de distribuição com algum sucesso. A empreitada enfrentará o obstáculo da pirataria fluvial, praga que se espalhou na região.

A repetição de secas e queimadas exige padrões de enfrentamento regulares e automáticos. O Brasil não está preparado para isso, mas precisa estar. É uma questão de vida e morte para as comunidades ribeirinhas, às quais se junta agora a capital do Estado. A dificuldade de locomoção dos barcos — 70% do volume de cargas que entra e sai de Manaus são feitos via cabotagem — torna difícil a distribuição de alimentos e combustíveis, além do escoamento da produção da ZFM. Para a população do interior do Estado, não apenas novos suprimentos de comida serão escassos, mas, sem energia, mesmo os que foram estocados por precaução se perderão por falta de refrigeração.

Atacar o desmatamento ilegal, adaptar-se e combater as mudanças climáticas deveriam fazer parte do mesmo conjunto integrado de ações. Elas hoje, segundo especialistas, são atomizadas, de alcance pontual e com pouca escala. O acordo entre os três Poderes recém-concluído pode facilitar as próximas ações. É prioritário criar um mercado de compra e venda de emissões de carbono, forma mais direta de obter recursos volumosos, suficientes para manter a floresta em pé, evitar o desmatamento e custear a recuperação das áreas degradadas. O projeto de lei 182/2024 continua preocupantemente parado no Senado.

O governo tem vários planos no forno, como o Plano Clima de Adaptação e o Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa, que deveriam sair do papel logo. Assim como foi possível agregar obras de infraestrutura em um PAC, seria possível unir os programas ecológicos sob o guarda-chuva de uma comissão executiva ambiental. Como os eventos climáticos vieram para ficar, e deixaram de ser exceção para se tornar regra, criar padrões para sobreviver a eles tornou-se urgente.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

Matriz baseada em combustíveis renováveis do Brasil é modelo que todos buscam ter. Por **Emanuele Cappellano**

Justiça climática e a descarbonização da mobilidade

Temos nos deparado nos últimos anos com os impactos cada vez mais severos dos fenômenos climáticos como consequência do efeito estufa, ocasionado pelo acúmulo de CO_2 na atmosfera. Não se trata mais, há tempos, de hipóteses concebidas a partir de estudos acadêmicos, muito menos amplificação de vozes alarmistas — até porque a realidade se impõe, e as catástrofes recentes, como as enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul, em abril deste ano, são exemplos sofridos e alarmantes por si só, que deixam inúmeras sequelas.

Os dados obtidos a partir desses eventos extremos apontam para projeções que, sem uma política climática, a temperatura de hoje na Terra poderá aumentar cerca de 5°C até 2100, impactando diretamente 3 bilhões de pessoas, que precisarão migrar das áreas mais afetadas para outras regiões. Ou seja, quando os 195 países assinaram o Acordo de Paris, em 2015, o foco era muito mais voltado para o combate à causa do aquecimento global. Hoje, seguimos correndo contra o tempo em relação à causa e, adicionalmente, precisamos implementar com urgência medidas para mitigar suas consequências.

Então, o tema é latente, e senta-se à mesa de todos. Como lidar com o desafio da descarbonização? Não por acaso, a COP29, que será no Azerbaijão, e a COP30, aqui no Brasil, em 2025, trarão, provavelmente, dois temas centrais para as rodadas de discussões: o balanço global para a mitigação de carbono e como devemos nos adaptar para os eventos climáticos extremos.

A complexidade do problema exige diferentes abordagens, complementares e transversais, para apontar soluções e adaptá-las às características e necessidades de cada país, com o envolvimento dos setores públicos, privados e da sociedade como um todo. Tudo isso levando em conta a justiça climática, já que os impactos ocasionados no meio ambiente por conta dos maiores emissores de gases do efeito estufa (liderados por China, Estados Unidos e União Europeia), são sentidos de maneira desproporcionalmente desfavorável em países em desenvolvimento e junto às populações vulneráveis.

O Brasil está distante da lista dos países que mais emitem carbono e destaca-se em várias frentes de atuação para mitigar as consequências do efeito estufa. Embora deva considerar suas responsabilidades históricas limitadas em termos de emissão, o país tem potencial para liderar o movimento de descarbonização e de inovação para a mobilidade sustentável. Aqui, quando falamos em pegada de CO_2 no setor de transportes, já somos referência global graças aos benefícios de uma matriz energética renovável, tendo no etanol um de seus diferenciais, somada às políticas públicas implementadas — vale destacar que o setor de transportes nacional representa apenas 14% do total de emissões de CO_2 do país, segundo dados da Climate Watch.

Por isso, no contexto brasileiro, com suas diferenças, degraus sociais e dimensões continentais, forçar todo o setor a migrar rapidamente para uma única solução de mobilidade sustentável, como a dos veículos puramente elétricos, seria dar as costas para um modelo que todo o mundo busca e gostaria de ter, com uma matriz baseada em combustíveis renováveis, que já está estabelecida, com logística equacionada, acessível e extremamente eficiente.

EDILSON DANTAS/O GLOBO

Vimos que nem mesmo os países desenvolvidos, após aportes colossais de recursos para a infraestrutura e subsídios aos consumidores, conseguiram equacionar a transição para uma matriz de mobilidade 100% elétrica. Os investimentos precisaram ser revistos, os bônus dos governos europeus cessaram e, consequentemente, os consumidores voltaram a buscar alternativas de veículos mais acessíveis.

O Programa Mobilidade Verde, o Mover, avança na mitigação do carbono, fomentando justamente o uso de combustíveis renováveis, associados às tecnologias híbridas e elétricas. E devemos valorizá-lo não só pelos avanços que representa do ponto de vista tecnológico, como também por representar uma política ambiental inclusiva, com justiça climática. Busca, de forma responsável, descarbonizar a mobilidade levando em consideração o cenário socioeconômico do país, assegurando uma transição que não prejudique trabalhadores nem comunidades que dependem economicamente de setores de transporte tradicionais. O Mover protege o meio ambiente, estimula a indústria nacional e sua extensa cadeia de fornecedores, gerando empregos e diminuindo desigualdades seculares. Enfim, traz riqueza virtuosa, constrói transição entre as tecnologias, sem representar uma ruptura ou barreira aos consumidores.

Como adiantei, problemas complexos requerem diferentes abordagens, com a participação de todos. Nós, da iniciativa privada, e representando a empresa líder do mercado automotivo no Brasil e América do Sul, que opera plantas de produção em três Estados brasileiros, empregando diretamente mais de 25 mil funcionários, já estamos em ritmo acelerado para contribuir com o mesmo propósito. Para cumprir com o objetivo global da companhia de neutralizar a emissão de carbono de todas as operações até 2038, com 50% de redução já em 2030, anunciamos o maior plano de investimentos da história da indústria automotiva no país e região: R$ 32 bilhões de 2025 a 2030.

Com esse montante, lançaremos 40 novos modelos, quatro novas plataformas, oito powertrains, além da tecnologia Bio-Hybrid, que em breve será lançada nos produtos de nossas marcas. Desenvolvida pela nossa equipe de engenharia do Brasil, ela combina eletrificação com motores flex movidos a biocombustíveis em três diferentes níveis. Assim, geramos conhecimento e novas tecnologias nacionais, que fomentam o desenvolvimento da indústria e de novos negócios, sempre de braços dados com a responsabilidade socioambiental.

Investir nesta rota tecnológica é uma opção estratégica da empresa, com o intuito de promover e valorizar as características positivas da matriz energética brasileira, em que se destacam os biocombustíveis e a energia elétrica gerada por meios renováveis. Esta é uma enorme vantagem competitiva do Brasil, e acreditamos na força desse movimento virtuoso que mobiliza de maneira justa, integrada e convergente, sociedade, setores públicos e privados. Acreditamos que só assim, juntos, lideraremos as fronteiras da mobilidade segura, acessível e sustentável.

Emanuele Cappellano é CEO da Stellantis.

Um PIB com lados bons e ruins

Armando Castelar Pinheiro

O crescimento do PIB no segundo trimestre deste ano, divulgado esta semana pelo IBGE, veio não só bastante forte, mas também bem acima da projeção mediana dos analistas de mercado. Em relação ao mesmo período em 2023, expansão de 3,3%, contra 2,6% esperados. Na comparação com o primeiro trimestre de 2024, alta de 1,4%, meio ponto percentual a mais que o previsto. Isso a despeito de o IBGE também ter revisto para cima o desempenho da economia no último trimestre de 2023 e no primeiro deste ano.

Um PIB que cresce rápido tem um lado inquestionavelmente bom, especialmente quando, como foi o caso, isso ocorre a despeito do impacto negativo de eventos externos; no caso, as enchentes no Rio Grande do Sul, que afetaram negativamente a economia do Estado, a quarta maior do país. Crescer rápido significa não só uma renda per capita que aumenta mais — no caso, a uma taxa anualizada de 5,2% — como também mais emprego, mais lucro, mais arrecadação tributária etc.

Assim, esse bom desempenho do PIB ajuda a explicar o excelente momento por que passa o mercado de trabalho brasileiro. Basta ver que temos hoje a menor taxa de desocupação (6,8%) de toda a série histórica do IBGE, iniciada em 2012. Na comparação com o segundo trimestre de 2023, vemos que a população ocupada cresceu 2,9%, enquanto o rendimento médio registrou alta de 5,3% acima da inflação, gerando uma expansão da massa salarial real de 8,7%.

Por sua vez, a receita líquida do Governo Central (União, INSS e Banco Central) ficou, no primeiro semestre deste ano, 8,7% acima da observada na primeira metade de 2023, sendo que a arrecadação administrada pela Receita Federal teve alta de 11,1%, nos dois casos já descontada a inflação. Ou seja, um aumento na receita do Governo Central de quase três vezes a já alta taxa de expansão do PIB.

Por trás desse forte ritmo de crescimento está a mesma dinâmica observada em trimestres anteriores. Há uma grande expansão dos gastos públicos, incluindo elevadas transferências de renda, o que estimula o consumo das famílias, o que, por sua vez, gera expansão da produção e do emprego, o que anima os bancos a emprestarem mais, o que alavanca o consumo e realimenta todo o ciclo. Não deveria surpreender, portanto, que o consumo das famílias tenha crescido 4,9% na comparação interanual, enquanto o consumo do governo teve alta de 3,1%, com os dois ajudando a promover uma retomada do investimento, que ficou 5,7% acima do nível atingido no segundo trimestre de 2023, ainda que não muito acima de onde estava em 2010!

Forte expansão em um quadro que a economia já parece trabalhar no limite tende a acentuar pressões inflacionárias

Há, porém, pelo menos três elementos do comportamento da economia na primeira metade do ano que geram preocupação.

O primeiro é que o aumento do gasto público tem sido tão forte que, a despeito da impressionante expansão das receitas, o déficit público segue elevado. Assim, no primeiro semestre de 2024 as despesas primárias do Governo Central foram 10,5% mais altas do que um ano antes, já descontada a inflação. Isso fez com que o Governo Central registrasse um déficit primário de 1,2% do PIB nos sete primeiros meses deste ano, o qual, somado a uma despesa com juros de 7,3% do PIB, levou seu déficit nominal no período a 8,5% do PIB. É um déficit muito alto, por si só, mas especialmente no contexto de um PIB tão forte e um mercado de trabalho tão pujante.

A segunda fonte de preocupação é que a forte expansão do PIB, puxada por uma alta ainda mais significativa da demanda doméstica, em um quadro em que a economia já parece trabalhar no limite de sua capacidade atual, tende a acentuar as pressões inflacionárias e a necessidade de apertar ainda mais a política monetária. É um padrão semelhante ao observado nos dois primeiros mandatos do presidente Lula (2003-10), quando a forte expansão dos gastos primários — 7,8% ao ano, em termos reais, quase o dobro do PIB (4,1% ao ano) — forçou o Banco Central a trabalhar com uma Selic média de 8,5%, já descontada a inflação. Ocorre que, ao subir as taxas de juros, também sobem as despesas com juros sobre a dívida pública, que já vem em uma escalada preocupante, tendo aumentado em 0,6% do PIB ao mês, em média, este ano.

O terceiro motivo para preocupação é que, ao crescer acima do potencial, e em um quadro de plena utilização de capacidade, é preciso recorrer às importações para fechar as contas. Não por outra razão, a demanda externa contribuiu negativamente para o PIB no segundo trimestre deste ano, com as importações de bens e serviços subindo 14,8% na comparação interanual, contra uma alta de 4,5% nas exportações. Esse padrão de crescimento vem gerando um aumento gradual do déficit em conta corrente. Em que pese ainda seguirmos com contas externas confortáveis, esse pode vir a ser um problema à frente.

Nos próximos trimestres, essas preocupações podem ser mitigadas por um ambiente externo que tende a se tornar mais favorável, com a queda dos juros nas economias desenvolvidas, exceção feita ao Japão, e o enfraquecimento do dólar. Mas, mantida essa dinâmica, vamos enfrentar momentos difíceis à frente. E há riscos no horizonte, começando com as eleições americanas daqui a dois meses.

Armando Castelar Pinheiro é professor da FGV Direito Rio e do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisador-associado do FGV Ibre e escreve mensalmente neste espaço. Twitter: @Acastelar.

Nada aconteceu como os defensores do neoliberalismo previram. Por **Bradford DeLong**

EUA não têm alternativa à política industrial

No fim da década de 1970, a economia dos Estados Unidos parecia estar em sérios apuros. Anos de inflação haviam causado um grande descontentamento, o crescimento medido da produtividade caiu de um ritmo pós-Segunda Guerra Mundial de 2% ao ano para quase zero e a resiliência diante dos choques geopolíticos e geoeconômicos parecia estar diminuindo. As soluções propostas para esses problemas se enquadravam em duas categorias: o neoliberalismo e a política industrial ativista. Os neoliberais venceram.

O neoliberalismo exigia o encolhimento do Estado, a desregulamentação tanto quanto possível, a redução da fiscalização antitruste e a aceitação de uma maior desigualdade econômica como um preço razoável a pagar para revigorar a iniciativa privada e motivar os "criadores de empregos". A suposição central era a de que os mercados sempre proporcionariam resultados melhores do que os programas governamentais. No entanto, o consenso hoje é de que essa abordagem falhou espetacularmente.

Nada aconteceu da maneira que os defensores do neoliberalismo previram, a menos que você considere o aumento acentuado da desigualdade de riqueza e renda nas últimas quatro décadas. Enquanto muitas pessoas ricas com grande visibilidade veem essa característica de nossa Segunda Era Dourada como um sinal de sucesso, eu não vejo dessa forma, e suspeito que a maioria dos americanos compartilha da minha opinião.

Quanto à política industrial ativista, ela nasceu morta, pois o principal argumento contra ela provou ser bastante convincente. O argumento não era que os mercados sempre acertam, ou que os governos nunca haviam implementado com sucesso políticas industriais favoráveis ao desenvolvimento no passado. Pelo contrário, havia um consenso de que as "intervenções" do governo para criar e financiar escolas, bancos e ferrovias, e introduzir os tipos certos de tarifas e outras barreiras para proteger "indústrias nascentes" genuínas, permitiram que os países aproveitassem as oportunidades econômicas geradas pelas tecnologias industriais.

A Escola de avestruzes da Universidade de Chicago ignorou o papel desempenhado pelo governo dos EUA, desde 1933, em direcionar e subsidiar investimentos, estabilizar a demanda e os mercados, e empenhar recursos para pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico

Ninguém estava argumentando seriamente que a prosperidade dos EUA após a Segunda Guerra Mundial era o resultado de uma política abrangente de laissez-faire. A grande exceção foi a escola de avestruzes da Universidade de Chicago, que ignorou cuidadosamente o papel desempenhado pelo governo dos EUA, desde 1933, em direcionar e subsidiar investimentos, estabilizar a demanda e os mercados, e empenhar volumes enormes de recursos para pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico. Mas eles só podiam fingir que a prosperidade dos EUA não dependia do papel do setor público em criar e orquestrar conhecimento científico e expertise tecnológica, e em nutrir as comunidades de talentos de engenharia necessárias para fazer as coisas acontecerem.

Não, o único argumento convincente contra a política industrial ativista nos anos 80 (e o único desde então) era que os EUA pós-década de 70 careciam de capacidade estatal para empreendê-la. Como escreveu Charles L. Schultze, um ex-presidente do Conselho de Assessores Econômicos da Casa Branca, na edição do outono de 1983 da "The Brookings Review": "Não só seria impossível para o governo escolher uma combinação industrial vencedora com antecedência, como sua tentativa de fazer isso quase certamente causaria muitos danos. Há muitas tarefas importantes que somente os governos podem fazer — e, com esforço e vigilância constantes, eles podem realizar essas tarefas razoavelmente bem. Mas uma coisa que a maioria dos sistemas políticos democráticos — e especialmente o americano — não consegue fazer bem é fazer escolhas críticas entre empresas, municípios e regiões específicas, determinando a sangue frio quais prosperarão e quais não. No entanto, tais escolhas são precisamente o tipo que teria de ser feito — e feito de forma explícita — para que uma política industrial se tornasse mais do que um simples clientelismo político".

Este argumento era amplamente convincente. A sensação na época era de que muitas decisões governamentais eram motivadas não por considerações de interesse público, e sim pelo fato de que, como disse certa vez a senadora Barbara Boxer, em uma gafe: "o [bombardeiro] B-2 carrega uma grande folha de pagamento (payroll, em inglês) no meu Estado" (ela queria dizer carga útil, ou payload). Muitas das agências que deveriam gerenciar e direcionar o desenvolvimento econômico pareciam ter sido capturadas por investidores, gerentes ou oligopólios de algum tipo. Muitos edifícios de aço e vidro da K Street (a indústria do lobby em Washington) foram financiados por muitos grupos de interesse e ocupados por muitos ex-legisladores e seus assessores. Como poderia a análise tecnocrática de custo-benefício no interesse público ser mais do que uma farsa?

Agora, no entanto, os EUA têm três razões prementes para se dedicar completamente à política industrial. Primeiro, há o iminente desastre do aquecimento global desenfreado, que exige ação em uma escala muito maior do que a invocada corretamente por Al Gore há quase meio século. Em segundo lugar, há a necessidade de reorientar a economia dos EUA, de uma dependência das finanças costeiras e plutocracia, para a prosperidade da classe média e trabalhadora de todo o país. E, terceiro, o presidente chinês Xi Jinping anunciou uma parceria "sem limites" com o presidente russo, Vladimir Putin, pouco antes de este lançar sua invasão em larga escala da Ucrânia. Desde então, ficou claro que estamos passando por uma transição geopolítica e geoeconômica histórica em que, como escreveu Adam Smith em "A riqueza das nações", "a defesa ... é de muito mais importância do que a opulência".

Por esses motivos, a questão de política econômica mais importante para os EUA hoje não é se devemos seguir uma política industrial. Não temos escolha. A questão, então, é esta: o que podemos fazer para provar que Schultze estava errado? *(Tradução de Mário Zamarian)*

J. Bradford DeLong, ex-subsecretário assistente do Tesouro dos EUA, é professor de Economia na Universidade da Califórnia, em Berkeley, e autor de "Slouching Towards Utopia: An Economic History of the Twentieth Century".

Frase do dia

"Os incêndios florestais estão ultrapassando as fronteiras nacionais e se tornando uma ameaça global".

De Juliette Biao, diretora do Fórum das ONU sobre Florestas, alertando para um "ciclo de risco" de aquecimento e queimadas

Cartas de Leitores

Bandeira vermelha

Pode até ter ocorrido um erro de cálculo da Aneel sobre a tarifa de bandeira vermelha II (R$ 7,877 por 100 Kilowatts-hora) para a bandeira vermelha I (R$ 4,463) ou seja, uma diferença de 43,34% no aumento da tarifa. Mas isso só foi corrigido depois que o ministro das Minas e Energia, Alexandre Silveira, pressionou o órgão. Ficou parecendo mais uma ação política e menos uma ação técnica.

Vital Romaneli Penha
vitalromaneli@gmail.com

Trump e a economia

Eventual vitória de Donald Trump será um desastre interno e mundial. Excelente a análise de Joseph Stiglitz para o **Valor** (5/9, A17). As diatribes do candidato republicano são demolitórias para as grandes maiorias populares. Nenhum interesse em criar uma economia socialmente equânime e sustentável. Ao contrário, conceder um cheque em branco para as empresas de petróleo e carvão e favorecimento de bilionários como Elon Musk e Peter Thiel. A capacidade de resiliência ante eventuais choques faz recordar sua inépcia na resposta à covid-19, o que resultou em mais de um milhão de mortes. Tarifas alfandegárias de mais de 60% sobre os produtos chineses, com elevação dos preços das importações diretas e reflexos. Penalização financeiras dos americanos de média e baixa renda.

Elevação de juros e a economia atingida por desaceleração do crescimento, inflação e desemprego. Ameaça à independência do Fed, sem surpresa, ante seu propósito de minar a autonomia de direito do serviço público e do Judiciário. Reativar o corte de impostos de 2017 para empresas e bilionários, precisamente o inverso da proposta mundial de taxar as grandes fortunas. Consequentemente, apenas incentivo à compra de ações. Revogar a Lei de Redução da Inflação de Biden dispensa comentários. Revogar as fortes políticas de concorrência do governo atual para favorecer monopólios e sufocar o capitalismo de mercado dinâmico.

Outro governo Trump dizimaria a tecnologia e a ciência básica, fonte da vantagem competitiva e do aumento do padrão de vida dos americanos nos últimos 200 anos. Enfraquecimento do Estado de direito, abertura ao descumprimento discricionário de contratos, por fim, é impactante golpe contra a democracia.

Felizmente, em que pesem as imperfeições das eleições americanas, temos um dualismo, o que permite a opção simples do eleitor: Kamala.

Amadeu Garrido de Paula
amadeugarridoadv@uol.com.br

Pressão na Previdência

O envelhecimento da população brasileira terá fortes e impressionantes efeitos no futuro, entre eles a queda drástica de contribuintes na Previdência. Essa realidade deverá alterar profundamente a relação entre contribuintes e beneficiários.

José de Anchieta Nobre de Almeida
josenobredalmeida@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS 249

Ambiente Secas, incêndios e inundações deste ano fazem parte de quadro amplo de transformações climáticas, aponta secretária de Mudança do Clima

País já enfrenta eventos extremos previstos para 2035 , diz Ana Toni

Marcos de Moura e Souza
De São Paulo

A temporada intensa de seca em grande parte do Brasil e os números recordes de focos de incêndio não eram para estar acontecendo agora. Eventos climáticos extremos como esse estavam previstos para se tornarem mais frequentes e agudos daqui a alguns anos. É o que diz a secretária nacional de Mudança do Clima, do Ministério do Meio Ambiente, Ana Toni.

"Estamos chegando a 'tipping points' [fases críticas das mudanças do clima] muito claros. E este momento chegou muito mais cedo do que a ciência previa. As projeções apontavam que esse tipo de evento extremo, com calor, fogo, inundações, passaria a ser visto mais em 2030, 2035. E estamos em 2024", afirmou ela em entrevista ao **Valor**.

Neste ano El Niño e La Niña (fenômenos que alteram a temperatura das água do Pacífico e que provocam secas e fortes chuvas em vários regiões do mundo) afetaram fortemente o Brasil.

Mas a atual forte seca associada a incêndios assim como as enchentes no Rio Grande do Sul em maio não são fruto apenas dos fenômenos nos oceanos. E, sim, de um quadro mais amplo de transformações do clima.

"Não necessariamente a gente pode falar que tudo o que a gente viveu neste ano vai continuar nos anos seguintes", disse ela. "Agora, a propensão é que isso piore se a gente não fizer nada."

Ela cita, no entanto, o Plano Clima, documento que deverá nortear as políticas do país relacionadas a clima até 2035. O plano está sendo preparado com a participação de 22 ministérios, de especialistas e com discussões com setores produtivos.

As conversas começaram no fim de 2023 e ganham agora um pano de fundo trágico em função da seca extrema e dos incêndios florestais sem precedentes em muitas regiões brasileiras.

Dados do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), mostram o quanto este ano os focos de incêndio ultrapassaram muito as marcas que vinham sendo registradas até então. A série histórica usada pelo Inpe começa em 1998.

No Estado de São Paulo, o máximo de focos de incêndio florestal registrados por imagens de satélite até então nos meses de agosto tinha sido de 2.444. Essa foi a marca de 2010. Em 2022 e em 2032, o número de focos no Estado não passou dos 400 em agosto. Mas em agosto deste ano atingiram o recorde de 3.612, segundo os dados do Inpe.

Agosto e setembro são os meses mais críticos para queimadas devido ao tempo seco.

Em Mato Grosso, o número de incêndios em agosto voltou ao que era registrado no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000. Foram 14.617 focos. No ano passado, haviam sido registrados 2.626.

> "A propensão é que esse quadro piore se a gente não fizer nada"
> *Ana Toni*

Outro Estado muito afetado pelo fogo neste ano, o Amazonas teve em agosto 10.328 focos, segundo os dados do Inpe. Nunca, pelo menos desde 1998, incêndios tinham sido tão numerosos. A pior marca no Amazonas até então era a de agosto de 2021: 8.558 focos.

Os dados do fogo no Brasil como um todo também são alarmantes. Em agosto deste ano, o Inpe registrou com imagens de satélite 68.635 focos de incêndio florestal. Em 2023, tinha sido 28.065 focos.

Seca e fumaça são uma combinação deletéria para qualidade do ar. E uma ameaça para setores da economia que dependem diretamente do meio ambiente.

Em uma carta enviada esta semana a Ana Toni, representantes e instituições ligadas ao agronegócio realçaram o quanto o setor está sendo afetado pelas mudanças do clima.

"O setor vive da natureza. É o primeiro a sofrer com o que já vem ocorrendo", aponta o texto assinado por representantes de exportadores de soja, de produtores rurais, pecuaristas e frigoríficos. "Dependemos do clima. A intensificação do efeito estufa resultou no aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos extremos e em alterações nos padrões de precipitação e temperatura."

Segundo o texto, "o setor é o perdedor pelo que ocorre". Entre os signatários, estão André Nassar (Abiove, que reúne exportadores de soja), Fernando Sampaio (Abiec, exportadores de carne), Marcello Brito, do Centro Global Agroambiental, Pedro de Camargo Neto (pecuarista) e Sérgio Bortolozzo (Sociedade RuralBrasileira).

BEATRIZ ORLE/O GLOBO

Ana Toni: estudos do governo sobre incentivos e ações para redução de emissões

O setor de energia hidrelétrica também sofre com os alterações do clima. Por um lado, chuvas e ventos muito intensos põem em risco as fiações de postes nas cidades, com riscos constantes de queda de energia. Por outro lado, períodos muito pronunciados de seca são uma ameaça para geração de energia devido à redução do nível dos reservatórios de água das hidrelétricas.

"Em 2021, por exemplo, a gente teve um cenário muito crítico, com uma seca tão forte que afetou o nível dos lagos a ponto de algumas usinas terem precisado para sua produção", lembra Alexei Vivan, diretor-presidente da Associação Brasileira das Companhias de Energia Elétrica.

"Neste ano, o Operador Nacional do Sistema Elétrico e o Ministério das Minas e Energia estão sendo conservadores e antes que os reservatórios cheguem a níveis preocupantes decidiram já despachar as usinas termelétricas para segurar a água nos reservatórios", disse ele.

A energia gerada pelas usinas termelétricas é sempre uma opção mais cara para o consumidor — e mais poluente.

Em agosto, em entrevista ao **Valor**, o cientista Carlos Nobre, referência nos estudos sobre clima no Brasil, disse que hoje todos concordam sobre as causas das mudanças climáticas, todos entendem que é preciso reduzir as emissões de gases de efeito estufa, mas que a discordância começa quando se trata de definir o que cada setor produtivo precisa fazer para reduzir suas emissões e quais políticas — e custos — governos têm de assumir.

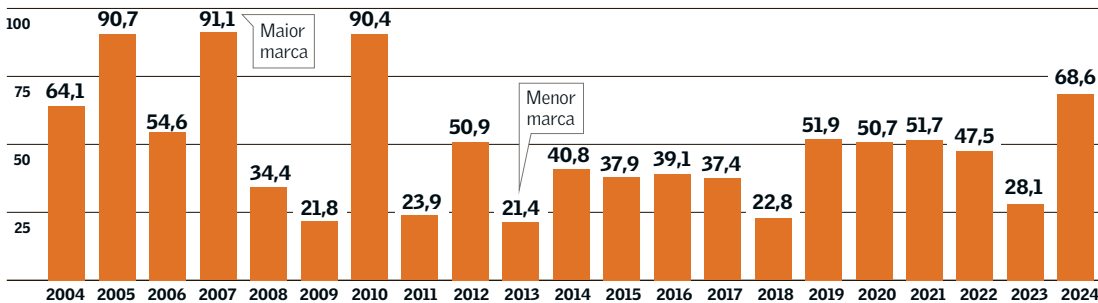
Na carta que enviou ao Ministério do Meio Ambiente, representantes do agronegócio expuseram uma dessas discordâncias.

Enquanto o governo federal estuda como construir meios de zerar — ou quase zerar — o desmatamento ilegal e também o desmatamento legal até 2030, representantes do agro questionam a viabilidade de uma meta como essa. O governo também estuda medidas para outros setores produtivos.

Marcos Freitas, professor da Coppe — Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) —, lembra que, apesar de compromissos e de esforços de governos e de setores empresariais, a temperatura global e a concentração de CO_2 na atmosfera seguem em níveis preocupantes. Ele concorda com Ana Toni e também diz o planeta parece estar vivendo uma antecipação da ocorrência de eventos climáticos extremos.

"Esses eventos estão chegando de forma brutal" , define ele. E lidar com isso exigirá mudanças mais aceleradas em diversas áreas. "Temos de nos adaptar."

Ver também página B10

Incêndio florestal
Número de focos em meses de agosto - em mil

Fonte: Programa Queimadas - INPE

Incêndios são ameaça global, aponta ONU

Paula Martini e Victoria Netto
Do Rio

Os incêndios florestais, como os que atingem grande parte do país nos últimos dias, estão ultrapassando as fronteiras nacionais e se tornando uma ameaça global. Esta é a avaliação da diretora do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas, Juliette Biao.

"Os incêndios florestais estão ultrapassando as fronteiras nacionais e se tornando uma ameaça global. E o fato de ainda estarmos testemunhando esses acontecimentos trágicos exige que os países olhem mais profundamente para os investimentos em prevenção", disse ao **Valor**.

Só no primeiro semestre deste ano as queimadas consumiram 4,48 milhões de hectares do território brasileiro, de acordo com o "Monitor do Fogo", da ONG MapBiomas. Os biomas mais afetados foram a Amazônia, o Cerrado e o Pantanal.

Em São Paulo, a volta do calor e a estiagem no Sudeste do país fizeram com que o número de focos de incêndio voltasse a subir no interior do Estado. No início da semana, a capital paulista também ficou coberta pela fumaça de queimadas ocorridas na Amazônia.

Tudo indica que o segundo semestre será ainda pior: em agosto, foram registrados 38.266 focos de fogo na Amazônia, mais do que o dobro do ano anterior. É também o maior número para o mês desde 2010, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

A especialista da ONU fez ainda um alerta sobre o que chamou de "ciclo de risco" entre as alterações climáticas e os incêndios florestais. Isso significa, segundo ela, que as queimadas estão intensificando os efeitos das mudanças climáticas, uma vez que deixam o ambiente mais seco, ao mesmo tempo em que o aquecimento global está intensificando as secas — o que torna as florestas mais vulneráveis ao fogo.

"As alterações climáticas estão realmente se intensificando por todo lado. E a seca está atingindo vários países, inclusive aqueles onde nunca havíamos falar de incêndios florestais", disse a diretora, que citou episódios recentes no Marrocos e no Congo.

DIVULGAÇÃO

> "Países precisam olhar mais para investimentos em prevenção"
> *Juliette Biao*

Natural do Benin, na África, onde atuou no ministério de meio ambiente, Biao esteve no Rio para a 5ª Conferência Global sobre Sinergia Climática e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, que termina nesta sexta-feira, na zona portuária do Rio.

A representante das Nações Unidas também comentou a suspeita de autoridades brasileiras de que os focos de incêndio que afetam grande parte do país têm origem criminosa.

"Não posso afirmar que realmente se trata de um problema criminal no Brasil. Mas também não podemos responsabilizar as alterações climáticas por tudo", ponderou. "É possível que seja uma espécie de crime organizado e, por isso, quando falo em prevenção, é preciso olhar para esses aspectos de segurança", continuou.

Para o embaixador André Aranha Corrêa do Lago, secretário para clima do Ministério das Relações Exteriores e principal negociador do Brasil em conferências climáticas, as queimadas são um tema de extrema relevância ambiental, mas não devem desviar o foco das principais causas das mudanças climáticas no mundo.

"Os incêndios desviam, de certa forma, o assunto do principal tema da mudança do clima, que é a questão das fontes de energia fósseis. Se a gente acabar com todo o desmatamento do mundo amanhã, você não resolve nem 10% da mudança do clima", afirma.

Segundo Lago, setores econômicos como o de energia têm interesse em acentuar o tema das queimadas para deixar o problema das emissões dos combustíveis fósseis em segundo plano.

Apesar disso, ele ressalta que os países estão mais preocupados com a importância da prevenção, para evitar que os incêndios aconteçam, e não só se prepararem para apagar o fogo.

"Mas quando acontecem coisas que a gente talvez descubra que são incêndios criminosos é uma outra dimensão. Porque é uma agenda que pode ser de debilitar o governo enquanto, na verdade, esse governo está combatendo as origens dos incêndios florestais de maneira muito mais séria."

Finanças
Corte de juros nos EUA pode dar apoio extra para índice da bolsa paulista
C1

Empresas

M&A Grandes grupos, formados por conglomerados familiares, consideram vender fatia minoritária

Farmacêuticas buscam parceiros para financiar expansão, mas definição de preço trava negócios

Fernanda Guimarães, Mônica Scaramuzzo e Beth Koike
De São Paulo

Grandes grupos farmacêuticos nacionais voltaram a mandatar processos competitivos de venda de participação minoritária para financiar estratégias de aceleração de crescimento e com o olhar também para o planejamento sucessório. Controladas por conglomerados familiares e grandes geradoras de caixa, essas empresas, até há pouco tempo, mantinham distantes operações de fusões e aquisições (M&A).

Dentre os grupos com negociação na mesa, está a Cimed, do empresário João Adibe, que ganhou fama com os hidratantes labiais Carmed. A companhia contratou o americano J.P. Morgan para ajudar a avaliar uma venda entre 10% e 15%, segundo informou o **Valor** na semana passada. O grupo de Adibe também esteve perto de comprar a Jequiti, da família de Silvio Santos, mas as negociações não foram adiante.

Já União Química, do empresário Fernando de Castro Marques, que tem feito importantes aquisições no país nos últimos anos, não descarta a entrada de um sócio no negócio. A empresa tinha planos de fazer uma oferta pública de ações (IPO, na sigla em inglês), mas o mercado de capitais não indica condições favoráveis no curto prazo.

Não há um mandato na rua para a busca de um sócio, mas os bancos de investimentos sempre apresentam negócios para a companhia, que discute caso a caso o negócio, mas sem nada ainda engatilhado, segundo entrevista de Marques ao **Pipeline** em julho.

A família Marques tem tradição no setor farmacêutico. O irmão de Fernando Marques, o empresário Cleiton de Castro Marques, é dono da Biolab . Os dois são tios de João Adibe, da Cimed. Cada um deles tem negócios independentes.

Outra empresa que tentou vender uma fatia minoritária foi a Eurofarma para o fundo de pensão canadense CPP, mas o negócio esbarrou no valor de mercado da companhia, segundo fontes a par do assunto.

As farmacêuticas brasileiras estão mais abertas a conversar, negociar fatias para se capitalizar diante de uma maior alavancagem, pressão no segmento hospitalar diante da crise no setor de saúde e desejo de diversificar negócio para não ficar tão dependente de genéricos, mercado em que a concorrência é muito acirrada.

Um dos segmentos que essas farmas têm olhado é de beleza e cosméticos — considerado um mercado menos "comoditizado" em relação aos genéricos.

No mês passado, a Vinci Partners vendeu 50% da Farmax, fabricante de cosméticos e itens de cuidados pessoais que havia sido adquirida pela gestora em 2021, para os fundos Vydia e Lazuli Partners. Grupos farmacêuticos olharam o ativo interessados em diversificar seu portfólio com itens de beleza e aumentar sua penetração no varejo farmacêutico, uma vez que a Farmax está presente em cerca de 95% das drogarias do país.

Em abril, o Pátria vendeu a Natulab para o fundo Pettra, que tem entre seus acionistas o expresidente da Bombril, Ronnie Motta, e empresários dos setores de mineração e petróleo.

> "Boom" dos genéricos impulsionou consolidação entre 2009 e 2010

SILVIA ZAMBONI/VALOR

Nelson Mussolini, presidente do Sindusfarma, reforça que empresas nacionais são geradoras de caixa e não vê pressão

Geradoras de caixa, as farmacêuticas nacionais não têm muita tradição de se associar a fundos de "private equity" (que compram participações em empresas) ou a investidores estratégicos.

O último grande movimento de consolidação do setor foi no fim dos anos 2000, com o "boom" dos medicamentos genéricos no Brasil. Em 2009, a multinacional Sanofi comprou a empresa nacional Medley. Um ano depois, foi a vez da americana Pfizer adquirir 40% do laboratório goiano Teuto .

No entanto, a Pfizer se desfez de sua fatia sete anos depois. Gestoras, como a Advent, chegaram a olhar os ativos, que voltou para as mãos da família Melo, dona do negócio. Fontes afirmam que a família controlada pensa novamente em buscar novo investidor. Ainda não há bancos contratados, mas a família Melo já teria em mente um preço de quanto vale seu negócio.

Nos últimos anos, as multinacionais começaram a desinvestir do setor de genéricos e também de parte dos medicamentos sem prescrição (OTC), vendidos fora do balcão, para se dedicarem produtos de alta complexidade.

No caso da Sanofi, a companhia começou a se desfazer de medicamentos dessa área no Brasil e América Latina. A Eurofarma comprou no ano passado a marca de genéricos da múlti. Fontes afirmam que a francesa busca comprador para os negócios OTC, que incluem as marcas Dorflex e Targifor, na região, um negócio de R$ 6 bilhões.

Outro processo que foi para a rua foi a da Cristália, que tinha contratado o Itaú BBA para estruturar sua venda, conforme antecipou o **Valor**. No entanto, por questões societárias, o processo voltou para a gaveta, disseram fontes. A EMS, de Carlos Sanchez, também teria iniciado conversas para uma possível venda de participação, mas interrompeu o processo, disse outra fonte. O processo, enquanto estava na rua, estava muito competitivo, conforme fontes que acompanharam a transação.

Nelson Mussolini, presidente do Sindusfarma, uma das principais entidades do setor, afirmou que não vê um novo "boom" de consolidação, uma vez que as empresas nacionais são grande geradoras de caixa. Mussolini não comenta casos específicos.

> **R$ 500 milhões é a operação da Farmax**

Segundo um banqueiro de investimento, muitos dos processos acabam travando por conta do descompasso de preço entre compradores e vendedores. Esse foi o desafio de processos como o da Eurofarma. Uma das fontes citou que o fato de parte das vendas só envolver uma participação acaba também afetando o "valuation", já que não existe, nesse caso, prêmio de controle embutido.

Uma das fontes consultadas disse que o interesse maior tem sido observado pelos investidores financeiros, como os fundos de private equity. Nesse caso, a visão é de que o fundo pode ajudar na governança da empresa antes de uma oferta inicial de ações.

Procurada, a Cimed reafirmou que não comenta a informação. A EMS informou, em nota, que não comenta rumores de mercado e trabalha com o foco na expansão dos seus negócios.

A Cristália informou em comunicado que "não está à venda". Eurofarma também disse que não comenta rumores de mercado. CPP não quis se manifestar sobre o tema.

Em nota, a Sanofi informou que "é política não comentar sobre rumores de mercado. Continuamos focados em entregar valor aos nossos 'stakeholders' por meio de nossas operações e iniciativas estratégicas".

Fernando Marques não retornou os pedidos de entrevista.

Especializada em aluguel, JFL vai vender apartamentos

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Jorge Felipe Lemann (esq.), Lucas Cardozo e Juliana Monteiro, da nova fase da JFL

Imóveis

Ana Luiza Tieghi e Mônica Scaramuzzo
De São Paulo

A JFL Realty, companhia de Jorge Felipe Lemann, vai lançar apartamentos para venda. A empresa opera desde 2015 no desenvolvimento de unidades de luxo para locação, conceito conhecido como "multifamily", e vinha nesse caminho, desbravando um mercado ainda incipiente no Brasil, com os imóveis administrados pela JFL Living.

A companhia tem sete prédios nos quais aluga unidades, de 36 a mais de 400 m², a um preço médio de R$ 290 por m² ao mês, o que equivaleria a um valor mínimo de R$ 10,4 mil. A entrevista foi concedida ao **Valor** em uma unidade de 258 m² na Rebouças, com vista panorâmica que vai da avenida Paulista ao bairro nobre Morumbi.

A JFL vai encerrar o ano com 788 unidades em funcionamento — dois ativos começaram a operar em 2024, no Parque da Cidade e no Alto das Nações, empreendimentos multiuso na Zona Sul — e deve chegar a mil nos próximos anos. Há mais dois projetos em desenvolvimento.

Três prédios serão lançados só para venda, dois deles ainda em 2024 e o terceiro no ano que vem, segundo Juliana Monteiro, diretora-executiva de produto da JFL. Um deles terá 10% de participação da incorporadora Souen & Nahas. O valor geral de venda (VGV) total estimado é de R$ 500 milhões.

Monteiro se juntou ao time em junho — antes passou pela ex-Odebrecht Realizações, Gafisa e Mitre.

Ela diz que a estratégia de vender imóveis é uma forma da JFL "equilibrar o portfólio" e aproveitar terrenos que permitem poucas unidades, o que tornaria o sistema de locação menos viável. Esses terrenos estão localizados nos Jardins e no entorno do Ibirapuera.

Lucas Cardozo, diretor-executivo de operações também recém-chegado à JFL, afirma que não está previsto que os compradores dos apartamentos possam colocá-los para locação por meio da JFL Living. Se alguém quiser alugar sua unidade, fará por conta própria.

Cardozo é fundador da Em Casa, startup para compra e venda de imóveis, e havia deixado o negócio em dezembro passado.

A chegada dos dois executivos coincide com a saída de Carolina Burg Terpins da JFL Realty. Ela era sócia-fundadora da empresa, junto com Lemann, mais conhecido como Pipo no mercado, mas deixou o negócio em abril. Um mês antes, reportagem da "Folha de S. Paulo" informou que Terpins havia colocado sua participação à venda, por divergências na condução do negócio.

Hoje, Lemann, filho do empresário Jorge Paulo Lemann, detém 95% de participação na JFL — o restante está nas mãos de "alguns primos do Rio". De acordo com ele, as mudanças são para ter uma empresa "cada vez mais profissionalizada", e preparada para crescer.

Lemann conta que a JFL tem mais dois terrenos na cidade, e que em um deles avalia fazer um projeto misto de locação e venda.

Uma expansão geográfica não está descartada, mas os executivos afirmam que ainda há espaço para crescer em São Paulo.

Tanto Lemann quanto Monteiro e Cardozo não são paulistanos e os três trabalharam no Rio de Janeiro, cidade onde o fundador afirma já ter procurado oportunidades para o negócio, mas esbarrada no preço de entrada na Zona Sul carioca. O valor dos terrenos e de projetos prontos seria alto demais para garantir a rentabilidade da locação. "Teria de ser na linha de retrofit [reforma de um prédio antigo]", diz.

O conceito de locação de apartamentos de luxo da JFL oferece "uma experiência" ao cliente, uma vez que dispõe de arrumação diária e café da manhã. Os empreendimentos possuem academia, espaço infantil, entre outras comodidades. Todos os apartamentos já são decorados. O prazo mínimo de locação é de um mês, e a média da empresa está em 9 meses.

Lemann ressalta que seu negócio é diferente de outras administradoras de locação, como a americana Greystar, por desenvolver e manter a posse dos ativos, visando sua valorização. O empresário prefere ter o controle dos prédios para poder comandar o condomínio e manter o "padrão da marca JFL".

Veículos Anfavea aponta alta do estoque de importados chineses; ABVE defende respeito às regras

Expansão do elétrico chinês acirra disputa dentro do setor automotivo

Marli Olmos
De São Paulo

Nos próximos dias, a Anfavea, associação que representa as montadoras no Brasil, encaminhará à Camex (Câmara de Comércio Exterior) pedido para a aplicação imediata da alíquota máxima do Imposto de Importação para carros elétricos e híbridos. A mesma solicitação já havia sido encaminhada ao Ministério da Fazenda. O presidente da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE), Ricardo Bastos, diz não estar preocupado porque não acredita que a Camex "vai quebrar regras".

Desde 2016, carros 100% elétricos estavam isentos do Imposto de Importação e nos híbridos incidia alíquota reduzida. No fim de 2023, o governo decidiu retomar a tributação de forma gradual. As duas primeiras fases do ajuste foram em janeiro e julho. As alíquotas agora estão em 18% para 100% elétricos, 25% para híbridos e 20% para híbridos "plug-in", que também permitem carregamento em tomada. O cronograma vai até julho de 2026, quando passará a valer a alíquota máxima de 35%, que a Anfavea pede que seja aplicada já.

Durante a apresentação do desempenho do setor em agosto, na quinta-feira (5), o presidente da Anfavea, Márcio de Lima Leite, exibiu um gráfico que mostra a elevação no nível de estoques de carros híbridos e elétricos importados, provenientes, sobretudo da China. Segundo ele, em junho, na véspera da segunda etapa de aumento gradual do tributo, o estoque desses veículos estava em 86,2 mil unidades, o equivalente, segundo ele, a nove meses de vendas. Em julho permaneceu ainda alto, em 81,7 mil.

A ABVE não tem esse dado. "Acho que deve haver espiões nos portos de Suape, Itajaí e Vitória contando carros", diz Bastos. O dirigente acredita que o número real de estoque de elétricos importados não deve ser muito diferente do que foi apresentado pela Anfavea. "É natural que as empresas tenham importado mais na véspera do aumento de imposto", afirma.

> Nos oito primeiros meses do ano foram produzidos 1,64 milhão de veículos, alta de 6,6%

CADU GOMES/VPR/DIVULGAÇÃO

Na presença do vice-presidente e ministro do MDIC, Geraldo Alckmin, Anfavea informou que pedirá à Camex antecipação da cobrança de 35% de imposto de importação

"O problema é que quando a indústria deveria ser uma só a associação que representa os produtores de veículos a combustão faz uma marcação sobre os eletrificados", diz. Sobre a forma como se refere à Anfavea — entidade de "produtores de veículos a combustão" —, o dirigente diz: "é o que parece porque só defendem esse lado".

O nítido racha entre associações, que não é de hoje, deixa dúvidas de como essa indústria se organizará quando as marcas chinesas começarem a produzir no país. A BYD está prestes a erguer o primeiro galpão industrial em Camaçari (BA) e a GWA (Great Wall Motor) acaba de se habilitar no programa federal Mover, que concede incentivos fiscais a fabricantes locais. O primeiro carro da marca contemplado pelo programa será um Haval H6 híbrido plug-in, que a GWM promete começar a montar na fábrica de Iracemápolis (SP) na primeira metade de 2025.

A apresentação da Anfavea, que incluiu dados de estoque dos elétricos importados, foi na sede da entidade em Brasília e contou com Geraldo Alckmin, vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Alckmin recebeu de Leite um estudo sobre descarbonização da frota que a Anfavea encomendou à consultoria BCG e cujos primeiros resultados começaram a ser apresentados em 2021.

O documento trata sobre a importância do uso dos biocombustíveis, além de outras medidas a serem tomadas por indústria e poder público, como renovação da frota e campanhas de estímulo para o consumidor dar preferência ao etanol quando abastecer o carro. Ao final da apresentação, Alckmin foi questionado sobre eventual interesse do governo em antecipar a alta do Imposto de Importação para carros elétricos. Mas ele desconversou.

O ministro preferiu enaltecer os bons resultados em produção e vendas que a indústria automobilística tem registrado. Ainda como efeito da maior oferta de crédito, de janeiro a agosto, foi registrado crescimento de 13,3% nas vendas de veículos, num total de 1,62 milhão de unidades.

O efeito do aumento da demanda interna provocou crescimento de 6,6% na produção, com 1,64 milhão veículos nos oito primeiros meses de 2024. O reflexo aparece também no nível de emprego. Com 105,7 mil funcionários, o número de postos de trabalho em montadoras cresceu 5,6% em um ano.

> **123 %**
> **é a alta na venda de eletrificados no ano**

O mercado de híbridos e elétricos também continua em expansão. Segundo a ABVE, no acumulado de janeiro a agosto, foram vendidas 109,2 mil unidades, um aumento de 123%, sobre o mesmo período de 2023.

Aos poucos, a infraestrutura para os veículos que dependem de tomada para carregamento das baterias também se expande. O país tem, hoje, 10,6 mil pontos de recarga públicos e semipúblicos.

Dos 329,7 mil eletrificados em circulação no país, mais da metade — 181,4 mil são plug-in. O número abrange os que só podem ser abastecidos em tomadas e os híbridos plug-in, que oferecem maior aproveitamento do modo elétrico quando carregados em tomada, mas também têm um motor a combustão, o que garante maior autonomia.

Stellantis investe na Argentina de olho na exportação

De São Paulo

A Stellantis anunciou nesta quinta-feira (5) um investimento de US$ 385 milhões na fábrica de Córdoba, na Argentina. Os recursos fazem parte de um ciclo de investimentos na região, anunciado pela companhia em março. Na ocasião, o grupo também revelou investimento de R$ 30 bilhões no Brasil. Ambos os programas serão aplicados na região entre 2025 e 2028.

Os recursos serão utilizados no desenvolvimento de uma nova família de veículos, componentes e novo motor. Em Córdoba hoje é produzida a linha Cronos.

Segundo a Stellantis, os novos veículos serão desenvolvidos com o objetivo de serem também "exportados em grandes volumes para os mercados sul-americanos".

Além disso, a Sudamericana, fabricante de componentes da Argentina, comprada pela Stellantis recentemente, vai ser integrada ao grupo para fornecimento regional de peças.

Segundo Emanuele Cappellano, presidente da Stellantis na região, o cenário econômico argentino não interferiu na decisão de investimentos que têm de ser feitos com vistas ao médio e longo prazos.

> **US$ 385**
> **milhões devem ser aplicados em Córdoba**

O executivo lembrou que outra fábrica argentina, em Palomar, onde são produzidos veículos das marcas Peugeot e Citroën, também recebeu US$ 270 milhões no ciclo de investimentos anterior. Grande parte dos recursos foi usada no desenvolvimento do novo Peugeot 208.

Cappellano confirmou, ainda, que a Stellantis já iniciou a pré-produção de carros híbridos movidos a etanol no Brasil. Segundo ele, dois modelos com essas características serão apresentados ao mercado até o fim do ano.

Em março, o presidente mundial da Stellantis, Carlos Tavares, anunciou ao governo brasileiro o investimento de R$ 30 bilhões no país entre 2025 e 2030, e o equivalente a cerca de R$ 2 bilhões na Argentina. É o maior dos novos ciclos de investimentos do setor.

Os novos investimentos da indústria automobilística somam R$ 126,1 bilhões na década. O valor inclui os planos dos fabricantes de automóveis, que chegam a R$ 115,5 bilhões, mais R$ 8,6 bilhões de programas do setor de caminhões e ônibus, alguns já esgotados ou prestes a se esgotar. *(MO)*

Do que é feita uma medalha?

Diversidade

Daniela Cachich

Olímpiadas sempre serão responsáveis por momentos inesquecíveis. Se você acompanhou algum dia, sabe que tivemos conquistas que pareciam inalcançáveis e derrotas que pareciam impossíveis.

E esta edição de Paris estabeleceu um fato inédito: a mesma quantidade de atletas masculinos e femininos.

Nos primeiros Jogos Olímpicos, em 1896, mulheres eram proibidas de participar. Em Paris, em 1924, foram apenas 4%. Levamos 100 anos para passar de 4% para 50%. Um replay indigesto: 100 anos.

Pelo Brasil, em 2024, o número de atletas mulheres foi de 55% e elas foram responsáveis por 60% das medalhas conquistadas. E aí, eu chego na primeira palavra que me fez escrever este artigo: oportunidade. Numa matemática simples, tomando os jogos de Roma em 1960 como exemplo, apenas 11% eram mulheres. Claro que o quadro de medalhas foi esmagadoramente masculino. Isso por que atletas homens são melhores? Não, mas porque eram a maioria.

Se realmente queremos entender o mérito das conquistas, é preciso equacionar a quantidade de atletas de ambos os gêneros. E, matematicamente falando, em Paris 2024 as mulheres foram mais efetivas que os homens. Algum demérito aos homens? Claro que não. Até porque não é uma disputa entre gêneros, mas entre países e seus talentos. Mas isso traz uma reflexão: quando me dizem que não existem mulheres em algo, eu sempre volto com uma pergunta: não existem ou não tiveram oportunidade?

Ser a primeira mulher em algo tem um peso enorme. Digo isso por experiência própria. O primeiro pensamento que vem é: "se eu não for a melhor, estou mostrando que uma mulher não consegue ganhar". E isso vai impactar outras mulheres, que irão desacreditar que é possível. São números martelados à exaustão na nossa cabeça. Aliás, replay novamente: 100 anos distanciam 4% de 50%.

Eu imagino que o choro que cai a cada conquista tem um significado profundo nas atletas, no contexto de sua história, dedicação, sacrifícios. Mas, como mulher, imagino um misto de realização pessoal e também coletiva. Foi interessante acompanhar as entrevistas que todas davam. Agradecimentos pessoais, mas sempre acompanhados de um chamamento coletivo: mulheres, é possível!

Rebecas, Danielles, Daianes e outras mulheres ocuparam espaços dentro da ginástica artística. Elas vinham pavimentando solos, traves e saltos, sempre sonhando em chegar ao lugar mais alto do pódio. Lugar esse que não se conquista do dia para a noite. Ele exige a segunda palavra que me fez escrever esse artigo: consistência. Rebeca atinge o topo porque teve oportunidade, e porque a construção do avanço da ginástica brasileira foi e é consistente.

Foram anos de consistência até que o Brasil chegasse ao topo da ginástica artística. Desde investimento, comissão técnica, ginastas mais experientes e ginastas iniciantes bailando em sincronia. Tudo isso, somado ao talento, fez com que chegássemos onde muitos desacreditavam. A consistência é potente e o grande desafio se traduz em mais uma palavra: paciência.

Oportunidade, consistência, paciência e coletivo. Parece que essas palavras juntas são imbatíveis. Ou seriam sábias? Não consigo imaginar sabedoria mais coerente para o mundo que vivo, o de uma grande corporação. Quantas vezes me vi em meio a discussões que esperavam "medalhas", mas que, ao contrário da ginástica, não tinha investimento, nem consistência e muito menos paciência. Mas, mesmo assim, queriam uma medalha do dia para a noite.

Não, você não ganhará medalha no curto prazo. E, se tem alguma dúvida do valor da oportunidade, consistência, paciência e espírito coletivo, te convido a acompanhar nossos atletas paralímpicos na Paralimpíada que começou em Paris no dia 28 de agosto. Vamos?

Daniela Cachich é presidente da divisão Beyond, responsável pelo negócio de bebidas não alcoólicas, vinho e drinks prontos da Ambev
Linkedin
https://www.linkedin.com/in/daniela-cachich/

Logística No setor de condomínios industriais e logísticos pelo país, a Log CP é destaque; WTorre também busca ter fatia relevante desse mercado

Investimentos em galpões crescem além da Grande São Paulo

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo e Belo Horizonte

O mercado de galpões logísticos continua aquecido e a região metropolitana de São Paulo segue concentrando novos projetos e o interesse de grandes empresas e fundos que atuam no setor. Mas há um movimento que ganha ritmo fora dessa área. A Log CP, companhia da família Menin, da MRV, já trabalha com galpões modulares em diversas regiões do país. E agora a WTorre também planeja perseguir esse caminho para além da Grande São Paulo.

"Estamos olhando o país todo, temos espaço para crescer nos outros mercados", afirma Abiner Albuquerque, diretor de desenvolvimento da WTorre. Segundo ele, a estratégia é hoje "mais agressiva" do que nos últimos anos.

As duas empresas estão presentes na região de Ribeirão Preto (SP), por exemplo. Como explica Simone Santos, sócia da consultoria Binswanger, é uma região considerada secundária, mas que tem atraído novos projetos. A Log CP tem um galpão em construção na cidade, com 48 mil metros quadrados e 65% pré-locado. A WTorre é responsável por um galpão de 38 mil metros quadrados feito sob medida, sistema conhecido como BTS (built to suit), para o Mercado Livre, em Cravinhos, a 24 km de Ribeirão.

A companhia fundada por Walter Torre, falecido em 2020, foi pioneira em contratos BTS no Brasil, lembra Albuquerque.

A empresa tem um pipeline de quase 900 mil metros quadrados de condomínios logísticos e industriais BTS, distribuídos pelo país, para setores como siderurgia, papel e celulose e bens de consumo, além de comércio eletrônico. No sistema "especulativo", quando primeiro se constrói o galpão e depois se procuram ocupantes, são mais 1,2 milhão de metros quadrados, dos quais 60% serão na Grande São Paulo. Os outros 40% devem se fixar em capitais do Nordeste e Centro-Oeste, e cidades como Porto Alegre e Belo Horizonte, diz Albuquerque.

A empresa quer lançar cerca de 300 mil metros quadrados de condomínios logísticos e industriais ao ano, um investimento anual de R$ 990 milhões.

A meta da Log CP para 2024 é chegar a 500 mil metros quadrados entregues, conta o CEO Sérgio Fischer. A companhia aposta na venda de ativos para gerar caixa para novos empreendimentos. Neste ano, já vendeu quatro, somando R$ 1 bilhão. "Já temos recursos para fazer todos os investimentos previstos no ano", afirma.

> "Tem muita coisa para fazer e poucos 'players', ninguém em escala nacional"
> *Sérgio Fischer*

A Log CP conclui em 2024 um plano de crescimento que previa entregar 1,5 milhão de metros quadrados. Em 2025 começa um novo plano, de 2 milhões de metros quadrados em quatro anos, investimento de R$ 4 bilhões.

"Tem muita coisa para fazer no Brasil e poucos 'players', ninguém fazendo de forma nacional", afirma Fischer. "Tem anos que falamos que não tem concorrência".

Santos analisa que grandes empresas do setor, como GLP e Prologis, buscam projetos de mais de 100 mil metros quadrados cada, mais ainda raros fora da região metropolitana de São Paulo. Além disso, a Log CP tem uma vantagem para a atuação nacional: a expertise adquirida pela MRV, que já atua em boa parte do país. Isso ajuda tanto na construção quanto na capacidade de aprovar projetos.

O tempo de aprovação pode ser um entrave para explorar novas áreas. Ribeirão Preto é um exemplo de cidade considerada "difícil" pelas companhias, que correm para Cravinhos para tirar uma aprovação em tempo mais curto. Segundo Santos, é um problema comum a diversas cidades grandes, que vão se tornando mais burocráticas à medida que mais projetos são demandados. No Estado de São Paulo, outras regiões consideradas complicadas são Campinas e Jundiaí.

DIVULGAÇÃO

Simone Santos, sócia da consultoria Binswanger, afirma que aprovação pode ser empecilho em cidades grandes

A Binswanger aponta que cidades paulistas acima de 350 mil habitantes já demandam espaço de galpões, e os clientes são variados. "Tem muitas empresas de autopeças, transportadoras, farmacêuticas, o leque é gigante", afirma Santos.

A Barzel Properties também terá um projeto em Ribeirão. A empresa comprou um terreno da Multiplan para desenvolver um condomínio logístico.

Para Fischer, a reforma tributária deve impulsionar um mercado de condomínios logísticos mais descentralizado. Sem incentivos específicos para uma ou outra região, valerá a pena construir nos locais onde se está próximo do consumidor. "Vai ser vento de cauda como foi a pandemia", afirma, ressaltando que não é algo para o curto prazo.

O preço dos galpões ainda precisa melhorar, na visão de Albuquerque. Segundo ele, não é viável produzir galpões no país para cobrar menos de R$ 25 ou R$ 26 por metro quadrado de aluguel, ainda que em várias regiões a média esteja próxima de R$ 20. "O mercado vai entender que o preço é mais próximo de R$ 30 do que de R$ 20", afirma. Em Ribeirão, a média está em R$ 26, segundo a Binswanger, logo acima da média nacional, de R$ 25,50.

R$ 1 bi
a WTorre investe em galpões anualmente

Mesmo com a aposta em crescer pelo país, a WTorre reserva projetos para um raio de 50 quilômetros de São Paulo, como uma expansão do empreendimento que já possui em Franco da Rocha, visto como alternativa à vizinha Cajamar. A empresa já fez 257 mil metros quadrados ali e planeja outros 330 mil metros quadrados, em quatro galpões. Albuquerque afirma que há três empresas em negociações. A construção deve começar no primeiro trimestre de 2025.

A jornalista viajou a convite da Log CP

Log CP tenta acelerar vendas de loteamento industrial

De Betim (MG)

Especializada na construção e administração de condomínios logísticos, a Log CP tem uma "jabuticaba" em seu portfólio.

O Parque Industrial de Betim (PIB) é um investimento de R$ 415 milhões, com 194 lotes para instalações industriais e logísticas, que somam 2,7 milhões de metros quadrados.

O projeto foi uma iniciativa da prefeitura de Betim, conta o CEO da Log CP, Sérgio Fischer, que procurou a companhia mineira, da família da MRV, para tocar o empreendimento.

O fato do PIB estar no berço da empresa foi decisivo. Giovanni Drumond, gestor executivo comercial da empresa, afirma que a Log CP não deve fazer projetos do tipo em outras regiões.

Mesmo com o aval da prefeitura, a aprovação do projeto foi longa: iniciada em 2011, só foi concluída em 2016. O PIB foi lançado oficialmente em 2022 e desde então 30% de sua área foi vendida. A empresa pretende aumentar a velocidade para finalizar as vendas até 2032.

Além de vender os lotes, a companhia pode construir as fábricas e galpões para as empresas. Também separou uma área de 300 mil metros quadrados para fazer os seus próprios galpões logísticos. O Mercado Livre já instalou no parque 100 mil metros quadrados em um único galpão, feito pela Log CP.

Toda a região de Belo Horizonte tem cerca de 1,1 milhão de metros quadrados de condomínios logísticos. Só o estoque previsto pela própria Log CP aumentaria isso em quase 30%, e outras empresas de logística, a exemplo do Mercado Livre, também podem se instalar ali.

R$ 415
milhões é o aporte da Log CP no projeto

Fischer afirma que já falta espaço adequado para a instalação de indústrias e galpões logísticos na região de Belo Horizonte, e que há poucos loteamentos dessa magnitude do país. Jundiaí fez algo parecido e Joinville também. "Está obsoleto, mas trouxe toda a indústria de Santa Catarina", diz, sobre o último.

A previsão é que o PIB gere 40 mil empregos diretos. Hoje, há oito empresas no local, operando ou em instalação, e outras seis em processo de aprovação.

O loteamento fica a 7 km do centro de Betim e a 39 km do centro de Belo Horizonte. A oferta de moradia da região está sendo reforçada pela própria MRV, que constrói na outra margem da rodovia um empreendimento Cidade Sete Sóis, sua linha de complexos residenciais, com dezenas de prédios populares.

A Log CP lançou, até o momento, apenas a primeira fase do loteamento. Para lançar a segunda, que permitirá completar o projeto, aguarda obras de infraestrutura prometidas para a região, que poderiam ajudar a aumentar o preço médio pedido pelos lotes, hoje em cerca de R$ 350 por metro quadrado.

Uma das obras é o rodoanel de Belo Horizonte, previsto para ter as obras iniciadas no segundo semestre do ano que vem, informou a Secretaria de Estado de Infraestrutura Mobilidade e Parcerias (Seinfra). O anel viário receberá um aporte de R$ 3 bilhões fruto de acordo judicial assinado entre o governo mineiro e a Vale, por causa do rompimento da barragem da mineradora em Brumadinho, em 2019.

Também é prometido um aeroporto para Betim, que ficaria a 10 km do PIB, ante os 75 km de distância do aeroporto de Confins — o que inclui atravessar Belo Horizonte. *(ALT)*

Curtas

BMW e Toyota juntas

A BMW e a Toyota vão se unir para desenvolver carros elétricos movidos a hidrogênio, em um esforço para transformar esse mercado emergente em algo de massa. A montadora alemã anunciou nesta quinta-feira (5) que lançará, em 2028, versões movidas a hidrogênio de uma de suas linhas de modelos existentes como parte da estratégia — compartilhada pela japonesa Toyota — de ampliar seu alcance com diferentes tipos de combustíveis. Os carros a hidrogênio da BMW e da Toyota utilizarão conjuntos de motor e transmissão desenvolvidos juntamente pelas empresas, segundo um comunicado das montadoras.

AstraZeneca na China

As autoridades chinesas detiveram funcionários da britânica-sueca AstraZeneca sob suspeita de trazer um medicamento contra o câncer não aprovado para o país, disseram pessoas familiarizadas com o assunto. As autoridades chinesas têm dado mais atenção a casos em que acreditam que pessoas tenham trazido para o país medicamentos não aprovados. A investigação mais recente é liderada pela polícia na cidade de Shenzhen. "Estamos cientes de que um pequeno número de nossos funcionários na China está sob investigação e não temos mais informações para compartilhar", disse um representante da empresa.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **B&m Distribuidora de Gás Ltda. -** CNPJ: 21.586.691/0001-27 - Endereço: Rua Manoel Menezes Matias, 70, Bairro Parque Soledade, Caucaia/ce - Requerente: B&m Distribuidora de Gás Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Empresarial de Recuperação de Empresas e de Falências do Estado do Ceará, Fortaleza/CE - Observação: Pedido de auto falência.

Requerido: **Integral Engenharia Ltda. -** CNPJ: 16.629.693/0001-16 - Endereço: Av. Assis Chateaubriand, 273, Bairro Floresta - Requerente: Emir de Oliveira Faria - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Belo Horizonte/MG

Requerido: **Sigma Locações de Máquinas e Equipamentos Eireli -** CNPJ: 29.962.282/0001-90 - Endereço: Rua Curitiba, 778, 5º Andar, Sala 502, Centro - Requerente: Stephanie Caroline Cardoso de Oliveira - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Belo Horizonte/MG

Falências Decretadas

Empresa: **Tô Na Área Indústria e Comércio de Confecções Ltda. -** CNPJ: 23.726.621/0001-52 - Endereço: Rua Engenheiro Plácido Coelho Júnior, 180, Bairro Vicente Pinzon - Administrador Judicial: Legare Administração Judicial Ltda, Representada Pela Dra. Jovana Frota de Souza Rodrigues - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Recuperação de Empresas e Falências do Estado do Ceará, Fortaleza/CE

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Emibm Engenharia e Comércio Ltda. -** CNPJ: 37.071.313/0001-40 - Endereço: Setor Sig Quadra 03, Bloco C, Lote 72, Lojas 74 e 75, Zona Industrial - Requerente: Condor Atacadista de Materiais Para Construção S/A - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Baleia Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda. -** CNPJ: 04.298.405/0001-09 - Endereço: Rodovia Ce 168, Km 02, Bairro Violete, Itapipoca/ce - Vara/Comarca: 3a Vara Empresarial de Recuperação de Empresas e Falências do Estado do Ceará, Fortaleza/CE

Empresa: **Comercial Baleia de Combustíveis Ltda. -** CNPJ: 10.511.460/0001-38 - Endereço: Rodovia Ce 085, Km 123, S/nº, Bairro Barrento, Itapipoca/ce - Vara/Comarca: 3a Vara Empresarial de Recuperação de Empresas e Falências do Estado do Ceará, Fortaleza/CE

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Cremoso Alimentos Ltda. -** CNPJ: 03.549.286/0001-57 - Endereço: Rua Odilo Ogliari, 122 E, Sala 02, Área Industrial, Xaxim/sc - Administrador Judicial: Von Saltiél Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC

Agenda Tributária

Mês de Setembro de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	"
	Aplicações financeiras - Recolhimento na data da remessa	5286*	"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	"
	Remuneração de direitos	9427*	"
	Previdência privada e Fapi	9466*	"
	Aluguel e arrendamento	9478*	"
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Agosto/2024
6	Comprev - recolhimento efetuado por RPPS - órgão do poder público - CNPJ	7307**	1º a 31/julho/2024
	Comprev - recolhimento efetuado por RPPS - órgão do poder público - CNPJ - estoque	7315**	"

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: *Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência*

Varejo Novo colegiado da rede foi eleito ontem; nomes de confiança do trio permanecem no órgão

Sicupira sai do conselho da Americanas

Talita Moreira
De São Paulo

Os acionistas da Americanas aprovaram ontem, em assembleia geral extraordinária (AGE), a nova composição do conselho de administração da rede. A alteração sela a saída de Carlos Alberto Sicupira e de Paulo Lemann, filho do empresário Jorge Paulo Lemann, mas mantém nomes fiéis aos sócios de referência, que aumentaram sua participação para 49,24% do capital da companhia depois do aporte feito para socorrê-la.

Três dos eleitos já faziam parte do conselho da empresa, que revelou uma fraude contábil de R$ 25 bilhões no começo do ano passado. Um deles é Eduardo Saggioro, sócio da LTS — holding de Lemann, Marcel Telles e Sicupira. Saggioro já foi presidente do colegiado. Os outros dois reconduzidos são Claudio Garcia, ex-executivo e ex-conselheiro da AB Inbev, cervejaria controlada pelo trio; e Vanessa Claro Lopes, que integra diversos conselhos de empresas. A executiva ocupava um dos assentos de conselheiros independentes e integrava o comitê de auditoria da Americanas quando a fraude veio à tona.

Na nova configuração, Lopes continua como membro independente e nessa função entram também Maria Rita Coutinho, conselheira e membro da comissão de auditoria do Banco CTT, de Portugal, e Paula Magalhães, ex-CEO da Rede, credenciadora de cartões do Itaú Unibanco. Elas substituem Célio Almada Neto e Sidney Breyer.

Como representantes dos acionistas de referência, permanecem Saggioro e Garcia e entram outros dois nomes: o ex-CEO da Ambev Luiz Fernando Edmond, que comandou a cervejaria americana Anheuser Busch após a empresa ser assumida pelo trio; e Yuiti Matsuo Lopes, da LTS. O mandato dos novos membros é de dois anos, com possibilidade de recondução por mais dois.

Todos os nomes já eram conhecidos desde o fim do ano passado. Foram indicados em meio às discussões com os bancos para a costura do acordo de credores que resultou no aporte de R$ 24 bilhões feita na companhia, sendo metade aportada pelos acionistas de referência e metade, pelas instituições financeiras na forma de conversão de dívidas. Os bancos, que se tornaram acionistas da Americanas nesse processo, não participarão da gestão e não indicaram representantes para o colegiado.

A Americanas entrou em recuperação judicial em janeiro do ano passado, após o escândalo. As investigações policiais, ainda não concluídas, apontam para a existência de um esquema comandado pela antiga diretoria — que nega as acusações. Não surgiram até agora evidências da participação do conselho, embora haja questionamentos sobre quão diligente o órgão foi.

R$ 25 bilhões foi o tamanho da fraude revelada em 2023

DOMINGOS PEIXOTO / AGÊNCIA O GLOBO

Rede varejista entrou em recuperação judicial em janeiro do ano passado, após fraudes contábil virem à tona

A assembleia contou com a participação de acionistas representando 53,4% do total, quórum insuficiente para a votação de outros dois itens da pauta, que tratavam da alteração e da consolidação do estatuto social da empresa após o aumento de capital. Esses itens requeriam presença de dois terços dos acionistas. Uma nova assembleia será convocada para isso. O **Valor** adquiriu um lote mínimo de ações da empresa para participar da assembleia, só acessível a acionistas, e se absteve das votações.

Houve poucas intervenções de minoritários no encontro, realizado de forma virtual. Um dos questionamentos veio de Inácio de Barros Melo, pernambucano que, semanas atrás, ganhou notoriedade por ter se tornado um dos acionistas mais relevantes da rede, com uma fatia de 12,52% do capital. Ele levantou dúvidas sobre a data de corte para participação de acionistas na votação.

Também se manifestou Ricardo Ximenes de Sousa, advogado do Espírito Santo, que disse desejar a recuperação da companhia. "Deus proteja a todos nós", afirmou. O presidente da Americanas, Leonardo Pereira Coelho, agradeceu.

Curtas

Vibra e PIS/Cofins

A Vibra Energia comunicou que o Tribunal Regional Federal da 2ª região (TRF-2) rejeitou os recursos protocolados pela União no processo em que discute os créditos de PIS/Cofins. Assim, a companhia estima que deve receber, no melhor dos casos, aproximadamente R$ 4 bilhões, o equivalente a cerca de 7% do seu valor de mercado.

Wilson Sons em agosto

A Wilson Sons movimentou 124,2 mil TEUs (medida equivalente a um contêiner de 20 pés) no mês de agosto, alta de 19,8% em relação ao volume reportado no mesmo período de 2023. Do total, 92,8 mil TEUs foram de unidades cheias, 27,6% a mais ante agosto de 2023. Os contêineres vazios somaram 31,3 mil TEUs, alta de 1,5% na mesma comparação.

INÊS 249

Mercedes Sedã agora é plug-in, tem tração integral e motor 2.0 turbo. Aposentar o V8 foi uma boa?

C 63 S híbrido ganha força e perde personalidade

Carlos Cereijo
Da Autoesporte

DIVULGAÇÃO

O novo motor 2.0, chamado de M139, é o mesmo que equipa o hatch A45 e seus irmãos CLA 45 e GLA 45, mas para gerar 476 cv, o quatro-cilindros tem nova programação eletrônica e maior pressão no turbo

Desde 2008 a receita do Mercedes-AMG C63 sempre foi bem clara: motor V8 grande, tração traseira e comportamento brutal. Domar o sedã fazia parte da experiência AMG e isso formou uma legião de fãs. Porém, esses traços de personalidade foram engavetados pela Mercedes-Benz, que tenta agora escrever uma nova fórmula para o C63. E a lista de ingredientes começa pelo motor 2.0 mais potente já colocado num carro de produção.

Este propulsor, chamado de M139, é o mesmo que equipa o hatch A45 e seus irmãos CLA 45 e GLA 45. Para gerar 476 cv e torque de 55,5 kgfm, o quatro-cilindros tem nova programação eletrônica e maior pressão no turbo. No C63 S E Performance são 2.6 bar, já nos carros da família 'A' a pressão é de 2.2 bar. No entanto, a maior mágica está no eixo do turbo. Um motor elétrico conectado a ele ajuda em baixas rotações, justamente quando há pouca pressão vindo dos gases das câmaras de combustão. Assim, o funcionamento do conjunto é mais linear e com mais torque.

No eixo traseiro existe um conjunto de bateria, motor elétrico e engrenagens. O sedã é um híbrido plug-in, mas não espere autonomia. Com 100% de carga, a Mercedes diz que o modelo pode rodar até 13 km. São só 6,1 kW de capacidade que demoram duas horas para carregar. Claro que o AMG também regenera energia e tem oito modos de condução que vão desde "Neve" até "Sport+". Há também um modo que preserva a carga da bateria.

A missão dessa bateria é alimentar o motor elétrico de 204 cv que ainda conta com duas "marchas". Dessa maneira o Mercedes, a depender da velocidade, escolhe a melhor relação de engrenagens para continuar entregando o torque do motor elétrico. Isso porque motores elétricos em altas rotações já não entregam aquela "porrada" de força que estamos acostumados.

Toda essa tecnologia usa a tração integral 4Matic+ para despejar 680 cv e absurdos 104 kgfm de torque no asfalto. E essa força lança o Mercedes-AMG C 63 até 100 km/h em 3,4 segundos e empurra os seus 2.165 kg até os 280 km/h.

É curioso que este é o mais potente C63 já feito, mas o design é elegante. Não há profusão de entradas de ar, asas e apliques. Ao entrar no Mercedes sou abraçado pelo interior repleto de telas e botões. Como nosso contato foi no Autódromo da Capuava, interior de São Paulo, a ideia foi explorar os modos de condução e descobrir a personalidade do monstro.

> **3,4 s**
> **É o tempo que o esportivo leva para ir aos 100 km/h**

Botão de partida acionado e não há drama nem vibrações, bem diferente do V8. Segundo Murilo Zanutto, especialista de produto Automóveis da Mercedes-Benz Cars & Vans do Brasil, a empresa tomou esse caminho pelas legislações de ruído e emissões. E o som que se ouve nos modos esportivos não vem de aletas abertas no escape. Microfones captam o som, sintetizam e ampliam por meio do sistema de áudio do Mercedes. Portanto, perdemos o V8 tenor de ópera e ganhamos um 2.0 que usa Autotune para cantar.

No modo "Comfort" não há sinais de que temos 680 cv à disposição. O sedã anda pacato e só a suspensão mais firme indica que o modelo é esportivo. Com o pedal do acelerador mais fundo o C 63 ganha velocidade de maneira linear. Vale ressaltar que a depender do nível da bateria e modo de condução, os 680 cv não estão disponíveis. Aí quem faz o trabalho pesado é o 2.0 turbo.

Com o "Sport+" selecionado o sedã muda de temperamento e a suspensão fica mais firme. O mapeamento do pedal do acelerador fica arisco e a troca de marchas acontece em giros mais altos. E as reduções de marchas são antecipadas nas frenagens. A sinfonia aumenta de volume, mas é difícil se empolgar com sons que são artificiais.

Chego ao final da reta pendurado nos freios e com as mais de duas toneladas bem equilibradas. Mérito total do carro que ainda ajuda nas saídas de curva. É a primeira vez que o modelo tem tração integral e também este é o primeiro C63 com esterçamento no eixo traseiro.

As rodas podem virar até 2,5 graus a depender da velocidade e do ângulo do volante. Em curvas fechadas o eixo traseiro vira as rodas para o lado oposto da manobra e ajuda a apontar o Mercedes para a saída da curva. Já em curvas e manobras de alta velocidade, as rodas de trás vão para o mesmo sentido e ajudam no equilíbrio.

É impressionante como a Mercedes conseguiu que o sedã mantenha a compostura ao mesmo tempo que é catapultado nas retomadas. No travado traçado da Capuava, as duas toneladas do Mercedes dançavam sem sobressaltos. Não há mais aquela adrenalina do eixo traseiro deslizando ao menor toque do acelerador. Até é possível fazer isso em velocidades maiores, mas o comportamento deste C 63 é diferente da receita original.

E o que os clientes vão dizer? Segundo Evandro Bastos , "head" de Produto Automóveis da Mercedes-Benz Cars & Vans Brasil, a matriz da empresa fez pesquisa com consumidores e teve boa recepção. E a escolha de um motor pequeno em parceria com propulsão elétrica é algo que a Mercedes entende bem. Afinal, a empresa ganhou oito dos últimos dez campeonatos de construtores na Fórmula 1.

Talvez a Mercedes-Benz seja a melhor para tomar esse caminho, mas isso não quer dizer que esse é o caminho certo. Desde 2008, a empresa conseguiu consolidar a mística do C 63 AMG e agora ela abre mão disso. E o produto final custa R$ 906.900 (R$ 1.015.900 pela edição F1) e tem porta-malas de só 280 litros, pois as baterias e motor elétrico roubam o espaço.

Não há sinfonia de V8 e ao volante os 680 cv impressionam em situações pontuais. Antes o C 63 deixava um sorriso no rosto desde a partida, desfilando em baixas velocidades e até estacionado com sua presença brutal. Agora veremos como os clientes brasileiros e a Mercedes vão reescrever a receita do sedã.

Amarok tem visual novo e pode viver ciclo curto

André Paixão
Da Autoesporte

A Volkswagen Amarok 2025 finalmente foi lançada com visual dianteiro atualizado, alguns novos equipamentos e o mesmo excelente motor V6. A base de 14 anos (e todas as limitações que a idade impõem à picape média) também foi mantida. Porém, ainda que tenha todo o frescor do lançamento, a caminhonete chega com o futuro incerto.

Antes de seguir, é preciso contextualizar algumas questões. Em 2018, Volkswagen e Ford anunciaram parceria para desenvolver, juntas, veículos comerciais e elétricos. Os americanos ficaram responsáveis pelas novas gerações de Ranger e Amarok. Porém, meses depois, os alemães disseram que a única fábrica a produzir a Amarok totalmente renovada seria a da África do Sul.

Para a Amarok produzida na Argentina e vendida na América do Sul, a Volkswagen resolveu investir US$ 250 milhões e promover a maior renovação em mais de uma década. Ainda assim, o resultado é uma picape que não tem itens presentes em rivais mais modernas, como quadro de instrumentos digital, partida por botão ou qualquer recurso de segurança ativa. Essas limitações podem acabar encurtando a vida da Amarok no Brasil.

Durante o lançamento da picape na Argentina, o presidente da marca no país, Marcellus Puig, afirmou para os colegas do "Motor1" que essa Amarok "tem vida para os próximos dois ou três anos". "Autoesporte" aproveitou o evento realizado recentemente em Barretos (SP) para perguntar sobre o futuro do modelo aos executivos brasileiros.

Ciro Possobom, presidente da empresa no Brasil, não quis cravar por quanto tempo a nova picape será vendida, mas confirmou que o ciclo de vida é de "menos de cinco anos". Outro executivo disse que a nova Amarok será vendida "enquanto durar o ciclo de investimentos atual na Argentina", que termina no fim de 2026.

DIVULGAÇÃO

> Na mesma geração há 14 anos, picape depende de novos investimentos na Argentina para ser totalmente renovada

A situação da Volkswagen na Argentina é a questão principal em torno do futuro da Amarok. Possobom confirmou que qualquer novidade depende de novos investimentos no país. Disse ainda que um próximo aporte está sendo negociado com a matriz, e que pode ser anunciado até o ano que vem.

Aparentemente, uma nova parceria com a Ford para produzir a Amarok com base na nova Ranger está descartada.

A incerteza na Argentina também paira sobre o outro modelo produzido na fábrica de General Pacheco, o Taos. A reestilização do SUV médio foi suspensa pelo menos até o fim do ano. "Autoesporte" apurou que a prioridade foi adequar o modelo às novas normas de emissões que entrarão em vigor no Brasil em 2025, em detrimento ao "facelift".

Com isso, o Taos seguirá sem mudanças estéticas até que a decisão sobre novos investimentos na Argentina seja definida.

Mais adiante, já no fim da próxima década, o Taos ainda pode sair de linha para dar lugar a uma nova família de SUVs médios híbridos que está sendo desenvolvida e será produzida em São Bernardo do Campo (SP). Por isso, uma decisão sobre uma nova geração da Amarok é tão importante para os argentinos.

Tecnologia Ministro aciona os dois órgãos com base em processos movidos pelo partido Novo e OAB e ainda deve decidir se levará o caso para o plenário da Corte

Nunes Marques dá prazo para que AGU e PGR analisem bloqueio do X

Flávia Maia
De Brasília

O ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), estabeleceu prazo de cinco dias para que a Procuradoria-Geral da República (PGR) e a Advocacia-Geral da União (AGU) se manifestem sobre as ações que questionam a decisão que suspendeu o funcionamento da rede social X no Brasil. A determinação do ministro ocorreu em dois processos que tramitam na Corte, um movido pelo partido Novo e outro pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

"A controvérsia constitucional veiculada nesta arguição é sensível e dotada de especial repercussão para a ordem pública e social, de modo que reputo pertinente submetê-la à apreciação e ao pronunciamento do plenário do Supremo Tribunal Federal", escreveu Nunes Marques em seu despacho.

Ainda não está claro, no entanto, se o ministro Nunes Marques de fato levará o caso para ser discutido pelo pleno, formado pelos 11 ministros. Após os dois órgãos enviarem seus posicionamentos, ele poderá tomar uma decisão monocrática e arquivar os processos.

Nos bastidores da Corte, o entendimento é que a probabilidade de o ministro levar a discussão adiante é baixa — principalmente pelo desconforto que ele pode criar entre os colegas, especialmente com o relator do caso, Alexandre de Moraes, um ministro com muita liderança e influência dentro do Supremo.

Há ainda uma questão processual. Não há registro no STF de admissão de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) contra decisão de ministro, ainda mais depois de ela ter sido referendada por um colegiado — na segunda-feira (2), a 1ª Turma confirmou, por unanimidade, o bloqueio do X no Brasil.

A ação apresentada pela OAB questiona a validade da multa de R$ 50 mil, que pode ser aplicada aos usuários que utilizarem VPN (sigla em inglês para rede privada virtual) como forma de burlar o acesso à rede X.

O pedido do Novo é mais amplo, pois tenta reverter toda a decisão que suspendeu o funcionamento da plataforma. A sigla pediu ainda o desbloqueio das contas da Starlink, operadora de internet por satélite que também pertence ao bilionário Elon Musk e tem mais de 200 mil usuários no Brasil. Moraes fez o bloqueio para garantir o pagamento das multas do X, avaliadas em R$ 18,5 milhões.

ANTONIO AUGUSTO/SCO/STF

"A controvérsia constitucional veiculada nesta arguição é sensível e dotada de especial repercussão"
Kassio Nunes Marques

O pedido do Novo ocorreu logo depois de o STF comunicar que a Starlink perdeu o prazo para apresentar recurso da decisão de Moraes de bloquear as contas e outros bens da companhia. Segundo a Corte, a empresa foi devidamente intimada no dia 27 de agosto e o prazo para se manifestar terminou no dia 2 de setembro.

Ao longo desta quinta-feira (5), porém, Nunes Marques havia sinalizado que levaria ao plenário, com os 11 ministros, a análise sobre a decisão da 1ª Turma que bloqueou o X no Brasil.

Pelo teor do despacho, no entanto, não está excluída a análise individual do ministro sobre o assunto no curso do processo e não há prazo específico para que ele submeta a questão a todos os outros ministros.

Diante do bloqueio de suas contas, a Starlink ameaçou não cumprir a decisão de suspender a plataforma, mas voltou atrás.

Em vez de recorrer, a defesa da Starlink optou por outro caminho jurídico e apresentou um mandado de segurança ao STF, para tentar reverter a decisão de Moraes. O pedido, no entanto, foi negado pelo ministro Cristiano Zanin.

Em outra frente, o STF emitiu nota, ontem, em que alerta para falsas comunicações e tentativa de golpes que se valem do nome ou da marca da Corte para cobrar pagamento de supostas multas ou apresentar "ordens judiciais" inexistentes. Um dos casos relatados cobra pagamento da multa de R$ 50 mil.

De acordo com o STF, verificou-se que esses comunicados têm sido enviados por e-mail e aplicativos de mensagens, como o WhatsApp. Este, no entanto, não é o meio utilizado pelo tribunal para cobrar valores judiciais. ***(Colaborou Mariana Assis)***

Ao Supremo, Anatel diz que Starlink acatou decisão

Flávia Maia
De Brasília

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) comunicou nesta quinta-feira (5) ao Supremo Tribunal Federal (STF) que a Starlink bloqueou o acesso de seus clientes à rede social X, conforme o determinado pelo ministro Alexandre de Moraes. A agência reguladora coordena a suspensão da rede social no país via operadoras.

De acordo com o STF, a Starlink bloqueou 224.458 acessos, que correspondem a 0,5% do total de acessos via computador no país. Ainda segundo a Corte, a Starlink não tem serviço de internet por acesso via celular. O bloqueio se deu a partir das 18h de quarta-feira (4).

O bloqueio ocorre após um vai e volta da empresa sobre o tema. No domingo (1º), a empresa Starlink comunicou à Anatel que não cumpriria a decisão do ministro Moraes e o X continuaria ativo para os seus clientes. A Starlink havia condicionado o corte do X à volta das suas contas bloqueadas pelo STF. Na semana passada, Moraes determinou o bloqueio das contas da empresa em razão do descumprimento de uma série de ordens judiciais pela rede social X.

DIVULGAÇÃO
Complexo deve reunir anfiteatro, museu olímpico, hub criativo, resort, entre outras atrações em espaço em 385 mil m²

Medina e Genial planejam investir R$ 1,3 bi em parque de eventos no Rio

Entretenimento

Alessandra Saraiva
Do Rio

Em meio à contagem regressiva para o Rock in Rio, que vai de 13 a 22 de setembro, o empresário Roberto Medina, idealizador do festival de música, em parceria com a Genial Investimentos, lançou nesta quinta-feira (5) o projeto Imagine. Com apoio da prefeitura do Rio de Janeiro, o complexo de entretenimento tem data de abertura para janeiro de 2028. A ser localizado na área do Parque Olímpico, na Barra da Tijuca, zona Oeste do Rio, demandará investimentos em torno de R$ 1,3 bilhão, disse ao **Valor** Rodolfo Riechert, executivo-chefe (CEO) da Genial Investimentos.

"Pode ser até que a gente traga investidor, mas a ideia é que nós e o grupo Rock the World [do qual faz parte Medina, que organiza o festival Rock in Rio] sejamos os donos", completou o CEO.

As conversas entre Medina e Genial sobre o projeto começaram há cerca de três anos. As fatias de Medina e Genial no empreendimento ainda estão sendo discutidas. Riechert calcula em torno de cinco a sete anos o retorno do investimento. "É um projeto muito bom porque uma vez pronto ele é muito fácil de comercializar", disse.

A ideia é que o local se torne uma espécie de parque de eventos, com capacidade para 100 mil pessoas por dia em 385 mil metros quadrados. A infraestrutura será preparada para eventos gastronômicos, culturais, espetáculos e apresentações para o público "gamer".

Entre atrações já definidas no projeto, estão o "Rock in Rio Factory". Será um local para conhecer e aprender mais sobre todas as etapas de criação e realização de um festival. Outra atração será o "Imagine Anfiteatro", para espetáculos, com capacidade para 40 mil pessoas em espaço de 38 mil m².

Também está sendo planejado o "Imagine Museu Olímpico", em homenagem à edição dos Jogos Olímpico Rio 2016; e o "Imagine Hub Criativo", polo de inovação e entretenimento com 85 mil m², que poderá abrigar eventos de players, gastronomia, arte contemporânea, música e até pista de patinação no gelo.

Outra aposta no projeto é o "Imagine Resort", de 30 mil m², com 750 apartamentos. O foco no entretenimento não impediu, ainda, que os sócios planejassem espaço corporativo no complexo, o "Imagine Office Tower".

"Acreditamos no entretenimento como uma forma de comunicação, de atrair a atenção das pessoas", completou o CEO. "Isso aqui é [vai ser] uma Disneylândia", opinou ele. "Também é uma Disneylândia para os anunciantes, para todo mundo que queira estar expondo a marca, ligado a um projeto dessa magnitude no Rio de Janeiro." Os sócios esperam que o empreendimento atraia também o público internacional.

Para entrar no parque, não será necessário ingresso. "As atrações, obviamente, cada uma vai ter seu modelo de negócio para atrair retorno em cima do que está sendo ofertado", explicou.

O volume de negócios no complexo "Imagine" também deve gerar impacto econômico à cidade, acrescentou Roberto Medina, durante o anúncio do evento.

Medina citou estudo da Fundação Getulio Vargas (FGV) sobre a força financeira do empreendimento. Projeções da instituição apontam impacto econômico de R$ 9,2 bilhões na economia da capital fluminense, somente no primeiro ano de funcionamento, com R$ 1,2 bilhão de tributos gerados pela movimentação econômica. Em 30 anos de projeto, esses dois montantes devem subir para R$ 274,1 bilhões e R$ 35,5 bilhões, respectivamente. Também é estimada geração de 140 mil empregos diretos e indiretos.

Medina destacou o fato de o empreendimento ser projeto de entretenimento contínuo, sem datas específicas no ano. Isso ajuda a movimentar a economia da capital fluminense de forma constante. "O Rio [a economia da cidade] precisa de uma âncora, não pode viver só de Carnaval e de Rock in Rio. Essa vai ser uma âncora", afirmou Medina.

O prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), informou, no lançamento do empreendimento, que a concessão da área, inicialmente usada para hospedagem de arenas na Olimpíada no Rio em 2016, já está regularizada para instalação do complexo. "Esse 'timaço' com o Roberto construiu uma solução que permite que tenhamos um legado de entretenimento permanente [no local]", resumiu.

Diversidade Evento reuniu 8,5 mil pessoas em São Paulo na busca por uma sociedade mais igualitária

Protagonismo é destaque no Festival Negritudes

João Luiz Rosa
De São Paulo

Filho de um metalúrgico e uma diarista, Sergio All se tornou banqueiro por acaso. Depois de atuar durante 20 anos no mercado publicitário, ele decidiu criar, em 2009, uma organização para apoiar empreendedores negros. "Tinha crédito pré-aprovado, mas o gerente negou o empréstimo, sem dar motivações técnicas", disse ele ao **Valor**. All não desistiu. Começou a estudar o mercado financeiro e fez uma pesquisa sobre o perfil das pessoas sem acesso ao crédito no Brasil. "Descobri que a "desbancarização" é negra", afirmou.

Em 2017, All lançou a Conta Black, uma fintech voltada a clientes negros que enfrentam dificuldades para obter recursos. "A única forma de dar um grande passo é termos nosso próprios fundos. E o crédito é a porta de entrada para isso".

All foi um dos convidados do Festival Negritudes, que reuniu 8,5 mil pessoas, ontem, no Sesc Pompeia, em São Paulo. Produzido pela Globo, o evento foi marcado por debates sobre vários aspectos da questão racial, além de shows, apresentações teatrais e atividades para o público infantil.

"Foi a maior edição do evento até agora", disse Ronald Pessanha, líder do festival. A iniciativa teve início em 2018, quando duas áreas da Globo — a de responsabilidade social e a de pesquisa — se uniram para analisar o conteúdo produzido sob a perspectiva da diversidade e criar maneiras de aproximá-lo da realidade brasileira.

A primeira versão do evento, em 2022, foi reservada para 220 convidados. No ano passado, aberto ao público, o Festival Negritudes Globo ganhou uma edição bem mais ampla, também em São Paulo. Neste ano, além da capital paulista, foram feitas edições em Salvador e no Rio de Janeiro.

Em paralelo ao evento, a Globo lançou ontem uma nova campanha institucional, sob o tema "A nossa alegria é o futuro e o futuro já está acontecendo". "Reverenciamos o passado, celebramos o presente e olhamos para o futuro", disse Pessanha ao **Valor**.

Como no caso de Sergio All, a persistência deu o tom da carreira da advogada, jurista e acadêmica Edilene Lôbo. Primeira mulher negra a integrar o Superior Tribunal Eleitoral (TSE), Lôbo é a 17ª de uma família de 20 filhos. Ela começou a trabalhar aos 12 anos, quando saiu de Taiobeiras, no Norte de Minas, para a região metropolitana de Belo Horizonte. "Meu primeiro emprego foi como empacotadora de supermercado", disse a ministra. Foi nessa época, ainda adolescente, que Lôbo se envolveu com o Movimento Pró-Constituinte, criado para discutir propostas para a Constituição de 1988. A participação foi fundamental para passar a entender a noção de direito para todas as pessoas.

GABRIEL REIS/ VALOR

"Queremos um futuro em que tenhamos voz"
Nina Silva

As universidades então não contavam com os sistemas de cotas e, para ter a chance de estudar, Lôbo recebeu uma bolsa de estudos da Universidade de Itaúna (MG). Depois de graduada, ela enfrentou muita resistência no ambiente de trabalho. "Muitos diziam que aquele não era meu lugar, mas a cada vez que falavam isso eu me sentia mais determinada". Hoje, em paralelo ao TSE, Lôbo cultiva uma vida acadêmica. Além de escritora, é professora em Itaúna e na PUC-MG.

"[A escritora] Conceição Evaristo [outra convidada do festival] me ensinou que o importante não é ser a primeira, mas abrir caminho para os demais", diz Lôbo.

A avaliação da ministra é que o Brasil soube criar legislações sólidas para combater as diferenças sociais e raciais, mas isso não é suficiente para garantir uma sociedade mais equânime.

"Só a lei não basta. O Brasil tem leis muito festejadas no mundo, mas ainda é um dos países com maior número de feminicídios", disse ela. Para mudanças reais, o país precisa reconhecer o racismo estrutural que permeia suas relações sociais. Só assim, afirmou, será capaz de combater de forma eficaz as consequências do racismo.

O publicitário Felipe Silva abriu seu negócio depois de constatar que havia uma lacuna importante a ser preenchida no mercado. Ele é cofundador da Gana, uma agência de publicidade cuja equipe é formada 100% por profissionais negros — homens e mulheres.

Com 20 anos de experiência na área de criação, com trabalhos para grandes agências, Silva e seu sócio começaram a conceber uma agência que fosse gerida por pessoas negras. A Gana estreou em 2021, em plena pandemia. "O trabalho remoto nos ajudou a procurar os melhores profissionais em várias regiões do país", disse ele ao **Valor**.

A princípio, as marcas procuravam a Gana principalmente para tratar de abordagens relacionadas à questão racial. Com o tempo, isso mudou. "Hoje, elas nos procuram para buscar uma conexão mais profunda com o Brasil real, onde 56% da população é negra."

As mudanças na publicidade acompanham as alterações da sociedade em busca de valores mais justos, mas também demonstram que as marcas estão tomando consciência de que não podem deixar de atender uma larga fatia do mercado consumidor, disse Silva. À medida que mais pessoas se autodeclaram pretas ou pardas, mais as empresas de consumo percebem que precisam criar produtos e mensagens direcionadas.

Pesquisa apresentada pela Globo no festival mostra que a população negra não está satisfeita com o que está disponível em áreas como higiene e beleza, saúde e serviços financeiros.

O acesso ao microcrédito é um dos pilares do Movimento Black Money. Os demais são educação profissional, aceleração de empresas e distribuição dos negócios, feita por meio de uma plataforma de "market place". "São 10 mil negócios no total e 2,5 mil no 'market place'", diz Nina Silva, CEO do Movimento Black Money. "Queremos protagonizar nosso futuro, um futuro igualitário, não segregador, mas principalmente um futuro em que tenhamos nossa própria voz."

Estratégia Dono de marcas como Pets Mellon e Farol renegocia com credores dívida de R$ 1,37 bilhão

Grupo Patense entra em recuperação judicial

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

O Grupo Patense, que processa resíduos de origem animal para fabricação de rações, óleo para a indústria de higiene e limpeza e biocombustíveis, entrou em recuperação judicial, com dívidas de R$ 1,37 bilhão. Estão incluídos no processo 13 empresas do grupo com sede em Patos de Minas (MG) e nove produtores rurais da família do fundador, Clênio Gonçalves.

O pedido foi deferido pelo juiz José Humberto da Silveira, da 1ª Vara Cível da Comarca de Patos de Minas. Ele determinou a suspensão por 180 dias de todas as ações e execuções de dívidas contra o grupo. O advogado Daniel Thiago da Silva foi nomeado administrador judicial, com remuneração fixada em 0,7% do passivo da recuperação judicial, ou R$ 9,6 milhões. O banco de investimento americano Houlihan Lokey atua como assessor financeiro do Grupo Patense e o escritório TWK Advogados é o assessor jurídico.

Da dívida total, aproximadamente R$ 500 milhões referem-se a Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs), emitidos pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio e distribuídos pela XP Investimentos. Cerca de R$ 400 milhões são dívidas com bancos. Outros R$ 400 milhões são dívidas com fornecedores. As dívidas trabalhistas giram em torno de R$ 2 milhões. Entre os maiores credores estão BTG Pactual, Banco Safra, Wealth High Governance (WHG), fundo Gama FIP Multiestratégia e Gomes da Costa.

Fundado em 1970, o Grupo Patense atua no processamento de resíduos de bovinos, suínos, aves e pescados para produção de ração, óleos e biocombustível. Farinhas de vísceras de aves, de peixes, de penas hidrolisadas, de sangue, sebo bovino, óleo de peixe e graxa branca suína fazem parte dos produtos.

O grupo possui 12 unidades industriais em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro e emprega 2.280 pessoas. Dono das marcas Farol Proteínas e Gorduras, Pets Mellon, Originalis Biotech, BioSea Produtos Agroecológicos e Zoomies Pet Care, o grupo fechou 2023 com receita de R$ 1,3 bilhão.

No pedido de recuperação judicial, o Grupo Patense alegou gastos inesperados para consolidar aquisições e despesas crescentes com juros como principais fatores de drenagem do caixa e atrasos no pagamento de dívidas, obrigando o grupo a buscar proteção judicial.

13
empresas do grupo estão no processo

Nos últimos anos, o Patense quis consolidar a operação e fez dez aquisições entre 2021 e 2023, entre elas a Sebbo Passofundense Indústria e Comércio de Adubos e Fertilizantes e a Farol Indústria e Comércio. "O fato, no entanto, é que algumas das plantas adquiridas exigiram investimentos além do esperado, levando-as a não performar da maneira que se anunciava", informou o grupo à justiça.

O Patense também relatou queda no preço das gorduras e proteínas em mais de 40% em 2023 e aumento de despesas fixas diárias, como os gastos com manutenção dos mais de 400 veículos usados para coleta de resíduos de abates de animais. "Em outras palavras, as plantas deficitárias, a alta alavancagem financeira e o custo das dívidas corroendo seus resultados operacionais levaram os requerentes a se depararem com uma situação insustentável de caixa", informou o grupo à Justiça.

Houve ainda aumento nas despesas financeiras com a alta dos juros. A taxa Selic passou de 2% para 13,75% no intervalo entre janeiro de 2020 e agosto de 2022. Novos empréstimos foram contraídos ou renegociados e o capital de giro foi consumido.

Em junho deste ano, o grupo pediu na Justiça o bloqueio da execução de dívidas por 60 dias, enquanto buscava uma negociação extrajudicial para dívidas de R$ 2,17 bilhões. Mas as negociações com os credores fracassaram.

Uma fonte a par das negociações disse que o Grupo Patense tem um negócio robusto e com condições de dar lucro, havendo, portanto, chances de uma recuperação judicial bem-sucedida.

O processo, no entanto, deve ser complexo, devido ao número elevado de credores. São mais de mil credores que investiram nos CRAs da empresa, a maioria pessoas físicas. O grupo terá que realizar assembleias com os detentores dos CRAs para definir o alongamento e pagamento das dívidas com esse grupo, para em uma segunda etapa discutir a proposta de recuperação judicial na assembleia geral de credores do grupo.

De acordo com fontes a par das negociações, o grupo avalia alternativas para quitar as dívidas, como venda de parte dos ativos, fusão ou venda de parte do negócio, pedido de desconto e alongamento das dívidas com fornecedores. O mais provável é que adote um conjunto dessas medidas.

Abate de bovinos foi recorde no país apesar das enchentes no RS

Pecuária

Lucianne Carneiro
Do Rio

ANNA CAROLINA NEGRI/VALOR

Criação de gado em Goiás; abates de bovinos no segundo trimestre do ano bateram recorde no país e alcançaram 9,96 milhões de cabeças, mostrou o IBGE

As Pesquisas Trimestrais do Abate de Animais, do Leite, do Couro, e da Produção de Ovos de Galinha: Resultados completos, divulgadas ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), deram uma dimensão das perdas causadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul para as atividades agropecuárias. No segundo trimestre do ano, a tragédia impactou os abates de bovinos, suínos e frangos no Estado e influenciou a aquisição de leite e a produção de ovos.

Ainda assim, no país como um todo, o abate de bovinos alcançou novo recorde. De acordo com a pesquisa trimestral, foram 9,96 milhões de cabeças, 17,5% mais do que em igual período de 2023 e 6,7% acima do primeiro trimestre. Maio foi o mês de maior atividade, com abate total de 3,38 milhões de cabeças, alta de 11,6% sobre o segundo trimestre de 2023.

A pesquisa mostrou ainda que o abate de fêmeas teve alta de 20,8% em relação ao segundo trimestre de 2023, influenciado pela queda do preço dos bezerros. O IBGE informou também que as exportações do trimestre atingiram o marco inédito de 612,44 mil toneladas, 30% de alta na comparação anual.

Regionalmente, 26 das 27 unidades da federação tiveram aumento no abate de bovinos. Os ritmos de expansão mais significativos ocorreram em Mato Grosso, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Pará. No Rio Grande do Sul, houve redução de 40,45 mil cabeças.

O Mato Grosso se manteve como o Estado com maior parcela no abate nacional, com 18,4% de participação no total.

A pesquisa do IBGE também mostrou alta de 3,2% no abate de frangos no Brasil no segundo trimestre de 2024, para 1,609 bilhão de cabeças. O resultado é o segundo maior da série histórica.

Segundo a pesquisa, 20 das 25 unidades da federação acompanhadas pelo IBGE tiveram aumento no abate de frangos. No Rio Grande do Sul, houve redução de 24,81 milhões de aves. O Paraná se manteve na liderança, respondendo por 35,1% dos abates no país.

Também o setor de suínos teve avanço nos abates, de 2,5%, entre abril e junho, e somou 14,567 milhões de cabeças, segundo o IBGE. Na comparação com o primeiro trimestre, houve alta de 3,9%.

Das 24 unidades da federação acompanhadas pelo IBGE, 17 tiveram alta no abate de suínos. No Rio Grande do Sul, a tragédia climática fez com que o abate desses animais em maio passado atingisse menor nível em quatro anos. Santa Catarina manteve a liderança, com parcela de 29,1% do total.

A pesquisa trimestral mostrou também que aquisição de leite cru por estabelecimentos sob inspeção sanitária subiu 0,8% no segundo trimestre de 2024 em relação ao mesmo intervalo de 2023, para 5,83 bilhões de litros.

No Rio Grande do Sul, as enchentes provocaram uma queda de 72,56 milhões de litros nas aquisições, a maior entre os Estados. Minas Gerais continuou liderando o ranking de aquisição de leite, com 24,5% da captação nacional, segundo o IBGE.

"As enchentes afetaram a produção e principalmente a logística e infraestrutura do Estado, pois não permitiram escoar os produtos e levar os animais para o abatedouro, gerando um problema logístico que afetou a cadeia", afirmou o supervisor da pesquisa do IBGE, Bernardo Viscardi.

valor.com.br
Mais sobre os abates no país no segundo trimestre em
valor.com.br/agro

Queimadas Setor de cana é o mais afetado; fogo também consumiu lavouras de assentados e agricultores da região de Ribeirão Preto

Incêndios já causaram perdas de R$ 2 bi para o agro paulista

Eliane Silva, Luciana Franco e Isadora Camargo
De Ribeirão Preto* e São Paulo

Os incêndios no Estado de São Paulo, que já provocaram prejuízos de mais de R$ 2 bilhões ao agronegócio segundo o governo paulista, forçaram produtores familiares e assentados da região de Ribeirão Preto a deixarem suas lavouras e casas. E grandes empresas do setor sucroalcooleiro, um dos mais afetados, seguem executando ações de combate ao fogo diariamente no interior paulista.

O secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, Guilherme Piai, disse que os incêndios afetaram 8.049 propriedades rurais em quase 480 mil hectares. Só em canaviais, foram cerca de 240 mil hectares, afirmou em entrevista à Rádio Bandeirantes. No total, ainda são 50 municípios em estado de emergência devido às queimadas.

O setor sucroalcooleiro é o mais afetado, mas há perdas também em grãos, café e pecuária e outras culturas, além danos a áreas de preservação no Estado.

Entre os atingidos também estão assentados. Na terça-feira, os agricultores da Fazenda da Barra, o maior assentamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) na região de Ribeirão Preto, viram as chamas pularem a linha do trem que liga a área ao bairro Cândido Portinari e avançarem parte dos 472 lotes.

Nivalda Alves de Jesus, assentada que integra a Cooperativa Agroecológica Mãos da Terra, disse que desde domingo o fogo estava causando estragos na fazenda, mas na terça chegou a alguns lotes. No assentamento, de 1.700 hectares, moram cerca de 3.260 pessoas.

"Perdemos produção da horta, estruturas de galinheiro, de chiqueiros e muitos equipamentos de irrigação da cooperativa. Soltamos as galinhas e porcos para que não morressem queimados. No meu lote mesmo, não sobrou nada. O fogo ainda atingiu telhas, janelas e portas da minha casa", lamentou. Nivalda, que está no assentamento há 20 anos, disse que esse foi o pior incêndio na área da fazenda.

Ontem, o assentamento ainda estava coberto de fumaça e o ar, irrespirável, segundo ela, que teve que ir para a casa das filhas na cidade. A preocupação dos assentados agora é contabilizar os prejuízos e se juntar para conseguir atender aos contratos de merenda escolar de vários municípios.

Pequenos produtores de café e hortaliças da região de Ribeirão Preto também tiveram perdas. Na quarta, o sítio de João Lúcio Pinto, em Buritizal, foi destruído pelo fogo. As chamas que estavam em um canavial às margens da estrada que liga Buritizal a Igarapava saltaram para a propriedade.

O fogo consumiu toda a horta, matou animais e ainda destruiu totalmente a casa da família e os quatro carros que eles usavam para escoar os produtos da horta. Em Santo Antônio da Alegria, pelo menos 30 sítios de pequenos produtores de café tiveram prejuízos desde 17 de agosto.

Os dois sítios de Mateus Cassarotti de Assis, que planta 25 hectares de café, foram afetados. Segundo ele, o fogo desceu pela serra que faz divisa com a mineira São Sebastião do Paraíso, foi descendo e queimando pés de café e eucalipto. "Tentamos cercar o fogo, mas não teve jeito. As medidas de contrafogo não funcionaram", disse.

Uma das sucroalcooleiras mais afetadas pelos incêndios, a Raízen informou ontem ao **Valor** que está executando ações de combate a incêndios "diariamente nas proximidades de, praticamente, todos os seus 30 bioparques em operação".

A empresa disse, em nota que, além do tempo seco, as rajadas de vento dificultam a contenção do fogo, "grande responsável pela propagação dos incêndios".

A mesma preocupação foi externada pelo secretário Guilherme Piai, em entrevista. Ele alertou para o que chamou de fator triplo 30: temperaturas acima dos 30 graus, ventos acima de 30 km por hora e umidade relativa do ar abaixo de 30%. "Estamos com essas condições climáticas, e entre os dias 13 e 14 os riscos aumentarão porque haverá ventos muito intensos", afirmou. *(*para o Valor)*

Mais sobre os incêndios à página A20

ACERVO PESSOAL

Fogo destruiu áreas da Fazenda da Barra, na região de Ribeirão Preto (SP)

Produtor rural vê juro alto como barreira à inovação

Cenários

Fernanda Pressinott
De São Paulo

Para os produtores rurais brasileiros, os juros altos dificultam os investimentos em tecnologia no campo, de acordo com o Monitor de Tendências do Agronegócio Brasileiro, elaborado pelo departamento do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), ao qual o **Valor** teve acesso. Para elaborar o estudo, a entidade ouviu 514 pessoas de várias regiões do país.

O custo inicial é a principal barreira à inovação, avaliaram 45% dos entrevistados. Para 29% deles, o custo do crédito em geral é o grande problema, e 24% afirmaram que a conectividade ruim dificulta o acesso a inovações. Dos produtores ouvidos, 26% disseram ter um pacote tecnológico adequado às suas necessidades.

A amostragem reúne produtores de soja, milho, café, algodão e cana-de-açúcar e pecuaristas de corte e leite. As entrevistas ocorreram entre 26 de março e 9 de maio. "O produtor está mais cauteloso, o preço das commodities caiu e o juro está muito alto. Então, é natural que ele fique menos propenso a investir", afirmou ao **Valor** Roberto Betancourt, diretor do departamento do Agronegócio da Fiesp.

Dois terços dos agricultores e pecuaristas que responderam à pesquisa declararam ter financiado suas operações de alguma forma na última safra. Os produtores de algodão, soja e milho foram, proporcionalmente, os que mais acessaram linhas de crédito.

Os bancos oficiais foram a principal fonte de recursos para a maioria: eles responderam por 43% do crédito à agricultura e 50% dos financiamentos à pecuária). Bancos privados, revendas e cooperativas de crédito apareceram na sequência. Apenas 6% dos produtores afirmaram ter utilizado mecanismos como Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro).

"O Plano Safra parece ter muito dinheiro, mas está aquém das necessidades do Brasil. No fim, com os recursos disponíveis, o produtor faz o custeio, e não novos investimentos", completou Betancourt.

Como no caso do crédito, a maioria dos entrevistados (59% dos produtores de soja, 44% dos de algodão e 38% dos pecuaristas de corte) citou o alto custo como o maior empecilho para se conseguir acessar o seguro rural. A contratação de apólices apareceu no radar de aproximadamente 40% dos entrevistados, e 25% mostraram-se indecisos.

"Me parece que não temos um custo competitivo para seguro rural, como outros países oferecem. Também me parece que as seguradoras oferecem poucas opções", afirmou o diretor.

Para comercializar seus produtos, agricultores e pecuaristas brasileiros ainda recorrem basicamente a cooperativas e corretores e fecham negócios no mercado à vista, o que os deixa bastante expostos a riscos, avalia Betancourt. "Apenas os grandes produtores usam o mercado futuro e as ferramentas de hedge", afirmou.

A pesquisa da Fiesp mostrou que 49% dos entrevistados fazem as negociações no mercado à vista por meio de venda direta ou corretor, fechando acordo acordos que correspondem a quase metade da produção. Outros 33% disseram optar por uma cooperativa, concentrando todas as vendas nessa modalidade.

Dos entrevistados, 15% disseram que fazem vendas antecipadas e 12%, que usam tradings. Já 11% afirmaram optar pelo barter, modalidade em que recebem insumos em troca da entrega da produção futura, 8% recorrem a cerealistas, 8% usam a bolsa de futuros e 5% fazem exportações diretas.

Desafios no campo

Pesquisa revela expectativas e temores do produtor na hora de investir

Principais desafios do produtor para investir (%)

Desafio	%
Custo inicial elevado	45
Custo total do crédito	29
Considero que meu pacote tecnológico atual está adequado às minhas necessidades	26
Conectividade ruim ou ausente	24
Dificuldade em usar todo o potencial disponível	19
Outro	18
Oferta de crédito	17
Dificuldades com regulamentações	12
Falta de conhecimento técnico	9

Quem ajuda o produtor na decisão e investimento em tecnologia (%)

Quem ajuda	%
Agrônomo/ consultoria	48
As empresas que vendem os produtos/ serviços	36
Minha avaliação por estudos técnicos	35
Entidades de pesquisa	19
Cooperativa	17
Outros produtores	15
Outros	12
Mídia/Propaganda (revistas, jornais, redes sociais, etc)	11
Não soube responder / não respondeu	1

Principais obstáculos para obtenção de crédito (%)

Obstáculo	%
Taxas de juros altas	54
Burocracia e processo de aprovação lento	23
Não teve dificuldades	21
Falta de linhas de crédito interessantes	15
Só usa recursos próprios	9
Restrições de garantias ou colaterais	7
Restrições ambientais	4
Falta de histórico de crédito	3
Não soube responder	2

Fonte: Fiesp

SILVIA ZAMBONI/VALOR

Parentes e vizinhos sugerem insumos

De São Paulo

Os produtores brasileiros concentram a compra de insumos para suas atividades entre o segundo e o terceiro trimestres do ano, mostra o estudo Monitor de Tendências do Agronegócio Brasileiro, do departamento do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

No caso de defensivos, 34% das pessoas ouvidas disseram fazer as compras entre abril e junho e 32%, de julho a setembro. Nas aquisições de fertilizantes, as fatias são de 33% e 30%, respectivamente. Já em sementes, 31% dos entrevistados fazem as compras no segundo trimestre e 28%, no terceiro.

Profissional contratado pela fazenda é quem 31% dos produtores ouvem para escolher os insumos, e 22% preferem as informações de um engenheiro agrônomo ou consultoria. Somados, vizinhos (18%) e parentes (13%) ainda têm papel relevante na escolha dos insumos, com quase um terço do total das respostas. Ao todo, 15% dos entrevistados disseram optar por profissionais das cooperativas, e 12%, por revendedores.

A pesquisa mostra ainda que a adoção de bioinsumos na agricultura brasileira está em expansão, com destaque para as lavouras de soja, algodão e cana. No entanto, ainda há um grande potencial para crescimento em todas as culturas. Na agricultura, 74% dos entrevistados afirmaram já utilizar bioinsumos em suas operações. Já na pecuária, o uso de biológicos segue pouco disseminado (38%), mas, nos casos em que o produtor os utiliza, a adoção ocorre em mais de 75% da área total.

Embora os bioinsumos representem uma alternativa promissora, o alto custo de sua aquisição é apontado como um dos motivos que prejudicam sua adoção em larga escala, tanto por agricultores quanto por pecuaristas. A dificuldade de aplicação e de armazenamento dos produtos e a falta de informação e conhecimento também foram citados como obstáculos para a disseminação desse recurso. *(FP)*

Imóveis de Valor

FOTOS DE EZTEC/DIVULGAÇÃO

Vista do "rooftop" envidraçado do empreendimento Lindenberg Alto das Nações: lazer a 116 metros acima do nível da rua

Novos gigantes: lançamentos residenciais ou de uso misto em arranha-céus de centenas de metros de altura serão destaque no mercado imobiliário paulistano

Com expertise 'importada' de Balneário Camboriú, mercado imobiliário paulistano recebe uma safra de arranha-céus com moradias e escritórios que ficam até a 200 metros de altura

A era dos 'megaprédios' chega a São Paulo

Nos próximos meses, o mercado imobiliário de São Paulo vai receber uma série de lançamentos cujo denominador comum é a altura. Serão megaprédios de luxo, com residências e andares comerciais a até 200 metros acima do nível da rua, construídos com know-how e tecnologia desenvolvidos na meca dos arranha-céus no Brasil: Balneário Camboriú, em Santa Catarina.

Incorporadoras e escritórios de arquitetura renomados das duas cidades têm promovido encontros técnicos nos últimos meses para trocar conhecimento e formatar parcerias. O interesse é tanto que uma das companhias catarinenses — a FG Empreendimentos, dona do One Tower, com 290 metros de altura, e do futuro Triumph Tower, com mais de 500 metros — acaba de abrir uma empresa exclusiva na cidade catarinense para prestar esse tipo de consultoria.

BENX INCORPORADORA/DIVULGAÇÃO

Torre residencial PG Residences, no Parque Global: apartamentos a 173 metros de altura

"Decidimos criar a FG Talls em função da demanda não só de São Paulo, mas de todo o Brasil e até da América Latina. Dos paulistas, foram mais de dez consultas neste ano. Mas existem interessados da Argentina, do México, do Chile, da Costa Rica e do Uruguai", afirma Stephane Domeneghini, diretora executiva da consultoria e engenheira especializada nesse tipo de construção.

A empresa foi costurada em sociedade com Fatih Yalniz, VP sênior do escritório americano de engenharia WSP-USA e nome forte por trás de edificações como One WTC e 432 Park Avenue, em Nova York.

O CEO da FG, Jean Graciola, acredita que a revisão recente feita nos planos diretores de diversas cidades brasileiras — permitindo construções mais elevadas — deverá dar escala à nova operação mais rapidamente. "Temos um vasto conhecimento sobre prédios altos e vamos comercializar esse ativo, disponibilizando viabilidade de projetos, estudos inovadores e parcerias", diz Graciola.

NYC É AQUI

De fato, esses empreendimentos ocuparão áreas nas zonas eixo de transformação urbana (ZEUs) da capital paulista, onde o potencial construtivo previsto no Plano Diretor Estratégico ficou maior. "Com o aumento no coeficiente de aproveitamento das regiões, é natural que comece a ocorrer uma hiperverticalização dos projetos", explica Grazzieli Gomes, sócia-diretora da aflalo/gasperini arquitetos.

Nas pranchetas do escritório paulistano, existem pelo menos quatro projetos de arranha-céus acima dos 200 metros de altura em desenvolvimento — todos mantidos em sigilo. "São Paulo é uma cidade cosmopolita, a Nova York da América Latina, e não tem motivo para não ter prédios assim", compara Grazzieli.

Alguns empreendimentos estão em fase mais adiantada. Na Chácara Santo Antônio, na Zona Sul, o Complexo Alto das Nações terá a torre corporativa mais alta: com 219 metros de altura. Ela divide o mesmo terreno com uma torre mista e outra residencial — a última, com 116 metros acima do nível da rua.

O arquiteto Jonas Birger assina o edifício de apartamentos — uma parceria da Eztec e da Lindenberg — com 38 pavimentos e lazer no topo do prédio. Segundo ele, o Lindenberg Alto das Nações terá um "rooftop" com pé-direito triplo todo envidraçado, piscina coberta climatizada, quadra de tênis oficial, "sky lounge", área fitness e bar.

"A chegada dos megaprédios deverá beneficiar o segmento de alto padrão. A vista livre da cidade é uma moeda forte e deve valorizar os apartamentos nos andares mais altos de forma expressiva", diz Birger.

Com VGV de R$ 569,7 milhões, o empreendimento foi lançado há uma semana e já tem fila de interessados nas unidades mais altas. "Os clientes que valorizam vistas amplas logo buscam esses apartamentos. A altura funciona como um agregador de valor ao preço do metro quadrado, ainda mais quando se tem o espaço de lazer completo logo acima", explica Tellio Totaro, superintendente executivo de Incorporação da Eztec.

Ainda mais alto, o PG Residences, da Benx Incorporadora, que fica no Parque Global, na Zona Sul, promete apartamentos a 173 metros de altura. Serão quase 300 unidades, entre 77 e 311 metros quadrados, no caso das coberturas. Com VGV de R$ 800 milhões, o empreendimento já tem cerca de 60% das unidades vendidas.

A construção de prédios superaltos tem dificuldades específicas que exigem uma série de testes, e os edifícios devem ter uma boa relação com as cidades

Estabilidade, vento e elevadores são desafios a superar

Engenheira especializada em edifícios superaltos, Stephane Domeneghini, diretora da FG Talls, afirma que o maior desafio desse tipo de construção é a estrutura, principal sistema de segurança do prédio, responsável por mantê-lo de pé. "Quando se trata de um arranha-céu, manter a estabilidade e vibrações dentro de parâmetros aceitáveis é um desafio para poucos profissionais no mundo", destaca.

Segundo ela, o projeto dos elevadores, da fachada — que recebe o primeiro impacto do vento —, do sistema de prevenção de incêndio e do abastecimento de água e energia é completamente diferente do de um prédio convencional.

Além dos testes de praxe, Stephane destaca a necessidade de se fazer a investigação geotécnica do terreno e do tipo de concreto ideal, além do teste de carga, para entender o comportamento da fundação. Essencial para o conforto das pessoas, é feito também o teste de túnel de vento.

HILDO JR./DIVULGAÇÃO

One Tower, em Balneário Camboriú (SC): inspiração para o Brasil e a América Latina

O incorporador deve levar em consideração três pontos essenciais antes de optar por um "super tall": o tipo de terreno, a validação estrutural e a viabilidade econômica de uma obra dessa dimensão. "Isso envolve previsão de custos e análise logística, ciclo de lajes e quantidade de mão de obra habilitada para o trabalho", detalha ela.

Prédios superaltos representam um desafio para o planejamento urbano e não podem ser pensados isoladamente, ressalta Stephane. "Entender da infraestrutura de abastecimento, medir o impacto no entorno e dar clareza sobre aspectos positivos da verticalização bem planejada exige diálogo junto a órgãos públicos, comunidade e mídia, e devemos trabalhar aspectos de mitigação por meio de medidas sustentáveis desde a fase conceitual", conclui.

Imóveis de Valor

Entrevista |
Felipe Chukr, CEO da Arqos

FOTOS DE ARQOS/DIVULGAÇÃO

Bairro planejado Distritq contará com três centralidades urbanas, onde ficarão as lojas, espaços comerciais, escritórios e rede de serviços para atender os futuros moradores

‘O incorporador precisa pensar não só no tijolo, mas em como resolver a vida dos clientes’

Aos 35 anos, o executivo paulistano Felipe Chukr, CEO da incorporadora Arqos, quer romper com uma receita imobiliária bem-sucedida em Alphaville e Tamboré para trazer um certo frescor à região, entre Santana de Parnaíba e Barueri, na Grande São Paulo. Dono de um terreno de 600 mil metros quadrados, ele abandonou a ideia de lotar a área com condomínios fechados tradicionais para criar um bairro planejado com VGV de R$ 5 bilhões: o Distritq, com casas, serviços e comércio implantados dentro do conceito de “cidade de 15 minutos” e bem ao lado de uma grande reserva ambiental. A ideia é acabar com a sensação de isolamento dos bolsões de casas de luxo, estimular a vida em comunidade e facilitar o dia a dia dos futuros moradores.

O modelo de condomínio fechado de luxo de Alphaville e Tamboré ficou defasado?
Felipe Chukr — É um modelo bem-sucedido, funciona em vários lugares do Brasil, mas essa é uma visão que está ficando para trás. O que buscamos é um modelo que pense em como tornar mais prática a vida das pessoas.

Como um bairro planejado se enquadra nesse plano?
Em um bairro planejado você consegue dar um tratamento mais humano ao empreendimento, interferindo diretamente em questões como segurança, mobilidade, gestão de energia e resíduos, garantindo o desenvolvimento sustentável da área no longo prazo.

Não era mais fácil repetir a receita?
O incorporador precisa pensar não só no tijolo, mas cada vez mais em como resolver a vida do cliente. Decidimos sair do micro e pensar em um contexto maior, a partir de um projeto com arquitetura e urbanismo de qualidade.

Mobilidade é um problema relevante nessa região. Como amenizar o seu efeito na vida dos moradores?
É preciso criar centralidades urbanas que inibam deslocamentos populacionais por grandes distâncias entre a moradia e o trabalho, por exemplo. O escritório Natureza Urbana assina o urbanismo do Distritq, com o conceito de “cidade de 15 minutos”. Construiremos três centros de bairros com escolas, rede de serviços e áreas comerciais, além de ciclovias e um sistema de transporte público próprio conectando tudo, para desestimular as pessoas a usarem o carro.

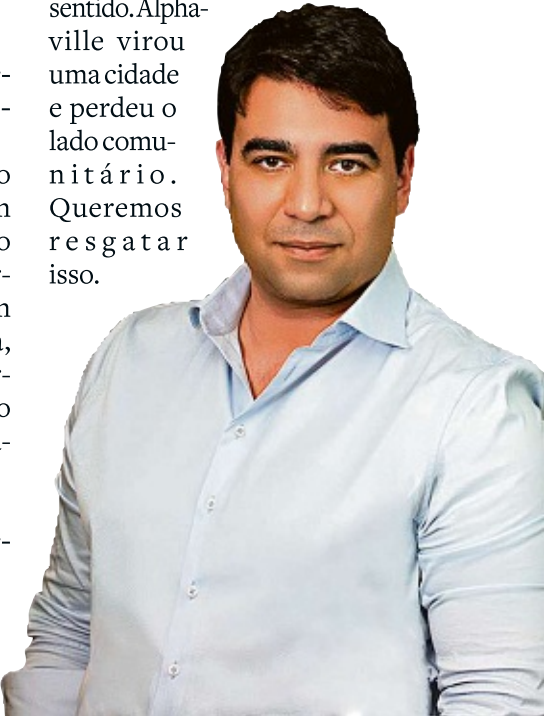
A segurança atrai muita gente aos condomínios de Alphaville e Tamboré. É possível manter isso em um bairro planejado?
O aspecto da segurança segue relevante na região. Nossa ambição é manter essa sensação, mas sem ser ostensivo como é hoje. Acreditamos que a própria circulação de pessoas pelo bairro será capaz de gerar essa sensação. A vida em comunidade ajudará nesse sentido. Alphaville virou uma cidade e perdeu o lado comunitário. Queremos resgatar isso.

Arquitetura assinada é hoje selo de qualidade em prédios da capital. Isso vale para condomínios de casas mais afastados?
Projetos assinados por grandes arquitetos é condição “sine qua non” hoje no segmento de alto padrão imobiliário, seja onde for. O trabalho desses profissionais leva o empreendimento a outro patamar de produto. Nos residenciais horizontais de grande escala, por exemplo, podem ajudar a tirar a sensação de que todas as casas são iguais. Nosso projeto terá assinaturas importantes, como da FGMF, da Perkins&Will e da aflalo/gasperini arquitetos. E o cliente já entendeu que não se trata apenas de “branding”, mas de um nível de qualidade acima do normal.

O contato com a natureza está mais valorizado. Como resolver isso em um bairro inteiro?
Após a pandemia, as pessoas passaram a dar mais valor a morar bem, em ambientes maiores e mais confortáveis, e com áreas verdes e ao ar livre. Nosso projeto é vizinho a uma reserva biológica com 3,5 milhões de metros quadrados de Mata Atlântica preservados. O paisagismo vai utilizar espécies nativas do bioma para recuperar áreas do terreno e integrar o projeto todo com a reserva.

Acima, incorporadora contratou escritórios de arquitetura renomados para o projeto, como a FGMF

No detalhe, implantação do condomínio Vista Alta, dentro do Distritq: forma de ferradura para preservar mata nativa da região

CONTINUE LENDO ESTA ENTREVISTA EM: valor.globo.com/patrocinado/imoveis-de-valor

G.LAB É O ESTÚDIO DE BRANDED CONTENT DA EDITORA GLOBO, ESPECIALIZADO EM SOLUÇÕES DE CONTEÚDO PARA MARCAS

CONTATO COMERCIAL SP: João Meyer – jomeyer@edglobo.com.br | **CONTATO COMERCIAL RJ:** Marcelo Lima – mlima@oglobo.com.br | **DEMAIS REGIÕES:** ana.lima@edglobo.com.br | **SUGESTÕES DE PAUTA:** imoveisdevalor.glab@edglobo.com.br

INÊS 249

Rio de Janeiro

INTI/DIVULGAÇÃO

O Sambaíba 323, com apenas 13 unidades, no Leblon, é um dos preferidos dos investidores estrangeiros, que respondem por 30% da carteira de clientes da construtora

Além do câmbio do dólar e do euro favorável, o realinhamento fiscal e as reformas estruturais da economia balizam a confiança dos investidores

Capital internacional desembarca no mercado imobiliário carioca

Primeiro destino de turistas estrangeiros no Brasil, o Rio vem se tornando também um dos principais mercados imobiliários para o aporte de capital internacional. É cada vez maior o fluxo de recursos de investidores estrangeiros para a aquisição de imóveis de luxo e superluxo na cidade. Americanos, europeus e asiáticos chegam atraídos não só pelas belezas naturais exuberantes, mas também pela conjunção favorável de uma série de fatores econômicos.

A avaliação é unânime entre os "players" do mercado carioca. Além do câmbio do dólar e do euro frente ao real, que torna os imóveis mais acessíveis em comparação aos preços praticados no mercado internacional, a estabilidade econômica — resultante do realinhamento fiscal e das reformas estruturais implementadas pelo governo — é apontada como balizadora da confiança dos investidores no ambiente de negócios do país.

"A combinação de estabilidade econômica, desenvolvimento urbano e atrativos turísticos gera oportunidades significativas para o Rio, que pode se consolidar ainda mais como destino preferencial dos investidores globais", analisa André Kiffer, CEO da Inti Empreendimentos Imobiliários.

WHEREINRIO/DIVULGAÇÃO

Cobertura mais alta do Baixo Leblon tem privacidade e vista privilegiada

START INVESTIMENTOS/DIVULGAÇÃO

Com vista para as praias do Recreio e do Pontal, On The Ocean teve 40% das unidades vendidas para estrangeiros, e 20%, para clientes de fora do Rio

Com vários projetos em bairros nobres da Zona Sul carioca, a empresa contabiliza, em média, 30% de investidores internacionais na carteira de clientes. Um dos preferidos pelos estrangeiros, segundo Kiffer, é o Sambaíba 323, residencial de luxo com 13 unidades no Leblon e valores entre R$ 1,9 milhão e R$ 4,8 milhões, e o Urbano, com apenas nove apartamentos, na Urca (de R$ 3 milhões a R$ 8 milhões, a cobertura).

A WhereInRio, criada pelo belga Frederic Cockenpot há 17 anos, depois de um período de férias na cidade, é uma das empresas que vêm sendo beneficiada pela demanda internacional. Especializada no segmento de alto padrão, tem 70% de suas transações concentradas nas mãos de investidores globais e vem registrando aumento médio anual da ordem de 30% no faturamento, entre operações de locação e compra e venda.

"Investir em imóveis de alto padrão é uma excelente opção para investidores que desejam diversificar o portfólio, reduzindo a dependência dos mercados imobiliários de seus países de origem", afirma Cockenpot. Segundo ele, o Rio se destaca na comparação com os mercados de "real estate" da Europa e dos Estados Unidos devido aos custos mais baixos de aquisição e manutenção de imóveis.

A localização desejada não se restringe à Zona Sul. Assim como os turistas, os investidores também têm sido atraídos pela Barra da Tijuca e pelo Recreio dos Bandeirantes, na Zona Oeste, principalmente em função do fluxo contínuo de visitantes. É o caso do Sky Barra, na Barra Olímpica, e do On The Ocean, na Praia do Pontal, empreendimentos da Start Investimentos.

"O On The Ocean é um case de sucesso. Mais de 40% das unidades foram vendidas para estrangeiros, e 20%, para clientes de fora do Rio", informa Eric Labes, CEO da companhia. Para ele, a vista para o mar e o preço competitivo em relação ao dólar e ao euro são fatores que contribuíram para esse resultado. O empreendimento tem 134 unidades com valor de venda a partir de R$ 1,5 milhão. O VGV é de R$ 280 milhões.

Voltado exclusivamente para investidores, o Sky Barra teve 20% das unidades vendidas para estrangeiros, a maioria deles, portugueses, informa o executivo. São 104 apartamentos compactos de uma e duas suítes, com o metro quadrado a partir de R$ 10 mil. O projeto prevê área de lazer no condomínio e acesso ao Pontal Beach Point, local de apoio exclusivo na praia, que terá vestiários, prancheário, bicicletário e empréstimo de equipamentos para atividades marítimas.

FOTOS DE START INVESTIMENTOS/DIVULGAÇÃO

O Sky Barra, que terá "rooftop" com vista panorâmica para o pôr do sol, teve 20% das 104 unidades vendidas para estrangeiros, com destaque para os portugueses

Gestão de recursos
JiveMauá, de Samer Serhan, levanta R$ 437,5 milhões em fundo de infra na bolsa C8

Dívida
Eletrobras capta US$ 750 milhões e amplia a lista de emissores locais no exterior C2

Fortunas
Executivos do private banking do Citi veem tração para mix offshore C8

Finanças

Renda variável Discussões sobre aperto adicional da Selic seguem no radar dos agentes, mas, desde o início de julho, bolsa anota valorização de 10,2%

Corte de juros nos EUA pode dar apoio extra ao Ibovespa

Maria Fernanda Salinet
De São Paulo

À medida que o ciclo de flexibilização monetária nos Estados Unidos se aproxima, participantes do mercado começam a se antecipar à decisão de juros deste mês e veem espaço para a continuidade do rali do Ibovespa. Nos cálculos do Santander, processos de afrouxamento monetário do Federal Reserve (Fed) costumam ser positivos para a bolsa brasileira, desde que ocorram em um ambiente de pouso suave ("soft landing") da economia americana. Não por acaso, neste segundo semestre, o Ibovespa acumula alta de 10,2%, apesar de, nas últimas semanas, a possibilidade de um aperto adicional na Selic ter ganhado corpo.

"É um ciclo novo, que nunca vimos", destaca a chefe de pesquisa e estratégia de ações do Santander, Aline Cardoso, ao notar que, se os sinais opostos das políticas monetárias dos EUA e do Brasil se cumprirem, será a primeira vez desde o Plano Real que os juros brasileiros são elevados enquanto a economia americana não passa por uma forte recessão.

Em estudo, o Santander nota que, em 1995, os juros americanos foram reduzidos e a bolsa brasileira anotou 20,1% de valorização no trimestre anterior ao corte; alta de 15,8% nos três meses posteriores à decisão; e 22,6% nos seis meses seguintes. Da mesma forma, em 2019, o Ibovespa subiu 5,6% nos três meses anteriores ao início da redução dos juros do Fed; 5,6% no trimestre seguinte; e 13,5% um semestre depois.

Assim, caso os cortes de juros americanos sejam implementados "em um ambiente econômico mais estável, para estimular gentilmente o crescimento, eles tendem a ter um efeito positivo tanto em ações quanto em títulos, porque sinalizam confiança na economia, enquanto dão apoio aos mercados financeiros", aponta o Santander em relatório assinado por Cardoso e pelos analistas Guilherme Bellizzi Motta e Luane Fontes.

No entanto, em um cenário de recessão da economia americana, Cardoso nota que em pouquíssimos ciclos o Fed cortou os juros e o Banco Central do Brasil teve de elevar a Selic. "Isso só aconteceu em dois episódios, em duas crises muito fortes — a de 2001, depois do estouro da bolha da internet, e a de 2007, para estabilizar o sistema bancário", afirma.

A estrategista nota que, na última ocasião, houve uma recessão tão forte "que acabou gerando uma aversão a risco altíssima, fortalecendo o dólar e enfraquecendo moedas emergentes — o real, inclusive". Nesse sentido, diante desse choque, a autoridade monetária se viu forçada a elevar os juros para conter pressões inflacionárias.

Por outro lado, desta vez, Cardoso avalia que uma possível alta na Selic pode guardar relação com um movimento de recuperação da credibilidade do BC frente aos agentes econômicos e de mercado. "A alta dos juros ocorreria por conta do prêmio de risco associado, em meio à mudança na composição do BC no ano que vem, com o presidente e mais três diretores. O mercado tem receio de como será a atuação da autoridade monetária", o que provoca um aumento nos prêmios de risco dos ativos.

Na mediana das vezes em que a flexibilização monetária nos EUA ocorreu em um período de "hard landing", a bolsa brasileira foi penalizada: três meses após o corte de juros americanos, o índice caiu 5,5%; e, seis meses depois, a queda chegou a 5,8%, segundo o banco.

"Nossa conclusão é de que o desempenho das ações tem sido historicamente assimétrico. Parece que, durante períodos caracterizados por uma desaceleração econômica suave, tanto o Ibovespa quanto o S&P 500 exibiram um aumento notável, com os ganhos superando as quedas durante ciclos de desaceleração severa", aponta Cardoso.

> Afrouxamento monetário do Fed costuma ajudar bolsa brasileira, desde que ocorra em ambiente de 'pouso suave' nos EUA

Já em momentos de cortes "extraordinários" nos juros, que ocorreram em resposta a choques repentinos, como em 1987 e em 1998, a tendência é que o cenário beneficie as ações, desde que o evento subjacente de crédito ou liquidez não tenha um impacto significativo na economia de forma mais ampla.

Vale notar, porém, que há alguma cautela entre participantes do mercado sobre possíveis efeitos de um aperto adicional da Selic no comportamento da bolsa. Em nota enviada a clientes, a equipe de estratégia de ações para América Latina do J.P. Morgan, comandada por Emy Shayo Cherman, observa que, em todos os ciclos de alta de juros desde 2008, as ações produziram retornos negativos.

"O que pode ser diferente desta vez? Primeiro, este é um ciclo [de aperto] muito menor em comparação com os anteriores. Em segundo lugar, espera-se que todas as altas sejam revertidas e, até mesmo, que haja uma flexibilização futura, o que pode ser visto por alguns como um custo razoável para levar os juros a um dígito e, ao mesmo tempo, ampliar a credibilidade do BC", dizem os estrategistas do J.P. Morgan.

Para os profissionais do Bank of America (BofA), se o Fed reduzir os juros em um cenário de "soft landing", o ambiente pode ser positivo para as ações na América Latina, embora os fatores locais também sejam importantes. "No Brasil, os mercados já precificaram aumentos na taxa Selic e monitoramos preocupações sobre a política fiscal", dizem os estrategistas.

O BofA, inclusive, mantém recomendação "overweight" (exposição acima da média do mercado) para as ações brasileiras, ao destacar que o Brasil tem um potencial de crescimento dos lucros das empresas previsto para este ano, ao mesmo tempo em que os "valuations" seguem "relativamente atraentes", apesar do rali do Ibovespa nas últimas semanas.

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR

Aline Cardoso, do Santander, nota que houve valorização do Ibovespa com cortes de juros nos EUA em 'pouso suave'

Destaques

Santander capta R$ 7,6 bi
O Santander Brasil informou que realizou a emissão de letras financeiras subordinadas perpétuas, no montante total de R$ 7,6 bilhões, em ofertas privadas junto a investidores profissionais. Os títulos possuem opção de recompra a partir de 2029, sujeita à prévia autorização do Banco Central. As letras contribuirão para o Capital Nível I do Patrimônio de Referência do Santander, com impacto no seu índice de capitalização Nível I. ***(Álvaro Campos)***

Mais debêntures
A Matrix Energia, empresa que tem como controladores o fundo de investimentos Prisma e o grupo Duferco, realizou uma segunda emissão de debêntures verdes, de R$ 100 milhões, por meio de sua subsidiária Get Comercializadora. O objetivo, conforme disse ao **Valor**, o diretor financeiro da empresa, Federico Marsano, é financiar a instalação de 224 megawatt-hora (MWh) de sistemas de armazenamento de energia em grande escala. Os papéis têm prazo de seis anos e remuneração de CDI + 2,65% ao ano. A emissão teve como coordenador líder a Caixa Econômica. Marsano afirmou que a empresa trabalha com uma alavancagem de 70%, com os outros 30% com recursos próprios (equity). ***(Robson Rodrigues)***

Fed precisa evitar se tornar passivo-agressivo

Análise

Andrew Law
Financial Times

Embora o presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos), Jay Powell, tenha indicado que "chegou a hora... de ajustar" a política monetária, a magnitude e o ritmo dos cortes nas taxas de juro dos EUA continuam sem definição. Acredito que existe um bom argumento a favor de uma redução rápida e substancial nas taxas.

O Fed, ao contrário de outros bancos centrais, tem por lei um duplo mandato, com os objetivos de garantir a estabilidade dos preços e máximo sustentável de empregos. Dado que Powell declarou estar confiante em que a inflação caminha na direção da meta de 2%, hoje a atenção se concentra nas perspectivas para o mercado de trabalho.

Na minha opinião, Powell deixou sua posição bem clara no recente encontro de dirigentes de bancos centrais em Jackson Hole, quando afirmou: "Faremos tudo o que pudermos para sustentar um mercado de trabalho forte". A frase lembra a linguagem enérgica que em ocasiões passadas precedeu a reorientação da política de bancos centrais, como a famosa declaração de Mario Draghi em 2012, de que o Banco Central Europeu (BCE) faria "tudo o que fosse preciso" para preservar o euro.

Ajustar a política com a rapidez suficiente para sustentar expansões econômicas é uma tarefa difícil. Powell mencionou os episódios ocorridos em 1965, 1984 e 1994 e os classificou de pousos suaves. Alan Blinder também descreveu o episódio de 1999-2000 como "mais para suave". Pousos suaves são certamente raros, e a alternativa é a recessão.

Embora cada ciclo seja único, os pousos suaves citados acima tiveram aspectos em comum em termos de política monetária. Em 1984, as taxas foram reduzidas em mais de 3 pontos porcentuais em um intervalo de quatro meses, em 2001 a redução foi de 2,75 pontos no primeiro semestre, sendo que apenas em janeiro houve um corte de 1 ponto. O ano de 1995 se destaca pelo ajuste gradual de 0,75 pontos em sete meses. Mas isso passa por cima do fato de que o 1,5 ponto de elevação das taxas que era esperado para o fim desse ciclo não ocorreu e as taxas de retorno dos bônus de 5 anos do Tesouro caíram quase 2 pontos entre o último aumento e o primeiro corte. Em comparação, ao longo dos últimos dois anos as taxas de retorno dos bônus de 5 anos do Tesouro se mantiveram em uma faixa próxima e estão apenas cerca de 0,5 ponto abaixo dos níveis do último aumento.

O que é fundamental é que em cada instância de pouso suave o Fed agiu antes de que o mercado de trabalho se deteriorasse de maneira substancial. Nos casos citados, a taxa de desemprego só tinha subido entre 0,1 e 0,3 ponto porcentual quando o Fed começou a reduzir as taxas. Sejam quais forem os caprichos que levaram à elevação de quase 1 ponto neste ciclo, o precedente é claro.

Outros ciclos terminaram com recessões. Rudi Dornbusch, economista do Massachusetts Institute of Technology, observou certa vez que "nenhuma das expansões do pós-guerra morreu de causas naturais — todas foram assassinadas pelo Fed".

> "Em cada instância de pouso suave o Fed agiu antes de que o mercado de trabalho se deteriorasse de maneira substancial"

Outra indicação da necessidade de uma mudança de política está no mercado de imóveis residenciais, um canal fundamental para a transmissão da política monetária para a economia. A acessibilidade em termos de preços foi esmagada neste ciclo. De acordo com a Associação Nacional de Corretores de Imóveis dos EUA, a moradia está em seu momento menos acessível desde meados dos anos 1980.

É evidente que a taxa de política atual do Fed estava alta o suficiente para baixar a medida preferida do banco central para o núcleo da inflação — o Índice de Preços dos Gastos com Consumo Pessoal — de 5,6% para 2,6%. Portanto, hoje ela é muito mais restritiva em termos reais, dado que as taxas não caíram o mesmo tanto. A maioria dos integrantes do Comitê Federal de Mercado Aberto (Federal Open Market Committee – FOMC, na sigla em inglês), que define a política, estima que a taxa de juro neutra que nem estimula nem restringe a economia está na faixa de 2,5% a 3,5%, em comparação com os atuais 5,25% a 5,50%.

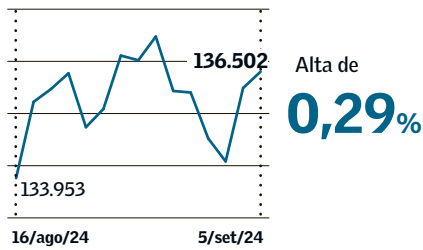
Alguns questionarão se o Fed pode ou deve alterar radicalmente sua posição poucos meses antes da eleição presidencial. Eu, porém, faria uma pergunta alternativa: o banco central pode se dar ao luxo de continuar com uma política que não é mais apropriada? Ao fazer isso, ele poria em risco sua imparcialidade política.

O pior resultado possível para a independência do Fed seria ser obrigado pelos mercados a ajustar ainda mais as taxas no intervalo entre as reuniões de política programadas, nas semanas que antecedem a eleição, por causa de uma deterioração clara do mercado de trabalho ou de um evento financeiro vinculado à alta taxa de sua política. A reunião do Fed em setembro é a última oportunidade de de ajuste antes da eleição.

Dado que existe uma demora reconhecida de 6 a 12 meses na transmissão da política monetária, chegou a hora de redefinir de maneira significativa a taxa básica. O Fed continuará dependente dos dados e os indicadores econômicos a serem divulgados são tão imprevisíveis como sempre. Mas em vez de esperar que condições fracas do mercado de trabalho justifiquem medidas de política monetária mais do que graduais, como muitos dizem, acho que o que é preciso é evitá-las. Caso contrário, ao manter uma atitude tão restritiva, a política do Fed se tornará passiva agressiva. ***(O autor é presidente e executivo-chefe da Caxton Associates)***

INÊS 249

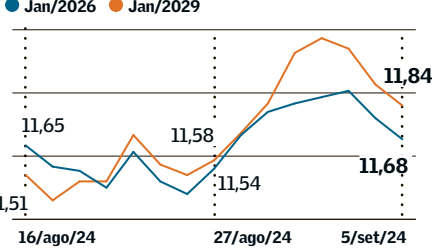
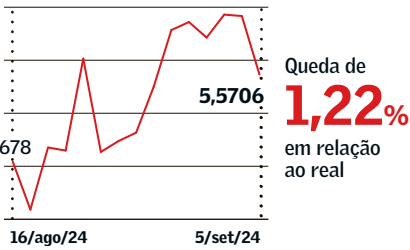
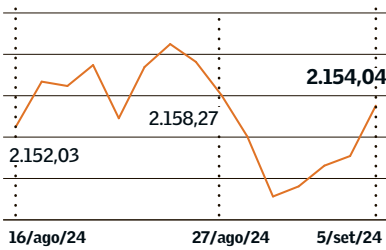
Ibovespa
Em pontos

Alta de **0,29%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 5/set/24 - em %

Bolsa	Variação
Dow Jones	-0,54
S&P 500	-0,30
Euronext 100	-0,39
DAX	-0,08
CAC-40	-0,92
Nikkei-225	-1,05
SSE Composite	0,14

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Queda de **1,22%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99

Mercados Dólar e juros futuros têm queda firme, enquanto o Ibovespa exibe ligeiros ganhos

Dado de emprego nos EUA dá novo fôlego a ativos locais

Arthur Cagliari, Gabriel Caldeira, Maria Fernanda Salinet e Gabriel Roca
De São Paulo

Na véspera da divulgação do "payroll", o relatório oficial do mercado de trabalho nos Estados Unidos, os sinais de que a economia americana está desacelerando, mas sem uma queda abrupta, contribuíram para um dia positivo para os ativos brasileiros. O dólar e os juros futuros fecharam a sessão de ontem em queda firme, enquanto o Ibovespa exibiu ligeiros ganhos.

O dólar encerrou em queda de 1,22%, a R$ 5,5706 no segmento à vista. Já o Ibovespa subiu 0,29%, a 136.502 pontos.

Sem gatilhos muito claros no ambiente doméstico, os investidores concentraram suas atenções nos dados da economia americana. No início do dia, a ADP registrou abertura de 99 mil empregos no setor privado em agosto, bem abaixo dos 140 mil esperados, o que trouxe uma nova rodada de fraqueza para o dólar global e para os rendimentos dos Treasuries, títulos do Tesouro americano.

Mais tarde, a leitura do ISM para o índice de gerentes de compras (PMI) do setor de serviços subiu para 51,5 pontos no mês passado, superando expectativas e indicando que ainda há resiliência em um setor importante da economia.

Assim, os índices em Wall Street fecharam a sessão mistos. O Dow Jones caiu 0,54%, o S&P recuou 0,30%, e Nasdaq avançou 0,25%.

Em meio aos sinais contraditórios da maior economia do mundo, investidores seguem divididos sobre qual será o ritmo que o Federal Reserve (Fed, banco central americano) vai iniciar seu ciclo de afrouxamento monetário em setembro. Segundo dados do CME Group, a probabilidade implícita de um corte de 0,5 ponto é de 41%, enquanto a de uma redução de 0,25 ponto é de 59%.

Em situação inversa, agentes locais seguem buscando compreender qual será o tamanho da alta de juros que o Banco Central deve promover neste mês no Brasil. A melhora do cenário externo, no entanto, tem reduzido as apostas de que o Copom vá subir a Selic em 0,5 ponto, para 11%.

R$ 5,57
foi a cotação do dólar no mercado à vista no encerramento

O economista-chefe da Oriz Partners, Marcos De Marchi, chama a atenção para a possibilidade do aumento do diferencial de juros entre Brasil e EUA beneficiar o real. "Do começo de agosto até agora, a moeda brasileira teve um desempenho positivo, se comparada aos pares da América Latina. Nesse período, eu destacaria a sinalização do Banco Central em se comprometer a trazer a inflação para a meta como um motivo para o bom desempenho do real."

Na avaliação dele, se esse comprometimento do BC se mantiver ao longo do mandato do novo presidente, o real pode se beneficiar. Outro fator que pode dar sustentação à moeda brasileira, na leitura de De Marchi, é o crescimento da economia brasileira, que se mostra resiliente, mesmo com juros elevados. "Há analistas que gostam de recomendar a compra de moedas de países cujo crescimento supera a média do crescimento de seus pares. Um jeito simples de observar isso é o Japão. O desempenho econômico por lá foi ruim nos últimos 30 anos, e o que se viu foi uma forte desvalorização do iene."

Thiago Mendez, da Bahia Asset, chama a atenção para a resiliência da atividade econômica local e espera que o Banco Central eleve os juros em 0,25 ponto em setembro. "Dado o que estamos vendo de inflação, atividade econômica e expectativas, acreditamos que a estratégia vencedora para o Banco Central seria a de subir os juros. Há uma discussão sobre os juros estarem caindo no mundo e no Brasil, não. Mas o Brasil talvez seja o único país em que a taxa de desemprego segue caindo... Isso se deve, em grande parte, à expansão fiscal que foi feita em um momento de desemprego baixo. Parte disso virá atividade econômica e pressiona a demanda agregada", diz o sócio e gestor dos fundos multimercado e de renda fixa da gestora na sua apresentação mensal.

"O BC vai subir os juros, mas está ainda um pouco difícil de ler qual será a estratégia. Pela indicação, devem começar o ciclo com uma alta de 0,25 ponto, mas o tamanho do ciclo e qual será o passo, ainda não dá para saber", afirma. Ele diz que a casa mantém, no momento, uma posição tomada (apostando na alta das taxas) na curva de juros reais do Brasil com prazo médio de quatro anos, combinada com uma aposta aplicada (que ganha com a queda das taxas) na curva de juro real dos EUA de mesmo prazo.

LEO PINHEIRO/VALOR

Mendez, da Bahia Asset: estratégia vencedora para o BC é elevar juros

Com forte demanda, Eletrobras levanta US$ 750 mi em bonds

Rita Azevedo
De São Paulo

A Eletrobras ampliou a lista de captações de brasileiras no mercado internacional de dívida com uma operação de US$ 750 milhões. A demanda foi quase quatro vezes maior que a oferta, o que comprova o apetite dos investidores estrangeiros pelos papéis brasileiros e deve encorajar mais empresas a buscarem recursos lá fora neste mês, disseram bancos de investimento ouvidos pelo **Valor**. Além da Eletrobras, a Petrobras captou na terça-feira US$ 1 bilhão em outra operação com forte demanda.

Os títulos da Eletrobras, que vencem em dez anos, terão taxa de remuneração ("yield") de 6,75% e cupom de 6,5% ao ano. O prêmio foi o menor pago pela empresa, considerando todo o histórico de captações, disseram fontes que acompanharam a oferta. A taxa também ficou abaixo do intervalo previsto, de 7% a 7,25%.

A empresa de energia poderia emitir até US$ 1 bilhão, mas acabou decidindo captar um volume menor devido aos custos da operação em dólar e ao fato de ter facilidade em acessar outros mercados, como o local, disseram fontes. Os recursos vão ser utilizados para a Eletrobras pagar antecipadamente outras dívidas, como parte de um empréstimo de R$ 4 bilhões feito com um sindicato de bancos, além de notas comerciais, que ajudaram a financiar custos relacionados ao processo de privatização.

Na operação da Petrobras, a demanda total chegou a US$ 2,75 bilhões. A empresa levantou US$ 1 bilhão para financiar um programa de recompra de bonds. A taxa, prevista no início da oferta em 6,5%, ficou em 6,25%.

"A precificação da Petrobras saiu com o menor spread desde 2011 e o menor spread sob o soberano desde 2006. A empresa atingiu esse recorde mesmo no dia com maior número de transações e volume emitido da história do mercado americano", disse Caio de Luca de Simões, chefe do mercado de capitais de dívida do Bank of America (BofA) no Brasil, um dos coordenadores da oferta. "Recordes como esses só podem ser atingidos quando o mercado está construtivo tanto do ponto de vista fundamentalista como do ponto de vista técnico."

Entre os bancos que atuam nessa área, há uma expectativa de que a "janela" de captação de setembro seja uma das mais movimentadas do ano para companhias brasileiras. Isso porque, além do nível atual das taxas, alguns nomes poderão antecipar ofertas para fugir da volatilidade comum em períodos eleitorais. Os americanos vão às urnas para decidir o nome do próximo presidente no início de novembro.

Alexei Remizov, diretor e responsável pela área de mercado de capitais de dívida da América Latina do HSBC, também tem uma visão construtiva sobre o mercado de bonds, mas diz que o tamanho do "pipeline" de operações brasileiras vai depender dos dados da economia dos Estados Unidos que serão divulgados nos próximos dias. "O mercado como um todo está acompanhando os números dos Estados Unidos e a decisão do Federal Reserve sobre os juros que deve ser tomada no próximo dia 18. Serão dados importantes para outras empresas prosseguirem com os planos", diz. "Mais empresas brasileiras considerariam operações se o custo do financiamento se tornasse mais atrativo."

Desde janeiro, o volume captado por empresas brasileiras e pelo Tesouro Nacional com bonds já ultrapassa os US$ 18 bilhões, acima dos US$ 16,1 bilhões de todo o ano passado, conforme dados da Bond Radar.

Atuaram na oferta da Eletrobras os bancos Citi, Bradesco BBI, Itaú BBA, Santander, UBS BB, BBVA, BNP Paribas, BTG e Scotiabank. Na Petrobras, a coordenação foi feita por BofA, Bradesco BBI, HSBC, J.P. Morgan, Mizuho e Morgan Stanley.

Informações contidas na ata do Copom permanecem válidas, afirma Guillen

Gabriel Shinohara
De Brasília

O diretor de política econômica do Banco Central (BC), Diogo Guillen, afirmou que a informação contida na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) sobre duas opções colocadas para o futuro — de manutenção do patamar dos juros ou de alta — "é uma indicação forte de que um começo de ciclo seria gradual".

Guillen destacou que a decisão do Copom é de continuar dependente de dados até a reunião dos dias 17 e 18 de setembro e não dar um "guidance" (orientação) dos próximos passos. A taxa básica de juros, a Selic, atualmente está em 10,50% ao ano.

O diretor falou sobre o tema após um questionamento sobre uma fala do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, de que "se e quando houver um ciclo de ajuste nos juros, esse ciclo será gradual". Guillen participou ontem de evento do UBS.

Na última ata, o Copom apontou que o momento era de cautela e que avaliaria a melhor estratégia para os próximos passos. A primeira seria a manutenção de juros "por tempo suficientemente longo" para levar a inflação à meta no horizonte relevante, atualmente o primeiro trimestre de 2026. Já na segunda, o colegiado afirmou que "não hesitará" em elevar os juros para assegurar o cumprimento da meta de inflação "se julgar apropriado".

O diretor explicou que, considerando que está se pensando em manter as taxas constantes ou começar uma alta, "isso sugere que um começo do ciclo seria gradual". Guillen ainda destacou que, olhando para o passado, os momentos de início ou término de ciclos "normalmente são graduais".

O mercado vem apostando em uma alta nos juros na próxima reunião, mas se divide entre uma elevação de 0,25 ponto percentual (p.p.) e uma de 0,50 p.p. Após um resultado forte do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre, o mercado ampliou a aposta na alta de 0,50.

Ao se pensar em taxas constantes ou começar uma alta, "isso sugere que um começo do ciclo seria gradual"

Sobre o mesmo tema, o diretor de política econômica ainda pontuou que uma coisa é se um começo de ciclo ser gradual e outra é o compromisso "forte" de conduzir a política monetária para atingir a meta de inflação. "Eu não confundiria os dois".

O diretor ainda foi questionado se, na possibilidade de se começar um ciclo de alta de juros, o propósito seria criar credibilidade. "Eu realmente não acredito que há um ciclo de credibilidade. Você ganha credibilidade fazendo o que deve fazer", disse.

Nesse tema, Guillen falou da coesão do Copom nas últimas reuniões sobre o diagnóstico do cenário e também as muitas avaliações unânimes na reação da política monetária. Essa avaliação tem sido feita também por Campos Neto e o diretor de política monetária, Gabriel Galípolo.

Sobre as expectativas de inflação, Diogo Guillen afirmou que não mudaram muito, continuam desancoradas e "nos mantém desconfortáveis". Guillen disse que houve poucas mudanças na Focus, mas a história principal continua a mesma.

O relatório Focus desta semana mostrou que a mediana de expectativas para a inflação neste ano está em 4,26%, e para 2025, em 3,92%. Para 2026, a mediana foi mantida em 3,60%. A meta é de 3% para os três anos, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Outro assunto levantado durante o evento foi da comunicação do BC e se os membros do Copom estariam falando muito frequentemente. O **Valor** mostrou que a reunião entre o BC e economistas nesta semana foi marcada por críticas. Economistas avaliaram que as falas de membros do Copom nos últimos tempos têm aumentado o custo da política monetária.

Na resposta, Guillen disse que "falar e prover atualizações é importante, é parte da transparência que queremos". "Eu concordo com você que em algum momento há muitas falas e você não dá o sinal, mas acho que estamos longe disso."

Instituições veem maior relevância de riscos fiscais, diz BC

Álvaro Campos
De São Paulo

Os riscos fiscais ganharam relevância na visão das instituições financeiras (IFs) ouvidas na Pesquisa de Estabilidade Financeira, realizada trimestralmente pelo Banco Central (BC).

Em comparação à pesquisa anterior, realizada em maio, os riscos fiscais passaram a ser os mais citados pelas IFs, com 41%. Assim, eles ultrapassaram os riscos do cenário internacional, que ficaram com 23%. Em terceiro lugar ficaram os riscos com inadimplência e atividade, com 12%.

Segundo a pesquisa, dentro dos riscos fiscais há "destaque para preocupações com a trajetória da dívida pública e com impactos da política fiscal nos preços de ativos e na política monetária". Já a preocupação com riscos do cenário internacional caiu, "embora continuem relevantes, com destaque para política monetária e eleições nos EUA e fatores geopolíticos".

No caso de riscos de inadimplência e atividade, houve nova redução, "em consonância com o desempenho recente da economia". Assim, a pesquisa afirma que o impacto esperado médio dos riscos diminuiu, refletindo sobretudo a melhora na percepção dos riscos oriundos do cenário internacional, "que tiveram redução no número de citações, probabilidade".

O impacto médio esperado, em relação ao total de ativos do Sistema Financeiro Nacional (SFN), bateu um pico de mais de 4% em meados de 2020 e vem caindo desde então, com alguns pequenos sobressaltos. Em agosto ele ficou em torno de 2%. Os principais canais de transmissão de choques no sistema apontados pelas IFs são aumento da aversão ao risco, fuga de capitais e contágio de mercados e IFs.

A pesquisa também traz um índice que mede o grau de confiança das IFs na estabilidade do SFN. Depois de atingir uma mínima de 60% em meados de 2015, ele vem subindo e em agosto ficou em 70%.

O estudo mostra que as instituições têm percepções mistas sobre a fase atual do ciclo econômico. A maior parte (cerca de 30%), acredita que o ciclo está em uma fase de recuperação. Pouco mais de 25% acham que está em contração, e cerca de 25% citam expansão.

Governança Medida acaba com limite para recondução de presidente para novo mandato e detalha prazos dos trabalhos e atos processuais do CRSFN e do CRSNSP

Fazenda muda regimento do 'Conselhinho'

Guilherme Pimenta
De Brasília

O Ministério da Fazenda atualizou o regimento interno do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN) e do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização (CRSNSP), eliminando o limite de recondução para o mandato do presidente e tentando aprimorar os prazos processuais para dar mais celeridade ao órgão.

O CRSFN, conhecido como "Conselhinho", é um órgão administrativo revisor de decisões condenatórias da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Banco Central e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), enquanto o CRSNSP é responsável por reanalisar julgamentos da Superintendência de Seguros Privados (Susep). Ambos são vinculados à pasta econômica.

Agora concentrado em um único documento, o novo regimento dos órgãos tem como ponto central um maior detalhamento de prazos para entrega dos trabalhos de conselheiros, procuradores e servidores, bem como prazos e meios de intimação dos atos processuais unificados para os dois conselhos. Ele foi publicado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no "Diário Oficial da União" de segunda-feira.

Em entrevista ao **Valor**, a presidente dos dois conselhos, Adriana Teixeira de Toledo, disse que o novo regimento visa melhorar "a eficiência e o compromisso com a melhoria contínua dos processos". "A adoção de um normativo único com dois anexos facilita a gestão unificada pela Secretaria-Geral dos Conselhos, promovendo a uniformização das boas práticas", afirmou.

WENDERSON ARAUJO/VALOR

"A adoção de um normativo único com dois anexos facilita a gestão unificada"
Adriana Toledo

Ela defendeu o fim da limitação do mandato do presidente dos conselhos — antes, eram possíveis três reconduções. Com o novo regime, o mandato do presidente permanece de três anos.

"A regra que excepciona o limite de três mandatos para a recondução do presidente se deu no contexto de dificuldades, no passado, de encontrar servidores que preenchessem os requisitos exigidos para comandar os dois colegiados", justificou.

Uma das novidades trazidas pelo novo regimento é a previsão de uma seleção preliminar pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) dos processos distribuídos aos conselheiros — antes, nem todos os processos passavam pela procuradoria.

Assim, o órgão vai identificar o que envolve matéria nova e/ou complexa que mereça uma análise mais profunda do órgão jurídico, agilizando os julgamentos.

Conforme mostrou o **Valor** na última semana, Toledo assumiu os conselhos em 2021 e, no CRSFN, havia um estoque de 218 processos a julgar, número que se mantinha constante desde 2018. Há duas semanas, no início de agosto, o acervo do CRSFN apontava para um total de 85 processos a ser analisados.

Aplicando as mesmas medidas de gestão, conseguiu reduzir o estoque de processos do CRSNSP, que caiu de 1.154 em 2021, quando assumiu a presidência, para 86 em agosto deste ano - uma redução de 90% do volume.

Outra novidade é a prioridade aos recursos em que se discuta aplicação de penalidade de cancelamento de registro, inabilitação ou qualquer forma de impedimento ou proibição do exercício de cargo no mercado financeiro ou em companhias abertas.

Na avaliação de Fabiano Jantalia, sócio do Jantalia Advogados, especialista em direito bancário e ex-procurador do BC, o regimento novo unificado é abrangente e consistente, e deve trazer "muito mais clareza e segurança no cotidiano dos conselhos", disse. "Reflete um nível de organização maior e padroniza a atuação da secretaria, permitindo maior racionalidade e celeridade na tramitação de processos", avaliou.

Para ele, o maior detalhamento das regras sobre os prazos processuais é outro avanço, sobretudo por prever a necessidade intimação dos advogados. Isso, na visão de Jantalia, permitirá que as defesas tenham melhores condições de acompanhar os processos em tramitação nos conselhos.

Por outro lado, ele pontuou que a falta de limite à recondução do presidente e a ausência de mandato para os membros da PGFN que atuam nos conselhos demandam atenção.

"O mandato fixo e o limite à recondução de membros e procuradores de órgãos colegiados são fatores muito importantes para garantir a oxigenação da composição desses órgãos. Isso ajuda a conferir mais institucionalidade ao órgão, além de permitir que outras pessoas tragam novas ideias e práticas", avaliou.

Já na avaliação de Marília Ferraz Teixeira, sócia do Teixeira e Ferraz Advogados e atuante no CRSFN, o novo regimento "oferece mais transparência ao administrado quanto trâmite do recurso, ao detalhar a função de cada um dos setores, e aos advogados, especialmente no que se refere à previsão de realização de audiência prévia e de encaminhamento de memoriais".

Ela avalia que o fim do limite às reconduções na presidência não será prejudicial ao órgão. "O Conselhinho tem tido gestões excepcionais, comprometidas com a modernização do órgão e a eficiência dos serviços prestados. Nesse sentido, mantida a qualidade do trabalho, me parece que a recondução à presidência por mais de três mandatos não traz, necessariamente, prejuízo", diz.

Daycoval compra seguradora do Bmg

Álvaro Campos
De São Paulo

O Banco Daycoval anunciou a aquisição da Bmg Seguros, por meio de sua controlada direta, a seguradora Dayprev Vida e Previdência. Essa é a primeira aquisição do banco desde 2015.

Segundo o Daycoval, em linha com sua estratégia de diversificação, a aquisição amplia o foco em seguro garantia e seguro de ramo patrimonial para pessoas jurídicas. A carteira PJ do grupo atingiu R$ 40,2 bilhões no segundo trimestre, representando 68,8% do portfólio total.

A Bmg Seguros foi fundada em 2016 pelo Grupo Bmg e os executivos Jorge Sant'Anna e Renata Oliver, que permaneceram no comando da seguradora. A estrutura administrativa também se manterá inalterada. O Daycoval diz que a aquisição tem por base um valor de 1,47 vez o patrimônio líquido da Bmg Seguros na data de contratação. No fim de 2023, esse patrimônio era de R$ 64,9 milhões.

"Temos observado há algum tempo o crescimento da procura de produtos de seguro por nossos clientes, em especial de produtos de seguro garantia, e acreditamos que os negócios atualmente desenvolvidos pela Bmg Seguros possuem complementariedade com aqueles desenvolvidos pelo Daycoval", diz em nota o diretor executivo Morris Dayan.

No ano passado, o Bmg recomprou uma fatia de 30% que a seguradora italiana Generali tinha na Bmg Seguros. O grupo possui ainda a Bmg Seguradora, destinada a produtos para pessoa física. Essa unidade não está envolvida na operação com o Daycoval.

ENEL BRASIL S.A.
CNPJ nº 07.523.555/0001-67 - NIRE 35300577931

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de maio de 2024

1. Data, Hora e Local: Reunião realizada em 14 de maio de 2024, às 15:00 horas, na sede da Companhia, na Av. das Nações Unidas, 14401, 23º andar, conjunto 231, Torre B1, Aroeira, Vila Gertrudes, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04794-000. **2. Presença:** Convocação regularmente efetuada, nos termos do artigo 18 do Estatuto Social, estando presente a maioria dos membros do Conselho de Administração. **3. Mesa:** Presidente: Guilherme Gomes Lencastre; e Secretária: Maria Eduarda Fischer Alcure. **4. Ordem do Dia:** **Tema para aprovação:** deliberar a respeito do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado pelo artigo 6º do estatuto da Companhia, no montante de R$ 719.460.000,00, com a subscrição particular de 16.723.849 de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 43,02 por ação, fixado nos termos do artigo 170, § 1º, inciso II, da Lei das S.A.; **5. Deliberações:** Abertos os trabalhos, verificado o quórum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições: 5.1. Quanto ao item único da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 6º, do Estatuto Social, aprovar o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 719.460.000,00, passando o capital social da Companhia dos atuais R$ 45.005.435.743,43 para R$ 45.724.895.743,43, mediante a emissão, por subscrição particular, de 16.723.849 novas ações, ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 43,02 por ação, fixado com base no art. 170, parágrafo 1º, inciso II da Lei nº 6.404/76. As ações ora emitidas são integralmente subscritas, neste ato, pela acionista Enel Américas S.A., conforme Boletim de Subscrição (Anexo 1) e serão integralizadas, até 31/12/2024, em moeda corrente nacional. 5.1.2. O referido aumento se dá dentro do limite de capital autorizado, conforme previsto no art. 168 da Lei nº 6.404/76 e no art. 6º do Estatuto Social da Companhia, que autoriza o Conselho de Administração a fixar o preço de emissão e as demais condições de subscrição e integralização das ações dentro do capital social autorizado, que atualmente é de 5.000.000.000 de ações. 5.1.3. Os demais acionistas da Companhia manifestaram expressamente sua renúncia, de forma irretratável e irrevogável, aos respectivos direitos de preferência para a subscrição das novas ações, conforme expressado em cartas que ficam arquivadas na sede da Companhia. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura da presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos membros do Conselho. **Assinaturas:** Guilherme Gomes Lencastre, Presidente; Maria Eduarda Fischer Alcure, Secretária; **Conselheiros de Administração:** Guilherme Gomes Lencastre, Mario Fernando de Melo Santos, Antonio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque, Marcia Sandra Roque Vieira Silva e Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* São Paulo, 14 de maio de 2024. Mesa: **Guilherme Gomes Lencastre -** Presidente do Conselho e da Reunião; **Maria Eduarda Fischer Alcure -** Secretária da Reunião. **JUCESP** nº 222.131/24-0 em 12/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - ESCOLA POLITÉCNICA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°: 05/2024 – EP
PROCESSO SEI Nº: 154.00004230/2024-98

A Escola Politécnica torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob N°: 05/2024 - EP**, do tipo menor preço, cujo objeto é a **prestação de manutenção corretiva de aparelhos condicionadores de ar**, conforme especificações e condições constantes em Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o **dia 06/09/2024 a partir das 09h00**, estando a sessão de disputa agendada para o **dia 23/09/2024 às 09h00**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado **"Portal de Compras do Governo Federal - ComprasGov"** através do sítio **https://www.gov.br/compras/pt-br**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do **dia 06/09/2024**, além da página do **ComprasGov**, citado anteriormente, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes** e **www.imprensaoficial.com.br**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N°: 002/2024 - FZEA - (UASG) 102158 - Nº da Licitação (ComprasGov): 90002 - PROCESSO SEI Nº: 154.00003613/2024-49.

A FZEA-USP torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, sob N°: 002/2024, critério de julgamento: menor preço global, modo de disputa: aberto, preferência me/epp/equiparadas: (sim), valor total da contratação: R$ 185.124,79 (Cento e oitenta e cinco mil, cento e vinte e quatro reais e setenta e nove centavos), cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO QUE ABRIGARÁ AS INSTALAÇÕES DO BIOPIRA-FZEA**, conforme especificações e condições constantes deste Edital, seus Anexos, memorial descritivo e projeto executivo disponíveis a partir do **dia 06/09/2024** no seguinte link. **https://drive.google.com/drive/folders/1zqwDBO5G4pzgKjoXQuWSDF8T_w00KQj7?usp=sharing**, e nos endereços eletrônicos: **www.usp.br/licitacoes** e **www.imprensaoficial.com.br**, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será **o dia 06/09/2024 a partir das 08h00,** estando a data da sessão pública agendada para **o dia 24/09/2024,** horário da fase de lances às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado **"Sistema de Compras do Governo Federal"** através do sítio **www.compras.gov.br** e **https://www.gov.br/pncp/pt-br**.

EXTRATO DA CERTIDÃO DA ATA DA 91ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.

1. LOCAL: Rua José Izidoro Biazetto, 158, Curitiba - PR. **2. DATA E HORÁRIO**: 19.08.2024, às 9h. **3. CONVOCAÇÃO**: a publicação do edital foi dispensada nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76. **4. QUORUM**: 100% do capital social, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas de nº 02. **5. MESA DIRIGENTE**: DANIEL PIMENTEL SLAVIERO - Presidente; e ISABEL ZAICZUK RAGGIO - Secretária. **6. DELIBERAÇÃO: I.** Foi eleito, como membro do Conselho de Administração da Copel Distribuição S.A., para completar o mandato 2023-2025, o Sr. Marco Antonio Villela de Abreu. **7. ASSINATURAS**: DANIEL PIMENTEL SLAVIERO - Representante da Acionista Controladora, Presidente da Assembleia e Diretor Presidente da Copel; FELIPE GUTTERRES RAMELLA - Representante da Acionista Controladora e Diretor de Finanças e de Relações com Investidores da Copel; e ISABEL ZAICZUK RAGGIO - Secretária. *A certidão da ata da 91ª Assembleia Geral Extraordinária da Copel Distribuição S.A., de 19.08.2024, foi registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná - Jucepar sob o nº 20246258560, em 27.08.2024, e publicada na íntegra no endereço https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e da Instrução Normativa - IN DREI ME nº 11/2022.* ------------------

ENEL BRASIL S.A.
CNPJ nº 07.523.555/0001-67 - NIRE 35300577931

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de maio de 2024

1. Data, Hora e Local: Reunião realizada em 29 de maio de 2024, às 14:30 horas, na sede da Companhia, na Av. das Nações Unidas, 14401, 23º andar, conjunto 231, Torre B1, Aroeira, Vila Gertrudes, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04794-000. **2. Presença:** Convocação regularmente efetuada, nos termos do artigo 18 do Estatuto Social, estando presente a maioria dos membros do Conselho de Administração. **3. Mesa:** Presidente: Guilherme Gomes Lencastre; e Secretária: Maria Eduarda Fischer Alcure. **4. Ordem do Dia:** **Temas para aprovação:** **(i)** indicação de Marco Fadda ao cargo de Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes, em substituição ao Gino Celentano, que renuncia ao referido cargo; **(ii)** contratação com Pessoa Politicamente Exposta e Pessoa Conexa - PPEPC, entre Enel Trading Brasil S.A. e Eneva S.A.; **(iii)** doação no valor de até R$ 580.000,00, para apoio aos impactos climáticos extremos do Rio Grande do Sul; **(iv)** eleição do Sr. Max Xavier Lins ao cargo de Diretor Adjunto da Companhia; e **Tema para informação:** **(v)** resumo executivo – temas relevantes controladas. **5. Deliberações:** Abertos os trabalhos, verificado o quórum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições: 5.1. Quanto ao item **(i)** da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 21, "a", do Estatuto Social da Companhia, foi aprovada a indicação do Sr. **Marco Fadda**, italiano, casado, administrador, portador do passaporte italiano nº YA7288871, residente e domiciliado na Rua Manlio di Veroli, nº 3, 00199, Roma, Itália, para ocupar o cargo de Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes da Companhia, em substituição ao Sr. **Gino Celentano**, que renuncia ao referido cargo, com efeitos a partir de 01/06/2024. 5.1.1. O cargo de Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes permanecerá vago, até a eleição do Sr. Marco Fadda, que ocorrerá depois de cumpridas as formalidades e trâmites legais junto às autoridades imigratórias brasileiras. 5.1.2. Os Conselheiros manifestaram os agradecimentos ao Sr. Gino Celentano pelas contribuições realizadas durante o período em que desempenhou suas funções. 5.2. Quanto ao item **(ii)** da Ordem do Dia, em cumprimento à Política nº 412, aprovar as contratações com Pessoa Politicamente Exposta e Pessoa Conexa - PPEPC, entre Enel Trading Brasil S.A. e Eneva S.A., nos termos da apresentação feita pela área de Gestão de Energia e Comercialização. 5.3. Quanto ao item **(iii)** da Ordem do Dia, em cumprimento à Política nº 220, aprovar a doação, no valor de até R$ 580.000,00, para apoio aos impactos climáticos extremos do Rio Grande do Sul, conforme apresentação realizada pela área de Sustentabilidade. 5.4. Quanto ao item **(iv)** da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 21, "a", do Estatuto Social da Companhia, eleger o Sr. **Max Xavier Lins**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 1744478, expedido pela SSP/PE, inscrito no CPF/ME sob o nº 350.048.004-72, com domicílio profissional na Avenida das Nações Unidas, 14401, conjunto 1 ao 4, Torre B1, 17º ao 23º andar, Vila Gertrudes, São Paulo, SP, CEP: 04794-000, para o cargo de Diretor Adjunto da Companhia. 5.4.1. O Diretor ora eleito tomará posse de acordo com o art. 149 da Lei 6.404/76 e terá mandato coincidente com os demais membros da Diretoria, ou seja, até 15 de dezembro de 2024. O Diretor ora eleito declara, desde já, não está incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer a atividade empresária. 5.4.2. Consignar que, nos termos da legislação aplicável, foi recebida a declaração mencionada no artigo 147, § 4º, da Lei das Sociedades por Ações. 5.5. Quanto ao item **(v)** da Ordem do Dia, tomar conhecimento sobre os temas relevantes e resultados das controladas da Companhia, conforme apresentação realizada pelos executivos de cada linha de negócio. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura da presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos membros do Conselho. **Assinaturas:** Guilherme Gomes Lencastre, Presidente; Maria Eduarda Fischer Alcure, Secretária; **Conselheiros de Administração:** Guilherme Gomes Lencastre, Mario Fernando de Melo Santos, Marcia Sandra Roque Vieira Silva e Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* São Paulo, 29 de maio de 2024. Mesa: **Guilherme Gomes Lencastre -** Presidente do Conselho e da Reunião; **Maria Eduarda Fischer Alcure** - Secretária da Reunião. **JUCESP** nº 260.426/24-6 em 04/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

EXTRATO DA CERTIDÃO DA ATA DA 113ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.

1. LOCAL: Rua Izidoro Biazetto nº 158, Curitiba - PR. **2. DATA E HORÁRIO:** 16.08.2024, às 9h. **3. MESA DIRIGENTE:** DANIEL PIMENTEL SLAVIERO - Presidente; e ISABEL ZAICZUK RAGGIO - Secretária. **4. DELIBERAÇÃO: I.** O Conselho de Administração decidiu eleger como Diretor Geral da Copel Distribuição S.A., o Sr. Marco Antonio Villela de Abreu. **5. ASSINATURAS:** DANIEL PIMENTEL SLAVIERO - Presidente; HEMERSON LUIZ BARBOSA PEDROSO; ANA LETÍCIA FELLER; LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA e ISABEL ZAICZUK RAGGIO - Secretária. A certidão da ata da 113ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Copel Distribuição S.A., de 16.08.2024, foi registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná - Jucepar sob o nº 20246151986, em 23.08.2024, e publicada na íntegra no endereço https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e da Instrução Normativa - IN DREI ME nº 11/2022. --------------------

EXTRATO DA CERTIDÃO DA ATA DA 46ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COPEL COMERCIALIZAÇÃO S.A.

1. LOCAL: Rua José Izidoro Biazetto, 158, Curitiba - PR. **2. DATA E HORÁRIO**: 19.08.2024 - 09h30. **3. CONVOCAÇÃO**: a publicação do edital foi dispensada nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76. **4. QUORUM**: 100% do capital social, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas de nº 02. **5. MESA DIRIGENTE**: DANIEL PIMENTEL SLAVIERO - Presidente; e ISABEL ZAICZUK RAGGIO - Secretária. **6. DELIBERAÇÕES**: **I.** Foi eleito, como membro do Conselho de Administração da Copel Comercialização S.A., para completar o mandato 2023-2025, o Sr. Marco Antonio Villela de Abreu. **7. ASSINATURAS**: DANIEL PIMENTEL SLAVIERO - Representante da Acionista Controladora, Presidente da Assembleia e Diretor Presidente da Copel; RODOLFO MORAES FONTES LIMA - Diretor Geral da Copel Comercialização S.A.; FELIPE GUTTERRES RAMELLA - Representante da Acionista Controladora e Diretor de Finanças e de Relações com Investidores da Copel; e ISABEL ZAICZUK RAGGIO - Secretária. *A certidão da ata da 46ª Assembleia Geral Extraordinária da Copel Comercialização S.A., de 19.08.2024, foi registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná - Jucepar sob o nº 20246182261, em 23.08.2024, e publicada na íntegra no endereço https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e da Instrução Normativa - IN DREI ME nº 11/2022.* ---------

ENEL BRASIL S.A.
CNPJ nº 07.523.555/0001-67 - NIRE 35300577931

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de junho de 2024

1. Data, Hora e Local: Reunião realizada em 28 de junho de 2024, às 10:30 horas, na sede da Companhia, na Av. das Nações Unidas, 14401, 23º andar, conjunto 231, Torre B1, Aroeira, Vila Gertrudes, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04794-000. **2. Presença:** Convocação regularmente efetuada, nos termos do artigo 18 do Estatuto Social, estando presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **3. Mesa:** Presidente: Guilherme Gomes Lencastre; e Secretária: Maria Eduarda Fischer Alcure. **4. Ordem do Dia:** Temas para aprovação: **(i)** Eleição de Giovanni Maria Pisani para o cargo de Diretor Adjunto; e **(ii)** Aumento de capital no valor de R$ 1.081.100.000,00. **5. Deliberações:** Abertos os trabalhos, verificado o quórum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições: **5.1.** Quanto ao item **(i)** da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 21, "a", do Estatuto Social da Companhia, aprovar a eleição de **Giovanni Maria Pisani**, italiano, casado, administrador de empresas, portador do RNM nº B1023750, expedido pelo CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o nº 041.323.941-15, com domicílio profissional na Av. das Nações Unidas, nº 14.401, 23° andar, conjunto 231, Torre B1, Aroeira, bairro Vila Gertrudes, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.794-000, para o cargo de Diretor Adjunto, em razão da obtenção do seu visto. **5.1.1** O Diretor ora eleito tomará posse de acordo com o art. 149 da Lei 6.404/76 e terá mandato coincidente com os demais membros da Diretoria, ou seja, até 15 de dezembro de 2024. O Diretor ora eleito declara, desde já, não estar incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer a atividade empresária. **5.1.2.** Consignar que, nos termos da legislação aplicável, foi recebida a declaração mencionada no artigo 147, § 4º, da Lei das Sociedades por Ações. **5.2.** Quanto ao item **(ii)** da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 6º, do Estatuto Social, aprovar o aumento do capital social da Companhia no montante de R$1.081.100.000,00, passando o mesmo de R$45.724.895.743,43 para R$46.805.995.743,43, mediante a emissão, para subscrição particular, de 25.473.610 novas ações, ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 42,44 por ação, fixado com base no art. 170, parágrafo 1º, inciso II da Lei nº 6.404/76. As ações ora emitidas foram integralmente subscritas, neste ato, pela acionista Enel Américas S.A., conforme Boletim de Subscrição (Anexo 1) e integralizadas em moeda corrente do país, mediante o investimento externo, objeto do contrato de câmbio celebrado em 18/06/2024 (nº 417158011), com o BANCO CITIBANK S.A., com liquidação até 20/06/2024. Assim sendo, o capital social da Companhia passa a ser de R$46.805.995.743,43, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.257.949.979 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **5.2.1.** O referido aumento se dá dentro do limite de capital autorizado, conforme previsto no art. 168 da Lei nº 6.404/76 e no art. 6º do Estatuto Social da Companhia, que autoriza o Conselho de Administração a fixar o preço de emissão e as demais condições de subscrição e integralização das ações dentro do capital social autorizado, que atualmente é de 5.000.000.000 de ações. **5.2.2**. Os demais acionistas da Companhia manifestaram expressamente sua renúncia, de forma irretratável e irrevogável, aos respectivos direitos de preferência para a subscrição das novas ações, conforme expressado em cartas que ficam arquivadas na sede da Companhia. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura da presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos membros do Conselho. **Assinaturas:** Guilherme Gomes Lencastre, Presidente; Maria Eduarda Fischer Alcure, Secretária; **Conselheiros de Administração:** Guilherme Gomes Lencastre, Mario Fernando de Melo Santos, Marcia Sandra Roque Vieira Silva, Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira e Antonio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* São Paulo, 28 de junho de 2024. Mesa: **Maria Eduarda Fischer Alcure -** Secretária da Reunião. **JUCESP** nº 269.543/24-7 em 19/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

EXTRATO DA CERTIDÃO DA ATA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.

1. LOCAL: Rua Izidoro Biazetto nº 158, Curitiba - PR. **2. DATA E HORÁRIO:** 07.08.2024, às 15h30. **3. MESA DIRIGENTE:** DANIEL PIMENTEL SLAVIERO - Presidente; e ISABEL ZAICZUK RAGGIO - Secretária. **4. DELIBERAÇÃO: I.** O Conselho de Administração aprovou, por unanimidade, as Demonstrações Financeiras Intermediárias relativas ao 2º trimestre de 2024 da Copel Distribuição S.A. **II.** O Conselho de Administração tomou conhecimento, analisou e discutiu as informações apresentadas pela auditoria independente sobre as Demonstrações Financeiras do 2º trimestre de 2024 e apresentou suas considerações. **5. ASSINATURAS:** DANIEL PIMENTEL SLAVIERO - Presidente; HEMERSON LUIZ BARBOSA PEDROSO; ANA LETÍCIA FELLER; LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA e ISABEL ZAICZUK RAGGIO - Secretária. A certidão da ata da 70ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Copel Distribuição S.A., de 07.08.2024, foi registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná - Jucepar sob o nº 20245853200, em 20.08.2024, e publicada na íntegra no endereço https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e da Instrução Normativa - IN DREI ME nº 11/2022. -----

EXTRATO DA CERTIDÃO DA ATA DA 94ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

1. LOCAL: Rua José Izidoro Biazetto nº 158, Curitiba - PR. **2. DATA:** 07.08.2024, às 15h. **3. MESA DIRIGENTE:** DANIEL PIMENTEL SLAVIERO - Presidente e ISABEL ZAICZUK RAGGIO - Secretária. **4. DELIBERAÇÃO: I.** O Conselho de Administração aprovou as Demonstrações Financeiras Intermediárias relativas ao 2º trimestre de 2024 da Copel Geração e Transmissão S.A. **II.** O Conselho de Administração tomou conhecimento, analisou e discutiu as informações apresentadas pela auditoria independente sobre as Demonstrações Financeiras do 2º trimestre de 2024. 5. **ASSINATURAS:** DANIEL PIMENTEL SLAVIERO - Presidente; MOACIR CARLOS BERTOL; CASSIO SANTANA DA SILVA; LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA e ISABEL ZAICZUK RAGGIO - Secretária. A certidão da ata da 94ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Copel Geração e Transmissão S.A., de 07.08.2024, foi registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná - Jucepar sob o nº 20245839208, em 21.08.2024, e publicada na íntegra no endereço https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e da Instrução Normativa - IN DREI ME nº 11/2022. ------------

INÊS 249

INÊS 249

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 05/09/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	16.199,2330830	0,06	0,22	6,53
IRF-M	1+**	20.566,6155860	0,25	0,73	3,13
IRF-M	Total	18.683,6174820	0,19	0,56	4,13
IMA-B	5***	9.446,2959410	0,12	0,33	5,23
IMA-B	5+****	11.510,0875370	0,46	0,40	-0,82
IMA-B	Total	10.092,5772400	0,32	0,37	1,87
IMA-S	Total	6.865,8573560	0,04	0,16	7,44
IMA-Geral	Total	8.343,9475540	0,15	0,31	4,96

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	22/08	21/08	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	33,43	34,32	34,20	29,63	32,30	31,20
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	26,16	26,49	25,23	24,96	24,92	25,58
Conta garantida pré - a.a.	46,93	44,69	37,83	38,67	48,79	47,26
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,45	21,62	22,01	21,70	21,50	26,47
Vendor pré - a.a.	16,21	15,88	16,74	15,28	15,46	17,79
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	17,37	17,37	16,46	16,30	17,24	21,36
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	19,24	19,05	17,61	18,30	19,20	18,30
Conta garantida pós - a.a.	24,09	24,90	24,71	24,76	24,93	26,64
ACC pós - a.a.	7,97	7,67	8,83	8,30	8,26	9,13
Factoring - a.m.	3,21	3,21	3,20	3,25	3,25	3,48

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	05/09/24	04/09/24	Há 1 semana	No fim de agosto	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3500	5,3300	5,3200	5,3300	5,3100
1 mês	-	5,3411	5,3465	5,3465	5,3529	5,3126
3 meses	-	5,3676	5,3685	5,3684	5,3639	5,1981
6 meses	-	5,3954	5,3949	5,3951	5,3917	5,0777
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6630	3,6640	3,6540	3,6630	3,6510
1 mês	-	3,6687	3,6689	3,6690	3,6683	3,6582
3 meses	-	3,7012	3,7172	3,7145	3,7785	3,4649
6 meses	-	3,8320	3,8385	3,8379	3,8700	3,1808
1 ano	-	3,9131	3,9129	3,9130	3,9116	2,3152
Euribor ***						
1 mês	-	3,536	3,602	3,589	3,558	3,625
3 meses	-	3,449	3,505	3,490	3,523	3,802
6 meses	-	3,379	3,376	3,360	3,397	3,938
1 ano	-	3,094	3,108	3,088	3,138	4,068
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
T-Bill (1 mês)	5,15	5,20	5,25	5,26	5,33	5,38
T-Bill (3 meses)	5,07	5,08	5,11	5,09	5,23	5,47
T-Bill (6 meses)	4,75	4,76	4,87	4,85	4,95	5,55
T-Note (2 anos)	3,76	3,77	3,90	3,90	3,98	4,95
T-Note (5 anos)	3,54	3,56	3,67	3,67	3,73	4,37
T-Note (10 anos)	3,73	3,76	3,86	3,86	3,89	4,26
T-Bond (30 anos)	4,02	4,06	4,15	4,15	4,18	4,37

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	set/24*	ago/24	Mês jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,16	0,87	0,91	0,79	0,83	0,89	7,26	11,20
CDI	0,16	0,87	0,91	0,79	0,83	0,89	7,26	11,20
CDB (1)	0,73	0,72	0,72	0,71	0,73	0,73	6,81	9,99
Poupança (2)	0,57	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	5,18	7,09
Poupança (3)	0,57	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	5,18	7,09
IRF-M	0,56	0,66	1,34	-0,29	0,66	-0,52	4,13	8,26
IMA-B	0,37	0,52	2,09	-0,97	1,33	-1,61	1,87	5,32
IMA-S	0,16	0,90	0,94	0,81	0,83	0,90	7,44	11,40
Renda Variável								
Ibovespa	0,37	6,54	3,02	1,48	-3,04	-1,70	1,73	17,51
Índice Small Cap	0,61	4,52	1,47	-0,39	-3,38	-7,76	-9,14	-2,18
IBrX 50	0,16	6,51	3,15	1,63	-3,11	-0,62	3,31	19,46
ISE	1,75	5,98	2,84	1,10	-3,61	-6,02	-0,35	9,55
IMOB	2,06	5,86	4,82	1,06	-0,73	-11,56	-5,82	4,77
IDIV	1,15	6,68	1,90	1,99	-0,99	-0,56	6,21	21,94
IFIX	-0,33	0,85	0,53	-1,04	0,02	-0,77	2,14	5,63
Dólar Ptax (BC)	-0,91	-0,10	1,86	6,05	1,35	3,51	15,77	14,92
Dólar Comercial (mercado)	-1,10	-0,38	1,18	6,46	1,09	3,54	14,80	13,79
Euro (BC) (4)	-0,59	2,08	2,92	4,73	2,89	2,37	16,21	17,26
Euro Comercial (mercado) (4)	-0,65	1,77	2,23	5,07	2,79	2,43	15,20	16,00
Ouro (BC)	-0,67	3,19	5,98	5,97	2,87	7,18	40,61	48,11
Inflação								
IPCA (5)	-	0,04	0,38	0,21	0,46	0,38	2,91	4,30
IGP-M	-	0,29	0,61	0,81	0,89	0,31	2,00	4,26

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Rendimento até o dia 05/set. ** Até ago/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,04% para o mês de agosto

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 02/09/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.687.066,13					13.940,25	13.940,25	317.623,92	290.234,51
RF Indexados (2)	144.776,60	0,00	0,00	4,07	7,70	-127,53	-127,53	-11.925,07	-16.639,36
RF Duração Baixa Soberano (2)	691.346,94	0,04	0,04	6,57	10,33	13.935,78	13.935,78	40.488,95	36.021,93
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	902.672,31	0,04	0,04	7,50	11,77	-2.009,38	-2.009,38	91.496,89	87.521,55
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	193.200,55	0,04	0,05	7,58	11,84	181,68	181,68	83.329,28	86.862,94
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	170.059,30	0,00	0,00	6,01	9,22	115,96	115,96	-4.933,56	-6.569,37
RF Duração Livre Soberano (2)	216.064,33	0,02	0,02	6,13	9,92	-404,77	-404,77	-15.784,99	-28.775,05
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	670.665,47	0,02	0,02	6,71	10,68	1.819,34	1.819,34	-17.314,36	-32.821,09
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	407.060,49	0,03	0,03	6,82	11,19	1.081,81	1.081,81	111.724,59	146.921,55
Ações	644.627,65					-290,63	-290,63	1.969,72	46.087,01
Ações Indexados (2)	10.709,18	-0,81	-0,81	0,53	14,10	-40,47	-40,47	138,25	-1.957,49
Ações Índice Ativo (2)	30.217,92	-0,54	-0,54	-0,96	10,75	-14,99	-14,99	-7.163,02	-6.581,42
Ações Livre	233.268,68	-0,34	-0,34	1,21	11,06	-286,65	-286,65	-1.363,62	-5.341,06
Fechados de Ações	124.564,44	-0,06	-0,06	-4,37	-0,59	1,28	1,28	-1.995,34	12.225,58
Multimercados	1.612.827,08					-665,97	-665,97	-145.534,68	-282.633,56
Multimercados Macro	134.915,82	0,03	0,03	2,89	6,93	-576,59	-576,59	-44.632,20	-65.282,67
Multimercados Livre	627.470,37	-0,04	-0,04	6,14	10,55	-58,67	-58,67	-15.718,15	-77.543,95
Multimercados Juros e Moedas	49.013,88	-0,03	-0,03	6,51	10,67	44,84	44,84	-9.544,42	-14.725,98
Multimercados Invest. no Exterior (2)	718.608,07	-0,14	-0,14	7,71	12,58	-80,34	-80,34	-76.837,64	-121.806,84
Cambial	6.488,61	-0,38	-0,38	20,41	20,82	53,44	53,44	-583,76	-1.037,26
Previdência	1.472.938,42					165,68	165,68	27.866,59	39.926,53
ETF	43.130,48					-72,76	-72,76	-3.412,03	-2.982,46
Demais Tipos	2.092.844,92					-431,97	-431,97	81.959,96	102.105,24
Total Fundos de Investimentos	**7.467.078,38**					**13.130,00**	**13.130,00**	**197.929,75**	**89.594,78**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.758.301,72**					**1.962,60**	**1.962,60**	**106.884,40**	**173.574,56**
Total Fundos Off Shore (4)	**49.457,77**					-	-	-	-
Total Geral	**9.274.837,86**					**15.092,61**	**15.092,61**	**304.814,15**	**263.169,33**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de julho de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	05/09/24	04/09/24	Há 1 semana	No fim de agosto	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,25
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8279	0,8279	0,8675	0,8675	0,8675	0,9853
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8279	0,8279	0,8675	0,8675	0,8675	0,9853
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	10,16
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,8095
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,43
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9811
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,76	10,78	10,78	10,77	10,49	12,56
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	11,19	11,23	11,31	11,28	10,84	12,02
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,55	10,55	10,53	10,53	10,42	12,91
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,63	10,64	10,63	10,63	10,46	12,76
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,77	10,78	10,77	10,79	10,50	12,56
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,92	10,94	10,96	10,98	10,60	12,38
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	11,19	11,23	11,29	11,28	10,81	12,03
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,59	11,66	11,74	11,74	11,34	11,04

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 05/09/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	99.287,94	10,522	1.258.146	10,512	10,538	10,514
Vencimento em nov/24	98.372,44	10,612	90.244	10,602	10,644	10,602
Vencimento em dez/24	97.599,49	10,744	103.531	10,726	10,772	10,730
Vencimento em jan/25	96.724,74	10,916	1.584.965	10,895	10,955	10,905
Vencimento em fev/25	95.805,84	11,052	8.625	11,045	11,080	11,065
Vencimento em mar/25	94.955,33	11,188	5.508	11,180	11,205	11,180
Vencimento em abr/25	94.155,20	11,280	554.658	11,260	11,335	11,280
Vencimento em mai/25	93.321,10	11,352	1.845	11,350	11,385	11,350
Vencimento em jun/25	92.447,03	11,421	860	11,440	11,445	11,440
Vencimento em jul/25	91.610,60	11,491	504.554	11,480	11,615	11,495
Vencimento em ago/25	90.671,33	11,538	2.188	11,525	11,585	11,535

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	5.594,70	-0,96	259.640	5.580,50	5.664,50	5.587,00
Vencimento em nov/24	5.614,71	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.632,12	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jan/25	5.652,42	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em fev/25	5.677,20	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	6.219,25	-0,71	5	6.211,00	6.211,00	6.211,00
Vencimento em nov/24	6.252,18	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	6.277,82	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	138.081	0,19	73.895	137.265	138.320	138.260
Vencimento em dez/24	140.318	-	0	0	0	0
Vencimento em fev/25	142.429	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 05/09/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,6043	5,6049	-0,55	-0,91	15,77	12,76
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,5700	5,5706	-1,22	-1,10	14,80	11,97
Dólar Turismo (R$/US$)	5,6109	5,7909	-1,01	-1,19	14,73	11,98
Euro (BC) - (R$/€)	6,2180	6,2192	-0,41	-0,59	16,21	16,62
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,1852	6,1859	-0,97	-0,65	15,20	15,98
Euro Turismo (R$/€)	6,2657	6,4457	-0,70	-0,80	14,95	15,88
Euro (BC) - (US$/€)	1,1095	1,1096	0,14	0,32	0,38	3,42
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	451,9597	452,0081	0,01	-0,67	40,61	46,87
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.516,46	0,83	0,54	21,85	30,62
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.516,85	1,71	-0,29	22,04	30,29

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. [1] Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	05/09/24	04/09/24	No fim de ago/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	176.224,47	180.599,04	178.922,92	173.997,89	-2,42	-1,51	1,28
Valor-Coppead Mínima Variância	103.969,59	105.330,28	105.748,61	93.533,91	-1,29	-1,68	11,16

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 05/09/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 05/09/24

Índice	05/09/24	04/09/24	Em 30/08/24	29/12/23	05/09/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	182,91	183,24	188,53	165,54	156,28	-0,18	-2,98	10,50	17,05
S&P BNY Emergentes	346,31	343,90	354,71	312,75	297,08	0,70	-2,37	10,73	16,57
S&P BNY América Latina	196,61	195,38	196,58	225,28	198,90	0,63	0,01	-12,73	-1,15
S&P BNY Brasil	198,89	197,02	197,44	232,95	201,03	0,95	0,73	-14,62	-1,06
S&P BNY México	281,35	281,25	286,82	331,67	312,33	0,03	-1,91	-15,17	-9,92
S&P BNY Argentina	282,69	283,30	268,80	178,27	149,06	-0,22	5,17	58,58	89,65
S&P BNY Chile	136,89	137,96	143,28	162,12	159,00	-0,78	-4,46	-15,56	-13,91
S&P BNY Índia	3.145,44	3.183,28	3.175,88	2.923,01	2.787,55	-1,19	-0,96	7,61	12,84
S&P BNY Ásia	213,06	212,03	218,99	189,60	181,23	0,48	-2,71	12,37	17,57
S&P BNY China	290,81	290,19	294,08	336,11	352,72	0,21	-1,11	-13,48	-17,55
S&P BNY África do Sul	184,97	184,09	192,07	199,87	188,86	0,48	-3,70	-7,46	-2,06
S&P BNY Turquia	33,44	33,85	33,07	22,45	24,24	-1,21	1,11	48,91	37,97

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
19/08 a 19/09	0,0759	0,5763	0,5763	0,8477
20/08 a 20/09	0,0751	0,5755	0,5755	0,8466
21/08 a 21/09	0,0745	0,5749	0,5749	0,8454
22/08 a 22/09	0,0708	0,5712	0,5712	0,8091
23/08 a 23/09	0,0672	0,5675	0,5675	0,7729
24/08 a 24/09	0,0672	0,5675	0,5675	0,7732
25/08 a 25/09	0,0709	0,5713	0,5713	0,8102
26/08 a 26/09	0,0755	0,5759	0,5759	0,8472
27/08 a 27/09	0,0763	0,5767	0,5767	0,8484
28/08 a 28/09	0,0770	0,5774	0,5774	0,8494
29/08 a 29/09	0,0714	0,5678	0,5678	0,8145
30/08 a 30/09	0,0676	0,5678	0,5678	0,7772
31/08 a 01/10	0,0675	0,5678	0,5678	0,7760
01/09 a 01/10	0,0675	0,5678	0,5678	0,7760
02/09 a 02/10	0,0714	0,5718	0,5718	0,8150
03/09 a 03/10	0,0718	0,5722	0,5722	0,8184
04/09 a 04/10	0,0718	0,5722	0,5722	0,8186

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 05/09/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	136.502	0,29	0,37	1,73	16,34
IBrX	57.680	0,28	0,38	2,18	16,72
IBrX 50	22.951	0,30	0,16	3,31	17,70
IEE	94.676	-0,10	1,92	-0,30	11,26
SMLL	2.138	-0,29	0,61	-9,14	-2,28
ISE	3.751	0,39	1,75	-0,35	11,36
IMOB	952	0,42	2,06	-5,82	6,94
IDIV	9.637	0,18	1,15	6,21	21,81
IFIX	3.382	-0,09	-0,33	2,14	5,18
Variação % em dólares					
Ibovespa	24.354	0,84	1,29	-12,13	3,17
IBrX	10.291	0,84	1,30	-11,74	3,51
IBrX 50	4.095	0,85	1,08	-10,77	4,37
IEE	16.892	0,45	2,85	-13,88	-1,33
SMLL	381	0,27	1,53	-21,52	-13,34
ISE	669	0,94	2,68	-13,93	-1,25
IMOB	170	0,97	2,99	-18,65	-5,17
IDIV	1.719	0,73	2,07	-8,26	8,02
IFIX	603	0,46	0,58	-11,77	-6,72

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 30/07/24	29/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	412	408	4,0	9,0	67,0
África do Sul	328	323	5,0	1,0	2,0
Argentina	1.558	1.558	0,0	103,0	-349,0
Brasil	228	225	3,0	-3,0	33,0
Colômbia	314	312	2,0	8,0	49,0
Filipinas	83	81	2,0	15,0	25,0
México	190	186	4,0	4,0	23,0
Peru	108	106	2,0	6,0	6,0
Turquia	258	251	7,0	5,0	-18,0
Venezuela	19.547	19.429	118,0	978,0	-4.545,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano. Obs.: último dado disponível em 30/07/24

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
jan/24	353.563	26/08/24	369.756
fev/24	352.705	27/08/24	369.531
mar/24	355.008	28/08/24	369.578
abr/24	351.599	29/08/24	369.286
mai/24	355.560	30/08/24	369.214
jun/24	357.827	02/09/24	369.152
jul/24	363.282	03/09/24	369.150
ago/24	369.214	04/09/24	368.472

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	05/09/24	04/09/24	03/09/24	02/09/24	30/08/24	29/08/24
Índice	2.154,04	2.149,17	2.148,24	2.146,24	2.145,26	2.151,06
Var. no dia	0,23%	0,04%	0,09%	0,05%	-0,27%	-0,18%
Var. no mês	0,41%	0,18%	0,14%	0,05%	0,68%	0,96%
Var. no ano	4,30%	4,07%	4,02%	3,92%	3,88%	4,16%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 05/09/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	33,6300	33,6700	0,16640	0,16670
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,6043	5,6049
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,5520	36,6436	0,1529000	0,1533000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	6,9900	0,8018	0,8170
Colon (Costa Rica)	516,0000	521,0000	0,010760	0,010860
Coroa (Dinamarca)	6,7245	6,7250	0,8334	0,8335
Coroa (Islândia)	137,9400	138,2200	0,04055	0,04063
Coroa (Noruega)	10,6467	10,6507	0,5262	0,5264
Coroa (Rep. Tcheca)	22,5360	22,5470	0,2486	0,2487
Coroa (Suécia)	10,2558	10,2579	0,5463	0,5465
Dinar (Argélia)	131,8400	133,1580	0,04209	0,04251
Dinar (Kuwait)	0,3050	0,3059	18,3207	18,3767
Dinar (Líbia)	4,7494	4,7717	1,1745	1,1801
Direitos Especiais de Saque ***	1,3481	1,3481	7,5552	7,5560
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6727	3,6731	1,5258	1,5261
Dirham (Marrocos)	9,7280	9,7330	0,5758	0,5762
Dólar (Austrália)***	0,6726	0,6727	3,7695	3,7704
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,6043	5,6049
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,7564	2,8050
Dólar (Canadá)	1,3515	1,3516	4,1464	4,1472
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,7117	6,7938
Dólar (Cingapura)	1,3006	1,3007	4,3087	4,3095
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,6043	5,6049
Dólar (Hong Kong)	7,7959	7,7960	0,7189	0,7190
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6214	0,6215	3,4825	3,4834
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7287	6,8260	0,8210	0,8330
Euro (Comunidade Européia)***	1,1095	1,1096	6,2180	6,2192
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,0793	3,1409
Franco (Suíça)	0,8453	0,8454	6,6292	6,6307
Guarani (Paraguai)	7724,0400	7726,0000	0,0007254	0,0007256
Hryvnia (Ucrânia)	41,0000	41,3000	0,1357	0,1367
Iene (Japão)	143,4300	143,4400	0,03907	0,03908
Lev (Bulgária)	1,7614	1,7618	3,1810	3,1821
Libra (Egito)	48,4000	48,5000	0,1156	0,1158
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000063	0,000063
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00043	0,00043
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,3164	1,3165	7,3775	7,3789
Naira (Nigéria)	1580,0000	1630,0000	0,00344	0,00355
Lira (Turquia)	33,9396	33,9515	0,1651	0,1651
Novo Dólar (Taiwan)	32,0430	32,0730	0,17470	0,17490
Novo Sol (Peru)	3,7940	3,7956	1,4765	1,4773
Peso (Argentina)	953,5000	954,0000	0,00588	0,00588
Peso (Chile)	942,1900	942,9600	0,005943	0,005949
Peso (Colômbia)	4176,5400	4178,5000	0,001341	0,001342
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2335	0,2335
Peso (Filipinas)	55,9790	55,9990	0,10010	0,10010
Peso (México)	19,9650	19,9850	0,2804	0,2807
Peso (Rep. Dominicana)	59,6900	60,0900	0,09327	0,09390
Peso (Uruguai)	40,3700	40,4000	0,13870	0,13880
Rande (África do Sul)	17,7195	17,7223	0,3162	0,3163
Rial (Arábia Saudita)	3,7537	3,7539	1,4929	1,4932
Rial (Irã)	42000,0000	42105,0000	0,0001331	0,0001335
Ringgit (Malásia)	4,3355	4,3400	1,2913	1,2928
Rublo (Rússia)	89,0005	89,0095	0,06296	0,06298
Rúpia (Índia)	83,9610	84,0160	0,06671	0,06676
Rúpia (Indonésia)	15395,0000	15400,0000	0,0003639	0,0003641
Rúpia (Paquistão)	278,5500	278,7500	0,02011	0,02012
Shekel (Israel)	3,6975	3,7175	1,5075	1,5159
Won (Coréia do Sul)	1334,6300	1335,1800	0,004197	0,004200
Yuan Renminbi (China)	7,0921	7,0941	0,7900	0,7903
Zloty (Polônia)	3,8573	3,8583	1,4525	1,4531

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	2507,88	0,01240	451,9597	452,0081

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	05/09/24	04/09/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	40.755,75	40.974,97	-0,54	-1,94	8,14	17,65	32.417,59	41.563,08
EUA	Nova York	Nasdaq-100	18.930,33	18.921,40	0,05	-3,29	12,51	22,07	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.127,66	17.084,30	0,25	-3,31	14,10	22,16	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.503,41	5.520,07	-0,30	-2,57	15,38	22,38	4.117,37	5.667,20
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.988,28	23.040,76	-0,23	-1,53	9,69	12,61	18.737,39	23.348,97
México	Cidade do México	IPC	51.661,48	51.811,37	-0,29	-0,62	-9,98	-2,40	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.341,65	1.336,16	0,41	-1,51	12,25	27,63	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	95.910,63	96.592,13	-0,71	4,78	65,84	147,89	38.257,94	96.592,13
Chile	Santiago	IPSA	6.361,59	6.389,05	-0,43	-1,52	2,64	7,32	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	28.304,05	28.025,67	0,99	-0,48	9,03	23,20	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.765.465,03	1.796.920,06	-1,75	2,79	89,90	195,16	514.073,77	1.796.920,06
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.460,06	1.465,74	-0,39	-2,56	4,62	8,10	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.576,50	18.591,85	-0,08	-1,75	10,89	17,78	14.687,41	18.930,85
França	Paris	CAC-40	7.431,96	7.500,97	-0,92	-2,61	-1,47	2,44	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	33.684,80	33.682,26	0,01	-2,00	10,98	17,56	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.181,81	4.168,72	0,31	-0,06	12,79	14,50	3.290,68	4.184,40
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.674,51	2.717,95	-1,60	-3,92	17,12	22,76	2.059,59	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.273,50	11.213,90	0,53	-1,13	11,60	20,03	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.446,56	1.435,79	0,75	1,07	11,86	13,32	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	891,86	896,98	-0,57	-2,92	13,35	19,37	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	72.415,44	72.243,41	0,24	-0,62	19,46	29,96	55.055,60	74.051,15
Polônia	Varsóvia	WIG	83.429,65	84.515,90	-1,29	-1,70	6,33	23,00	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.741,10	6.739,83	0,02	-0,28	5,39	9,64	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	920,65	922,85	-0,24	0,55	-15,03	-12,40	890,82	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.509,30	2.531,72	-0,89	-3,34	4,63	13,87	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.031,34	12.176,17	-1,19	-3,26	8,02	9,79	10.323,71	12.451,48
Turquia	Istambul	BIST 100	9.936,76	9.984,93	-0,48	1,05	33,02	20,65	7.260,44	11.172,75
Israel	Tel Aviv	TA-125	2.072,71	2.045,60	1,33	-0,43	10,50	11,09	1.608,42	2.083,86
África do Sul	Joanesburgo	All Share	82.146,81	81.915,38	0,28	-1,91	6,83	9,51	69.451,97	84.553,56
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	36.657,09	37.047,61	-1,05	-5,15	9,54	10,96	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.187,70	8.157,00	0,38	-1,55	4,58	8,93	6.960,20	8.343,80
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.529,62	1.521,64	0,52	-0,95	-16,77	-22,36	1.433,10	1.971,59
China	Xangai	SSE Composite	2.788,31	2.784,28	0,14	-1,90	-6,27	-11,60	2.702,19	3.171,15
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.575,50	2.580,80	-0,21	-3,69	-3,00	-0,26	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.444,30	17.457,34	-0,07	-3,03	2,33	-5,49	14.961,18	19.636,22
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	82.201,16	82.352,64	-0,18	-0,20	13,79	24,96	63.148,15	82.559,84
Indonésia	Jacarta	JCI	7.681,04	7.672,90	0,11	0,13	5,61	9,86	6.642,42	7.694,53
Tailândia	Bangcoc	SET	1.404,28	1.365,49	2,84	3,33	-0,82	-9,28	1.274,01	1.550,36
Taiwan	Taipé	TAIEX	21.187,71	21.092,75	0,45	-4,85	18,16	26,18	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°: 91012/2024 - FFLCH
UASG: 102108 - PROCESSO Nº: 154.00004687/2024-01

A Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob N°: 91012/2024 - FFLCH, do tipo menor preço, cujo objeto é a contratação de **MATERIAL DE INFORMÁTICA E DE AUDIOVISUAL**, conforme especificações e condições constantes em Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o **dia 06/09/2024 a partir das 08h**, estando a sessão de disputa agendada para o **dia 19/09/2024 às 09h30**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado **"Portal de Compras do Governo Federal - ComprasGov"** através do sítio **https://www.gov.br/compras**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do **dia 06/09/2024** além da página do **ComprasGov**, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes e www.imprensaoficial.com.br.**

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N°: 11/2024 - FFLCH - PROCESSO Nº: 154.00004310/2024-43

A Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob N°: 11/2024 - FFLCH**, do tipo menor preço, cujo objeto é a **aquisição de ÁGUA MINERAL**, conforme especificações e condições constantes em Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o **dia 06/09/2024** a partir das 08h, estando a sessão de disputa agendada para o **dia 24/09/2024 às 09h30**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado **"Portal de Compras do Governo Federal - ComprasGov"** através do sítio **https://www.gov.br/compras**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do **dia 06/09/2024** além da página do **ComprasGov**, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes e www.imprensaoficial.com.br.**

COMUNICADO
Recuperação Judicial do GRUPO COTEMINAS
Processo nº 5110566-79.2024.8.13.0024 / 2ª Vara Empresarial de Belo Horizonte/MG

Companhia de Tecidos Norte de Minas - Em Recuperação Judicial; Coteminas S.A. - Em Recuperação Judicial; Oxford Comércio e Participações S.A. - Em Recuperação Judicial; Empresa Nacional de Comércio Retido e Participações S.A. - Em Recuperação Judicial; Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em Recuperação Judicial; Companhia Tecidos Santanense - Em Recuperação Judicial; Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em Recuperação Judicial; Ammo Varejo S.A. - Em Recuperação Judicial; Fazenda do Cantagalo Ltda. - Em Recuperação Judicial e Springs Global Participações S.A. - Em Recuperação Judicial (em conjunto, "Grupo Coteminas"), informam aos seus credores e terceiros que, em 06/05/2024, ajuizou seu pedido de recuperação judicial perante a 2ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte/MG, autuado sob o nº 5110566-79.2024.8.13.0024 ("Recuperação Judicial"), cuja íntegra está disponível para acesso a todos os interessados no sistema eletrônico (PJe) do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

O processamento da Recuperação Judicial foi deferido pelo juiz de Direito Adilon Cláver de Resende, por meio de decisão proferida em 25/7/2024 (conforme ID10271713017 dos autos do processo eletrônico da Recuperação Judicial), em cuja decisão foi reafirmada a nomeação como Administradoras Judiciais, para atuação conjunta e coordenada, das sociedades de advogados, pessoas jurídicas: (i) INOCÊNCIO DE PAULA SOCIEDADE DE ADVOGADOS, inscrita no CNPJ sob nº 12.849.880/0001-54, representada pelo advogado Dr. Dídimo Inocêncio de Paula, OAB/MG 26.226 e (ii) CREDIBILITÀ ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL E SERVIÇOS LTDA. - ME, inscrita no CNPJ sob nº 26.649.263/0001-10, representada pelo advogado Dr. Alexandre Correa Nasser de Melo, OAB PR/38.515.

Em 04/09/2024, foi publicado em Diário Oficial (link: https://dje.tjmg.jus.br/diarioJudiciarioData.do) o Edital contendo a lista de credores do GRUPO COTEMINAS, os quais foram discriminados por nome e valor do crédito em observância ao inciso II, do § 1º, do art. 52 da Lei Recuperação Judicial e Falência (Lei 11.101/2005). Ficam todos advertidos que, considerando a data da publicação do Edital, os credores têm o prazo de 15 (quinze) dias para apresentarem suas habilitações e divergências quanto aos créditos relacionados (§1°, art. 7° da Lei 11.101/2005) diretamente à Administração Judicial, por meio do e-mail [contato@rjcoteminas.com.br]. Para contato e outras informações está disponível o site [https://rjcoteminas.com.br/] e o seguinte contato para atendimento: [(31) 986702633 e (31) 986630540].

INSUMOS MILENIO TERRAMAGNA FUNDO DE INVESTIMENTO NAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROINDUSTRIAIS FIAGRO - DIREITOS CREDITÓRIOS - CNPJ nº 43.616.501/0001-00 - **CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE COTISTAS -** Rio de Janeiro, 06 de setembro de 2024. Prezado(a) Cotista, **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de instituição administradora do **INSUMOS MILENIO TERRAMAGNA FUNDO DE INVESTIMENTO NAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROINDUSTRIAIS FIAGRO - DIREITOS CREDITÓRIOS**, inscrito no CNPJ sob o nº 43.616.501/0001-00 ("Administradora" e "Fundo", respectivamente), vem, por meio desta, convidá-lo(a) para participar de Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas ("AGE"), a realizar-se por meio de consulta formal, conforme facultado em formato eletrônico, sendo admitida a manifestação de voto por escrito pelos Cotistas, em modelo disponibilizado pela Administradora, em primeira convocação, em **16 de setembro de 2024, às 17:00 horas**, e, em segunda convocação, em **23 de setembro de 2024, às 17:00 horas**, a fim de deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: **(i)** a realização de amortização extraordinária das Cotas Subordinadas Júnior, proporcionalmente entre a participação dos Cotistas titulares de tais Cotas, no montante total de R$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais); **(ii)** A inclusão do conceito de Amortização Extraordinária das Cotas Subordinadas Júnior, previsto no Capítulo 1 do Regulamento, que poderá ocorrer na forma prevista pela inclusão dos itens 13.8.8 e 13.8.9 ao Regulamento e, em decorrência disto, a inclusão do pagamento de Amortização Extraordinária das Cotas Subordinadas Júnior na Ordem de Alocação de Recursos do Fundo, nos termos do item 14.1.1 (xiv) do Regulamento; **(iii)** A inclusão de despesas relativas aos instrumentos de derivativos contratados exclusivamente para fins de *hedge* da carteira como encargo do Fundo, nos termos do item 20.1 (xiii) do Regulamento; **(iv)** Ajuste no parâmetro previstos no item 11.8.4 do Regulamento do Fundo relativo à obrigação do Consultor Especializado de Crédito deter no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) das Cotas Subordinadas Junior em circulação, passando a autorizar a titularidade indireta de tais Cotas pelo Consultor Especializado de Crédito; e **(v)** autorizar a Administradora para que efetive todos e quaisquer procedimentos necessários para implementação do quanto deliberado nesta Assembleia Geral. A avaliação das matérias da ordem do dia deve ocorrer de forma integral, não sendo possível aprovação parcial das matérias. Sendo certa a facultatividade da participação via videoconferência, considerando a manifestação de voto supramencionada, disponibiliza-se acesso à Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas, nos *links* que seguem abaixo: **INSUMOS MILENIO TERRAMAGNA FUNDO DE INVESTIMENTO NAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROINDUSTRIAIS FIAGRO - DIREITOS CREDITÓRIOS - 1ª CONVOCAÇÃO (16.09.2024) OU 2ª CONVOCAÇÃO (23.09.2024)** Segunda-feira, 16 de setembro · 5:00 até 6:00pm - Link da videochamada: https://meet.google.com/vvj-pmwf-qzd - Na data da realização da AGE, será lavrada a respectiva ata, com a descrição da ordem do dia e os resultados das deliberações tomadas pelos Cotistas. Conforme o exposto acima, os Cotistas poderão expressar seu voto na AGE por escrito, conforme modelo a ser disponibilizado pela Administradora, anteriormente ou durante a realização da AGE, por correio eletrônico ou por qualquer outro meio eletrônico ou tecnologicamente disponível. O Cotista, agindo conforme disposto acima, será considerado presente à AGE, de modo que seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida AGE. Exceto quando especificamente definidos neste Edital de Convocação, os termos aqui utilizados iniciados em letras maiúsculas terão o significado a eles atribuído no Regulamento. Atenciosamente, **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. -** Administradora.

EDITAL DE ENCERRAMENTO DAS INSCRIÇÕES PARA ELEIÇÕES SINDICAIS E ABERTURA DE PRAZO PARA PROPOSITURA DE IMPUGNAÇÃO DE CANDIDATOS OU CHAPA

O **Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública Municipal de Guarulhos**, CNPJ/MF 58.481.318/0001-11, com sede à Avenida Esperança nº 840, Vila Progresso, Guarulhos - São Paulo, através do Presidente do Pleito Eleitoral eleito na assembleia geral extraordinária, datada de 30 de agosto de 2024, em cumprimento à r. Decisão Judicial proferida pela Juíza Líbia da Graça Pires, da 6ª Vara do Trabalho de Guarulhos, processo nº 02029200831602000 e o Presidente do Sindicato, para dar cumprimento ao artigo 20 e 36 "d" do Estatuto Social, vêm através deste, nos termos do art. 73, III do Estatuto Social fazer publicar a quem possa interessar, que nas eleições para renovação da diretoria executiva, conselho fiscal efetivo, conselho de delegados efetivos, bem como os seus respectivos suplentes, que cumprirão mandato de 9 de fevereiro de 2025 a 8 de fevereiro de 2029, que ocorrerão nos dias 25 (vinte e cinto) e 26 (vinte e seis) de setembro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), no horário das 7:00h às 19:00h, tendo ficado aberto o prazo de dois dias, nos dias 04 (quatro) e 05 (cinco) de setembro de 2024, conforme decisão de assembleia datada de 30 de agosto de 2024, tendo sido apresentada 1 (uma) chapa para registro, denominada: **CHAPA 1** - Sindicato Forte, contendo os seguintes componentes: **DIRETORIA EXECUTIVA - EFETIVOS**: **PRESIDENTE**: **PEDRO ZANOTTI FILHO**, professor de educação básica, portador da cédula de identidade RG de nº 24.830.329-6 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 196.092.348-01, PIS 12391212811; **SECRETÁRIO GERAL: ROGÉRIO DE OLIVEIRA**, Auxiliar em Saúde, portador da cédula de identidade RG de nº 20.919.451-0 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 145.322.348-75, PIS 12198621012; **SECRETÁRIO DE FINANÇAS: RICARDO DA SILVA** Agente Funerário de Serviços Técnicos, portador da cédula de identidade RG de nº 10.313.433-5 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 043.236.408-03, PIS 12007343977; **SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E FORMAÇÃO SINDICAL: VIVIANE LOURENÇO DA SILVA**, Professora de Educação Infantil, portadora da cédula de identidade RG de nº 23.333.015-X SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 142.738.388-00, PIS 12391872226; **SECRETÁRIO DE DIVULGAÇÃO, COMUNICAÇÃO E IMPRENSA: ROBSON PACHECO LERIAS,** Cozinheiro, portador da cédula de identidade RG de nº 20.371.724-7 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 142.125.568-55, PIS 12358988849; **SECRETÁRIO DE HIGIENE, SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO: CÍCERO SÉRGIO DE OLIVEIRA**, Auxiliar em Saúde, portador da cédula de identidade RG de nº 27.069.110-8 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 283.759.698-18, PIS 12771723893; **SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, LAZER, EVENTOS E CULTURA: DENILSON BANDEIRA DOS SANTOS,** motorista, portador da cédula de identidade RG de nº 17.847.807 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 067.143.168-44, PIS 10887047219; **DIRETORIA EXECUTIVA - SUPLENTES - Suplente da Diretoria Executiva: ALEIXO MARQUES LIMA,** Atendente Sus, portador da cédula de identidade RG de nº 34.684.810-6 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 304.774.048-80, PIS 12967337856; **Suplente da Diretoria Executiva: CAMILA CASTELHANO,** professora coordenadora pedagógica, portadora da cédula de identidade RG de nº 40.581.756-3 SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 330.358.888-09, PIS 13141237890; **Suplente da Diretoria Executiva: DANIELA DEAMO,** cozinheira, portadora da cédula de identidade RG de nº 28.190.890-4 SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 185.964.658-12, PIS 12525309954; **Suplente da Diretoria Executiva: FABIANA DE LOURDES SCARPIM**, Professora de Educação Básica, portadora da cédula de identidade RG de nº 44.265.409-1 SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 335.974.238-92, PIS 19014910757; **Suplente da Diretoria Executiva: CELIA MARIA FERNANDES DOS SANTOS**, Professora de Educação Infantil, portadora da cédula de identidade RG de nº 35.128.957-4 SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 284.774.258-17, PIS 12626103251; **Suplente da Diretoria Executiva: ALESSANDRA ALVES DOS SANTOS ROCHA**, professora coordenadora pedagógica, portadora da cédula de identidade RG de nº 28.056.304-8 SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 169.905.978-01, PIS 12451061792; **Suplente da Diretoria Executiva: LUCIANA FEITOSA DA SILVA**, Auxiliar Operacional, portadora da cédula de identidade RG de nº 23.816.083-X SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 588.691.664-49, PIS 17045463276; **CONSELHO FISCAL - EFETIVOS**: **Conselheiro Fiscal: MARCIO PEREIRA DE SOUZA,** Agente de Transporte e Trânsito, portador da cédula de identidade RG de nº 23.233.013-X SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.618.458-29, PIS 12372386818; **Conselheiro Fiscal: LEANDRO MARTINS DA SILVA,** Guarda Civil Municipal, portador da cédula de identidade RG de nº 26.801.974-5 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 268.309.988-67, PIS 12481890754; **Conselheiro Fiscal: ELIEL NUNES DA SILVA,** Guarda Civil Municipal, portador da cédula de identidade RG de nº 25.899.545-2 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 260.580.898-08, PIS 17058670542; **CONSELHO FISCAL - SUPLENTES: Suplente do Conselho Fiscal: FRANCISCO JAIR DE SOUZA LIMA,** Agente de Administração B, portador da cédula de identidade RG de nº 9.780.266-9 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 004.062.238-07, PIS 10622286444; **Suplente do Conselho Fiscal: SERGIO RICARDO MOREIRA DA SILVA,** Guarda Civil Municipal, portador da cédula de identidade RG de nº 22.562.379-1 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 185.907.208-96, PIS 12351568518; **CARLOS HENRIQUE LOURENÇO MARTINS,** Atendente Sus, portador da cédula de identidade RG de nº 34.662.396-0 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 333.559.528-93, PIS 16233869820; **DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO À CENTRAL SINDICAL E ORGANISMOS CONGÊNERES - EFETIVOS: Delegado do Conselho de Representantes: EVERALDO GALDINO DA SILVA,** Guarda Civil Municipal, portador da cédula de identidade RG de nº 28.404.786.7 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 279.524.548-54, PIS 12520066484; **Delegado do Conselho de Representantes: MARISA ROSA DE BRITO,** Auxiliar em Saúde, portadora da cédula de identidade RG de nº 23.551.642-9 SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 187.522.798-98, PIS 12084782696 **SUPLENTES** - **Suplente do Delegado do Conselho de Representantes: LUIZ CLAUDIO RIBEIRO,** Assistente de Gestão Escolar, portador da Cédula de identidade RG nº 52.281.610.1 SSP-SP, inscrito CPF/MF sob o nº 608.439.856-15, PIS 12386479457; **Suplente do Delegado do Conselho de Representantes: DORIVAL MANOEL,** Soldador, portador da cédula de identidade RG de nº 10.960.502-0 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 009.774.598-70, PIS 10397298517. Fica aberto o prazo de vinte e quatro horas contados da publicação da relação da chapa inscrita para impugnação contra candidatos ou chapa em conformidade com o disposto no estatuto em vigor.

Guarulhos, 06 de setembro de 2024
DAVID GOMES DA CRUZ - Presidente do Pleito Eleitoral
PEDRO ZANOTTI FILHO - Presidente do Sindicato

Investimentos Para chefe do private bank do Citi para América Latina, isso não significa que o Brasil não tenha boas alternativas

Fim de diferimento traz mais equilíbrio com mix no exterior

Adriana Cotias
De São Paulo

O fim do diferimento tributário em fundos fechados exclusivos e restritos, estruturas usadas até o fim do ano passado por famílias ultrarricas para uma melhor eficiência fiscal, tirou da frente uma trava para a diversificação internacional. Segundo executivos da divisão de private bank do Citi, com a harmonização do imposto entre os recursos que os grupos econômicos brasileiros mantêm localmente e no exterior, a disposição para uma alocação "offshore" mais estrutural ganhou tração.

"O Brasil era a única jurisdição na América Latina em que o investidor conseguia o diferimento do imposto", afirma Antonio Gonzales, chefe do private do Citi para a região, que assumiu o posto em maio, vindo de 17 anos no J.P. Morgan, onde a última posição foi liderar o private no Brasil. O executivo fica baseado em Nova York e recebeu o **Valor** em passagem recente por São Paulo.

Com a possibilidade de adiar a taxação dos fundos familiares até amortizações anuais ou apenas na liquidação, havia uma certa inércia dos donos de fortunas para um mix mais equilibrado. "Havia um grande impeditivo para o offshore crescer rapidamente porque era muito atrativo diferir o imposto indefinidamente no tempo", afirma Fernando Fleury, chefe do private banking para o Brasil. "O fenômeno que se observou é que os clientes entenderam que era o momento de rebalancear a carteira global. Grande parte deles vem aumentando o offshore em relação ao onshore [doméstico]."

Gonzales diz que olhando para os grandes clientes, a parcela investida por brasileiros no exterior varia de 25% a 30%. No Brasil, a proporção é bastante inferior a outros pares latino-americanos que chegam a ter 70% dos valores investidos fora do seu mercado de origem, caso do México.

Fleury acrescenta que com taxas de juros elevadas e todo o leque de instrumentos isentos de imposto de renda, o viés local do brasileiro acaba prevalecendo. "Mas quando se compara a performance do portfólio em dólares ao longo dos últimos anos, por mais que o CDI seja alto, perde para os investimentos offshore na carteira de renda fixa ou na composição 60% [ações] 40% [renda fixa]", diz, referindo-se ao mix tradicional do americano. "A parte de renda fixa oferece uma oportunidade grande nos Estados Unidos por causa do ciclo de queda de juros."

Não significa que o Brasil deixou de ter boas alternativas de alocação, ressalva Gonzales. "Estamos confiantes com a economia, há muito valor nos negócios dos clientes aqui inseridos, o que a gente defende é a diversificação", diz. "O cliente com patrimônio mais elevado tem que pensar na riqueza dele em termos globais, em moeda forte, em como preserva para a próxima geração."

Mesmo quando repensa a carteira, não é incomum o investidor ser atraído para títulos de dívida no exterior emitidos por companhias brasileiras. Até vale carregar algo porque tem prêmio para comprar lá fora, mas o papel do banco é alertar para a diversificação de fato, continua Gonzales. Fleury diz que nas suas recomendações o Citi tem dado maior peso à classe dos investimentos alternativos, entre fundos de "private equity", que compram participações em empresas, ou estruturas de crédito, fora dos mercados listados.

> "O cliente com patrimônio mais elevado tem que pensar na riqueza em termos globais, em moeda forte"
> *Antonio Gonzales*

Globalmente, a área de gestão de riqueza do Citi reúne cerca de US$ 1 trilhão, segundo Fleury, mas a instituição não quebra os valores por região ou país.

O fato é que entre os grupos estrangeiros que atuam no Brasil, o UBS virou protagonista nesta área ao adquirir as operações globais do Credit Suisse, até então a franquia internacional mais bem-sucedida no Brasil, ano passado. Em março, Iqbal Khan, atual copresidente da divisão global de gestão de patrimônio do UBS, disse ao **Valor** que na América Latina havia US$ 255 bilhões em recursos de clientes de alto patrimônio, sendo o Brasil o mercado mais relevante do bloco.

Independentemente do porte e capacidade da concorrência, Gonzalez diz que o Citi é um banco com "DNA global de verdade", não é um grupo que atua como satélite nas operações fora do mercado de origem. "O resto do mundo é tão relevante para o banco quanto os Estados Unidos, este é o diferencial em relação a outras casas." O grupo americano tem presença em 90 países, 20 na América Latina.

Fleury afirma que a combinação de banco comercial com a área de grandes empresas e o private banking permitem atender o cliente brasileiro em toda a sua jornada, desde a captação de uma companhia novata de um herdeiro via dívida, ações ou uma operação de fusões e aquisições, até a gestão de patrimônio.

Com uma transferência estimada em US$ 70 trilhões na próxima década para os "millenials" (os nascidos entre 1980 e início dos anos 2000) — conforme enfatizou Ida Liu, chefe global do Citi Private Bank, em entrevista ao **Valor** em março —, o grupo está de olho no perfil dos herdeiros à frente dos negócios e fortunas. As novas tecnologias, a inteligência artificial, também contribuem para aumentar a geração de riqueza nos próximos anos, diz Fleury. "Quando conversa com eles, a gente percebe que as demandas das novas gerações são diferentes daquelas dos patriarcas e empresários. A gente tem que entender e adequar a nossa oferta de soluções."

GABRIEL REIS/VALOR

Gonzales e Fleury, do Citi: disposição mais estrutural para compor carteiras com 'offshore'

JiveMauá capta R$ 437,5 milhões em fundo de infra na B3

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Serhan e Fonseca: fundo, que levantou R$ 437,5 milhões, vai atuar com emissores de segunda e terceira linhas

Liane Thedim
Do Rio

A JiveMauá encerrou ontem a captação de seu primeiro fundo de infraestrutura listado na B3, o BossaNova FIC FI-Infra. A gestora levantou R$ 437,5 milhões, sendo que a demanda ficou acima de R$ 450 milhões, o que fez a oferta pública inicial ser a maior entre as coordenadas pela XP no segmento desde 2000. No total, o fundo terá 11,5 mil cotistas.

O diferencial do fundo é o perfil dos emissores que comporão a carteira. Segundo Samer Serhan, sócio responsável pela área de crédito privado da JiveMauá, o foco será em projetos fora dos grandes centros, de empresas de porte médio. "Rodovias menores, terminais portuários, geração de energia fora do sistema integrado e projetos de empresários que não têm acesso a grandes coordenadores, por exemplo", explica.

O executivo calcula que o nicho pague prêmios de 4% a 6% acima da NTN-B (que rende em torno de IPCA mais 6,5%), enquanto emissores com nota de crédito triplo A estão com esse spread próximo a zero. Mas ele ressalta que não necessariamente há mais risco. Em muitos casos, afirma, a empresa não tem os processos adequados às exigências dos bancos ou precisa ajustar as contas para ter acesso ao mercado de capitais.

De acordo com o sócio da JiveMauá, grandes emissores acabam sendo alvo da confiança geral do mercado, enquanto nestes casos a gestora vai a fundo na avaliação da empresa. "Nós fazemos a diligência, mostramos os acertos a serem feitos e deixamos a companhia pronta para emitir, com amarras contratuais e garantias, na média, superiores às exigidas de emissores frequentes", diz Serhan.

Em um cenário de estresse de crédito, acrescenta, isso faz com que as operações tenham um valor recuperável maior. "Vamos atuar na segunda e na terceira linhas." O objetivo do fundo é atingir uma rentabilidade de CDI mais 2% a 3%, isenta de Imposto de Renda.

O novo FI-infra tem perfil parecido com o fundo aberto Jive BossaNova, criado em 2022, voltado a investidores qualificados e que tem liquidez em 360 dias após o pedido de saque. No ano até julho, a carteira rende 7,55% ante um CDI de 6,18%. São de 35 a 50 emissores diferentes no fundo, com papéis originados pela gestora. "Era um segmento em que já atuávamos, por isso temos várias operações mapeadas para o novo fundo", comenta Serhan.

Diego Fonseca, diretor financeiro e de operações da JiveMauá, diz que a ideia da oferta inicial robusta era que o fundo tivesse relevância para ter liquidez adequada na B3, por isso o lançamento agora, em que há forte demanda de investidores por produtos isentos. "Vemos apetite do varejo via plataformas, de family offices, que agora buscam soluções de ativos isentos após a taxação dos fundos exclusivos fechados, e de investidores institucionais."

Novos bolsos no setor de infraestrutura

Palavra do gestor

Cristina Tamaso e Sofia Caccuri

Não é de hoje que o governo vem buscando alternativas para atrair a iniciativa privada para o investimento em infraestrutura. Historicamente, sempre dependemos muito do setor público para fomentar esses investimentos.

Para ser competitivo em termos de crescimento econômico, o Brasil deveria estar investindo pelo menos 4,31% do seu PIB anual em infraestrutura. Historicamente, nunca investimos mais do que 2,40% do PIB no setor, resultando em situações de gargalos de crescimento relevantes, principalmente nos setores de transportes/logística e saneamento, que têm impacto direto no "custo Brasil" e são setores que podem contribuir para a redução dos gases do efeito estufa.

As debêntures incentivadas lançadas em 2011 através da Lei 12.431 foram o primeiro movimento do governo nesse sentido. E foi o início de uma mudança estrutural relevante. Há 20 anos, o mercado de capitais participava financiando em torno de 10% do setor, hoje representa em torno de 40%.

Com a debênture incentivada o governo conseguiu aproximar do setor de infraestrutura principalmente o investidor pessoa física, uma vez que o instrumento tem isenção de imposto de renda nos rendimentos. Segundo dados da Anbima, até julho de 2024, as emissões desse tipo de debênture já superaram os R$ 83 bilhões, volume muito superior ao mesmo período do ano anterior.

Apesar de muito populares no mercado de capitais, as debêntures incentivadas não eram atrativas para investidores de grande porte como fundos de pensão, investidores institucionais, fundos de previdência abertos e seguradoras, criando uma limitação para que esses "bolsos" tão relevantes pudessem investir em infraestrutura.

Foi então que, de olho nesses investidores, no início de 2024 o governo sancionou a lei 14.801, e no final do mês de abril publicou decreto regulamentando e detalhando a nova lei.

Na nova debênture, quem se beneficia de isenção fiscal é o emissor e não o investidor. O instrumento permite que as sociedades emissoras do papel possam deduzir montante adicional de 30% dos juros pagos aos investidores, para efeitos de apuração do lucro líquido. A expectativa é que, com essa isenção, as empresas terão espaço para repassar parte do benefício para o investidor com emissões em taxas mais atrativas.

Apesar de conceitualmente bastante interessante para o setor de infraestrutura, ainda não foi emitido nenhum papel dentro da nova lei. Isso se deve basicamente a dúvidas do setor sobre pontos da lei e do decreto que não ficaram claros e que acabaram criando inseguranças no mercado. Dessa forma, o mercado está em compasso de espera de maiores definições e detalhamento por cada ministério e pela Receita Federal antes de iniciar emissões.

No mês de julho, o Ministério dos Transportes, em movimentação pioneira, publicou decreto detalhando as regras e procedimentos para essas emissões com os seguintes destaques: (i) dispensa de aprovação prévia para projetos de investimentos federais ou de titularidade de entes subnacionais que envolvam concessão; e (ii) inclusão expressa da outorga como despesa de capital.

Essa movimentação do Ministério dos Transportes é bastante positiva, trazendo maior flexibilidade e menos burocracia para as emissões e definindo claramente a outorga para o conceito de bem financiável. Acreditamos ser muito provável que os demais ministérios acompanhem esse movimento e devam publicar seus decretos em breve.

Após os decretos, para destravar efetivamente as emissões desse novo instrumento, um último ponto crucial precisa ser esclarecido em relação à aplicação prática do benefício fiscal previsto na lei 14.801. Para o mercado ainda não é claro qual parcela da remuneração aos debenturistas poderia ser efetivamente computada para fins de cálculo da exclusão adicional de 30% dos juros e quanto será aproveitado dessa exclusão adicional na formação de prejuízos fiscais para uso futuro.

A agilidade no detalhamento e definição das regras e operacionalização por parte de cada ministério será essencial para vermos a entrada efetiva desses novos investidores no setor de infraestrutura. O impacto disso certamente será benéfico para o setor e ajudará a destravar projetos relevantes para o desenvolvimento do país.

Cristina Tamaso é cogestora de infraestrutura da Valora

Sofia Caccuri é cogestora de infraestrutura da Valora
E-mail contato@valorainvest.com.br

Todos os tons da música

Sociedade Nas periferias e nas grandes orquestras, programas de formação e projetos criam maior diversidade no cenário clássico. Por *Amália Safatle*, para o Valor, de São Paulo

GABRIEL REIS/VALOR

Isaque Elias e Bárbara Blasques: ambos alunos do Guri, romperam barreiras socioeconômicas para entrar no caminho da profissionalização na música clássica

Pertencente a um grupo de trabalhadores de baixa renda e marginalizado pela sociedade, uma mulher é perseguida por um homem que não aceita o fim do relacionamento e se torna vítima de um feminicídio. A história seria contemporânea se não tivesse sido contada em 1875 pelo francês Georges Bizet, autor da ópera "Carmen". Transgressora dos valores patriarcais vigentes, dona de si e integrante de uma população apartada pela elite, a cigana Carmen será revivida em um espetáculo protagonizado só por artistas negros do Coletivo Ubuntu Brasileiro — nascido em 2020 para abrir espaços de atuação no canto lírico, historicamente destinado a elencos brancos.

Peça do projeto Ópera de Calça Jeans, "Carmen" estreia neste fim de semana em Taubaté (SP), com enredo ambientado na periferia e personagens trajando roupas do dia a dia. Um dos intuitos é aproximar o público e os artistas brasileiros de uma arte tida como elitizada, conta a mezzo-soprano Mere Oliveira. Negra e de origem periférica, ela faz parte da comissão diretora do Ubuntu com Michel de Souza, Edna D'Oliveira e Iberê Carvalho. O grupo trabalha em mais um projeto inscrito em edital, com objetivo de aumentar a quantidade de compositores negros de ópera — que não passam de 5% no Brasil, segundo estimativa da cantora e publicitária de formação.

Mas não há censo que quantifique a atuação profissional de negros, pretos e pardos na música clássica do Brasil. A observação empírica é de que as principais orquestras e óperas continuam muito brancas e masculinas, embora milhares de crianças e jovens de baixa renda, das mais diversas origens, sejam a maioria em programas de formação musical existentes há décadas, muitos de cunho social para atender a populações vulnerabilizadas.

"As orquestras e os grupos artísticos são de uma branquitude absoluta. Se você vê essa quantidade de projetos sociais e quantas pessoas negras chegam às orquestras de excelência, é algo muito díspar. Isso para mim é perturbador", afirma Alessandra Costa, diretora-executiva da organização social Sustenidos, responsável pela gestão do Conservatório de Tatuí e do Complexo do Theatro Municipal de São Paulo.

Para Costa, o problema está nas condições que as pessoas de baixa renda têm para concorrer — mesmo atrás dos biombos, onde passam por testes, sem que o avaliador veja gênero ou raça. Embora tenham conseguido ingressar em algum projeto social de formação musical, existe um contexto familiar e socioeconômico no qual é preciso trabalhar em outras atividades para ganhar a vida. Há, por exemplo, dificuldade de pagar cursos extras de aperfeiçoamento, adquisição de instrumentos musicais caros, sem falar na barreira da língua estrangeira para atuação no exterior.

"Fazer testes atrás dos biombos seria uma forma de o mérito vir à frente. Mas esse mérito foi dado a quem pode estudar desde pequeno nos conservatórios. E essas pessoas são majoritariamente brancas e de classe média", diz Oliveira, do Ubuntu, que estudou música graças à ajuda de R$ 300 por mês doados por uma senhora. Segundo a mezzo-soprano, a cor e o cabelo acabam saltando à frente. "Já ouvimos de diretores artísticos falas como: 'A pele dela até que é clara, mas o que a gente faz com esse cabelo?' ou 'O compositor escreveu essa ópera para uma mocinha branca italiana, ela não pode ser preta'. Ora, nós estamos fazendo arte, use a sua criatividade!"

"Esta é uma competição desequilibrada de saída", afirma Costa. "Daí a necessidade de projetos que apoiem a formação continuada, para que, de fato, a técnica dessas pessoas se equipare [à das classes mais favorecidas]." Enquanto a desigualdade persistir, Costa defende ações afirmativas, como o prêmio Joaquina Lapinha de canto lírico, voltado para minorias. Por meio da premiação, é garantida a participação na temporada do Theatro Municipal de São Paulo e também no Conservatório de Tatuí, por meio de uma reserva de vagas para alunos de escolas públicas, pretos, pardos, indígenas e LGBTQIAP+, desde que atinjam uma nota mínima.

Nada disso foi implementado sem enfrentar resistência. "Ouvimos bastante o discurso da excelência, ou seja, de que tem que entrar o melhor. Na ouvidoria, recebemos mensagens de que praticamos racismo reverso contra os brancos. Mas essa resistência vem caindo. E não dá para exigir que as pessoas mudem o pensamento delas automaticamente, porque foram formadas e doutrinadas de outro jeito", diz Costa. Para rebater, ela tem o argumento das cotas em universidades públicas, implantadas há dez anos, com resultados positivos comprovados por estudos.

"Em nosso caso, o maior desafio é o de gênero", afirma Paulo Zuben, diretor-executivo da Santa Marcelina Cultura, organização social responsável pela gestão do programa Guri na capital e região metropolitana de São Paulo, da Escola de Música do Estado de São Paulo - Tom Jobim (Emesp) e do Theatro São Pedro. O programa Guri tem hoje 100 mil alunos, 2 mil colaboradores celetistas e já atendeu 1 milhão de crianças e adolescentes desde que foi criado em 1995, na época como uma política pública do governo Mário Covas.

Narayani Freitas, coordenadora pedagógica do Guri, relata que a participação das meninas nas aulas começa em 50%. Na medida em que vão se tornando jovens, cai para 35% quando se chega à Emesp e depois 20% em orquestras profissionais. Por mais que a Emesp tenha programas específicos para reter as alunas, elas acabam abandonando o curso para dar conta de tarefas domésticas, além de sofrerem restrições para estudar aos sábados e participar de viagens, principalmente se forem evangélicas.

"São situações em que a mulher já não tem tanta autonomia", diz a coordenadora. Uma das ações para reter talentos femininos é a inspiração pelo exemplo: a maestra americana Marin Alsop, uma das principais lideranças femininas na regência no mundo, recentemente visitou a Emesp para conversar com alunas e alunos.

Na Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, a Osesp, uma das principais do país, 7 dos 105 músicos se declaram pardos ou pretos e 4 amarelos, enquanto as mulheres são 29 do total. O diretor-executivo Marcelo Lopes admite a desigualdade e a atribui a alguns fatores: o "turnover" em orquestras é mais baixo do que em outras atividades da sociedade, como bancos, indústrias e setor público. Como a Osesp é o ponto alto da carreira da música de orquestra do país, quem está lá dificilmente sai, o que faz sua rotatividade ser ainda menor do que a das demais orquestras.

Além disso, a proposta de valor da Osesp é a excelência. "Sempre digo que uma orquestra que toca 99% afinada é uma orquestra desafinada. A pessoa que está atrás do biombo precisa ser absolutamente afinada e ter total controle do seu instrumento e do ritmo. Só depois disso ela pode pensar em entrar na Osesp", diz Lopes.

Ele vê duas soluções para aumentar a inclusão: a sociedade investir mais em programas de treinamento de excelência, o que ele diz já estar acontecendo, e abrir vagas por meio da criação de orquestras Brasil afora. São Paulo, segundo ele, comporta novas orquestras no litoral e interior, da mesma forma que outros estados, como Santa Catarina, poderiam abrir as suas, enquanto as de Goiás poderiam aprimorar sua estrutura. "O país tem condição de ter mais orquestras. Há pouco mais de 20, e a disparidade entre elas é muito grande."

Ele vê a próxima geração da Osesp muito mais diversa e representativa do povo brasileiro que a atual, justamente devido aos programas sociais de formação de pessoas de baixa renda. "Estudantes de música, hoje mais do que sempre, não costumam ser pessoas ricas. Não há estudante de violino dos Jardins [bairro nobre paulistano] — e digo infelizmente, porque esse estudante abastado teria mais afeição e educação para as artes, e assim poderia dar mais suporte e decidir sobre patrocínios e o financiamento."

O Festival de Inverno de Campos de Jordão — um rito de passagem dos músicos que alcançam as orquestras sinfônicas profissionais — é, segundo Lopes, um indicador da transformação que vem por aí. "Neste ano, fiquei realmente satisfeito ao ver pela primeira vez uma orquestra que tem, um pouco, o extrato da demografia do nosso país", afirma.

O aumento da diversidade, segundo ele, reverte-se em ganho para a própria música clássica. "Vivemos realidades sociais e históricas muito diferentes. Isso nos dá um acento e uma visão muito própria dos compositores [europeus]. Além disso, ninguém vai interpretar tão bem compositores brasileiros como Villa-Lobos ou Camargo Guarnieri", diz o diretor da Osesp.

Com a falta de vagas, Zuben, da Santa Marcelina, avalia que existe um represamento, mas a mudança vai acontecer mais cedo ou mais tarde. "Uma hora a barragem se rompe. Ainda está faltando mais espaço, mas se você for criar uma orquestra de jovens hoje, ela será necessariamente muito mais diversa do que as atuais", diz.

Ele pondera que o trabalho de formação, contudo, não visa apenas o 1% que atinge o topo da pirâmide das orquestras, mas os 99% de um público que vive as transformações promovidas pela aprendizagem da música. Tudo começa com o melhor desempenho cognitivo do aluno e a maior habilidade em trabalhar em equipe, desenvolvendo escuta, disciplina, atenção e foco, porque é essencialmente um trabalho em grupo.

"A gente fala muito do esporte, mas não há nenhuma modalidade com mais de 15 atletas jogando juntos. Já uma orquestra tem quase 100 pessoas 'jogando' ao mesmo tempo", diz Zuben, que vê a educação musical como um instrumen-

INÊS 249

“A competição é desequilibrada de saída. Daí a necessidade de projetos que apoiem a formação continuada”
Alessandra Costa

DIVULGAÇÃO

Edilson Ventureli, diretor do Baccarelli, em frente às obras da sala de concertos em Heliópolis

to de transformação social. “Na hora em que os alunos e suas famílias se sentem pertencentes a espaços como a Sala São Paulo e o Theatro São Pedro, passam a acreditar que podem estar em qualquer lugar. Já tem aí uma mudança de chave.”

Que o digam os jovens Bárbara Blasques e Isaque Elias, moradores de regiões periféricas da Grande São Paulo — ela na zona leste e ele em Caieiras. Ambos alunos do Guri, romperam barreiras socioeconômicas de gênero e de raça para entrar no caminho da profissionalização na música clássica e alçar espaços até então inimagináveis.

Blasques, formada em música pela Universidade de São Paulo, é professora de voz e do coral juvenil no Guri, enquanto Elias é chefe do naipe de trompas no Theatro São Pedro. “Tem sido uma experiência linda tocar em palcos na França, Holanda e Estados Unidos, que antes a gente só via pela internet”, diz Elias, a primeira pessoa da família a viajar para o exterior. Depois de quase desistir da profissão devido a pressões financeiras, ele obteve estímulo de professores e conseguiu provar que era possível obter renda da música, passando, então a ter um apoio incondicional da família.

Para Blasques, foi a morte do pai que a levou a buscar maior profissionalização, a fim de aumentar os rendimentos. Mas o ganho que a música trouxe, segundo ela, foi ainda maior: “Pude sentir que sou capaz de criar, fazer algo no mundo e propor reflexões. Isso é uma herança muito grande da música — para mim, a maior delas”, diz ela, embora ainda se queixe de machismo.

Blasques descobriu o interesse pela música experimental e relata obstáculos ao atuar com trabalhos que requerem invenção e criação: “Ser professora e trabalhar com coral é um papel mais aceito para as mulheres, mas não o de pesquisa e experimentação”. Um saldo positivo de sua trajetória, diz, é ter conseguido aumentar o interesse da família pela arte e pela música, especialmente da mãe, dona de casa, que se tornou consumidora assídua de cultura.

O engajamento da família é um aspecto que conta pontos na avaliação do retorno social do investimento, medida pela metodologia SROI (Social Return on Investment), criada pela organização britânica Social Value. “Trata-se de uma análise de custo-benefício da iniciativa social”, explica Paula Fabiani, CEO do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis), organização certificada para aplicar a metodologia no Brasil.

Ela explica que, por prestar assistência à família dos alunos, o Guri se destaca entre os programas de formação musical, com nota de 6,53. Ou seja, a cada R$ 1 real investido, R$ 6,53 retornam na forma de impacto positivo para a sociedade, considerando o período de 2016 a 2018, quando o investimento total realizado pela Santa Marcelina Cultura foi de R$ 82 milhões. A nota da Emesp é de 2,27 porque, segundo Fabiani, o retorno é maior para o indivíduo e sua formação profissional.

Outra iniciativa em busca da profissionalização musical e desenvolvimento de talentos de pessoas de escolas públicas, mas ainda sem a medição de retorno social, vem da Escola de Música do Parque Ibirapuera e sua Orquestra Furiosa, que passou a ser gerida pela Urbia, empresa concessionária do parque. “A escola era um projeto assistencialista. Depois que assumimos, buscamos transformá-la em projeto social, que tem por objetivo formar músicos capazes de disputar o mercado e enriquecer a música brasileira”, diz Roberto Capobianco, presidente da Urbia.

Os achados na aplicação da metodologia podem ajustar a iniciativa para obter maiores retornos. No caso da Emesp, conta Fabiani, foi identificado que promover apresentações artísticas, nem que fosse apenas para familiares, aumentava o impacto social, por exigir trabalho em cooperação, o que tende a formar cidadãos mais aptos para a convivência em sociedade.

O desenvolvimento profissional e humano proporcionado pela música é capaz de promover transformações ainda mais profundas quando atingem um território. É no que aposta Carlos Eduardo Prazeres, fundador e diretor-executivo da Orquestra Maré do Amanhã, no Complexo da Maré, Rio, onde moram cerca de 140 mil pessoas.

O projeto, que começou em 2010 com 24 crianças e hoje impacta cerca de 4 mil, foi uma resposta do jornalista ao assassinato de seu pai, o maestro Armando Prazeres. Ele nutria o sonho de levar música clássica para as favelas e foi morto possivelmente por moradores do complexo.

GABRIEL REIS/AE

Paulo Zuben, diretor-executivo da Santa Marcelina Cultura, vê a educação musical como um instrumento de transformação social

Daí veio a motivação de fazer do ensino de música um projeto de transformação social, e isso tinha de ser feito na Maré. “Se ali um sonho se encerrou, ali a gente faria o sonho renascer”, diz. “Definimos desde o princípio que não éramos nós que iríamos transformar a Maré, porque não moramos lá. Teríamos de fazer com que as crianças começassem a mudar o complexo onde vivem.” Em dez anos, elas perderam três anos de aula por conta de operações policiais na Maré.

“Toda criança quer ser reconhecida e respeitada. E quando ela nasce na favela, descobre que quem é respeitado e reconhecido é o traficante”, conta Prazeres, que se orgulha de ter conseguido levar a orquestra a programas de TV, ao Vaticano e ser recebida pelo papa Francisco.

Formada por 85% de pessoas pretas e pardas, a orquestra vai começar a medir seu SROI. Dos 24 alunos do começo, 10 chegaram ao ensino superior, e Prazeres está ansioso para saber o que acontecerá daqui a alguns anos com as 4 mil crianças atendidas pelo programa, e também com o território onde vivem.

Na maior favela da cidade de São Paulo, Heliópolis, Edilson Ventureli assumiu um compromisso com as crianças e jovens do Instituto Baccarelli, do qual é diretor-executivo. No dia 17 de dezembro, pretende abrir as portas do que, segundo ele, será a primeira sala de concertos em território de favela no Brasil.

DIVULGAÇÃO

A mezzo-soprano Mere Oliveira na montagem da ópera “Carmen”

A sala de concertos é um projeto de 2005, mas que Ventureli retomou e estabeleceu prazo para enfim sair do papel. A data não é por acaso: em dezembro, o maestro Isaac Karabtchevsky, diretor-artístico do Baccarelli e regente titular da Orquestra Sinfônica Heliópolis, completará 90 anos. Quem compara o esqueleto de andaimes com o croqui da sala pronta pergunta-se se será possível cumprir o prazo, ainda mais faltando captar R$ 8 milhões para finalizar a obra, via Lei Rouanet. “Não vai dar certo, gente: já deu!”, afirma Ventureli.

Ele está acostumado a desafios. Nascido em família humilde, começou a tocar música aos 5 anos e aos 18 já era maestro preparador do Coral Baccarelli, que assumiu uma função social em 1996, transformando-se no instituto. Hoje, o Baccarelli atua na formação musical de 1.420 crianças e jovens em situação de vulnerabilidade e fornece 10 mil refeições mensalmente.

A cada R$ 1 investido pelo Baccarelli, retornam R$ 3,49 em benefícios para a sociedade, segundo a metodologia SROI aplicada nos anos de 2021 e 2022. A operação em Heliópolis, incluindo o restaurante, custa ao ano R$ 16 milhões ao ano, captados via leis de incentivo, doações e patrocínios. A construção do teatro, portanto, demanda um esforço extra de captação.

Mas Ventureli acredita que ter um teatro próprio faz toda a diferença em um território. “O teatro não será do instituto, será das 220 mil pessoas que moram em Heliópolis, não têm um lugar de entretenimento e vão passar a ter — vendo seus filhos no palco, ao lado dos seus vizinhos. Eu sou músico e sei o quanto o palco é transformador. Se uma criança se apresenta aqui e é aplaudida, ela recupera a capacidade de sonhar e percebe que pode ser o que quiser na vida.”

A ideia é que as atividades no teatro estimulem a capacitação profissional em diferentes áreas da economia criativa, como streaming, engenharia de som e de vídeo e técnica de orquestra, aproveitando os alunos do Baccarelli, que já têm o ouvido treinado. Outra expectativa é atrair apresentações de grandes nomes do Brasil e também receber atividades de empresas. “É melhor fazer um evento de ESG no teatro do shopping mais ‘chiquetoso’ que tem nos Jardins ou no teatro em um território de favela? Onde haverá mais impacto social?”

Ventureli diz que o teatro, assim como as atuais instalações do instituto, buscam a maior qualidade técnica possível, seguindo o preceito do maestro venezuelano José Antônio Abreu (1939-2018), criador do El Sistema, de oferecer mais e melhor para quem tem menos.

Criado em 1975, o El Sistema é um modelo de educação musical pautado na inclusão, adotado por programas sociais no Brasil e mundo afora, tendo já profissionalizado alunos de baixa renda com excelência musical, como o maestro Gustavo Dudamel.

Os Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia, mais conhecido como Neojiba, também se inspiraram no modelo venezuelano para formar cerca de 30 mil crianças, adolescentes e jovens em toda o estado desde 2007, pelas mãos do maestro Ricardo Castro.

A prática, segundo ele, usa uma metodologia muito simples: coloca o aluno para tocar mesmo que ainda não tenha aprendido o instrumento ou saiba ler a partitura. “Usamos a mesma forma de quando uma criança começa a falar: ela aprende por imitação, ouvindo os outros. Como a música também é linguagem, fazemos a mesma coisa, de forma coletiva e com frequência diária. Funciona”, diz Castro.

“Mais do que inclusão social, o Neojiba fala em integração social”, afirma Castro. “Não se trata de um programa voltado somente para atender crianças que vêm de uma favela. Uma criança de classe média na Bahia pode fazer parte do Neojiba, porque acreditamos na mistura”, diz.

“Todos, até os surdos, podem entrar no Neojiba. Se alguém da Faria Lima [representação da população de alta renda em São Paulo] batesse na nossa porta, poderia entrar, e o programa seria gratuito para ele também. É que as vulnerabilidades não estão só na baixa renda, estão em todas as classes sociais, porque não são só financeiras. E as pessoas de classe alta com vulnerabilidades são as mais perigosas da nossa sociedade, pois detêm um poder maior de fazer coisas erradas”, diz Castro.

Em relação à busca de maior diversidade no mundo profissional da música, o maestro acredita que é questão de tempo para isso se efetivar, considerando que a sociedade civil passou a se mobilizar em prol dessa causa apenas mais recentemente. “Mas a gente precisa acelerar sempre, porque as forças contrárias tentam o tempo todo impedir esse movimento.” ■

DIVULGAÇÃO

Imagem de simulação do projeto do Teatro Baccareli

O pai dos símbolos da Olimpíada de Paris

Design Tocha e a pira 'voadora' criados por Mathieu Lehanneur são cotados para ficar de vez na capital. Por *Daniela Fernandes*, para o Valor, de Paris

FELIPE RIBON/DIVULGAÇÃO

O efeito visual da pira sem combustão foi tão perfeito que até os bombeiros, nos testes, se alarmaram, conta Mathieu Lehanneur

O designer francês Mathieu Lehanneur aprecia os desafios. Mesmo que seja preciso entrar em contato com inúmeros sopradores de vidro — que usam antigas técnicas artesanais quando criam produtos para as grandes marcas de cristais francesas — até encontrar um que aceite a difícil tarefa de desenvolver pés em vidro para sustentar pesadas estruturas em mármore de mesas e outros móveis.

Suas criações mais recentes, vistas por todo o planeta, são a tocha e a pira "voadora" da Olimpíada de Paris, grandes símbolos do evento e que funcionam com eletricidade e água. O efeito visual da pira sem combustão é tão perfeito que até os bombeiros, nos testes, pensaram avistar um objeto em chamas no céu e foram correndo ao local, relembra sorrindo Lehanneur.

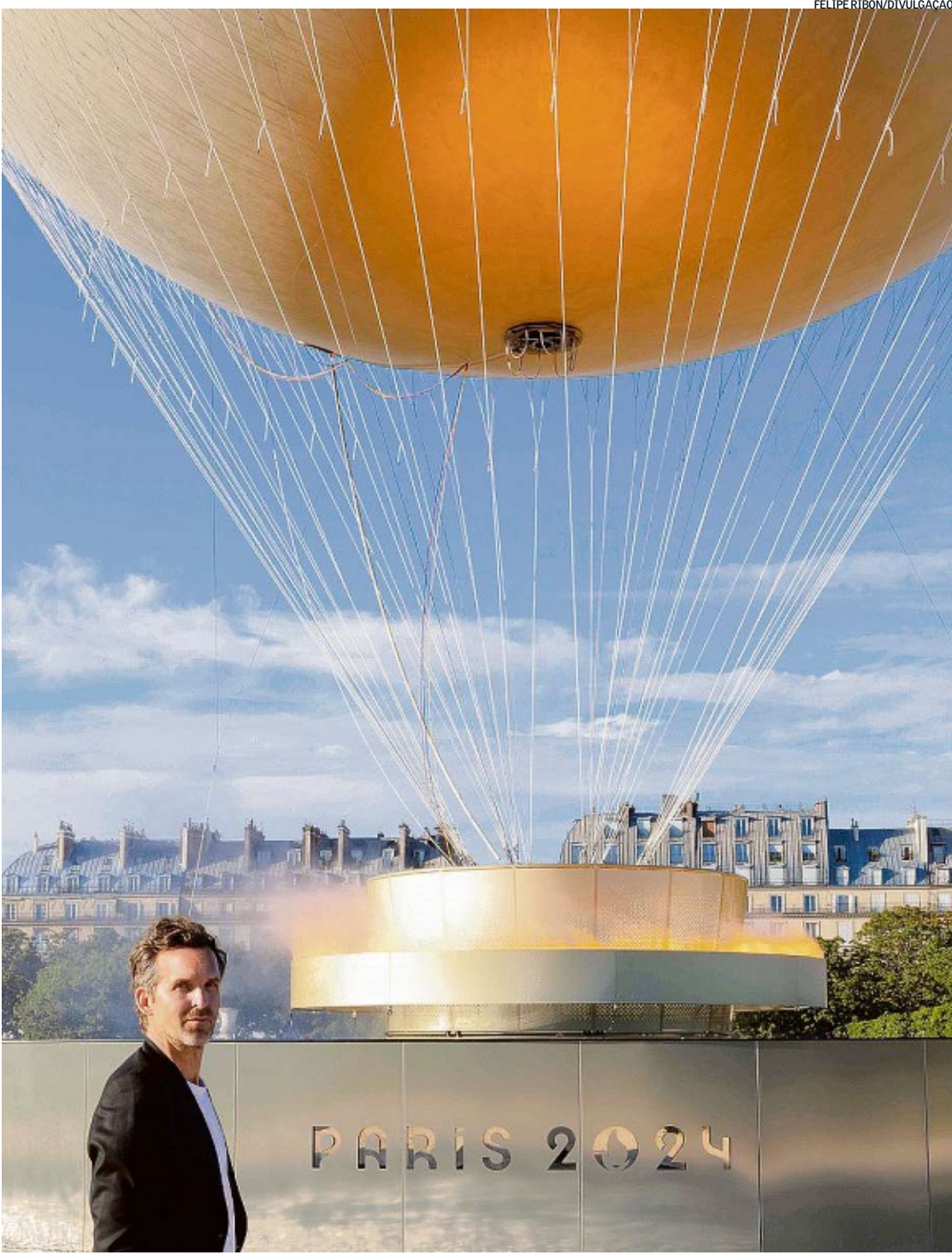
Todas as noites até o dia 7 (sábado), véspera do encerramento dos Jogos Paralímpicos, o balão sobe aos ares no Jardim des Tuilleries, garantindo um espetáculo que atrai multidões. O sucesso é tanto que já há petições para que a pira seja instalada de maneira permanente na cidade.

Sentimento de missão cumprida para Lehanneur. Ele diz que seu objetivo principal é despertar, com suas obras, percepções no espírito e na memória das pessoas. "A meta jamais é unicamente a beleza e a funcionalidade de um objeto", diz. "É a experiência coletiva que me interessa e, ao mesmo tempo, o que cada um pode vivenciar."

Ele tem obras exibidas no MoMA, em Nova York; no Centro Georges Pompidou e no Museu das Artes Decorativas, em Paris. Em 2018, Lehanneur optou por criar a própria marca e trabalhar de maneira independente, o que elimina interferências na criação. "A melhor maneira de avançar foi suprimir progressivamente todos os intermediários que existem entre a ideia e sua realização."

Tudo é feito em seu estúdio em Ivry, nos arredores de Paris, batizado "Fábrica", inaugurado há um ano: da concepção, protótipos e montagem ao envio ao clientes, quase todos internacionais, o que inclui alguns brasileiros. "É como uma casa de alta costura, mas não estamos presos nem a calendários de desfiles, nem a tendências."

Para o designer, é importante controlar todo o processo produtivo. No local todo branco, com diversos móveis, luminárias e outras peças, há um espaço com amostras de diferentes materiais. Em uma das mesas estão diversas tochas olímpicas, algumas com marcas de fogo e de outros testes realizados, que incluíram jogar o objeto a vários metros de altura.

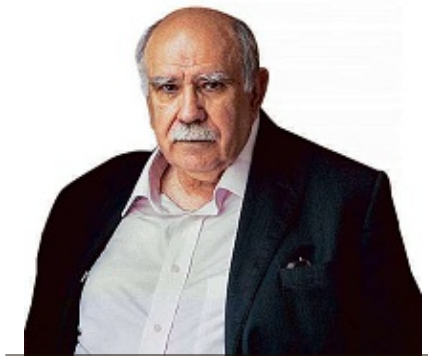
Os projetos do designer formado pela Escola Nacional de Criação Industrial da França e filho de engenheiro mesclam alta tecnologia, ciência, natureza e métodos artesanais ancestrais. Para criar grandes pratos de cerâmica esmaltada, algo que existe há milênios, ele usou imagens de satélite que fotografaram diferentes tons dos mares e oceanos do planeta para as cores das peças, exibidas em agosto no Denver Art Museum, nos EUA.

Lehanneur usa diferentes técnicas de fabricação e materiais variados, mas pouco plástico. Ele diz que às vezes seu trabalho pode ser visto como futurista, mas descarta essa imagem, que avalia como pretensiosa. "Meu trabalho se interessa pelo presente. No futuro, haverá outros designers e o mundo terá mudado." Temas como tendências de estilo não fazem sentido para ele — prefere dizer que suas criações têm um "espírito", referindo-se a sensações que um objeto pode provocar.

Seu campo de criação também é amplo e vai de um altar minimalista em mármore na igreja Saint-Hilaire do século XII, classificada como patrimônio mundial pela Unesco, a uma tela em forma de janela conectada a centros meteorológicos e que mostra o céu do dia seguinte em uma unidade para pacientes terminais em um hospital parisiense. Ou ainda um purificador de ar para casas desenvolvido com a Universidade Harvard. Boa parte da clientela é, no entanto, privada. Na abertura dos Jogos Olímpicos, em julho, ele transformou por uma noite a área com o icônico relógio do Museu d'Orsay em um quarto, um projeto para a Airbnb.

Sua primeira obra, um trabalho de conclusão de curso que elaborou um design funcional para remédios, entrou diretamente para o acervo do MoMA. Antibióticos são "descascados" como uma cebola para que o paciente tome até a data estipulada. Os laboratórios não levaram a ideia adiante até o momento, mas Lehanneur considera a possibilidade de sua empresa lançar o projeto. "Um dia poderemos fabricar medicamentos", diz ele, acrescentando que isso pode se estender a outros produtos, sem deixar o lado criativo e artístico.

O designer francês prevê abrir em breve um segundo showroom em Nova York, em uma cobertura, dobrando seu espaço na cidade. Lehanneur tem uma sócia mineira, Isabela Rennó Braga, CEO de sua empresa. Na última década, segundo ela, o faturamento foi multiplicado por 15, e o número de clientes, desde que ele criou a própria marca, sextuplicou. Agora, com a projeção planetária da Olimpíada, é provável que esses números continuem crescendo. ■

Coluna Social

Limitações da inteligência artificial

José de Souza Martins

Ela não supre a carência criada pelos descartes de talentos que provoca

A principal limitação do debate sobre inteligência artificial é a praticamente nenhuma referência à superioridade e à necessidade da inteligência tradicional. O desencontro entre a expansão das funções da inteligência artificial e a lentidão de adaptação dos seus descartados à modernidade que ela representa responde por um doloroso processo de exclusão social, que é anticapitalista e inimigo da empresa.

A inteligência artificial nasce e prospera para suprir, e não para substituir a inteligência natural e tradicional, para completá-la e ampliar o domínio do que é inteligente sobre o que é espontâneo. Foi Gramsci, pensador italiano vítima do fascismo, quem sublinhou a importância do bom senso do homem comum na realidade social.

A inteligência artificial se desenvolve para multiplicar os efeitos econômicos e sociais do conhecimento erudito. Porém, nos vários campos de sua aplicação, ela não supre a carência criada pelos descartes de talentos que provoca.

Tampouco a inteligência artificial pode criar instrumentos, técnicas e meios que se sobreponham à criatividade do repente, da improvisação, da intuição, do senso comum sensível às informações não codificadas dos meios artificiais de inteligência. Ela não pode vencer com prontidão o prejuízo inesperado decorrente das contradições econômicas e das irracionalidades sociais.

Do ponto de vista antropológico, a inteligência artificial não é inteligente. Ela não vem primeiro. É criatura da inteligência tradicional. Falta-lhe o principal elemento da cultura e da condição humana: o reconhecimento da necessidade, da legitimidade e da probabilidade do erro. O desafio da interpretação.

Nesse sentido, só o acerto, que é próprio da inteligência artificial, é um erro. Erro dominado e controlado pela inteligência artificial não é erro porque é erro previsto, insuficiente para que seja definido como erro, como ato não inteligente. O erro e o inesperado são partes integrantes da verdadeira cultura da descoberta e da invenção, do aperfeiçoamento. Onde não existem, não há criatividade.

CARVALL

Os simples, sujeitos da inteligência cotidiana, são a mediação de desafios que provocam a necessidade de saber. O antropólogo português Adolfo Coelho, em estudo primoroso, destacou que ser analfabeto não é o mesmo que ser ignorante. Coisa que aqui no Brasil temos dificuldade de compreender.

Trabalhei em fábrica quando era menino e adolescente. Achava que aquela maquinaria toda, complicada, era brinquedo de adulto e de engenheiro. Em parte criado na roça, na minha ingenuidade, via e intuía coisas que eram irrelevantes para os sábios da empresa, os engenheiros e técnicos.

Foi o que aconteceu quando o demônio "apareceu" para as operárias numa das seções da fábrica, num momento de reiterada produção defeituosa que eles não sabiam explicar. O imaginário delas continha explicações que o deles não continha.

Eu via, também, embora não compreendesse, que havia uma guerra de saberes entre dois poderes da fábrica, representados pelos antigos mestres, de um lado, e os engenheiros, de outro.

Roberto Simonsen, o fundador da empresa, formado pela Escola Politécnica de São Paulo, quando chegou o tempo de modernizar o processo produtivo, intuiu que, sem os velhos mestres, os novos engenheiros não conseguiriam fazer a empresa funcionar.

Fundador da Fiesp, ele era também fundador da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, onde lecionava história econômica do Brasil. Sabia que a ciência na produção tinha limites sem as ciências sociais, sem o diálogo investigativo com o conhecimento popular, com o senso comum, com a lógica e as regras do saber tradicional.

Enquanto a cultura empresarial da coexistência pacífica entre saberes desencontrados e de diferentes idades fosse acatada, a empresa continuaria produzindo lucros. No fundo Simonsen considerava os saberes dos simples um capital social, que estava à disposição da empresa gratuitamente.

Os filhos de Simonsen continuaram a tradição do pai. Mas uma nova geração da mesma família, em vez de assumir a direção da empresa, entendeu que assumiu o poder da empresa. Suprimiu a mediação da coexistência de saberes distanciados pela diferença de idades do conhecimento industrial.

O capital social da sabedoria antiga tinha sido descartado. Faltou o diálogo de saberes que corrigisse e equilibrasse as consequências irracionais do desenvolvimento econômico desigual. A empresa acabou fechada, depois de 80 anos de funcionamento, e demolida.

Apesar dos recursos da crescente disponibilidade de inteligência artificial e impessoal na indústria, ela criou uma espécie de orfandade do novo empresariado de senso comum pobre.

José de Souza Martins é sociólogo. Professor Emérito da Faculdade de Filosofia da USP. Professor da Cátedra Simón Bolivar, da Universidade de Cambridge, e fellow de Trinity Hall (1993-94). Pesquisador Emérito do CNPq. Membro da Academia Paulista de Letras. Entre outros livros, é autor de "Sociologia do desconhecimento - Ensaios sobre a incerteza do instante" (Editora Unesp, São Paulo, 2022). ■

Res Publica

Antipolítica pode minar a democracia

Fernando Luiz Abrucio

Diversos grupos e líderes abraçaram o discurso radical contra o sistema, sempre com o intuito de concentrar o poder em alguma forma de autocracia

Já houve época em que votar contra a classe política era uma forma de protesto bem-humorado. Foi assim em 1959, quando o rinoceronte Cacareco obteve quase 100 mil votos para vereador em São Paulo, ou com o Macaco Tião, que recebeu cerca de 400 mil votos na disputa para prefeito do Rio de Janeiro em 1988. Muitos outros tiveram sucesso no Legislativo bradando contra o sistema, como o deputado Tiririca e seu famoso lema: "Pior que tá não fica". Ainda há excentricidades concorrendo por todo o Brasil em 2024, mas a antipolítica agora mudou de face: seu objetivo maior não é só ridicularizar as instituições democráticas. É destruí-las para instaurar alguma forma de autoritarismo.

A antipolítica ganhou força em boa parte do mundo nos últimos anos, geralmente presente em candidatos e partidos ligados a um extremismo de direita. E na maior parte desses casos, o discurso antissistema tem como propósito principal minar a democracia. Trata-se de uma mudança tanto na oferta das lideranças políticas, como também na demanda de parcela importante da população.

Do lado da demanda, o descrédito e a falta de confiança no sistema político explicam parte desse apoio a radicais autoritários. É preciso que os políticos ditos tradicionais aumentem a legitimidade do sistema e tornem as políticas públicas mais efetivas frente às demandas dos diversos grupos sociais. Fundamental auscultar mais os sentimentos de vários segmentos da sociedade que se sentem abandonados e acreditam cada vez mais em soluções disruptivas.

Junto com o descrédito frente ao sistema vem um conjunto de preconceitos que produzem os "inimigos" que devem ser extirpados: imigrantes, defensores do aborto e da "ideologia de gênero", "comunistas antipatriotas" e aqueles que impedem o povo de ser "livre", entre os principais. As falhas dos políticos são evidentes, porém, há rachaduras em várias organizações da sociedade: escolas, igrejas, empresas, mídia e todos aqueles espaços em que os indivíduos se socializam e constroem seus valores têm sido incapazes de cultivar ideias democráticos em parcela importante da população. O trabalho para modificar esse ambiente extremista e autoritário não deverá se concentrar somente na política, e isso precisa ser dito e repetido por todos que desejam revigorar a democracia.

Um exemplo é revelador do espírito de nossa época: a falta de etiqueta que se espalha por lideranças políticas e seus seguidores não nasce no momento do voto. Ela é semeada cotidianamente em vários momentos em que as pessoas precisam conversar e ouvir outras com opiniões diferentes. Por que será que as falas grosseiras e agressivas, quando não flagrantemente preconceituosas, de Trump, Bolsonaro e Pablo Marçal cativam parte do eleitorado? A sensação é de que essa receptividade à violência radical dos modos e palavras é aceita em outros espaços sociais ou é até incentivada em outras arenas externas à política.

Mas a demanda não explica todo o fenômeno da antipolítica contemporânea. As lideranças políticas têm sempre um papel importante na dinâmica democrática. O fato é que diversos grupos e líderes abraçaram o discurso radical contra o sistema, propondo soluções por vezes mágicas e milagrosas, mas sempre com o intuito de concentrar o poder em alguma forma de autocracia. Gritam por liberdade, mas querem reduzir o pluralismo de ideias e controlar os indivíduos no campo dos costumes. Só é possível cercear a opinião e o comportamento dos outros nas esferas pública e privada neste grau se a democracia for jogada no lixo.

Vale lembrar que não bastam cidadãos crentes na democracia para que ela floresça; é fundamental também a existência de políticos democráticos que defendam a sobrevivência das instituições. A demanda não determina completamente a oferta na política, havendo um espaço bastante razoável de autonomia das lideranças e partidos para propor novas ideias e mexer com o comportamento do eleitorado. Exemplificando: a falta de confiança no sistema não necessariamente levaria ao predomínio de radicalismos de direita de cunho autoritário. Isso foi obra mais dos atores políticos do que dos eleitores.

No Brasil contemporâneo, o modelo antissistema com caráter autoritário é uma invenção do bolsonarismo. Esse discurso moldou a campanha de 2018 e mais ainda o governo de Jair Bolsonaro. É bem verdade que ele não foi reeleito, em boa medida por conta do seu fracasso em captar os grupos além dos seus seguidores, o que poderia representar, em tese, a fragilidade da extrema direita brasileira.

Em defesa da força do ex-presidente, normalmente se argumenta que Bolsonaro perdeu por uma pequena margem de votos. Contudo, esse não é o ponto mais importante. O mais relevante é que o bolsonarismo conseguiu três grandes feitos. O primeiro é continuar cativando e mobilizando constantemente cerca de um terço do eleitorado brasileiro. É uma minoria, mas quando engajada é capaz de influenciar o sistema político e limitar o poder de seus adversários.

Mais importante do que isso: conseguiu-se criar um modo de se fazer política, que multiplicou o ódio aos "inimigos", a prática do discurso violento e grosseiro e moldou um monte de lideranças bolsonaristas que agem praticamente sob o mesmo formato. Por fim, um partido tradicional, o PL do velho líder fisiológico Valdemar Costa Neto, foi cooptado para o movimento e se tornou o maior do país. O bolsonarismo ganhou a máquina e o dinheiro (muito dinheiro) para se manter forte na oposição ao governo Lula e poder atuar em cada rincão do país.

Criava-se assim a plataforma para uma grande força antipolítica e antidemocrática, influente e respeitada pelos adversários, especialmente pelo Centrão, que ora constrói alianças com os bolsonaristas para barganhar mais recursos do governo federal, ora se coliga com o bolsonarismo para não perder eleitores. Há, no entanto, uma contradição nesse jogo: o discurso antissistema pode se utilizar das instituições para ganhar poder, mas está condenado a traí-las. Não há como alimentar o radicalismo dos eleitores, prometer uma destruição completa da "velha política" e ficar até o fim comprometido com os valores democráticos, o respeito à lei e, sobretudo, com o restante dos políticos.

Pablo Marçal desnudou a viabilidade desse pacto permanecer por muito tempo. Esse é o ponto que tem sido menos falado sobre esse fenômeno midiático e eleitoral, cujo discurso é límpido: é preciso substituir todos os políticos e sua forma carcomida de atuar por uma maneira completamente nova e diferente, comandada por ele e outros atores antipolíticos pouco comprometidos com a democracia. A "cristianização" da candidatura do prefeito Ricardo Nunes que vários políticos bolsonaristas querem fazer, em nome de um apoio escondido ou explícito ao coach Marçal, no fundo é a rebelião contra a necessidade de se depender do Centrão e afins.

Nem é necessário que Marçal vença a eleição paulistana. Se ele mantiver o alvoroço atual até o final, quem sabe indo até o segundo turno, ficará claro para os bolsonaristas que a antipolítica pode adotar uma versão bem mais radical em relação ao sistema do que nas eleições de 2018 e 2022. Obviamente que se ele ganhar o pleito, aí então todo o bolsonarismo terá de se radicalizar muito rapidamente, e o fato é que Bolsonaro, ao aliar-se com Valdemar e estar na marca do pênalti do STF no ano que vem, talvez não tenha mais como monopolizar a liderança da extrema direita brasileira.

Mesmo que não tenha os resultados desejados na eleição municipal, está claro que a antipolítica multiplicará bastante o seu número de candidatos a todos os postos em 2026. O grupo político mais atingido por esse processo será o centro político, especialmente o chamado Centrão. Ele ficará espremido entre o lulismo — ainda comandado por um grande líder popular, com seu poder de ter a máquina federal e um eleitorado fiel de mais de um terço do país — e o "partido" do antissistema, herdeiro do bolsonarismo, mas que pode ir além dele ao evitar um acordo com a "velha política". Líderes como Nikolas Ferreira e Pablo Marçal, aliás, podem exercer melhor esse papel no futuro do que o pai fundador do movimento.

O risco maior está na forma como, paulatinamente, a antipolítica já está minando a democracia, antes que ela própria seja substituída por qualquer autoritarismo. Sem dúvida alguma é preciso combater os extremistas antissistema, mas também é fundamental melhorar a política democrática. Desde a redemocratização, nunca a classe política teve tantos privilégios e esteve tão insulada da sociedade civil. A desmoralização da política favorece o radicalismo do discurso ao estilo "que se vayan todos".

O governismo lulista, o Centrão e a parcela da sociedade que de fato representou a "Frente Ampla" precisariam pactuar uma nova forma de atuação para aumentar a confiança da sociedade no sistema e enfraquecer a antipolítica. Até porque o risco da ilusão momentânea é grande. Como no filme, o bandido Pinguim não ganha a eleição em Gotham City e em 2026 se evita a volta do radicalismo autoritário. Porém, por quanto tempo o vulcão extremista e autoritário vai ser contido? Pior, quanto já está custando à democracia a transformação do debate público num circo de horrores que permite gente ligada ao crime organizado se vender como o mocinho da história?

Fernando Abrucio, doutor em ciência política pela USP e professor da Fundação Getulio Vargas, escreve neste espaço quinzenalmente

E-mail: fabrucio@gmail.com

DANIEL CABALLERO

IA vai ajudar a dar match no amor on-line

Sociedade Objetivo é tornar mais eficiente a busca por romances, num momento de crise de fadiga dos aplicativos de encontros. Por *Stephanie Stacy*, do "Financial Times"

UNSPLASH

Reorientação de plataformas como Tinder, Hinge, Bumble e Grindr é uma reação a "fadiga"

As gigantes dos encontros on-line estão em uma corrida para criar "parceiros de paquera" alimentados por inteligência artificial (IA) que sejam capazes de orientar usuários da geração Z frustrados com esses aplicativos a criar cantadas melhores e iniciar romances.

Tinder, Hinge, Bumble e Grindr informam que estão construindo ou testando ferramentas de IA e chatbots assistentes para fazerem quase tudo na paquera on-line, desde gerar frases iniciais para quebrar o gelo até elaborar perfis individuais, incluindo feedbacks aos usuários sobre sua forma de flertar.

"A IA vai ajudar as pessoas a fazer melhores conexões", diz A. J. Balance, diretor de produtos da Grindr. "É aquele amigo de bar que te ajuda a chamar alguém para sair — mas no contexto virtual."

Essa reorientação das empresas para tentar oferecer conselhos e dicas sobre relacionamentos alimentados por IA ocorre em meio à "fadiga" com os aplicativos de namoro, em particular entre os usuários mais jovens, que continua a impactar as plataformas on-line de encontros. As empresas de namoro on-line apostam que o feedback e os conselhos personalizados dos chatbots de IA reconquistarão usuários decepcionados e os trarão de volta a seus produtos.

De acordo com Balance, o assistente chatbot da Grindr, chamado Grindr Wingman, contribuiria para a evitar esse cansaço ao ajudar os usuários a superar os "maiores pontos problemáticos" dos encontros on-line, o que inclui gerar sugestões de conversa com base nos perfis individuais dos usuários e no histórico de bate-papo.

Ele acrescentou que a IA poderia, em última análise, eliminar a parte árdua dos encontros on-line: "A ideia de um ajudante de paquera falar com outro, talvez para ver como seria sair num encontro ou para encontrar áreas de interesse comum, é algo que vale a pena explorar".

O Tinder, o produto que primeiro popularizou a ação de selecionar os perfis de possíveis pretendentes deslizando-os com o dedo para a esquerda ou a direita, também informou que pretende usar a IA "para ajudar os usuários ao longo de toda a jornada de namoro" dentro dos "próximos 12 meses".

A empresa já começou a usar, de forma limitada, uma ferramenta de IA para a construção de perfis, que foi idealizada para aliviar "o peso da seleção de fotos" e é capaz de analisar as fotos pessoais de um usuário e selecionar as melhores. O Bumble também informou que está desenvolvendo um recurso semelhante.

As iniciativas surgem em meio às dificuldades dos aplicativos de encontros on-line em atrair novos usuários. Em agosto, as ações do Bumble — que é dono do aplicativo homônimo de namoro com foco nas mulheres, avaliado em US$ 830 milhões —, do Badoo e do Fruitz, caíram mais de 25% depois de a empresa ter reduzido suas projeções de receita e reconhecido que a recente reformulação da marca ainda não trouxe uma retomada do crescimento no número de usuários.

Por sua vez, o Match Group, gigante de US$ 9,6 bilhões do setor de encontros, está sob pressão de investidores para promover uma reviravolta em seu maior produto, o Tinder, que chegou ao sétimo trimestre consecutivo de queda no número de assinantes pagantes, pelos dados disponíveis, de abril a junho.

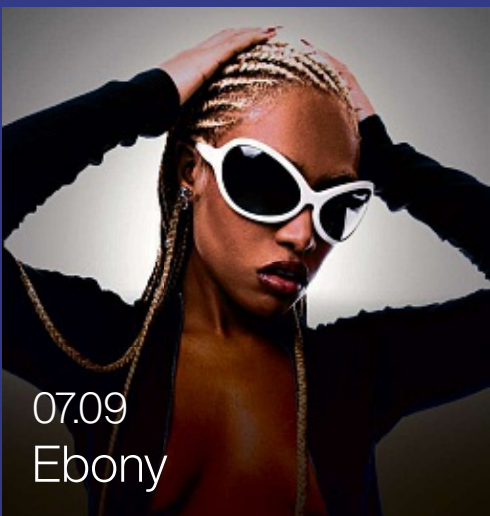
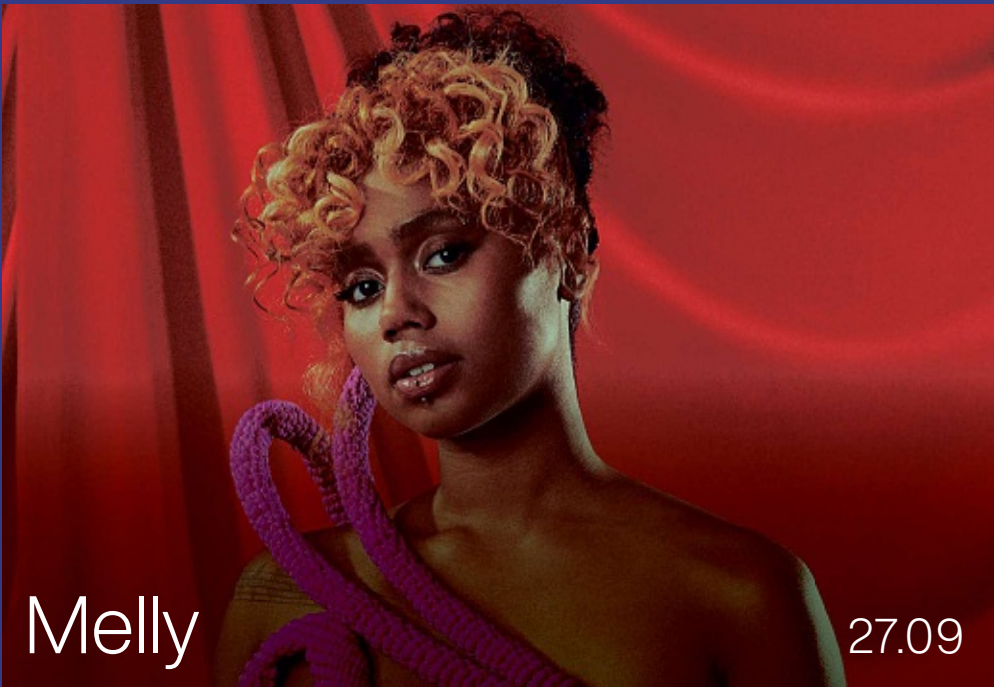
Em março, uma pesquisa da OnePoll revelou que mais de 75% dos usuários de aplicativos de namoro sentiram sinais de fadiga com esses produtos, 40% deles relatando repetidos fracassos em encontrar um par adequado.

O Hinge, outro grande produto do Match Group além do Tinder, informou que também busca como "objetivo final" fazer os usuários sentirem "como se tivessem um casamenteiro pessoal (guiado por IA) dentro do aplicativo".

O aplicativo especializado em relacionamentos, que continuou a crescer em meio à recente desaceleração do Tinder e do Bumble, foi o primeiro produto popular de namoro a colocar orientações para os usuários completarem em seus perfis, como "O modo de me conquistar é..." ou "Minha maior tolice é...".

O Hinge destacou que planeja lançar uma ferramenta de chatbot que oferece feedback gerado por IA sobre as respostas dos usuários às orientações características do aplicativo. O Match Group acrescentou que está investindo no recrutamento de talentos em IA como uma prioridade "divisora de águas" para seus principais produtos de encontros. Segundo a empresa, engenheiros da Hyperconnect, a plataforma social on-line sul-coreana que adquiriu em 2021, serão redirecionados para construir ferramentas de IA no Tinder e no Hinge.

De acordo com Balance, o Grindr está contratando especialistas em relacionamentos e saúde sexual para garantir que seu chatbot assistente forneça conselhos úteis aos usuários, enquanto a executiva-chefe do Bumble, Lidiane Jones, disse que o "suporte a conversas" da IA de sua empresa ajudaria os "clientes a ganhar confiança para serem suas melhores versões".

Alguns especialistas mostram ceticismo. "O objetivo final de tudo isso é fazer com o que o amor passe a ser uma atividade eficiente de emparelhar pessoas, em vez de uma jogada imprevisível do destino", diz Carolina Bandinelli, pesquisadora da Universidade de Warwick. "E não acho que isso seja possível." ***(Tradução de Sabino Ahumada)*** ■

À Mesa com o Valor
Ricardo Ohtake

Aos 81 anos, o caçula da família que marcou a cultura do país abre a casa-ateliê da mãe para visitação e usa a vasta experiência como gestor cultural para levantar as exposições do Instituto Tomie Ohtake. Por *Adriana Abujamra*, para o Valor, de São Paulo

Um faz-tudo criativo

O dirigente cultural e designer gráfico Ricardo Ohtake está há mais de duas décadas à frente do Instituto Tomie Ohtake, batizado em homenagem à sua mãe, a artista plástica japonesa naturalizada brasileira. O projeto arquitetônico é assinado por Ruy, seu irmão mais velho, e traz as formas sinuosas e cores vivas típicas da produção de Tomie.

"A Tomie desenha muito bem", diz o caçula, em seu tom de voz baixo. "E o Ruy é brilhante", acrescenta, orgulhoso. Durante praticamente toda nossa conversa, Ricardo refere-se à mãe e ao irmão usando os verbos no tempo presente, como se os dois ainda estivessem por perto. Tomie morreu em 2015, aos 101 anos, de parada cardíaca. Ruy partiu em 2021, aos 83 anos, em decorrência de um câncer de medula.

O centro cultural em Pinheiros, São Paulo, é composto de salas expositivas, oficinas educativas, um grande hall, loja, livraria e o restaurante Capim Santo, onde Ricardo Ohtake costuma almoçar. Senta sempre à mesma mesa, no fundo do salão, e pede a mesma bebida: chá gelado de erva cidreira com mel e limão. "Não tomo nada alcoólico; se tomo, fico vermelho, caio duro." Seu interesse etílico é estritamente artístico, vide a mostra sobre rótulos de cachaças.

Aos 81 anos, Ricardo mantém a forma sem pisar em academias. Exercício, diz, basta o sobe e desce de escadas por ali mesmo e as sessões de fisioterapia, as quais passou a frequentar depois de um tombo em casa. "Já está bom, né? Eu pesava 90 kg antes da pandemia. Perdi 20 porque tinha que comer em casa." Recentemente, contratou um motorista. "Eu não queria, mas dizem que estou velho, que dirijo mal e tomo muita multa, então tá."

Há cerca de seis meses, Ricardo deixou a presidência do instituto e passou a ocupar a chefia do conselho deliberativo, mas mantém praticamente a mesma rotina. Chega por volta das 11 da manhã e vai embora no fim da tarde, isso quando não emenda jantares. Anota os compromissos em uma agenda minúscula, confeccionada por ele.

Sua ampla sala no segundo piso é repleta de lembranças de viagens e fotos, uma delas ao lado da artista japonesa Yayoi Kusama — cuja exposição atraiu mais de meio milhão de pessoas. Tem também pilhas e pilhas de livros, revistas, papéis e outros tantos cacarecos inusitados, como as gravatinhas que seu finado cachorro ganhava após os banhos no pet shop. "Agora está melhor, mas era um amontoado com Ricardo lá no meio", entrega Martim Pelisson, o assessor de imprensa que nos acompanha.

Quando Ruy estava vivo, as pessoas costumavam confundi-los. Para não constrangê-las, o caçula posava para fotos sem desfazer o mal-entendido. Ainda hoje, muita gente troca o nome dos dois. Semelhanças à parte, vamos às diferenças.

Os irmãos dividiram o mesmo quarto minúsculo durante anos. A gaveta da mesa de cabeceira de Ruy era "minimalista", a de Ricardo era tão abarrotada que mal abria. "Hora de arrumar esse museu", dizia Tomie, em tom de troça.

Ambos cursaram a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, a FAU. Ricardo foi o primeiro colocado; já Ruy dizia ter sido o último da lista. "E meu irmão é bem mais objetivo do que eu em tudo. Na hora em que pega uma coisa para fazer, pega para valer, já eu...", diz, girando a palma da mão para cima e para baixo, "faço tudo meio assim, assim".

Tomie e Ruy focaram em suas áreas de atuação; Ricardo circulou por campos diversos. Dirigiu instituições robustas — como o Centro Cultural São Paulo, a Cinemateca Brasileira e o Museu da Imagem e do Som — e participou da política cultural — foi secretário de Cultura do Estado de São Paulo (1993-1995) e secretário do Verde e Meio Ambiente da Prefeitura de São Paulo (1998-2001).

A despeito das dificuldades inerentes à função, conseguiu concretizar medidas que lhe dão gosto — fez incontáveis exposições, organizou festivais de cinema e mostras de documentários, patrocinou concertos, criou e organizou uma série de livros, tornando-se figura de destaque no cenário cultural brasileiro.

O caçula dos Ohtake já mostrava a que veio no ensino médio. "Eu era metido, dava palpite em tudo", diz ele, que presidiu o grêmio estudantil, editou jornais e saiu às ruas para pichar e colar cartazes. Nessa época, participou de um seminário de dramaturgia para estudantes no Teatro de Arena, inaugurado nos anos 50, sob a batuta de Augusto Boal (1931-2009). Com o criador do Teatro do Oprimido, viu de perto a realidade brasileira: "Ele me introduziu ao marxismo". Na ocasião, um líder camponês aportou no Arena para denunciar os abusos praticados por fazendeiros que os mantinham em trabalhos análogos à escravidão. A história foi o mote para a criação de um texto dramático.

A ditadura militar (1964- 1985), que marcou sua passagem pela FAU, moldou seu olhar para a vida. Um de seus grandes amigos e colega de classe, Antonio Benetazzo, o Benê, foi morto pelos agentes de repressão. As memórias desse período voltaram à tona quando encontraram a vala de Perus, cemitério clandestino onde foram escondidas ossadas de vítimas da repressão. Coube a Ricardo desenhar o cartaz para a missa realizada na ocasião.

Anos depois, na efeméride dos 50 anos do golpe, ele projetou o monumento em homenagem aos mortos e desaparecidos erguido no Parque Ibirapuera e organizou no Instituto Tomie Ohtake uma exposição sobre o AI-5, ato que inaugurou a fase mais dura da repressão. O objetivo, diz, era promover um debate a respeito do preço que se paga pela retirada de direitos democráticos no imaginário cultural e social de um país.

Acostumado a trabalhar nos bastidores, Ricardo já brilhou na ribalta, mesmo que à sua revelia. Antes de contar a cena hilária, oferece bolinhos de aipim fumegantes. Audiência alimentada, passa aos fatos. Assim que assumiu o cargo de secretário de Cultura do Estado, em 1993, decidiu destinar verbas para finalizar as obras do Teatro Oficina, que se arrastavam por mais de dez anos.

Concluída a obra, foi convidado para a inauguração. Ao chegar lá, encontrou José Celso Martinez Corrêa (1937-2023) numa grande roda no meio da rua onde

Gabriel Reis/Valor

Cardápio

Almoço Casa Capim Santo, SP

Item	Qtd.	Valor
Salada de rosbife, rúcula e queijo	2	122,00
Kare de frango	1	67,00
Ravioli de tapioca com queijo	1	63,00
Fraldinha com biro biro	1	98,00
Bolinho de aipim	2	76,00
Chá gelado de capim	4	56,00
Água	2	16,00
Água com gás	2	16,00
Café	4	32,00
Subtotal		546,00
Serviço		**70,98**
Total		**616,98**

todos gritavam "evoé". Ao avistá-lo, o diretor o surpreendeu com a notícia de que ele faria parte do espetáculo. Sem mais detalhes, afastou-se e voltou à sacolejar e aos "evoés". Compenetrado, e um tanto perdido, Ricardo aguardou pacientemente o público se acomodar nas arquibancadas, até soar o terceiro sinal. Apagaram-se as luzes, silêncio absoluto. Seguindo à risca as diretrizes de um ator convocado para ciceroneá-lo, caminhou lentamente até o centro da arena, onde Zé Celso o aguardava. Depois de o enaltecer, Zé se dirigiu a um tanque de água, tirou de lá uma coroa de oliveiras e a colocou na cabeça do convidado, pedindo que fizesse um discurso.

Coroado, envergonhado e cada vez mais encharcado, "com aquele negócio pingando, pingando e pingando", o então secretário limpou a garganta enquanto caçava alguma ideia. Improvisou dizendo estar feliz por entregar o espaço "para a mais longeva companhia de teatro brasileira", agradeceu os aplausos, devolveu a coroa e deu no pé. Foi embora? "Não. Fiquei para assistir, mas sentei num cantinho bem escondido na plateia, vai que o Zé tira a minha roupa, está louco?", recorda, rindo à larga.

No meio do espetáculo, novo apuro. "Secretário, secretário?" Era Zé Celso o convocando novamente. "Secretário, você está aí?" repetiu o diretor. Ricardo permaneceu calado. "Cadê o secretário? Alguém viu o secretário?", insistiu. A plateia aderiu à busca em coro. "Secretário? Secretário?" Encolhido e imóvel, Ricardo conseguiu passar incólume. "Ninguém me achou." Finda a história, volta a nos alimentar, passando novamente a travessa com os bolinhos.

Suas habilidades de anfitrião foram desenvolvidas nos inúmeros almoços oferecidos na casa de Tomie, para receber convidados como a artista plástica e viúva de John Lennon, Yoko Ono; a rainha Elizabeth (1926-2022), o escritor José Saramago (1922-2010) e o poeta Haroldo de Campos (1929-2003). "Parte importante da minha formação cultural se deu em casa."

Tomie começou a pintar aos 40 anos. Para entender o início tardio da mãe nas artes, ele avisa: "Preciso contar primeiro outra história". Filha caçula de uma prole de seis, Tomie era a única menina entre varões. "No Japão a mulher é massacrada." A família dela, muito tradicional, não a incentivou com os estudos, priorizando prepará-la para o papel de mãe e dona de casa.

Aos 23 anos, a fim de fugir da sina, convenceu os pais a deixar Kyoto para visitar um irmão que morava no Brasil. Depois de 40 dias de viagem, desembarcou ao lado de outro irmão, designado a acompanhá-la. Algum tempo depois, quando estourou a guerra no Pacífico, ela não pôde voltar para o Japão, mas seu irmão sim. Morreu lutando.

O pai de Ricardo, o também japonês Ushio Ohtake, engenheiro agrônomo, imigrou porque achava que o Brasil tinha muitas terras a serem cultivadas, "embora ele mesmo nunca tenha pisado em uma plantação". Em São Paulo, os planos mudaram completamente, e ele foi trabalhar em um laboratório farmacêutico, cujo dono era o irmão que Tomie tinha vindo visitar.

Logo Tomie e Ushio se casaram e foram morar em uma casa geminada na Mooca. Seguindo os ditames tradicionais, ela se dedicou ao lar. "Mas Tomie detesta, não sabe nem fritar ovos." Não morreram de fome, brinca, porque tinham empregada. Para inserir os filhos na cultura do Brasil, a mãe não lhes ensinou a língua materna e evitava restringir o convívio à colônia japonesa. "Ela sempre quis que a gente fosse totalmente brasileiro", recorda.

Quando Ricardo tinha por volta de 10 anos, Keiya Sugano, pintor conterrâneo de passagem pelo Brasil, hospedou-se na casa dos Ohtake. Para retribuir, ofereceu algumas aulas de pintura para a anfitriã, assim como para outras mulheres que o acolheram. "Às vezes tinha modelo vivo. Eu espiava, depois ia brincar no quintal. Lembro que foram apenas umas cinco aulas", contabiliza o caçula.

No princípio, Tomie improvisou um ateliê na sala de jantar, mas a cada refeição era preciso recolher pincéis e tintas, limpar tudo. Decidiu, então, trabalhar na sala de visitas. Empurrou o sofá, se desfez de algumas peças e passou a pintar ali. Como a casa era pequena, não conseguia distância suficiente para analisar seus quadros, cada vez maiores. Era necessário ir para a rua para olhar sua pintura através da janela. Dez meses depois, Tomie já exibia telas no Museu de Arte de São Paulo (Masp).

> **"A cada exposição, a gente vai atrás de patrocínio. Se não fosse a Lei Rouanet (...) a gente não teria cultura"**
> *Ricardo Ohtake*

GABRIEL REIS/VALOR

Ricardo Ohtake no Instituto Tomie Ohtake, uma das poucas entidades sem fins lucrativos que não dependem de estatais ou de empresas específicas

ARQUIVO PESSOAL

Ricardo no colo da mãe, Tomie, ao lado do irmão, Ruy: ele segue usando verbos no tempo presente para se referir aos dois

ARQUIVO PESSOAL

Com a artista e cantora Yoko Ono: exercendo seu talento de anfitrião

Ushio, a essa altura, já tinha saído da empresa farmacêutica do cunhado para abrir um negócio próprio. Sem tino para empresário, passou a acumular dívidas. "Meu pai era péssimo businessman, só andava para trás, enquanto Tomie e Ruy, só pra frente." Um dia, seu pai acordou, fez as malas, avisou que ia resolver questões no Rio de Janeiro. Passaram-se um dia, dois, uma semana. Ruy, "sempre muito objetivo", foi o primeiro a constatar que o pai nunca mais daria as caras e, com Tomie, passou a levantar recursos para quitar o calote deixado de herança.

Para não dar trabalho e bancar os próprios gastos, o caçula foi trabalhar como office boy num escritório de arquitetura, mas nunca se sentiu desamparado, pois a vida toda contou com a proteção do irmão mais velho. "Ruy é muito bom irmão, sempre foi. Mesmo quando eu já tinha 50 anos, ele perguntava 'Oh, você está precisando de dinheiro?'. E quando eu ia viajar, me puxava para um canto e me dava dólares."

No final da década de 1960, os Ohtake se mudaram para o Campo Belo, numa casa assinada por Ruy. Ricardo saiu de lá quando se casou, mas voltou sete anos depois, ao se separar da primeira mulher. "Falei para o meu irmão: 'Vou ficar lá três meses', fiquei 40 anos", diz.

"Sou mais do lado da minha mãe. O Ruy é independente total." O caçula saiu de perto de Tomie depois que ela morreu e foi morar com a jornalista Marcy Junqueira, sua namorada já fazia duas décadas. Ela não achava ruim por ficarem separados? "Marcy reclamava um pouquinho, mas tudo bem", diz, antes de dar a primeira garfada no prato frugal: salada de rosbife, rúcula e queijo.

Aos domingos, impreterivelmente, a matriarca reunia os Ohtake ao redor da mesa, onde eram servidos de comida baiana a macarrão gelado japonês. O jardim foi idealizado por Tomie com a ajuda do paisagista Roberto Burle Marx (1909-1994). As cinzas da artista estão ali. "Tudo está exatamente como a Tomie deixou, as tintas, os pincéis, as roupas penduradas", diz Ricardo.

Mesmo com a morte de Tomie, ele mantém os três funcionários antigos da casa, a arrumadeira, a cozinheira e o motorista, uma espécie de faz-tudo. Pela primeira vez, a casa-ateliê, tombada pelo patrimônio histórico, foi aberta para visitação. Em homenagem à artista, Paulo Miyada, curador do instituto, apresenta uma exposição sobre a vida e a obra de Tomie, que inclui itens pessoais, materiais de arquivo e obras de arte. O projeto faz parte da Aberto 3, que se propõe a apresentar casas icônicas da arquitetura modernista. A mostra se encerra no dia 15 de setembro.

"Desculpe interromper", diz uma moça, sentada à mesa ao lado. E, dirigindo-se a Ricardo, prossegue. "É uma emoção imensa te ver. Gratidão." Um dos atributos essenciais de um gestor cultural, diz ele quando a moça se despede, é que seja um pensador, mas ao mesmo tempo, "um faz-tudo criativo". A execução de grandes exposições é um processo longo e burocrático. De todas as etapas, que incluem negociações com museus e colecionadores particulares, prazos, processo de transporte e abertura das obras, o momento mais crítico é a captação de recursos.

O Instituto Tomie Ohtake é uma entidade sem fins lucrativos que não depende de estatais ou empresas específicas. "A cada exposição, a gente vai atrás de patrocínio. Se não fosse a Lei Rouanet, que favorece a produção artística brutalmente, a gente não teria cultura, a não ser aquela mais comercial." As mostras conciliam artistas consagrados e apostas e contemplam áreas diversas como design e arquitetura, fotografia e cinema, história e slam.

Com o intuito de facilitar o acesso de um público mais amplo, Ricardo lançou mão de várias estratégias, como o Expresso Acesso, em que um ônibus partia de Canindé — "uma região cheia de abrigos"— para visitar várias instituições culturais da cidade, e colocou cartazes na porta com letras garrafais para lembrar que não é preciso desembolsar nenhum tostão para entrar ali.

Algumas mostras atraíram muita gente. Foi assim, por exemplo, nas exposições de Salvador Dalí (1904-1989), Joan Miró (1893-1983), Louise Bourgeois (1911-2010) e Yayoi Kusama, em que as filas serpenteavam pelas ruas e avenidas do entorno. E para ilustrar o que diz, empresta minha caneta e desenha no guardanapo um ziguezague de pessoas. Por conta do sucesso, chegaram a cobrar um preço ínfimo, mas a ideia não vingou. "Era algo como R$ 5 ou R$ 10, mas as filas rarearam, e a gente nunca mais cobrou."

Até o dia 15, está em cartaz "Calder+Miró", que contempla a amizade entre o americano Alexander Calder (1898-1976), um dos principais escultores modernos, e um dos mais famosos pintores surrealistas, o espanhol Miró.

Por causa da logística complicada e dos custos elevados, a programação que costumava contar com cerca de 17 exposições por ano caiu pela metade. Não basta querer fazer uma exposição de grande porte, diz, é preciso ir atrás das obras, espalhadas em diferentes museus ou em coleções particulares. "Sem esses artistas mais famosos, o público de baixa renda rareou", lamenta.

O garçom leva os pratos. Dispensamos sobremesa, mas a moça da mesa ao lado, a mesma que o interpelou mais cedo, aparece com uma travessa de manga fatiada e oferece a Ricardo. Ele resiste a aceitar, mas agradece. Viagens ao exterior são constantes, diz, enquanto espeta um pedaço da fruta. As últimas foram para Barcelona — para assuntar a possibilidade de trazer obras do pintor espanhol Antoni Tàpies (1923-2012) — e para Tóquio, participar de uma homenagem a Ruy, responsável pelo projeto da embaixada brasileira do Japão.

Terminado o café, saímos do restaurante em busca de um lugar para o fotógrafo do **Valor** tirar alguns retratos. Durante o percurso, frequentadores do centro cultural se aproximam para parabenizar o gestor pelo trabalho ou pedir fotos. Depois de atender todo mundo, ele conta que só soube que o irmão tinha câncer após sua morte. "Ele não me contou, não imaginei que o Ruy estivesse doente, não aparentava. Eu não imaginava que ele fosse morrer."

Na sequência, volta a se referir aos dois no tempo presente, afinal, iluminado pela luz natural que entra no prédio projetado pelo irmão e rodeado de obras da mãe, a sensação é mesmo a de que eles estarão sempre por perto. ■

Série retoma 'Cidade de Deus' após 20 anos

TV Sequência do filme de Fernando Meirelles frustra expectativas, mas é atual e coerente. Por *Luciano Buarque de Holanda*, para o Valor, de São Paulo

RENATO NASCIMENTO/DIVULGAÇÃO

Alexandre Rodrigues, que fazia o Buscapé, agora é Wilson em "Cidade de Deus: A Luta Não Para", e se tornou um requisitado fotojornalista

Baseado no livro homônimo de Paulo Lins e dirigido por Fernando Meirelles, o filme "Cidade de Deus" se tornou um fenômeno cultural muito maior do que seus realizadores jamais sonharam. Para o bem ou para o mal, o filme de 2002 impulsionou todo um novo subgênero com seu próprio leque de clichês: o "favela movie", ainda muito presente no cinema e na teledramaturgia nacional.

O filme também redefiniu a imagem do Brasil no exterior — concorreu a 4 prêmios no Oscar, incluindo direção e roteiro adaptado. Nos games, nos filmes de ação e nos clipes de música pop, o país costuma ser retratado como um imenso morro carioca, com trilha sonora de baile funk.

Tudo isso ajuda a contextualizar a expectativa em torno da minissérie em 6 episódios "Cidade de Deus: A Luta Não Para" (Max e canal HBO) não apenas no Brasil, mas também no exterior, onde o clássico de Meirelles costuma ser reverenciado. Essa expectativa acaba atrapalhando.

Sob o peso do original, "Cidade de Deus: A Luta Não Para" parece deixar algo a dever, pois espera-se que a série entregue algo bombástico, muito superior à concorrência. Não é o caso, ao menos julgando pelo capítulo de estreia. Mas isso não tira os méritos dos roteiristas, que souberam amarrar muito bem a história, revivendo antigos personagens de forma coerente, ao mesmo tempo em que o cenário da favela é atualizado com a chegada e o fortalecimento das milícias.

A trama se passa 20 anos após os eventos narrados no filme de 2002, com Alexandre Rodrigues reprisando seu papel como Buscapé, ou Wilson, como ele agora prefere ser chamado. Retornam ainda Thiago Martins (Braddock), Edson Oliveira (Barbantinho), Roberta Rodrigues (Berenice) e Sabrina Rosa (Galinha), enquanto Marcos Palmeira, Andréia Horta e Eli Ferreira chegam para reforçar o elenco.

Embora seja interessante rever o original, isso não é necessário: a série contextualiza a história com flashbacks pontuais, de modo que ninguém se perde na narrativa.

Wilson Buscapé se tornou um requisitado fotojornalista, mas, como ele próprio explica, pode ter deixado a favela, mas a favela não o deixou. Enquanto batalha por uma transferência para o caderno de esportes do jornal onde trabalha, o chefe insiste em lhe mandar para o fogo cruzado nos morros, de encontro a cadáveres.

Enquanto novas intrigas se desenrolam na Cidade de Deus, Buscapé atua mais como um observador, apontando o que mudou na comunidade e sua hierarquia, enquanto ele próprio vive um dilema familiar: a filha virou a funkeira MC Leka (Luellem de Castro), hábil no "twerking" e nas rimas explícitas, o que o protagonista tem dificuldade em aceitar.

O conflito central, porém, envolve o novo chefe do tráfico, Curió (Palmeira), e seu braço direito, Braddock, aquele que matou Zé Pequeno no filme de 2002. Agora adulto, o personagem de Thiago Martins sai da prisão determinado a retomar o comando de sua antiga boca, entregue a outro protegido de Curió na sua ausência.

Isso não seria um problema, se não fosse pela amante de Braddock, Jerusa (Andréia Horta), a ambiciosa advogada que ajudou a tirá-lo da cadeia e que agora insufla o ânimo do namorado, repetindo que ele vem sendo passado para trás. Ela será o estopim de toda a crise — e a engrenagem para a trama da série decolar.

"Cidade de Deus: A Luta Não Para" tem direção de Aly Muritiba, o mesmo do hit "Cangaço Novo". Fernando Meirelles volta como produtor. ■

Cidade de Deus: A Luta Não Para
Brasil - 2024. Dir.: Aly Muritiba. Onde: Max e canal HBO
★★★★☆

Vinho

O primeiro Master of Wine de Portugal

Jorge Lucki

Título é a concedido pela mais venerada associação voltada para a certificação de pessoal do comércio da bebida

O professor Émile Peynaud, da Universidade de Bordeaux, grande responsável pelo salto qualitativo dessa bebida mágica, percebeu que não adiantava aprimorar os vinhos se ninguém percebesse. Em seu "Le Goût du Vin", um tratado sobre degustação escrito no final dos anos 1970, Peynaud incitava os consumidores a se aperfeiçoar e procurar beber melhor, declarando que "se há maus vinhos é porque existem maus bebedores".

Ainda que o trabalho de Peynaud no que diz respeito à formação do consumidor deva ser exaltado, nesse campo os reis são os ingleses. Com séculos de tradição no comércio e consumo, é inegável que lá se leva mais a sério a cultura do vinho.

Antes de partir para formar consumidores, os ingleses se preocuparam em preparar profissionais. Foi da ideia de criar um sistema para melhorar o padrão educacional e avaliar a qualificação de quem trabalhava no comércio de vinhos do Reino Unido que nasceu o Institute of Masters of Wine (IMW), a mais venerada associação voltada para a certificação de pessoal do setor. O IMW foi fundado em 1955, quando, após rigoroso exame, 6 entre 21 inscritos conseguiram o título de Masters of Wine, passando a ter o direito de ostentar as invejadas iniciais "MW" após o nome.

Não há alguém do ramo que não tenha essa aspiração. Passados 70 anos, não mais do que 450 alcançaram esse objetivo, mesmo assim depois que o instituto facilitou as inscrições, abrindo estágios e seminários preparatórios na Austrália, nos EUA e em alguns outros países, onde as provas passaram a ser realizadas concomitantemente com Londres.

O pretendente deve ter uma visão bem ampla da indústria, o que requer profundos conhecimentos da parte técnica, visão mercadológica e estar a par das tendências do setor, e capacitação à degustação, incluindo-se estilos e características dos vinhos produzidos nos quatro cantos do planeta. Significa que não é um curso avançado de vinho, é para quem já tem conhecimento superior e deseja um reconhecimento formal. São necessários anos para se aprofundar nos temas propostos e na maneira particular de tratar as questões exigida pelo IMW, bem "british".

O programa tem 3 etapas e o tempo mínimo para se qualificar como MW é de 3 anos. A maioria dos alunos demora mais, seja para fazer uma pausa durante os estudos, para refinar suas habilidades de degustação ou para refazer os exames. O objetivo do IMW é formar profissionais comprometidos com o setor, não "turistas".

Ter um Master of Wine em um país produtor de vinho é um ativo estratégico, que tende a influenciar positivamente diversos aspectos da indústria vinícola e da cultura da bebida, podendo, além disso, pela sua expertise e compromisso com a excelência, contribuir para posicionar seu país no mercado internacional como produtor de vinhos finos e de alta qualidade.

JORGE LUCKI

Falta apenas o 'paper' para Tiago Macena se tornar o primeiro português Master of Wine

A Symington, um dos maiores grupos vitivinícolas de Portugal, trouxe, em junho de 2012, o IMW para conduzir uma série de masterclasses, procurando motivar pessoas do mercado a dar os primeiros passos de um português nesse percurso. Alguns profissionais se animaram e aceitaram o desafio, iniciando logo depois o curso de admissão. Entre eles estava Tiago Macena, com menos de 30 anos na época, enólogo formado no Instituto Superior de Agronomia com passagem por várias vinícolas.

Tendo ultrapassado essa etapa inicial, Macena começou a fase seguinte, em 2014, composta de seminários preparatórios para enfrentar a bateria de provas práticas e teóricas. Segundo ele, durante a conversa que tivemos na semana passada na vinícola da qual é sócio, a No Rules Wines, em Nelas, na região do Dão, onde nasceu, percebeu que seus colegas tinham mais conhecimento que ele. "É um esporte caro (inscrições, viagens e compra de vinhos), e como não estava lá para me desgastar em vão e como não tinha por onde roubar mais tempo para estudar, resolvi me retirar e voltar quando estivesse em condições de seguir com possibilidade de ter sucesso."

Tiago Macena se reinscreveu em 2017 e, conseguiu ultrapassar todas as etapas (recebeu a notícia em 15 de setembro do ano passado), faltando apenas o "paper" de conclusão do curso para se tornar o primeiro português a alcançar o título de Master of Wine.

Valor: *Como se deu a decisão de voltar e continuar na busca de ser um Master Of Wine?*

Tiago Macena: Eu queria seguir no Master of Wine. Trabalhava na Adega de Cantanhede, na Bairrada, e falei para o Oswaldo Amado, meu chefe, que eu perdia ao menos 1 hora para vir de casa e outra para voltar. Minha mulher ia ter nossa segunda filha e não tínhamos apoio familiar. Resolvi sair aos poucos e trabalhar por conta própria. Isso foi em 2018, começando como consultor numa vinícola em Granja Amareleja, no Alentejo. Em 2017, me reinscrevi no instituto. Disseram-me que, como tinha estado fora durante 3 anos e meio, teria de repetir o exame, o que fiz. E passei.

Valor: *Como foi a etapa seguinte?*

Macena: Em junho de 2019. Durante quatro dias, somos avaliados em matéria de vinhos, enologia, viticultura, qualidade, marketing e assuntos contemporâneos. E passei na primeira tentativa. Embora a parte teórica seja muito desgastante, o nível de exigência da parte prática é pior. Só consegui passar na quarta tentativa. Em 2023.

Valor: *Deve sido estressante, não?*

Macena: Imagine o que é estar perante 36 copos de vinhos de todo o mundo e ter que descrever cada um ao mais ínfimo detalhe. As perguntas são construídas no sentido de testar, de fato, o conhecimento real que temos dos vinhos de todo o mundo. Do perfil clássico dos vinhos de cada terroir, do que dá uma casta em diferentes terroirs ou das tendências recentes. São 2 horas e 15 minutos para cada conjunto de 12 vinhos, provados e avaliados em três manhãs seguidas. Aprendi com o tempo que o ideal é gastar cerca de 2 minutos na prova de cada vinho e usar o resto do tempo nas respostas, porque cada pergunta tem pesos diferentes. Cada pergunta é um desafio para perceber se o aluno tem um raciocínio lógico na abordagem ao problema em concreto.

Valor: *Obtido o título, como você vai dividir o seu tempo?*

Macena: Imagino que, quando isso acontecer, terei outras oportunidades de trabalho para promover Portugal e os vinhos portugueses, o que não vai tirar o foco daquilo que estou fazendo atualmente, que são vinhos no Dão, no Alentejo, no Douro e na Península de Setúbal. Não será só pelo fato de ser MW que vou ganhar mais, porque se não fizer um bom trabalho ganho uma vez e acabou. Tenho de ter lucidez para saber acrescentar valor depois de um trajeto que não foi fácil, que teve muitos atalhos sinuosos. Chegou um ponto em que eu quase desisti.

Valor: *Houve alguma preparação especial para você passar?*

Macena: É preciso, primeiramente, ressaltar o papel do Dirceu (MW brasileiro que mora em Londres), que foi meu mentor. Ele me disse que não tinha idade para ser meu pai, mas poderia ser meu irmão mais velho. Trazia garrafas para provarmos juntos, me deu conselhos e apoio moral. Aliás, ainda me ajuda, até na escolha do tema da minha dissertação final. Neste último exame aprendi a estar tranquilo e me conscientizei de que estou aqui porque quero, e não porque alguém me obrigou. Acertei os vinhos com convicção — um deles era o nosso Mateus Rosé — e defendi bem meus argumentos.

Valor: *A uva encruzado e o mercado dela no Brasil são o tema do seu "paper"?*

Macena: Discuti bastante com o Dirceu sobre temas possíveis para minha tese de final de curso, desde castas nativas portuguesas, vinho Madeira, sustentabilidade, mas me senti mais à vontade em escrever sobre a encruzado. Inicialmente a data de entrega era julho, para eles avaliarem e eu ter até dezembro para entregar o trabalho. Mas, entre agosto e meados de outubro, eu não poderia me dedicar por serem meses de colheita. Portanto, o meu próximo deadline é dezembro. Isso me desbloqueia junho de 2025 para entregar.

Jorge Lucki escreve neste espaço semanalmente

E-mail: Colaborador-jorge.lucki@valor.com.br ■

LEO PINHEIRO/VALOR

Atual sede do Centro Brasileiro de Relações Internacionais, que vai ser reformada para sediar a Gávea do Rio: a intenção é que esteja aberta ao público externo, com a realização de cursos, palestras e exposições

Laboratório de vivências

Cidade PUC leva à frente a iniciativa Gávea do Rio, que prevê ações e um corredor cultural no bairro carioca para unir a academia e seu entorno. Por *Paula Martini*, do Rio de Janeiro

Do amplo casarão com piscina rodeado de Mata Atlântica, palco de festas e banquetes da tradicional família Moreira Salles, às imediações da Rocinha, favela mais famosa do país, a Gávea é um expoente do intrincado mosaico social do Rio de Janeiro. Com um dos maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade, o bairro de topografia montanhosa, localizado entre São Conrado, Leblon e Jardim Botânico, na zona sul, é margeado por uma das maiores comunidades da América Latina e concentra, também, diversas instituições culturais, artísticas e acadêmicas.

Ao longo dos seus cerca de 2,5 km^2 de extensão, a Gávea abriga teatros, cinemas, galerias de arte e instituições conhecidas de cariocas e turistas, como o Planetário do Rio e o Instituto Moreira Salles — antiga mansão da família, fechada para obras até abril de 2027.

O mesmo bairro é endereço de alguns dos colégios mais caros e conceituados da cidade e da Pontifícia Universidade Católica do Rio, a PUC-Rio. Na região desde a década de 1940, a universidade está à frente da iniciativa Gávea do Rio, um projeto que busca valorizar a pujança cultural da região e integrar as instituições às comunidades do entorno.

"Não pode existir mais uma universidade que desenvolva ciência e pense processos, mas ignore o que está no extramuros. É parte da universidade, o contexto é parte dela", diz o padre Anderson Antonio Pedroso, reitor da PUC-Rio.

Jesuíta e doutor em história da arte contemporânea e estética filosófica pela Universidade Sorbonne, em Paris, Pedroso anunciou a ideia do projeto poucos meses após tomar posse, em junho de 2022. De lá para cá, foi criado um comitê interdepartamental, formado por artistas e professores de diferentes áreas da universidade, para viabilizar o diálogo interno e parcerias externas.

"Queremos desenvolver um laboratório de vivência onde os vários equipamentos culturais, estudantes e pessoas que fazem parte da comunidade da PUC e seus arredores estejam conectados", explica o reitor.

Esse é o primeiro passo do programa, que prevê a criação de uma espécie de corredor cultural da Gávea. Nos próximos meses, um conselho entre lideranças de equipamentos culturais da região deve se formar, de modo a "socializar" o calendário das instituições.

"O projeto começa pelos nossos arredores. O campus da PUC está localizado estrategicamente entre esses dois cenários: a Gávea, com o mais alto IDH do Rio de Janeiro, e uma das maiores favelas da América Latina, a Rocinha. Somos privilegiados pela proximidade de duas potências expressivas de funcionamento social", afirma o professor Nilton Gamba Júnior, diretor do departamento de artes e design da PUC-Rio e coordenador do Gávea do Rio.

A ideia é que o Museu Sankofa, dedicado à história e à memória da Rocinha, e o Museu da Pessoa, também na comunidade, participem do corredor cultural exibindo curtas e longas-metragens para o público externo. A universidade está a poucos quilômetros de outra comunidade, a Vila Parque da Cidade, e é próxima ao Vidigal, em São Conrado.

O coordenador do coletivo Tamo Junto Rocinha, Davison Coutinho, que realiza ações comunitárias na comunidade em parceria com a universidade e outras instituições, acredita que o movimento pode contribuir para desmitificar a imagem da favela. "É muito comum que o morador da favela desça para a Gávea por causa da oferta de serviços e de trabalho, mas a proporção de pessoas da Gávea que sobem a Rocinha ainda é muito pequena. A gente conhece os problemas de violência, mas sabe que eles são pontuais comparados à magnitude e à potência que a Rocinha tem para oferecer", diz Coutinho.

Para o professor Nilton Gamba, da PUC, quem ganha com a aproximação é a comunidade acadêmica: "A universidade é privilegiada pela aproximação desse campo social que envolve outros formatos que não sejam só o da aula expositiva, mas as manifestações sociais que muitas vezes estão fora do seu campus, como galerias, bailes funks e festejos populares do entorno".

Além da efervescência cultural destacada pelo docente, a região também entrou para a história econômica do país com a criação do Plano Real. Os idealizadores do projeto de estabilização econômica do país, que completa 30 anos em 2024, são economistas e ex-professores da PUC-Rio. Alguns deles fundaram o Instituto de Estudos de Política Econômica Casa das Garças, "think tank" de pensamento econômico, também na Gávea.

"A Casa é um prolongamento das atividades da PUC-Rio, com a realização de seminários e edição de livros, artigos e vídeos sobre temas relevantes para a economia e a sociedade da cidade, do estado e do país", diz o economista Edmar Bacha, sócio fundador e diretor da Casa das Garças.

Referência nas discussões sobre diplomacia e política externa, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), que também fica no bairro, está de mudança para outro ponto da região: a centenária Casa dos Jesuítas da PUC-Rio, nos limites da universidade.

O prédio vai passar por uma ampla reforma e a ideia é que a nova sede, prevista para ser entregue em meados de 2025, seja mais aberta ao público externo, com a realização de cursos, palestras e exposições.

As obras incluem uma capela, que será renovada com um projeto do artista plástico Vik Muniz, e a criação de uma biblioteca especializada em Relações Internacionais, aberta a visitação e consultas. Além do acervo próprio com cerca de 5 mil títulos, atualmente guardados, a ideia é receber doações de obras em posse de ministros e embaixadores que integram o conselho curador do Cebri.

Num segundo momento, está nos planos a reforma do antigo alojamento dos jesuítas para hospedar estudantes e pesquisadores do Brasil e do exterior. O modelo é inspirado no Aspen Institute, no Colorado (EUA), e no Bellagio Center, na Itália. A versão brasileira será chamada de "sede Jequitibá", uma homenagem à árvore bicentenária nas imediações do novo endereço do centro de relações internacionais.

"É um projeto que vai além do que é a instituição, para que se possa fazer dela uma referência internacional. E para que o Cebri, junto com as outras instituições de conhecimento do Rio, possa ser esse polo de reflexão para os desafios globais", diz a diretora-presidente do Cebri, Julia Dias Leite.

Em uma espécie de piloto do corredor cultural, o campus da PUC-Rio vai receber, de 4 a 8 de novembro, cerca de dez artistas e artesãos da Rocinha na Semana de Design da universidade. Parte do acervo será exibido posteriormente na Biblioteca Parque da Rocinha.

O Solar Grandjean de Montigny, prédio histórico em estilo neoclássico que abriga o Museu Universitário da PUC-Rio, também vai sediar uma exposição do Departamento de Arte e Design da universidade. No calendário, ainda está prevista uma mostra de design de alunos da PUC-Rio e da Universidade de Hubei, da China, em parceria com o Instituto Confucius, como parte das homenagens dos 50 anos das relações diplomáticas entre Brasil e China.

O Gávea do Rio, porém, não se propõe a ser apenas uma plataforma de projetos para promover eventos. "Os eventos vão acontecer, mas, mais do que isso, a gente quer promover convivência, relação e programas que possam gerar justiça socioambiental, desenvolvimento local e geração de renda", afirma o reitor da PUC-Rio. ■

LEO PINHEIRO/VALOR

Instituição deve se tornar referência internacional, diz Julia Dias Leite, diretora-presidente do Cebri

LEO PINHEIRO/VALOR

O reitor da PUC-Rio, padre Anderson Antonio Pedroso: começar pelos arredores

KEVIN MAZUR/GETTY IMAGES

A moda do desejo

Consumo Como a CEO da Loewe, a grife 'mais desejada do mundo', tornou-se uma das raras mulheres no comando do luxo e redefiniu o xadrez do setor. Por *Pedro Diniz*, para o Valor, de São Paulo

Beyoncé em seu célebre 'body', espécie de macacão, na turnê "Renaissance": pelo prisma da cultura, a Loewe vai do mainstream ao circuito independente

Se o luxo está sempre à procura de fórmulas mágicas para despertar o desejo dos clientes, nem sempre os feitiços são capazes de obliterar a realidade. O tombo nos lucros do primeiro semestre, computados em 50% no grupo Kering (Gucci, Saint Laurent e Bottega Veneta) e 14% no LVMH (Louis Vuitton, Christian Dior e Tiffany & Co.), sugere que a lua de mel pós-pandemia do setor com seus compradores arrefeceu nos principais mercados, em especial a China e os Estados Unidos. Não para todas as etiquetas.

A espanhola Loewe, destaque nos últimos relatórios do grupo LVMH como uma das grifes de maior crescimento da companhia desde antes da covid-19, figura no rol de marcas acompanhadas por analistas para medir o que se chama de "desejo".

Trata-se do valor intangível da moda, o impulso que faz um cliente escolher uma grife em detrimento de outras nas avenidas do consumo global, independentemente das logos aparentes tidas como motores de sedução no passado recente. Nesse contexto, a Loewe tem sido citada como uma das grifes de luxo "mais desejadas do momento". O ranking trimestral da plataforma Lyst, o termômetro da indústria e produzido a partir de buscas on-line e perfis de consumo, posiciona a etiqueta nas três primeiras colocações desde o ano passado. De tempos em tempos, a marca troca o topo dessa competição, invisível nos balanços das empresas, com as italianas Prada e Miu Miu. Em julho, subiu outra vez no pódio.

A influência da grife havia sido consagrada em abril, quando seu diretor-criativo, o norte-irlandês Jonathan Anderson, foi escolhido uma das 100 pessoas mais influentes do mundo na lista anual da "Time". Em texto do cineasta italiano Luca Guadagnino ("Me Chame Pelo Seu Nome"), o trabalho dele foi descrito como "à frente da curva". É uma mulher, porém, a maestra que rege todo esse hype.

Assim como a maioria dos executivos da moda internacional, a francesa Pascale Lepoivre não costuma dar entrevistas, muito pela política de silêncio impetrada pelos conglomerados para não abrir suas estratégias à concorrência.

Ao responder por e-mail às perguntas do **Valor**, ela, que é CEO da Loewe há oito anos e uma das poucas mulheres em posição de poder na indústria do luxo, esquiva-se de qualquer menção às turbulências geopolíticas que minaram a cadeia de suprimentos do setor ou resumir em fórmulas prontas o segredo do sucesso da marca, fundada em 1846 em Madri e comprada 150 anos depois pelo LVMH, em 1996.

Demarca, no entanto, que nada nessa seara sobrevive mais sem um balanço fino entre a criatividade aflorada do estilista e a gestão do executivo que coloca na vitrine suas ideias. "Não tenho certeza se existem regras ou uma fórmula mágica. Desenvolver um negócio resiliente em torno de uma visão criativa poderosa e singular é um desafio que sempre me fascinou e, obviamente, o respeito, o entusiasmo e a paciência [na relação com a direção criativa] ajudam de ambos os lados", afirma Lepoivre.

À luz de seu currículo, isso não soa papo de coach. Enquanto parte do mercado se sacode com a habitual dança das cadeiras nos comandos das marcas — a Chanel, após a saída de Virginie Viard, continua sem direção criativa, e John Galliano avisou que deixará a Maison Margiela em setembro —, ela é uma executiva de parcerias longevas.

Assim que entrou no grupo por meio da Louis Vuitton, há quase três décadas, ela subiu de cargos olhando o estilista Marc Jacobs reviver a grife na mente da juventude com uma série de colaborações com artistas visuais e provando na prática a importância de dar verniz pop às casas de moda centenárias.

Quando, em 2007, assumiu a Celine, outra marca do LVMH, e contratou a inglesa Phoebe Philo um ano depois, Lepoivre fez das criações da estilista algumas das mais desejadas pelas mulheres a partir de uma mistura, até então incomum, de minimalismo despojado pincelado de arte pop, o "artsy" no jargão fashionista.

Ao sair da Celine, em 2016, para assumir a direção executiva da Loewe — Philo deixou a marca um ano depois — , Lepoivre abraçou a missão de tornar comercialmente viáveis as ideias de um Jonathan Anderson em ascensão, que flertava com o surrealismo em seus desenhos, gostava de testar os limites de gênero nas roupas e aplicava cores berrantes em um território um tanto monocromático como o luxo. Por que a parceria deu certo? Talvez "pela crença compartilhada sobre o que a marca tem de representar [no mercado]".

No caso da Loewe, para ela, seria "uma mistura única de artesanato autêntico,

MASSIMO INSABATO/MONDADORI PORTFOLIO/SIPA VIA AP

Zendaya veste Loewe no lançamento do filme "Rivais", sobre jogadores de tênis. Nos pés, os saltos do escarpim foram substituídos por bolas de tênis

DIVULGAÇÃO

Vestido 'Pin', da primavera-verão 2024 desfilada na semana de moda de Paris, em setembro de 2023, é um dos destaques das araras da Loewe do shopping Iguatemi, em São Paulo

DIVULGAÇÃO

Pascale Lepoivre, CEO da Loewe, torna viáveis as ideias do diretor criativo Jonathan Anderson

DIVULGAÇÃO

Produtos se tornaram virais nas mídias sociais por serem inesperados e criativos

profundidade cultural, liberdade experimental e brincadeira quase infantil", num propósito constante de "expandir os limites da indústria". Limites como, por exemplo, a criação de uma bolsa em formato de tomate no mês passado, surgida a partir de um meme nas redes sociais, roupas imaginadas a partir de antúrios gigantes e campanhas inusitadas, como a última, inspirada em casas de bonecas, como se as roupas refletissem sobre a passagem do tempo e jogassem com as proporções de tamanhos.

No debate sobre etarismo na indústria da moda, a grife pôs, no ano passado, a atriz Maggie Smith, 89, a professora Minerva McGonagall da saga "Harry Potter", como garota-propaganda da bolsa Puzzle [costurada em pedaços como um quebra-cabeça]. O ator Daniel Craig, 56 (célebre como James Bond), estampa a campanha da linha masculina.

"É importante criar as condições certas para a criatividade florescer e, ao mesmo tempo, definir um sistema de suporte organizado em marketing e comunicação, merchandising, produção, varejo e operações para transformar o sonho em produto tangível", diz Lepoivre.

Pelo prisma da cultura, a marca vai do mainstream ao circuito independente. Foi a grife que assinou parte dos looks da turnê "Renaissance", de Beyoncé, entre os quais um macacão dourado cravejado de cristais com desenhos de mãos cobrindo partes íntimas do corpo da cantora.

A peça logo viralizou na internet, assim como os figurinos baseados no uniforme dos tenistas desenhados pela grife homônima de Anderson, a JW Anderson, para o longa "Rivais", do mesmo Luca Guadagnino que rasgou elogios ao estilista na "Time". O filme detonou a atual tendência "tenniscore", que, apoiada neste ano de Olimpíada, toma as redes sociais e as vitrines. A Loewe embarcou na onda e aproveitou para lançar uma colaboração de sucesso com a grife suíça de esportes On. Nada é fruto do acaso nesse negócio.

"Muitos dos nossos produtos se tornaram virais nas mídias sociais porque eram inesperados e criativos, como a jaqueta bomber Puffer [inflada na cintura], a camiseta Pixel [cujo formato simula o efeito pixelado dos games antigos] e o vestido Pin [adornado com um alfinete gigante no colo]. Isso nos destaca, cria reconhecimento e afinidade com a marca", diz a executiva.

Só no TikTok, onde nascem e morrem a maioria das tendências atuais, a grife contabiliza quase 2 milhões de seguidores, segundo ela "mais do que muitas marcas de luxo maiores do que nós".

"As mídias sociais são uma forma importante de atingir clientes mais jovens. Existem muitas tendências e produtos que nasceram dentro delas. Para permanecermos relevantes, mantemos o controle das plataformas novas e adaptamos o conteúdo para cada uma."

É no varejo físico, no entanto, onde Lepoivre consegue captar a atenção do cliente final. Cada loja recebe uma seleção de obras de arte e arquitetura unificada. Na reabertura em Tóquio, no ano passado, peças de Pablo Picasso e Andrea Hamilton dividiam espaço com as araras, e, na de Nova York, reformada em 2022, uma tela em acrílico da cubana Zilia Sánchez se integra a um jogo de chá do ceramista Takuro Kuwata.

DAVID SIMS/DIVULGAÇÃO

O cantor mexicano Omar Apollo usa modelo de "puzzle bag" em campanha da coleção masculina de primavera-verão 2024 da marca

JUERGEN TELLER/DIVULGAÇÃO

Campanha da coleção de pré-inverno com a maquete mais antiga do mundo, de 1929, que evoca nostalgia e jogo de proporções das roupas

Essa mistura de galeria de arte e loja chegou ao Brasil, na primeira loja da Loewe aberta na América do Sul, no Shopping Iguatemi, em São Paulo. Desde abril, ao entrar na caixa de cerâmica verde, importada da Espanha, os clientes encontram aquarelas do catalão Daniel Steegmann Mangrané e uma escultura de luz de Isamu Noguchi Akari. Todas as obras são parte do acervo da Fundação Loewe, que também criou o prêmio Loewe Craft Prize que comissiona obras de arte de jovens artistas.

"Após a pandemia, vimos um forte retorno ao tijolo e à argamassa", diz Lepoivre, citando os investimentos em novos pontos físicos. "A maioria das marcas, incluindo nós, tem prestado mais atenção aos moradores locais e, ao mesmo tempo, ao retorno do turismo. Vemos muito potencial [nos dois modelos de varejo]", afirma.

Quanto ao vaivém do interesse na compra de produtos de luxo, não parece preocupar-se. "O luxo sempre foi resiliente e continua a experimentar um crescimento de dois dígitos, apesar das incertezas globais. Como acontece com todos os setores, ele tem seus ciclos e, após um grande aumento [de demanda] desde 2010, com exceção [do período] da covid, é claro, o crescimento está se normalizando."

Por ora, a estratégia de apostar nos mercados locais, em que o Brasil se destaca por ter se tornado epicentro da entrada de novas marcas na América Latina, mostra-se acertada. A reportagem apurou que a primeira leva de produtos sumiu das araras e precisou ser reposta. Itens de couro, o carro-chefe da grife, e algumas grades de tamanhos do prêt-à-porter feminino, viajaram novamente dos ateliês.

"Estou animada com os primeiros passos no mercado brasileiro. A resposta geral à marca tem sido fantástica e temos uma base crescente de clientes latino-americanos. Sentimos que apenas arranhamos a superfície [no país]", afirma.

A animação só não encontra eco quando o assunto é um dos calos dos executivos do mercado de luxo neste século: a falta de mão de obra. "Há escassez, principalmente em mercados que normalmente não contratam para o luxo. No final das contas, é a magia e o apelo de uma marca que atrai

> "É importante criar as condições certas para a criatividade florescer"
> *Pascale Lepoivre*

candidatos de alto perfil", explica Lepoivre. "Existem algumas maneiras de lidar com isso. Ou contratamos candidatos com muito potencial para que eles possam se desenvolver e assumir papéis ainda maiores [na empresa], ou devemos ser capazes de oferecer instrução para talentos com alto potencial que não vêm de origens luxuosas."

Segundo a executiva, o alívio do setor estaria no fato de que "em todas as gerações há um interesse crescente em saber como as coisas são feitas" e, por isso, pelo lado do chão de fábrica, "as marcas precisam investir no treinamento desses novos artesãos, principalmente para artigos de couro". Ela cita como exemplo a escola aberta pela Loewe em Madri, onde "moldamos os novos talentos da indústria."

Ciente do papel de gerenciar diversos perfis de profissionais e de que ela mesma é uma exceção no cenário masculino demais da gestão do luxo, Pascale Lepoivre diz que suas experiências lhe fizeram entender a importância de confiar no próprio taco.

"É mais importante que as mulheres saibam nosso valor e o tremendo valor que trazemos para a mesa [do que se preocupar com o preconceito de gênero]", afirma. E, como se quisesse desafiar o padrão de repetição usado pela moda para conjurar o tal desejo perseguido pelas grifes, aponta uma de suas leis: "Para mim, pessoalmente, o mais importante foi encontrar minha maneira de gerenciar o negócio e as nossas equipes, enraizando meus pontos fortes, em vez de seguir os padrões dos outros". ■

INÊS 249

A ‘profecia’ de Carlos Drummond

Documentário ‘Sociedade de Ferro’ cita o poeta ao rememorar as rupturas de barragens e as centenas de mortes em Mariana e Brumadinho. Por *Ubiratan Brasil*, para o Valor, de São Paulo

Em novembro de 2016, quando o desastre ambiental em Mariana (MG) completou 1 ano, o cineasta Eduardo Rajabally viajou para Bento Rodrigues (MG) para sentir a atmosfera do lugar e conversar com os habitantes depois da morte de 19 pessoas. A cidade foi a mais atingida pelo rompimento da barragem de Fundão, usada para guardar os rejeitos de minério de ferro explorados pela empresa Samarco.

Apesar das boas entrevistas, o projeto estagnou até janeiro de 2019, quando aconteceu outra tragédia, dessa vez em Brumadinho (MG), onde a barragem da Mina de Córrego do Feijão se rompeu, matando 270 pessoas, além de despejar milhões de metros ^{3} de rejeitos de mineração na bacia do rio Paraopeba.

"Fui para lá com uma pequena equipe de filmagem e tive autorização do Corpo de Bombeiros para acompanhar o árduo trabalho de resgate dos corpos destroçados pela lama", diz Rajabally, que, uma vez mais, coletou um precioso material de imagem, mas teve de guardá-lo por alguns anos, devido à pandemia e a questões de investimentos. "Eu também não tinha encontrado o caminho narrativo ideal, pois não queria fazer um documentário tradicional."

O clique veio depois de uma conversa telefônica com o ambientalista e filósofo Ailton Krenak, que indicou o livro "Maquinação do mundo - Drummond e a mineração", de José Miguel Wisnik. "Ali pode estar a resposta", disse Krenak. "Foi uma revelação", lembra Rajabally, que, com o roteiro já arquitetado, utilizou o material gravado para montar "Sociedade de Ferro - A Estrutura das Coisas", documentário com coprodução entre Pródigo Filmes, Globo Filmes e GloboNews, que chega aos cinemas nesta semana.

Publicado em 2018, "Maquinação do mundo - Drummond e a mineração" (Companhia das Letras) é um envolvente ensaio sobre a potência da poesia de Carlos Drummond de Andrade como instrumento de percepção alargada a partir de seu olhar para a atividade mineradora que modificava a paisagem de sua cidade natal, Itabira (MG).

"A poesia do Drummond é testemunha ocular do avanço da mineração de minério de ferro durante o século XX em Minas, o que acrescenta tridimensionalidade ao filme", diz Rajabally.

Era o fio da meada buscado pelo documentarista, que soube como costurar acontecimentos aparentemente díspares como a tragédia ambiental nas cidades mineiras com os versos de Drummond, especificamente os do poema "A máquina do mundo" (1951).

"Ele foi uma espécie de profeta ao visualizar o homem transformando a tecnologia em mercadoria. Ao revelar seu desgosto com a destruição gradual do morro do Cauê, que via de sua janela, em Itabira, e cujo ferro era continuamente extraído, ele antevê, de certa forma, que a modificação da geografia e do clima do planeta vai provocar as tragédias climáticas que estamos enfrentando hoje."

O documentário começa com cenas dos anos 1950, quando o surto desenvolvimentista começa a marcar os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. A palavra "desenvolvimento" ocupa a tela de formas diversas, inclusive com as letras desmembradas e formando outros vocábulos. "É uma discreta homenagem à poesia concreta, que também surgiu nessa época."

Uma cena de Drummond andando em uma rua aparece em seguida, com a leitura de seu poema "A máquina do mundo", metáfora para as engrenagens que movem o universo e os indivíduos. "Hoje entendemos o embate da máquina da natureza contra a máquina humana, com todos os recursos da terra dominados."

É o momento em que as aterradoras cenas de Mariana são relembradas. O rompimento da barragem, cuja altura equivalia a um prédio de 35 andares, liberou 50 milhões de m^3 de lama com dejetos da mineração, que percorreram 660 km até o município de Regência, totalizando 19 mortes. Apesar da tragédia, o descaso humano permitiu, 3 anos depois, que o mesmo acontecesse em Brumadinho e de uma forma até mais letal, com 270 mortos. Como o restaurante da empresa estava instalado no pé da barragem, a força da lama fez com que corpos fossem triturados.

"A explosão parecia a de uma bomba atômica", compara um bombeiro, revelando que fragmentos humanos se espalharam por quilômetros.

Graças à ágil montagem de Eduardo Gripa, o documentário alterna cenas das tragédias com o trabalho de resgate, a luta dos sobreviventes e de parentes por reparações nos tribunais e trens carregando toneladas de minério de ferro. Em off, uma voz anuncia que o colapso era fruto de uma série de erros e omissões das empresas, a brasileira Vale e a anglo-australiana BHP, além do poder público.

"Entrevistamos especialistas de diversas áreas, mas apenas suas vozes são ouvidas: a identificação acontece no final do filme", diz o diretor, que contou com depoimentos da deputada federal Célia Xakriabá e do músico e ensaísta José Miguel Wisnik, além de estudiosos como Amanda Costa, Apolo Heringer, Helio Mattar e Luiz Marques etc.

São informações nada alentadoras, como a existência ainda de 162 barragens com dejetos no Brasil e também de 1.630 concessões de mineração no país. Tal retrato desolador, explica Rajabally, justifica o título, "Sociedade de Ferro", que escolheu para o documentário. "Infelizmente, somos hoje uma sociedade que não se comove mais com tragédias como as de Mariana e Brumadinho." ■

DIVULGAÇÃO

Com montagem ágil, filme alterna cenas das tragédias com o trabalho de resgate e a luta dos sobreviventes e de parentes por reparações

É Tudo Verdade

Grande Otelo, o gigante

Amir Labaki

Documentário dá voz ao ator, que fala sobre racismo no teatro e no cinema, além de lembrar suas participações nas chanchadas e em "Macunaíma"

Há muito devia-se um documentário a Grande Otelo (1915-1993), e "Othelo, O Grande", de Lucas H. Rossi dos Santos, responde à altura o desafio. Seu maior triunfo é não se deter apenas no retrato biográfico. O filme vai muito além de mergulhar nos arquivos para reconstituir a vida de Sebastião Bernardes de Souza Prata e para destacar os momentos maiores da obra de um dos atores essenciais do cinema brasileiro, o único homem negro com lugar inconteste no topo de nosso Olimpo fílmico.

"Othelo, O Grande" destaca-lhe a voz, estruturando-se a partir da edição de seus depoimentos. É ele mesmo que nos conduz por sua trajetória pessoal e profissional, expressando de forma aguda e crítica a revolta frente à tradição racista nacional que sempre enfrentou.

Não à toa, o único outro testemunho incluído na narrativa é do também artista, pensador e político negro Abdias do Nascimento (1914-2011), liderança pioneira e desbravadora na afirmação das culturas afro-brasileiras em iniciativas como o Teatro Experimental do Negro, que fundou em 1944, para ficar em apenas um exemplo.

Da estreia em 1927 como "Pequeno Otelo" na Companhia Negra de Revistas em São Paulo, que tinha como maestro ninguém menos que Pixinguinha (1897-1973), à despedida do público no início dos anos 1990 como o "Seu Eustáquio" da Escola do Professor Raimundo comandada por Chico Anysio (1931-2012) na Rede Globo, cobre-se de maneira não simplesmente cronológica o principal de sua carreira.

Ei-lo como atração dos espetáculos de revista do cassino da Urca, uma das estrelas centrais das chanchadas, ator e autor no teatro, intérprete marcante (ainda que raramente com o devido protagonismo) dos filmes brasileiros pós-Cinema Novo, comediante televisivo.

"Os papéis que você me vê representar e não têm nada ver comigo é que não têm nada a ver comigo e não têm nada a ver com o negro brasileiro. Mas eu preciso sobreviver", frisa um nada ingênuo Grande Otelo.

DIVULGAÇÃO

'Othelo, O Grande' é estruturado a partir da edição de depoimentos do ator

Já no princípio da fama no Cassino da Urca, onde negros entravam pelas portas dos fundos, "começou uma coisa que na minha vida é uma constante: a exploração", testemunha. "A discriminação existe totalmente."

Foi numa saída de espetáculo na Urca que Grande Otelo cruzou brevemente com Orson Welles (1915-1985), que iniciava a produção dos episódios brasileiros do filme inacabado da política de boa vizinhança dos EUA com a América Latina, "It's All True" (É Tudo Verdade, 1942). Não tardou o convite para protagonizar o capítulo carioca centrado no Carnaval.

"A verdade é que Orson Welles sempre demonstrou para mim ser uma pessoa preocupada com o mundo daquela época, 1942, em plena [Segunda] guerra", lembra Otelo. "Orson Welles fixou bastante do lado mais pobre, marginalizado, do Brasil dentro do Rio de Janeiro: as favelas. E nas favelas havia muitos negros. Foram escritas muitas cartas para os EUA protestando contra o fato de o Orson Welles ter passado o dia e outro dia e mais outro dia só filmando negros. E os EUA, com a mentalidade que têm, sumiram com o filme."

No ano seguinte, com um melodrama largamente baseado em sua própria biografia, "Moleque Tião", de José Carlos Burle, Grande Otelo iniciava na nascente Atlântida o apogeu de sua carreira e popularidade, em pouco mais de uma década de comédias musicais ("Aviso aos Navegantes"; "Carnaval Atlântida"; "Matar ou Correr"). Ele louva a lua de mel com o público ("o povo naquela época se encontrava mais na tela"), mas não deixa barato os que o tratavam como "escada" em sua dupla com Oscarito (1906-1970). "A Atlântida tinha dois símbolos: o chafariz e... Oscarito", ironiza Otelo.

Não faltam em "Othelo, o Grande" cenas de chanchadas de explícito racismo por caricatura. Tampouco deixa-se de recuperar um dos momentos inesquecíveis de Grande Otelo, o da morte de Passarinho em "Amei um Bicheiro" (1953), de Jorge Ileli —um filme "noir" da Atlântida, sem Oscarito.

"Achavam que eu estava destruído depois do período das chanchadas", relembra o ator. Ele não esconde certo ressentimento por seu esquecimento pelo Cinema Novo, que critica pelo "autorismo" que o teria afastado do público. Não deixa, porém, de celebrar a combinação do movimento com a chanchada por Joaquim Pedro de Andrade em "Macunaíma" (1969), elogiando-o também pela forma precisa com que o dirigiu.

Alguns dos maiores dele não prescindiram. À frente, Nelson Pereira dos Santos, sobretudo em "Rio, Zona Norte" (1957); Julio Bressane ("A Família do Barulho", 1970, "O Rei do Baralho", 1974) e Rogerio Sganzerla ("Nem Tudo É Verdade", 1985, "Tudo É Brasil", póstumo, 1997); Roberto Farias ("Assalto ao Trem Pagador", 1962) e Hector Babenco ("Lúcio Flávio, o Passageiro da Agonia", 1977), mesmo cinemanovistas como Cacá Diegues ("Quilombo", 1984) e "Paulo César Saraceni" (Natal da Portela, 1988). Para não falar de Werner Herzog, em "Fitzcarraldo" (1982), com uma das melhores anedotas de bastidores do documentário.

"Só através do cinema o artista é perpetuado", crava Grande Otelo, reverenciando a arte capital do século XX. No caso dele, apesar dos pesares bem fundamentados por Lucas H. Rossi dos Santos, é tudo verdade.

Amir Labaki é diretor-fundador do É Tudo Verdade — Festival Internacional de Documentários.

E-mail: labaki@etudoverdade.com.br
Site do festival: www.etudoverdade.com.br ■

EU&

Reação 'extraordinária' contra a ditadura

Cinema Ao contar história real de família destruída pelos militares, 'Ainda Estou Aqui', de Walter Salles, vislumbra chances de indicação ao Oscar. Por *Elaine Guerini*, para o Valor, de Veneza

Em "Ainda Estou Aqui", assim que Eunice Paiva guarda no escritório o atestado de óbito do marido, Rubens Paiva, o ex-deputado preso, torturado e assassinado durante a ditadura militar, o nó na garganta é inevitável, tanto para a personagem quanto para a plateia. De modo contido, a atriz Fernanda Torres interpreta a viúva elaborando um caleidoscópio de sentimentos por ter esperado 25 anos por esse dia. Uma lágrima até pode se insinuar lentamente, mas ela não se permite chorar e desabar, mesmo estando sozinha na casa.

É essa economia nas emoções que pode tocar o espectador no drama verídico, inspirado na jornada de uma cidadã que foi símbolo da resistência e nunca se deixou vitimizar, mesmo tendo perdido o marido e o pai dos seus 5 filhos para o regime militar (1964-1985). Por isso, ela passou o resto da vida perseguida por sua ausência, inicialmente buscando informações sobre seu paradeiro e, mais tarde, lutando pelo reconhecimento da sua morte, aos 41 anos.

A cena em que Eunice se reconecta com o sofrimento, ao finalmente conseguir o documento que atesta o crime político, é ainda mais eficaz graças à sensibilidade artística do cineasta atrás das câmeras, Walter Salles. O diretor atrasa a entrada da música, deixando a cena se desenrolar, na maior parte, em silêncio. É uma prova de que ele confia na humanidade que a câmera (em um dos raros momentos em close-up) conseguirá capturar.

Carregar nas tintas não faria justiça à protagonista, que aguentou o tranco com classe, dignidade e resiliência mesmo quando passou 12 dias presa no DOI-Codi, no Rio, para prestar esclarecimentos sobre as atividades "comunistas" do marido, conforme relato de um dos filhos. Marcelo Rubens Paiva é o autor do livro homônimo, lançado em 2015, que serviu de base para "Ainda Estou Aqui" relembrar a trajetória de Eunice, de 1970 a 2014.

"O filme tinha que ser honesto. Sem truques no roteiro, na interpretação e na gramática cinematográfica como um todo, já que Eunice tinha esse pudor", afirma Salles, um dos diretores com grandes chances de ter sua obra premiada neste sábado, dia 7, no encerramento da 81ª edição do Festival de Cinema de Veneza.

"Eunice é uma personagem que se define pela contenção. Ela retém a emoção primeiramente para não se mostrar vulnerável diante do regime que assassinou o marido. E, em segundo lugar, para tentar não espalhar a dor que ela sentia para os filhos", diz Salles, de 68 anos, em entrevista ao **Valor**, concedida no hotel Ausonia Hungaria, no Lido de Veneza, balneário onde é realizado o evento italiano.

Ao encontrar o tom justo para contar nas telas a história de Eunice, que morreu em 2018, aos 86 anos, "Ainda Estou Aqui" foi uma das obras mais aclamadas do festival. Já se fala de possíveis indicações ao Oscar, uma vez que muitas promessas para o prêmio da Academia costumam sair de Veneza. Dos grandes festivais, ele é o realizado mais próximo da época das indicações, o que aumenta as chances de seus filmes estarem ainda frescos na memória dos membros votantes.

Nos últimos anos, Veneza tem buscado um equilíbrio entre a tradição autoral e o cinema hollywoodiano, o que o ajuda a abarcar mais categorias. Da edição do ano passado, "Eu, Capitão" foi indicado como melhor filme internacional, enquanto "Pobres Criaturas", uma produção da Searchlight Pictures, concorreu em 11 categorias e levou 4 estatuetas, incluindo a de melhor atriz, para Emma Stone.

A performance calibrada de Fernanda Torres, que mantém a postura estoica, mas sem sacrificar a afetividade de Eunice, também sai de Veneza cotada ao Oscar — ainda mais se ela arrebatar o prêmio de atriz na Itália, onde figura entre as favoritas. Curiosamente, faz 25 anos que sua mãe, Fernanda Montenegro, escalada para uma participação especial em "Ainda Estou Aqui", foi indicada ao Oscar, por "Central do Brasil".

Vivendo Eunice já com Alzheimer, quando a trama avança para 2014, Montenegro é responsável por outro momento desconcertante, em que ela também fala com os olhos. Apáticos pela doença, eles ganham luz quando uma foto do marido aparece na TV, para ilustrar a notícia do reconhecimento da sua morte por tortura.

"Fazer um filme com dona Fernanda e Nanda juntas era um sonho que o livro de Marcelo tornou possível. Após Rubens Paiva ser levado pelos militares, tanto o livro quanto o filme são marcados por uma ausência, tornando a narrativa mais subjetiva. E quando o que não é dito passa a ter mais importância, só atrizes de grande talento e inteligência atingem o resultado almejado com o mínimo", diz Salles, longe dos filmes de ficção desde "Na Estrada" (2011).

Um dos cineastas brasileiros mais respeitados tanto no país quanto no exterior, sobretudo por retratar personagens transformados pela realidade que enfrentam com perspicácia e lirismo, Salles precisa se conectar visceralmente ao material que filma. Do contrário, ele prefere não levar o projeto adiante.

"Sempre tive admiração por personagens que se reinventam face ao destino. Dora, de 'Central', é isso, mesmo sendo ficcional", afirma Salles, explicando o interesse por Eunice, com quem ele conviveu na adolescência, por ser amigo da família. "O livro me fez entender melhor a dimensão da transformação de Eunice. Após a morte do marido, ela estuda Direito, se forma aos 46 anos e, entendendo que existem outras tragédias no Brasil, passa a combater as injustiças", conta o diretor, referindo-se ao seu ativismo na defesa dos direitos humanos, com destaque para a causa indígena.

E tudo sem que Eunice abaixasse a cabeça, em qualquer situação. Outra de suas cenas que impressionam em "Ainda Estou Aqui", sem data de lançamento definida no Brasil, é o momento em que os Paivas tiram a primeira foto após a prisão do ex-deputado. Embora o fotógrafo da revista quisesse um registro "menos feliz", para acompanhar a notícia do seu desaparecimento, Eunice não lhe dá ouvidos. Ela insiste em sorrir e pede que os filhos façam o mesmo na imagem registrada na entrada da casa da família, no Leblon, em 1971.

"Quando li o livro, aquele momento chamou minha atenção. É uma reação extraordinária contra um governo militar, um regime que fere e quer ver a pessoa e a família inteira ferida. Mas Eunice se recusava a fazer esse papel", diz Salles, lembrando que a viúva sorria em todas as fotos oficiais. Eunice simplesmente não chorava diante das câmeras ou na presença dos filhos. E talvez não o fizesse nem sozinha, como "Ainda Estou Aqui" inspiradamente sugere.

"Ainda Estou Aqui" é uma coprodução entre Brasil e França, com distribuição nos cinemas brasileiros pela Sony Pictures. É o primeiro filme original Globoplay, produzido por VideoFilmes, RT Features e Mact Productions, em coprodução com ARTE France e Conspiração. ■

DIVULGAÇÃO

Selton Mello e Fernanda Torres interpretam Rubens e Eunice Paiva

Tim Burton e 'Os Fantasmas Ainda se Divertem'

Cinema 'Eu não faria uma sequência por dinheiro', diz o diretor, que retoma personagens 36 anos após o original e se sentiu 'reenergizado' com 'Wandinha'. Por *Elaine Guerini*, para o Valor, de Veneza

Como explicar uma continuação como "Os Fantasmas Ainda se Divertem: Beetlejuice Beetlejuice", lançada 36 anos depois do original, um dos maiores intervalos já registrados em Hollywood? Quando se trata de um filme de Tim Burton, não importa muito quanto tempo passou. Aos 66 anos (mais de 40 deles atrás das câmeras), o californiano se mantém como um diretor cult, graças à fascinação pelo macabro, à estética sombria, ao humor sarcástico e aos personagens incompreendidos e amaldiçoados de seu imaginário cinematográfico.

Um dos universos que seus muitos fãs mais insistiam para que Burton resgatasse nas telas era o de Beetlejuice. Besouro Suco, como é chamado na dublagem em português, é uma espécie de porteiro da escuridão que pode ser facilmente invocado: basta dizer o seu nome três vezes. Por ter sido lançado em 1988, antes de "Edward Mãos de Tesoura" (1990), que projetou Burton como um cineasta gótico internacionalmente, "Os Fantasmas Se Divertem" foi o título que adiantou o gosto fantasmagórico do diretor, o que se tornaria a sua marca.

Essa fantasia sombria carregada de bizarrices funcionou tanto do ponto de vista comercial quanto de crítica. Feito com apenas US$ 15 milhões, sua arrecadação mundial ultrapassou os US$ 74,7 milhões. Foi o que bastou para "Os Fantasmas se Divertem" inaugurar uma franquia, com uma série de TV de animação, um musical e videogames inspirados no fantasma fanfarrão.

"Mesmo amando o original, nunca entendi o sucesso alcançado e só conseguia vê-lo como algo pessoal, por mais que as pessoas pedissem [uma sequência]", diz Burton, ao justificar tanta espera pela continuação, em encontro com jornalistas no Palazzo del Casinò, no Lido de Veneza, ilha na região do Veneto, na Itália.

Escolhido para inaugurar a 81ª edição do Festival de Veneza, fora de competição, "Os Fantasmas Ainda Se Divertem" perde, em termos de hiato mais longo no cinema de live-action, para "O Retorno de Mary Poppins" (2018). A trama da babá com poderes mágicos foi retomada 54 anos depois do original. Mas talvez não seja um caso para comparação, já que a atriz Julie Andrews precisou ser substituída por Emily Blunt, o que descaracteriza uma continuação tradicional.

Parte da graça para Burton revisitar o mundo dos mortos de "Beetlejuice", no filme que acaba de chegar às salas brasileiras, foi voltar a dirigir Michael Keaton, Catherine O'Hara e Winona Ryder. "De tempos em tempos, Michael, Winona e eu falávamos de uma sequência. Tenho sorte de gostar das pessoas com quem trabalho. Exceto Jack Palance, que me amedrontou em um dos meus primeiros filmes", brinca Burton, referindo-se ao ator que encarnou o chefão do crime Carl Grissom em "Batman" (1989).

A ideia da sequência não foi necessariamente uma decorrência do fenômeno "Wandinha", série que Burton dirigiu e produziu para a Netflix, inspirado na Família Addams. Trata-se do programa de TV falado em inglês mais popular da história da plataforma — foram 252,1 milhões de visualizações só na primeira temporada, lançada em 2022.

Para o papel de Wandinha, Burton convidou a atriz Jenna Ortega, também escolhida para reforçar o elenco de "Os Fantasmas Ainda se Divertem". Astrid, sua personagem, é a filha de Winona Ryder, que interpretou Lydia no original, a adolescente gótica que vê fantasmas. Na trama anterior, Beetlejuice exige a mão dela em casamento ao ser chamado pela própria Lydia para ajudar fantasmas amigos presos em sua casa.

"Admito que me senti reenergizado ao fazer 'Wandinha'. Caminhar pelas montanhas dos Cárpatos na Romênia (uma das locações) afeta qualquer um. Mas eu já pensava na continuação. Pensava sobretudo na personagem Lydia e o que poderia ter acontecido com ela, o que me fez refletir sobre a minha vida, sobre relacionamentos e sobre filhos", diz Burton, sempre visto com roupas pretas e cabelos desgrenhados e grisalhos.

Na sequência, Lydia é uma famosa apresentadora de programa de TV sobrenatural que não consegue se entender com a filha, Astrid. Após a morte do pai de Lydia, ela se reúne com a madrasta, Delia (Catherine O'Hara), e com Astrid na antiga casa, onde acidentalmente o portal entre os vivos e os mortos é reaberto, permitindo que Beetlejuice apavore a vida de todos mais uma vez.

"Eu não faria uma sequência por dinheiro. Só por razões muito pessoais", diz Burton, que não precisou rever o original para preparar o desdobramento da história. "Foi suficiente que eu me lembrasse do espírito. É uma obra muito emocional, um filme de família", afirma o diretor, afastado do cinema desde o decepcionante "Dumbo" (2019), baseado no clássico Disney. "Ao me perder, percebi que só sou bem-sucedido fazendo o que amo e do meu jeito."

Michael Keaton, também presente na divulgação de "Os Fantasmas Ainda se Divertem" em Veneza, elogia o universo de Burton, que é forte o bastante para virar adjetivo: "burtonesque". "São poucas as oportunidades para um ator participar de algo 100% original e único como aqui", diz ele, à vontade na pele de Beetlejuice. "O personagem amadureceu. Está mais suave, atencioso, escrupuloso e politicamente correto do que antes."

Monica Bellucci, debutante no território sinistro de Burton — no papel de Delores, a ex-namorada rancorosa de Beetlejuice —, destaca a singularidade de sua filmografia. "Tim sabe como criar situações fantásticas, horripilantes, cômicas e emocionais. E tudo ao mesmo tempo", diz a atriz, parceira do cineasta.

A dupla iniciou o romance no Festival de Lyon, em 2022, quando a italiana lhe entregou um prêmio honorário. "Ele me ajudou a compor o monstro que é Delores. Ela é um misto de maldade, charme e perigo, o que vejo como uma metáfora da vida. Todos nós temos cicatrizes emocionais", diz Bellucci, que circulou por Veneza de mãos dadas com Burton. ■

DIVULGAÇÃO

Em tom irônico, Michael Keaton diz que seu personagem amadureceu: "Está mais suave, atencioso, escrupuloso e politicamente correto do que antes"

INÊS 249

LIVROS

'Arquivo X' do sexo

Livro organizado pela atriz Gillian Anderson reúne fantasias de mulheres. Por *Maria da Paz Trefaut*, para o Valor, de São Paulo

Desejo
Gillian Anderson (org.). Trad.: Ibraima Dafonte Tavares
Ed. Vestígio, 344 págs., R$ 79,80

SCOTT GARFITT/INVISION/AP
'Eu queria desafiar as categorizações', escreve Gillian Anderson sobre o projeto do livro

Depois da popularização e difusão da indústria pornográfica em inúmeras plataformas digitais, é difícil que uma fantasia, seja ela feminina ou masculina, não esteja contemplada ali. O livro "Desejo - Mulheres do mundo todo revelam suas fantasias de amor e sexo", coordenado pela atriz Gillian Anderson — de seriados como "Sex Education" (Netflix) e o clássico "Arquivo X" —, tem a ambição de trazer algo novo. É um lançamento mundial da editora Vestígio, que chega às livrarias nesta sexta-feira (6).

A proposta da atriz de 56 anos ao compilar o livro segue a ideia de que ainda há espaço para confissões femininas que podem inovar algo nesse universo. Talvez ainda se baseie no efeito causado pelo best-seller erótico "Cinquenta tons de cinza", da autora inglesa E. L. James, publicado em 2011 e adaptado para o cinema de forma pueril, que foi sucesso de bilheteria anos atrás.

Mas "Desejo" está fora de timing. Depois de algumas cartas, a leitura é enfadonha. Nada do que está ali é novo. Até mesmo na literatura, com outra qualidade de texto, escritores como Henry Miller, Anaïs Nin e Alberto Moravia se dedicaram ao tema de forma muito mais interessante.

"Desidéria", lançado por Moravia em 1984, que conta a história de uma romana sexualmente voraz, virou filme cultuado pelos amantes da arte erótica. Estes são apenas alguns exemplos. O Marquês de Sade, nobre francês, filósofo, escritor e libertino, foi muito mais longe com sua "A filosofia na alcova", romance publicado clandestinamente em 1795.

Na introdução de "Desejo", Anderson começa por dizer que "para algumas mulheres, o sexo que está na cabeça pode ser mais estimulante do que uma transa real, por mais excitante que esta seja". Que novidade! Enfim, para empreender a obra, ela convidou mulheres de todo o mundo para enviar cartas contando suas fantasias mais profundas e secretas.

Assim, em 2023 nasceu o projeto "Dear Gillian", inspirado no livro "Meu jardim secreto", de Nancy Friday, publicado em 1973. Só que de lá até aqui muitas águas rolaram nesse oceano, e aí começa o primeiro equívoco do livro.

Hoje o espaço pornô da internet tem taras para todos os gostos. Era preciso, então, uma nova abordagem para justificar o livro. Mas, entre as cartas, a banalidade impera. Há a infelicidade conjugal com as fantasias de traição, sexo selvagem ou revelações do tipo: "Estou passando a catraca do metrô, as pessoas acham que estou concentrada no bilhete, mas na minha cabeça estou sendo agarrada por trás, no chuveiro, por um homem cujo nome desconheço".

O certo é que Anderson teve um retorno de mais de 1.800 cartas enviadas anonimamente dos mais diversos pontos do mundo: Colômbia, Argentina, Índia, Bangladesh, Nigéria, África do Sul, de vários países europeus e da América do Norte.

Entre elas, havia bissexuais, transexuais, heterossexuais, lésbicas, solteiras ou em diferentes tipos de relacionamento. De todas, foram selecionadas 174 cartas. Uma das fantasias relatadas é da própria atriz, que também é anônima como as outras.

Ao falar de suas intenções e do resultado que tinha diante de si, Anderson diz: "Nossa sociedade costuma rotular as mulheres, limitando e restringindo sua identidade e seus papéis: parceira sexual sedutora, mãe carinhosa, profissional inteligente. O que estas fantasias demonstram é que nenhuma mulher tem uma só identidade. Eu queria desafiar as categorizações".

Ela se diz surpresa por perceber que um grande número de mulheres continua a guardar as fantasias para si. E sente vergonha e culpa. Mais uma vez: o que há de novo nisso? Na masturbação, nas fantasias de sexo grupal ou em sonhar que fez sexo com um ator?

Interessante é que ela observa que, com a visibilidade das comunidades LGBTQIA+, a multibilionária indústria pornográfica e séries como "Sex Education", "Euphoria" e "Normal People", que atraem dezenas de milhões de telespectadores, as mulheres deveriam pensar e falar de sexo o tempo todo. E conclui: "Bem, não exatamente". A geração Z, pelo que sugerem estudos recentes, é a prova desse desinteresse.

Talvez alguns leitores encontrem em "Desejo" algum tipo de diversão. E se interessem por confissões do tipo: "Desejo ter um pênis, mas minha maior fantasia é encontrar alguém que eu possa amar" ou na carta de uma assexual declarada, que diz: "Sim, faço sexo, me masturbo e tenho fantasias. Tenho uma relação complicada com o sexo". Então tá. Num livro assim não poderia faltar um capítulo dedicado à galera que gosta do "bruto, suado, rápido, desesperado". A velha fantasia do estivador...

Lançamentos

O resgate
John Grisham
Trad.: Bruno Fiuza e Roberta Clapp
Arqueiro, 304 págs. R$ 59,90

O mestre do suspense jurídico volta com uma obra marcada por reviravoltas, sequência de "A firma", de 1993, que no cinema teve Tom Cruise no papel central. Grisham dá prosseguimento à história de Mitch e Abby McDeere, que retornam aos EUA 15 anos após tornarem públicos os crimes do escritório de advocacia Bendini, Lambert & Locke e fugirem do país. Mitch agora é sócio de um megaescritório internacional e viaja mundo afora. Um dia um cliente pede que ele vá à Líbia. Quando uma advogada de sua equipe é sequestrada, Mitch se vê no centro de uma trama em que um passo em falso pode levar à execução de sua colega e ameaçar a paz mundial.

Desconstruindo o hábito da fome
Judson Brewer
Trad.: Beatriz Medina
Sextante, 224 págs., R$ 59,90

Brewer apresenta um programa de 21 dias para transformar a relação das pessoas com a comida — sem dietas e sem restrições e tendo a ciência como aliada. O autor pretende ensinar o uso do poder da consciência para entender como são cometidos os excesso alimentares e seus gatilhos. Também autor de "Desconstruindo a ansiedade", Brewer é psiquiatra e professor na Universidade Brown (EUA), onde dirige o Centro de Inovação e Pesquisa em Atenção Plena. Seu programa para mudança de hábitos por meio da atenção plena deu origem a aplicativos de celular usados para tratar tabagismo, alcoolismo e compulsão alimentar.

O silêncio da motosserra
Claudio Angelo e Tasso Azevedo
Companhia das Letras
472 págs., R$ 109,90

Com o subtítulo "Quando o Brasil decidiu salvar a Amazônia", este livro resultou da parceria de dois profissionais dedicados às questões ambientais do país. Claudio Angelo em 2016 levou o Prêmio Jabuti com "A espiral da morte: Como a humanidade alterou a máquina do clima". E Tasso Azevedo, engenheiro florestal, é o principal arquiteto do Fundo Amazônia. A obra apresenta ações que, tomadas entre 2005 e 2012, provocaram uma redução significativa na devastação florestal. Fruto de extensa pesquisa e de centenas de entrevistas com cientistas, ativistas e ex-presidentes, o livro detalha um processo decisivo para o enfrentamento das mudanças climáticas.

Primavera sombria - Uma narrativa
Unica Zürn
Trad.: Claudia Cavalcanti
100/cabeças, 92 págs., R$ 52,00

A poeta, romancista e artista visual alemã Unica Zürn (1916-1970) foi uma expoente do surrealismo que passou por um processo de esquecimento, rompido na Alemanha pela republicação de seus livros a partir de 1988. Sua obra foi associada a temas como o feminismo e a psicopatologia. Este livro, publicado em 1967, três anos antes do suicídio da autora, narra a história de uma menina que lida com a precariedade das relações familiares e a descoberta da sexualidade. A obra, em tom delirante, é inspirada em episódios da vida de Zürn, que, diagnosticada com esquizofrenia, levou uma existência trágica. "A vida é insuportável sem a dor", escreve. ■

Os pilares da sabedoria de Bob Dylan

Para biógrafo, o talento para se ver no outro marca a obra do músico. Por *Roberto Muggiati*, para o Valor, do Rio

Folk music - Uma biografia de Bob Dylan em sete canções
Greil Marcus. Trad.: João Vitor Schmidt.
Ed. Zain, 256 págs., R$ 59,90

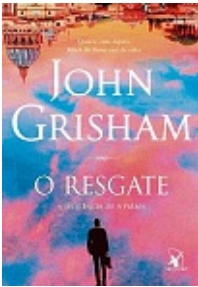
O poeta Ezra Pound dizia que os artistas são as antenas da raça e a arte é um sistema avançado de alarme. O conceito cabe à perfeição em Bob Dylan, o único artista fora do mundo das letras agraciado com o Prêmio Nobel de Literatura. Em seu livro de 2020, "Folk music", agora lançado no Brasil, o crítico americano Greil Marcus — autor de mais de 20 livros sobre rock e cultura popular, 4 deles sobre Dylan — compõe uma biografia a partir de 7 canções que ele considera os pilares de sabedoria do músico.

AP
Para autor, empatia move Bob Dylan

Robert Allen Zimmerman, nascido na remota Duluth, Minnesota, em 24 de maio de 1941, ansiava por horizontes mais amplos, mas só aos 19 anos conseguiu chegar à meca da música, Nova York. Em 1962 gravou seu primeiro LP, "Bob Dylan", uma prensagem de 4.200 cópias ao custo de US$ 403. Seu primeiro concerto, no Carnegie Hall, teve uma plateia rala de 53 pessoas.

Mas, de repente, o vento começou a soprar a seu favor: seu single "Blowin' in the Wind" estourou nas paradas, tornando-se o hino do movimento pelos direitos civis. Quando Marcus ouviu a canção pela primeira vez, um amigo a achou "meio tosca".

Diz o crítico: "Cantada na voz menos suave e mais staccato de Dylan, a canção se sobressaía, e o que se sobressaiu para meu amigo foi sua obviedade: o jeito como parecia ter sido escrita não exatamente por alguém em específico, mas pela época em que e para a qual ela foi feita. Parecia fácil demais: o cantor estava bajulando o ouvinte, presumindo uma afinidade de opinião com ele".

Em 2011, pediram a Marcus que escrevesse um posfácio para um livro infantil de "Blowin' in the Wind". "Enquanto a ouvia novamente, ela começou a se abrir para mim como nunca tinha acontecido antes. Não parecia óbvia, mas inacabada. Alguma coisa estava inacabada. Quem sabe o autor a tivesse deixado assim para que a história pudesse terminá-la. Eu não sabia dizer. Mas agora a canção parecia um pequeno milagre."

A segunda canção analisada por Marcus é "The Lonesome Death of Hattie Carroll". Seguem-se "Ain't Talkin'"; a profética "The Times They Are A-Changin'"; a poética "Desolation Row"; "Jim Jones" e "Murder Most Foul", lançada durante a pandemia e evocando — meio século depois, ao longo de 17 minutos — o assassinato de John Kennedy em Dallas.

Marcus teve apenas dois encontros fugazes com Dylan: "Na saída vi esse cara agachado na sujeira tentando acender um cigarro (...). Fui até ele e disse 'sabe, você foi incrível'. E ele disse 'não, aquilo foi uma porcaria'. A outra vez foi em 1997. (...) Dylan fez questão de deixar claro que havia lido meus livros. Apresentei minha mulher, que é de Minnesota, como ele, e não pude resistir a dizer que duas tias dela haviam ido ao bar mitzvah dele. Ora, ninguém gosta de ser lembrado do seu bar mitzvah. Foi o fim da conversa".

Marcus chega a uma síntese: "'Eu me vejo nos outros', disse Bob Dylan em Roma, em 2001, a uma multidão de jornalistas. (...) É a empatia que move suas canções: o desejo e a habilidade de entrar em outras vidas e até de reencenar e representar os dramas vividos por outras pessoas, à procura de outros finais".

Roberto Muggiati é jornalista, membro da Academia Paranaense de Letras e autor de livros como "Blues - Da lama à fama" (Editora 34)

Comprometido com a esperança

Itamar Vieira Junior leva o público infantil a uma comunidade de lavradores. Por *Dirceu Alves Jr.*, para o Valor, de São Paulo

Chupim
Itamar Vieira Junior
Baião, 32 págs.,
R$ 49,90

Uma das leituras infantis preferidas do escritor baiano Itamar Vieira Junior, de 45 anos, era “A pequena vendedora de fósforos”. No conto do dinamarquês Hans Christian Andersen (1805-1875), uma garota costumava acender o fogo para se proteger das baixas temperaturas e, no dia em que todos os palitos foram riscados, ela morre de frio.

“É uma história tristíssima, mas muito marcante para mim, talvez porque eu tenha crescido em uma periferia, vendo pessoas em situação de desigualdade”, afirma Itamar.

Chegou a hora de o autor do best-seller “Torto arado” (2019), traduzido em mais de 20 países, experimentar um diálogo com o universo das crianças. Para isso, ele foge do fantasioso “era uma vez” e, coerente com seu estilo, oferece aos leitores “Chupim”, um livro repleto de poesia e crítica social.

“É importante contar histórias que abordem a realidade sem tirar desses meninos e meninas a capacidade de sonhar”, diz o autor. “Eu sou comprometido com a esperança e não seria diferente desta vez.”

Assim como em “Torto arado” e “Salvar o fogo” (2023), a narrativa mostra a rotina daqueles que vivem no campo. São histórias que Itamar ouviu dentro de casa nos relatos de seu pai e testemunhou como funcionário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em quase duas décadas de serviço público.

DIVULGAÇÃO

“Tenho um livro que pode extrapolar o público infantil”, diz Itamar Vieira Junior

A busca da linguagem adequada consumiu dois anos de rascunhos feitos nos intervalos das viagens de divulgação dos romances adultos. Em 2007, o autor trabalhou em um texto para crianças que continua guardado em seu computador. “Foi um exercício, nunca mais sequer olhei, mas, embora ambientado no campo, acho que não tem mais nada a ver com o meu contexto”, diz.

Com belas ilustrações da artista plástica Manuela Navas, “Chupim” traz a história de Julim, um garoto que, antes de o Sol nascer, é tirado pelo pai da rede em que dorme. A ordem é trabalhar. Pela primeira vez, ele acompanhará a família nas plantações de arroz, e a sua missão, assim como a dos filhos dos demais lavradores, é espantar os pássaros que dão título à obra.

Os chupins costumam se alimentar dos grãos e reduzem o proveito da colheita. “É bom que tragam as crianças”, afirma um dos trabalhadores. “As crianças correm pelos campos e as pragas, assustadas, vão embora.”

Julim não entende que mal podem fazer essas aves e, na tentativa de protegê-las, finge que agita os galhos usados pelos outros para espantá-las. Não tarda a perceber que, tal qual os chupins, os agricultores mudam de roça em roça na busca de uma safra fértil que garanta a alimentação deles mesmos.

“Eu não queria subestimar as crianças porque sei o quanto são atentas e me preocupava como tratar de contrastes sociais e trabalho infantil sem parecer duro”, diz. “Acho importante mostrar a muitos garotos que o alimento só chega até a mesa de casa depois de um trabalho que envolve muita gente e não nasce na prateleira do supermercado.”

Em “Torto arado”, a personagem Bibiana faz referência aos chupins e, sob sua perspectiva, eles também são vilões. Itamar criou, agora, uma redenção ao pássaro, e isso só poderia ser feito por um olhar infantil, diz.

A sensação de que sua mensagem atingiria o público-alvo foi conquistada em família. Com o texto pronto, antes mesmo de receber os desenhos de Navas, o autor apresentou Julim aos 7 sobrinhos, que têm entre 4 e 15 anos, e confirmou o alcance da proposta. “Eu não me preocupei em atingir os adultos, mas vejo que tenho um livro que pode extrapolar o público infantil.”

Com “Chupim”, Itamar começa a investir nas próximas gerações de leitores que, no futuro, podem descobrir “Torto arado”, “Salvar o fogo” ou os contos de “Doramar ou A odisseia”. Para ele, é surpreendente a amplitude que seu romance mais famoso demonstra entre os jovens, que, além da leitura incluída no currículo, produzem peças nas escolas inspiradas na obra e marcam o seu nome nas redes sociais.

“Nós estamos equivocados quanto aos interesses dos adolescentes, que são os leitores e os cidadãos de um amanhã não muito distante”, afirma. “As redes sociais são fontes de distração e de diversos problemas, mas é agregadora e serve para uma troca de ideias que, diante de um equilíbrio, pode ser positiva até para a literatura.” ■

Outros Escritos

Que importa quem fala?

Tatiana Salem Levy

Da Antiguidade greco-romana até hoje, a noção de sujeito que escreve é uma constante com muitas variáveis

A literatura contemporânea tem produzido um vasto material de autoficção, romances em que narrador, autor e personagem se confundem. No entanto, a prática da escrita de si não é nenhuma novidade, existindo desde o início da escrita alfabética. Da Antiguidade greco-romana até hoje, a noção de sujeito que escreve é uma constante com muitas variáveis, uma vez que a compreensão de si e a relação do “eu” consigo mesmo vai se modificando ao longo do tempo.

Como revela Diana Klinger em seu livro “Escritas de si, escritas do outro” (7Letras), “a escrita de si é uma das tradições mais antigas do Ocidente e já está bem enraizada quando Santo Agostinho escreve as suas ‘Confissões’, que geralmente são citadas como a primeira obra autobiográfica”. Embora acentuada na cultura burguesa da Ilustração, a narrativa de si não é, como às vezes se imagina, um aspecto moderno nascido da Reforma, nem produto do Romantismo.

No seu livro “Eros, doce-amargo” (Bazar do Tempo), Anne Carson expõe a ideia de uma nova subjetividade que nasce na Grécia antiga junto com a escrita alfabética. O alfabeto deve ter chegado ao mar Egeu pela rota do comércio na segunda metade do século VIII a. C., data dos primeiros exemplos gregos encontrados até os dias de hoje. A disseminação do alfabeto foi lenta e as consequências ainda estão sendo estudadas, mas sabe-se que o alfabeto grego revolucionou a capacidade humana de registrar pensamentos. Os gregos modificaram os signos silábicos dos fenícios, introduzindo as vogais, que até então não eram representadas.

A introdução da escrita alfabética modificou radicalmente as técnicas de composição literária. Antes, a composição poética — quase toda oral — dependia de um estoque de fórmulas memorizadas, que ditavam a forma e a matéria da poesia. O uso da escrita permitiu ao poeta expressar ideias e descrever eventos fora do âmbito da tradição. Deu-lhe tempo para preparar seu trabalho antes da publicação, para premeditar o que deveria escrever e alterar o que havia escrito.

Quando as pessoas aprendem a ler e escrever, um cenário diferente se desenvolve, pois são atividades que requerem foco e atenção mental. Quando uma pessoa lê e escreve, gradualmente aprende a inibir a entrada de outras informações pelos sentidos, ou, como diz Carson, “a controlar as reações do seu corpo, de modo a treinar o pensamento e a energia para as palavras escritas”. Para resistir ao meio externo, ela distingue e controla o ambiente interno, tornando-se consciente do eu interior como uma entidade separável do ambiente, controlável pela ação mental. O reconhecimento de que essa ação controladora é possível marca um estágio no qual a individualidade conserva a si mesma para resistir à desintegração.

É na poesia daqueles que foram primeiro expostos a um alfabeto escrito que encontramos uma meditação sobre o “eu”. A alfabetização aumenta a consciência dos limites físicos e da constituição do “eu” e, como diz Anne Carson, “controlar os limites é possuir a si mesmo”. No célebre ensaio “A escrita de si”, o filósofo francês Michel Foucault diz que, de todas as formas de ascese focadas na arte de viver (tais como abstinências, meditações, exames de consciência, memorizações, silêncio, escuta do outro), a escrita desempenhou um papel considerável por muito tempo.

CRÉDITO

Diz ele: “Não se pode mais aprender a arte de viver sem uma askesis que deve ser compreendida como um treino de si por si mesmo”. Na Antiguidade, ou seja, ainda no princípio da escrita alfabética, a escrita exerce essa função de treino, prática, aperfeiçoamento e cuidado de si.

Como nos mostra Foucault, nos séculos I e II, a escrita de si se apresenta sob duas formas principais: os hypomnêmata e a correspondência. Os hypomnêmata podiam ser livros de contabilidade, registros públicos ou cadernetas individuais, nas quais se anotavam citações, fragmentos de obras ou reflexões, para releitura e meditação posteriores. Uma espécie de “Moleskine” dos gregos, material para exercícios como ler, reler, meditar e conversar consigo mesmo e com os outros. Em outras palavras, a escrita se apresenta aqui como forma de conhecimento e cuidado de si. E esse cuidado tinha alguns objetivos definidos, tais como “recolher-se em si, atingir a si mesmo, viver consigo mesmo, bastar-se a si mesmo, aproveitar e gozar de si mesmo”.

A correspondência também permite o exercício pessoal, uma vez que a carta torna o escritor presente para o destinatário. Escrever uma carta é se mostrar, se expor; é uma forma de se oferecer ao olhar do outro. Opera ao mesmo tempo uma introspecção e uma exposição de si para o leitor.

As cartas de Sêneca, analisadas por Foucault, evocam dois princípios: o de que é necessário se aperfeiçoar ao longo da vida e o de que sempre se precisa da ajuda do outro na elaboração da alma sobre si mesma. Estabelece-se então um jogo entre dentro e fora. O sujeito se constitui nesse modo contínuo entre o interior e o exterior, o “eu” e o outro.

Os hypomnêmata e a correspondência mostram que para os gregos o “cuidado de si” configurava uma das grandes regras de conduta da vida social, um dos fundamentos da arte de viver. Como aponta Diana Klinger, o aforismo grego “conhece-te a ti mesmo”, inscrito no tempo de Apolo em Delfos e explícito no “Alcibíades I”, de Platão, sempre esteve associado e subordinado ao “tomar conta de si”.

Segundo Diana, o dever de se conhecer como um dos cuidados de si se perde no ascetismo cristão, tornando-se uma forma pela qual o indivíduo renuncia ao mundo e se desapega da carne. “É pela renúncia ao mundo terreno que a subjetividade se forja em face de um Deus impessoal e onipotente”, diz ela. As “Confissões”, de Santo Agostinho, que inauguram uma autobiografia espiritual, procedem dessa exigência dogmática de apresentar a Deus um balanço de todos os atos, pensamentos e intenções da alma. Pela confissão, o sujeito se constrói narrando para um outro as culpas e os pecados, “como ascese purificadora da individualidade em direção à transcendência divina”.

Diana diz ainda que, “na passagem da cultura pagã para a cultura cristã, o ‘conhece-te a ti mesmo’ passou a modelar o pensamento do Ocidente, eclipsando o ‘cuida de ti mesmo’”, que constituía o princípio fundamental da arte de viver da Antiguidade. Na moral cristã, o cuidado de si passou a ser visto como sinal de egoísmo.

Foi só no Renascimento e na Reforma que o homem se voltou para si de novo. Em Montaigne, começam a aparecer contornos da literatura no sentido moderno, fundada no sujeito individual.

No Romantismo, à virtude da individualidade se somou a da sinceridade. Quando escreveu “Confissões”, Rousseau foi acusado de se revelar, pois colocou na mesa a questão da sinceridade — não da arte, mas do próprio indivíduo. Essa foi a grande novidade das suas “Confissões”. A confusão para a qual Rousseau nos lançou foi a da sinceridade estética com a sinceridade humana.

Um século depois, Nietzsche desconstruiu o sujeito cartesiano, com a morte de Deus, do homem e da verdade, tal como pensada pela cultura cristã. Segundo Nietzsche, um pensamento vem quando quer, e não quando “eu” quero — ou seja, o sujeito “eu” não é condição para o predicado “penso”. O século XX foi muito influenciado pela crítica de Nietzsche ao sujeito e, na literatura, isso culminou na tão festejada morte do autor, sentenciada por Michel Foucault e por Roland Barthes, que pensavam o sujeito como efeito da linguagem.

No entanto, a verdade é que nunca deixamos de nos interessar pelos autores — não fomos convencidos de que a ficção seja um apagamento completo da vida. A ideia de que quem fala é o ser-linguagem, de que a escrita é a destruição de toda voz, de toda origem não nos convence completamente. Em “O que é um autor?”, Foucault parte das palavras de um dos personagens de Beckett: “Que importa quem fala, alguém disse que importa quem fala”. Desde os anos 1970, essa pergunta não deixou de retornar: Será que não importa mesmo quem fala?

Tatiana Salem Levy, escritora e pesquisadora da Universidade Nova de Lisboa, escreve neste espaço quinzenalmente

E-mail: tatianalevy@gmail.com ■

Fagundes encena a crise do macho alfa

Teatro O ator protagoniza ao lado de Christiane Torloni a comédia 'Dois de Nós' e, longe da TV, investe na produção de cinema. Por *Dirceu Alves Jr.*, para o Valor, de São Paulo

RENATA CASAGRANDE/DIVULGAÇÃO

Na urgência dos novos tempos, quem não se submete a uma revisão dos valores pode perder o pé da história. O ator Antonio Fagundes, de 75 anos, continua firme e nem um pouco disposto a deixar esse bonde passar. Sob a direção de José Possi Neto, a peça "Dois de Nós", comédia escrita por Gustavo Pinheiro, em cartaz no Tuca, em São Paulo, Fagundes está nesse novo papel — o homem obrigado a reavaliar as próprias inseguranças.

Em cena, ele não é mais "O Dono do Mundo" ou "O Rei do Gado", para citar duas célebres novelas que protagonizou nos anos 90, ou o macho alfa capaz de arrancar suspiros das telespectadoras. "Esse homem bonito, rico e heterossexual vive uma crise de identidade, e acho tocante o Fagundes assumir a discussão do cara que precisa ceder parte de um espaço que sempre foi seu", afirma Pinheiro, responsável pelas peças "A Tropa" e "A Lista". "Ele se mostra um ator inteligente e conectado ao mundo."

Em "Dois de Nós", Fagundes contracena pela primeira vez no teatro com a atriz Christiane Torloni, sua parceira nas novelas "Louco Amor" (1983), "A Viagem" (1994) e "Velho Chico" (2016). Eles interpretam marido e mulher na faixa dos 70 anos que, em um quarto de hotel, se enxergam refletidos em outro casal, três décadas mais jovem (representado por Thiago Fragoso e Alexandra Martins, mulher de Fagundes na vida real).

"É uma comédia de espelhos e falamos sobre o que cada um faria se pudesse voltar no tempo, não bater aquela porta ou não soltar uma frase que machucou tanto", diz Fagundes. "Meu personagem vê a necessidade de entender questões que a sua formação misógina, racista e preconceituosa não permitia."

Na visão de Fagundes, essa mudança veio sendo desenvolvida nas últimas décadas, e os mais sensíveis se prepararam. "Para algumas pessoas pode até ter sido mais violenta, mas, para nós, artistas, tudo vinha sendo desenhado", afirma ele, que assume ter revisto seus conceitos.

Fagundes cita a novela "Corpo a Corpo", de Gilberto Braga (1945-2021), exibida entre 1984 e 1985, disponível no Globoplay. Na trama, o seu personagem, Osmar, lida com o próprio machismo ao ver a mulher (papel de Débora Duarte) tornar nas mãos o controle financeiro da casa. "Existem cabeças fechadas ainda hoje, mas o artista precisa se colocar nessas pautas e provocar, quem sabe, uma identificação do público."

Não é só o homem ou os tipos da ficção que são postos à prova; o ator Antonio Fagundes também passa por suas provas de fogo. Ele é o produtor de seus espetáculos e faz esforços para atingir a comunicação com as grandes plateias. Com "Dois de Nós" não foi diferente.

O elenco recebeu espectadores para ensaios abertos e ouviu opiniões sobre o que funcionava ou não nas cenas apresentadas. "Às vezes, eu me questiono sobre o que o público quer ver, mas tenho certeza do que ele não quer ver", diz. "O sujeito não quer sair do teatro sem entender nada, e isso pode acontecer até com uma peça de Shakespeare se a direção e os atores escolherem um caminho inacessível."

O espetáculo anterior de Fagundes, a comédia "Baixa Terapia", reuniu mais de 400 mil pagantes em 600 apresentações por 4 anos. "Faço de tudo para permanecer o maior tempo possível em cartaz porque só assim pode existir formação de público." Ele critica as temporadas relâmpagos, muitas delas limitadas a 4 ou 6 semanas, e diz que peças assim não renovam a plateia e sempre são vistas pela mesma bolha. "Vira uma egotrip sem o caráter de celebração em que ninguém sente o prazer de estar ali, algumas vezes nem mesmo os artistas."

Fagundes estendeu ao cinema o mesmo modelo independente utilizado no teatro há mais de 4 décadas. Em 2018, ele produziu o filme "Contra a Parede", dirigido por Paulo Pons, exibido pela Rede Globo e pelo Globoplay. Uma nova empreitada ganhará as telas em breve: ele produziu e protagonizou recentemente o longa-metragem "Maldito Benefício", adaptação da peça de Leonardo Cortez dirigida pelo próprio autor, que traz Rômulo Estrela, Luís Miranda, Thiago Fragoso e Malu Mader.

"Foram 2 meses de produção e 2 semanas de filmagens no fim do ano passado, e a gente vê que com mais ou menos dinheiro é possível sim realizar um filme" afirma. "O problema começa com a distribuição e a exibição, e para um produtor lucrar é preciso levar 15 milhões de pessoas aos cinemas, quando a média de um longa brasileiro é de 20 mil pagantes."

"Meu personagem vê a necessidade de entender questões que a sua formação misógina, racista e preconceituosa não permitia", diz Antonio Fagundes

Diante da agenda lotada, Fagundes está afastado da televisão. A sua última novela foi "Bom Sucesso" (2019) e, desde 2020, o ator não tem contrato com a Rede Globo, empresa para a qual prestou serviços por 44 anos. "Faço as mesmas coisas que sempre fiz, a diferença é que, agora, não trabalho mais em novelas, mas já fiz tantas", diz. "Se eles me chamassem de novo, eu ia pedir um tempo para pensar." ■

Juizados Especiais
Negada indenização a mulher que alega ter adquirido doença por vacina
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
Combate à sonegação e reforma tributária
E2

Supremo
Ministros voltam a julgar trabalho intermitente
valor.globo.com/legislacao

Valor E
Sexta-feira, 6 de setembro de 2024

Legislação & Tributos SP

Tributário Impacto da tese para o governo é de R$ 49,9 bilhões, segundo estimativa da Receita Federal

Supremo volta a julgar redução de alíquota do Reintegra e placar é favorável à União

Marcela Villar
De São Paulo

O Supremo Tribunal Federal (STF) reiniciou, ontem, o julgamento de duas ações que vão definir se as alíquotas do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) podem ser livremente reduzidas pelo governo federal. O placar está em 3 a 2 a favor da União, que prevê impacto de R$ 49,9 bilhões em caso de derrota. O valor consta no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para o ano de 2025.

O Reintegra foi criado em 2011, pela Lei nº 12.546, com o objetivo de estimular as exportações com o reembolso de parte da carga tributária sobre produtos manufaturados. Inicialmente, foi previsto que a alíquota do crédito sobre a receita com vendas ao exterior iria variar entre 0,1% e 3%. Porém, decretos posteriores reduziram o percentual máximo. Desde 2018, está em 0,1%.

A discussão se baseia no artigo 22 da Lei nº 13.043/2014, que restabeleceu o programa, permitindo ao governo calibrar a parcela a ser recuperada pelas exportadoras. As sucessivas reduções, que levaram ao patamar de 0,1%, porém, motivaram a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Instituto Aço Brasil a buscar o Supremo. Para eles, o Executivo pode alterar o percentual do crédito, mas não pode reduzi-lo sem justificativa relevante. Violaria, dizem as empresas, os princípios constitucionais da não exportação de tributos, da livre concorrência e da proporcionalidade (ADI 6040 e 6055).

O relator, ministro Gilmar Mendes, não acatou os argumentos das empresas. Ele reafirmou seu voto do Plenário Virtual e foi acompanhado pelos ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli, que também mantiveram as manifestações anteriores.

Segundo Mendes, o Reintegra é uma política pública de incentivo à exportação, que tem uma natureza jurídica diferente das imunidades à exportação, garantidas pela Constituição Federal. "Enquanto aquelas incentivam qualquer tipo de produto ou serviço destinado ao exterior, o Reintegra incentiva a indústria nacional, uma vez que o creditamento só ocorre em relação a bens objeto de industrialização atendidas às condições estabelecidas em lei", afirmou.

Na visão dele, o Reintegra é equiparado a um benefício fiscal, portanto, as alíquotas podem ser livremente alteradas pelo governo. O ministro ainda levou em conta, ao declarar a constitucionalidade da lei, "a importância do incentivo das exportações para o desenvolvimento nacional".

Já o ministro Fux, que havia interrompido a análise em 2022 por um pedido de destaque — o que levou a discussão ao plenário físico —, divergiu por entender que não é possível exportar tributos. A nova metodologia do Reintegra, disse, aumenta a carga tributária. Ele foi acompanhado pelo ministro Edson Fachin. O julgamento foi suspenso e pode retornar à pauta na próxima quinta-feira.

A nova metodologia do programa, afirmou Fux, "pode trazer prejuízo para a economia nacional". "Essa modificação vai na contramão dos documentos transnacionais que o Brasil assinou, porque há majoração tributária", disse o ministro. "Efetivamente, vai influir no preço da exportação e, automaticamente, vai contradizer aquilo que o Brasil se comprometeu nos tratados internacionais", completou.

Essa foi a linha defendida pelos representantes do setor privado, que pediram, na sustentação oral, a inconstitucionalidade o artigo 22 da lei de 2014, por ter criado distorções no Reintegra. "Ele vem sendo tratado como se mero benefício fiscal fosse, com manipulações de alíquotas e sem nenhuma relação com o resíduo tributário acumulado ao longo da cadeia", afirmou a advogada Daniella Zagari, sócia do Machado Meyer, que representou o Instituto Aço Brasil no caso.

ANTONIO AUGUSTO/STF
Ministro Gilmar Mendes: Reintegra tem natureza jurídica diferente das imunidades à exportação

De acordo com ela, o programa hoje prejudica a competitividade do Brasil e desrespeita acordo firmado pelo Brasil com a Organização Mundial do Comércio (OMC). Ela pede a aplicação dos precedentes do Supremo que decidiram pela imunidade das receitas de exportação, previsto no artigo 49 da Constituição Federal (ADI 4735 e Tema 674).

O advogado Gustavo do Amaral Martins, da CNI, disse que o tratamento dado ao programa recentemente prejudica o investimento no Brasil. E que a CNI não está defendendo as siderúrgicas, mas a indústria como um todo. "Uma indústria brasileira que não é capaz de concorrer lá fora vai tentar se valer de não ter a concorrência aqui dentro", afirmou. Para ele, as reduções dos percentuais devem levar em conta decisões técnicas "não simplesmente por mera conveniência e oportunidade".

Para a representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Patricia Grassi Ozório, a tese dos contribuintes causa "perplexidade". Tentou-se, disse, misturar regimes tributários de imunidade com os custos dos produtos fabricados a serem exportados. "A imunidade tributária nas exportações não se estende a toda a cadeia produtiva", afirmou ela, acrescentando que isso provocaria uma "total e irrestrita desoneração" e "não é isso que temos na Constituição".

A procuradora disse que o STF já admitiu a possibilidade de redução das alíquotas do Reintegra, no Tema 1108, em que ainda vai se analisar a aplicação da anterioridade. "A premissa para se aplicar ou uma ou outra é que a redução é possível", argumentou. Ela também defendeu que a lei define critérios para o parâmetro da redução, com um mínimo e máximo, delegando ao governo federal a decisão de calibrar as alíquotas "a depender da conjuntura econômica". "Não há nenhuma deficiência nessa delegação."

Na visão do advogado Tiago Conde, sócio do escritório Sacha Calmon Misabel Derzi Consultores e Advogados, se não for possível retirar os resíduos tributários da cadeia, os produtos brasileiros terão menos competitividade no exterior. "O problema são os sucessivos decretos estarem impedindo que os exportadores tenham acesso ao limite de 3%", diz ele. "Essa variabilidade, ainda que dentro do patamar, causa instabilidade econômica grave", adiciona Conde.

O voto de Gilmar Mendes, ao equiparar o Reintegra a uma subvenção e não a uma imunidade tributária, afirma, prejudica as empresas. "Quando se fala em imunidade, se fala em cláusula pétrea, é uma barreira constitucional ao poder de tributar."

O tributarista Bruno Teixeira, sócio do TozziniFreire Advogados, concorda com o voto de Fux, que evita a exportação de tributos. "O que não se quer é fazer com que uma jurisdição pague um tributo que não seja revertido em favor dela", afirma.

Segundo ele, a alíquota de 3% só ficou no início do programa, pois logo em 2016 já foi reduzida para 1%. Em 2017, ficou em 2% e, desde junho de 2018, está em 0,1%. "A ideia do governo federal era aumentar, mas se fez o contrário."

STJ valida WhatsApp para citação de parte

Adriana David
De São Paulo

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu, pela primeira vez, o uso de meios eletrônicos, como WhatsApp e e-mail, para a citação de uma das partes do processo para a homologação de sentença estrangeira. A decisão, proferida em sessão virtual pelos 15 ministros mais antigos, foi unânime.

O julgamento é importante pela possibilidade de ser um precedente inclusive para o caso do X, de Elon Musk, bloqueado por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), após intimação da empresa por e-mail e do empresário por redes sociais.

Prevaleceu o voto do relator, ministro Herman Benjamin, atual presidente do STJ. "Embora a regra seja a citação, por rogatória [carta], de pessoa domiciliada no Brasil, admite-se sua flexibilização em casos excepcionais quando verificado que a finalidade da norma foi atendida: assegurar o devido processo legal, garantindo o contraditório e a possibilidade de o demandado de exercer seu direito de defesa", afirma.

Segundo Benjamin, nesse processo (HDE 8123), há prova de que a parte agravada, uma empresária, com domicílio no Brasil, "como demandada usual em litígios judiciais, é habituada a criar óbices à sua citação por ritos formais — inclusive, na mesma semana em que citada no processo alienígena, em âmbito interno, foi citada por edital em demanda nacional, após esgotados os meios para localizá-la".

Além disso, o relator levou em consideração que, em várias oportunidades, a empresária reconheceu, por meio de ligação telefônica ou troca de mensagens por WhatsApp, que o direito que lhe era cobrado pela Oasis Medical Investments LLC era devido e que realizaria acordo, o que não aconteceu por ela impor termos que impediam a cobrança imediata dos valores.

A defesa da empresária entende, porém, que a citação de pessoa residente no Brasil para responder a processo judicial no exterior deveria ter sido feita por carta rogatória, com base na Convenção de Haia, de 1965. No processo, lembra que a convenção prevê os meios alternativos para comunicação de atos judiciais, entre eles, a autonomia para remetê-los, por via postal, diretamente a pessoas que se encontrem no estrangeiro desde que o Estado destinatário não se oponha.

"Ela [a empresária] usou subterfúgios para não aparecer", diz o advogado Luis Fernando Guerrero, sócio do escritório Lobo de Rizzo e representante da empresa no processo. Para ele, o uso dos meios eletrônicos para citação envolvendo pessoas físicas é uma tendência e para pessoas jurídicas está previsto em lei — artigo 246 do Código de Processo Civil (CPC).

DIVULGAÇÃO

"Uso dos meios eletrônicos para citação é uma tendência"
Luis F. Guerrero

O dispositivo foi regulamentado em 2022 por meio da Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 455. A norma determinou que as comunicações processuais fossem executadas unicamente pelo Domicílio Eletrônico (e-mail). O cadastro dos endereços eletrônicos passaria a ser obrigatório para União, Estados, Distrito Federal, municípios, entidades da administração indireta e empresas públicas e privadas.

Cecília Asperti, professora de Direito Processual Civil da FGV Direito SP, lembra que aplicativos como o WhatsApp vêm sendo adotados desde a pandemia. Ela defende, porém, a necessidade de regulamentação. "O CPC prevê o uso de meios eletrônicos, sem especificar o WhatsApp, por exemplo. Ao se fazer citação pelo aplicativo, coloca-se um terceiro no processo", diz.

Vera Chemim, advogada constitucionalista, concorda que é indispensável formalizar todos os meios eletrônicos como instrumentos legais para a legitimação do recebimento de citações e intimações. "É preciso haver previsão em lei federal que contenha técnica e detalhadamente o passo a passo para a sua validade e eficácia."

De acordo com ela, essa prática promoverá uma agilidade significativa para o andamento dos processos em geral, aumentando os níveis de eficácia e eficiência dos tribunais e comarcas que compõem o Poder Judiciário, "eliminando procedimentos burocráticos que costumam retardar a solução de muitos casos que demandam a participação da Justiça em nível internacional".

Quanto ao caso concreto julgado pelo STJ, Vera afirma que a empresária ainda pode apresentar recurso (reclamação) no Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar reverter a decisão. O precedente, para ela, poderia ser usado no caso Elon Musk para tentar validar a intimação dele por rede social.

Ela defende, porém, com base na atual legislação processual civil, que o ministro Alexandre de Moraes só poderia intimar Musk, um cidadão estrangeiro, por meio de carta rogatória. "Ou a intimação pode ser declarada nula", diz ela, acrescentando que o caso de Musk difere em alguns aspectos do julgado pelo STJ, "pois remete ao direito fundamental à liberdade de expressão, cláusula pétrea e pilar de um Estado Democrático de Direito".

Procurada pelo **Valor**, a defesa da empresária não deu retorno até o fechamento da edição.

Destaque

TV por assinatura
A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerou abusivas as cláusulas dos contratos de TV por assinatura que, mesmo diante de caso fortuito ou de força maior, impõem ao consumidor a responsabilidade total pelos danos causados aos equipamentos fornecidos pelas operadoras. O entendimento, por maioria de votos, foi firmado pelo colegiado ao reformar acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) que julgou improcedente a ação civil pública movida pelo Ministério Público de São Paulo (MPSP) contra uma empresa de TV por assinatura e internet. O tribunal estadual considerou válida a cláusula que atribui ao consumidor, em qualquer circunstância, a responsabilidade pelos equipamentos fornecidos em locação ou comodato, como decodificadores de sinal, modems, cable modems e smart cards. No recurso ao STJ, o MPSP sustentou que a cláusula é abusiva por dar vantagem exagerada ao fornecedor do serviço. A empresa, por sua vez, afirmou que a cláusula serve para resguardá-la contra condutas de má-fé, como dano intencional, comércio no mercado paralelo, apropriação indevida, simulação de furtos ou roubos (REsp 1852362).

Combate à sonegação e reforma tributária

Opinião Jurídica

Francisco Zanicotti

Precisamos de um ambiente de negócios que inspire confiança, onde a honestidade seja a norma. Este talvez seja um momento histórico favorável para transformar essa visão em realidade. A reforma tributária (Emenda Constitucional nº 132/2023) tem predominado no debate político nacional. Embora não seja perfeita, tem potencial para melhorar o sistema tributário, promover justiça fiscal e fortalecer a economia do país.

O alcance desses objetivos, na amplitude que se almeja, exige necessariamente a formação de uma aliança sólida de combate à sonegação fiscal, permitindo tanto a responsabilização e a punição de autores de crimes tributários, especialmente nos casos de fraudes fiscais estruturadas, como a indispensável recuperação de ativos desviados do Estado — lembrando que os tributos constituem a principal fonte de custeio de despesas públicas, destacando-se as relacionadas às políticas públicas sociais.

Em última análise, é fundamental reconhecer que a recuperação de tributos sonegados garante o ingresso de recursos financeiros e é um meio eficaz para assegurar o financiamento de políticas e serviços públicos essenciais, como saúde, educação e segurança, em benefício da população.

A sonegação fiscal no Brasil há muito atinge valores elevadíssimos: estima-se que ultrapasse anualmente a marca de R$ 500 bilhões. Essa realidade extremamente negativa tem se agravado com a crescente prática de fraudes fiscais estruturadas, que envolvem planejamento e estratégias ilícitas sofisticadas, utilizadas para sonegação de tributos, lavagem de dinheiro e blindagem patrimonial, além da potencial prática de outros crimes em conjunto.

Ao sonegar e utilizar esquemas de lavagem de dinheiro, uma empresa pode oferecer preços abaixo dos preços da concorrência, reinvestir os recursos ilícitos e aumentar a distribuição de lucros entre os sócios. Isso gera uma vantagem competitiva desleal, contaminando o ambiente de negócios, distorcendo o mercado e criando barreiras ao empreendedorismo ético, podendo levar ao fechamento de empresas regulares, impedir a abertura de novas e causar sérios danos à sociedade.

Não bastasse isso, há ainda o potencial prejuízo aos investidores, quando se apresentam falsos resultados financeiros em relatórios na Bolsa de Valores. São informações relevantes que reverberam na avaliação do valor de mercado das ações e induzem o comportamento de investidores.

Os crimes tributários constituem-se em uma macrocriminalidade econômica silenciosa que ignora limites geográficos. O combate a essa delinquência do colarinho branco exige enfrentamento estratégico, planejado e coordenado por parte do Estado, que tem o Ministério Público brasileiro como personagem central, ao exercer de forma privativa a titularidade da ação penal pública, presidindo investigações e instaurando processos criminais.

Essa atuação do Ministério Público tem sido exercida no âmbito dos Comitês Interinstitucionais de Recuperação de Ativos (Ciras), presentes em boa parte das unidades federadas, com relevância em casos que exigem a atuação conjunta e cooperação por envolver os interesses de diferentes órgãos de Estado, como a sonegação fiscal. É uma forma de garantir economia de recursos e maximizar a eficiência e eficácia da atividade estatal.

Sensível a essa realidade e atento às mudanças promovidas pela reforma tributária aprovada pelo Congresso Nacional, o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e da União (CNPG), entidade que congrega os chefes de todos os Ministérios Públicos do país, criou em maio o Grupo Nacional de Defesa da Ordem Econômica e Tributária (GNDOET), com a finalidade de aprofundar estudos, realizar eventos, apresentar propostas e articular ações nacionais que fortaleçam a atuação no combate à macrocriminalidade econômica.

A primeira reunião ocorreu em junho, em Belo Horizonte, no ato de encerramento do Encontro Nacional dos Ciras, organizado pelo Comitê de Minas Gerais. A segunda reunião do grupo começou ontem, em São Paulo, durante o IV Encontro Nacional de Promotores de Justiça da Ordem Tributária, promovido pelo Ministério Público paulista.

Portanto, ao mesmo tempo em que a reforma tributária é uma oportunidade para aperfeiçoar o sistema fiscal brasileiro, com maior coordenação e colaboração entre os entes federados, também é o momento para se adotar uma estratégia interfederativa capaz de estimular uma maior conformidade tributária, especialmente no que diz respeito às grandes corporações. Nesse contexto, o Ministério Público aproveita o momento e incrementa com ênfase o combate aos crimes tributários estruturados, que causam inúmeros prejuízos à sociedade, à concorrência e aos investidores, articulando o engajamento e o nivelamento nacional na prevenção e repressão a esse quadro de ilicitude.

Francisco Zanicotti é procurador-geral do Ministério Público do Paraná e presidente do Grupo de Trabalho de Defesa da Ordem Econômica e Tributária (GNDOET) do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e da União (CNPG)

CM HOSPITALAR S.A.

Companhia Aberta. CNPJ/ME 12.420.164/0001-57. NIRE 35.300.486.854. CVM nº 02568-2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Conselho de Administração da Companhia convoca os seus acionistas para se reunirem na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada às 09h00, horário de Brasília, do dia 25 de setembro de 2024 ("Assembleia"), de forma exclusivamente digital, por meio do sistema eletrônico Microsoft Teams, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Aumentar o número de membros do Conselho de Administração de 06 (seis) para 07 (sete) membros; 2. Eleger Marcelo Strufaldi Castelli como membro independente do Conselho de Administração; e 3. Adequar o artigo 8º, inciso IX do Estatuto Social da Companhia à redação do artigo 122, inciso VIII da Lei nº 6.404/76 para a seguinte redação: "*Art. 8º, Inciso IX - deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia*". **Informações Gerais:** De acordo com as disposições da Lei nº 6.404/76 ("LSA"), e da Resolução CVM nº 81/22 ("Resolução 81"), a Companhia realizará a Assembleia de forma exclusivamente digital, por meio do sistema eletrônico Microsoft Teams, com a utilização de vídeo e áudio, nos termos do Manual de Participação na Assembleia. Nesse sentido, não haverá possibilidade de comparecimento físico à Assembleia. O Manual de Participação na Assembleia e a Proposta da Administração, bem como os demais documentos relativos às matérias constantes da ordem do dia previstos em lei e na regulamentação aplicável, estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Luiz Maggioni, nº 2.727, Distrito Empresarial, CEP 14072-055, na página de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.viveo.com.br/), na página da Comissão de Valores Mobiliários (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Poderão participar da Assembleia os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si ou através de seus representantes legais ou procuradores, nos termos do Artigo 126 da LSA. Para participar da Assembleia, os acionistas deverão solicitar o cadastro prévio por meio do endereço de e-mail ri@viveo.com.br (Assunto: "Cadastro para participação na Assembleia de 25 de setembro de 2024"), juntamente com o envio de forma digital, no mesmo e-mail, da documentação necessária, conforme indicado abaixo e no Manual de Participação na Assembleia, que estabelece em maiores detalhes os documentos necessários ao credenciamento prévio, a participação virtual e a forma de recebimento do link de acesso à Assembleia. A solicitação de cadastro para participação na Assembleia deverá ser recebida pela Companhia impreterivelmente até o dia 23 de setembro de 2024. Para fins do cadastro prévio, os Acionistas deverão enviar à Companhia, impreterivelmente até o dia 23 de setembro de 2024, cópias digitalizadas dos seguintes documentos: (i) acionistas que sejam pessoas físicas: documento de identificação com foto; (ii) acionistas que sejam pessoas jurídicas: original ou cópia autenticada da última consolidação do estatuto ou do contrato social e da documentação comprobatória de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração) e documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); (iii) acionistas que sejam fundos de investimento: original ou cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo, do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, da documentação comprobatória de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração) e documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e (iv) acionistas estrangeiros: mesma documentação aplicável aos acionistas brasileiros, a qual deverá estar traduzida para o português por tradutor juramentado, exceto se originalmente lavrada em língua portuguesa, inglesa ou espanhola. A Companhia aceitará (i) documentos emitidos de forma digital por órgãos públicos, desde que acompanhados de chave que permita a verificação online da sua autenticidade; bem como (ii) procurações emitidas de forma digital, desde que assinadas por meio de certificado digital ICP-Brasil. A Companhia não exigirá o reconhecimento de firma e/ou a consularização ou apostilamento dos instrumentos de procuração outorgados pelos acionistas a seus respectivos representantes, tampouco exigirá a tradução juramentada das procurações e documentos lavrados ou traduzidos em língua portuguesa, inglesa ou espanhola, nem dos documentos anexados com as respectivas traduções para esses idiomas. A Assembleia será gravada, nos termos do Artigo 28, §1º, inciso II da Resolução 81. A Companhia não se responsabilizará por problemas de conexão que os participantes possam enfrentar ou outras situações que não estejam sob o controle da Companhia, tais como instabilidade na conexão com a internet ou incompatibilidade do sistema eletrônico com o equipamento do participante.

Ribeirão Preto, 03 de setembro de 2024.

Mário Sérgio Ayres Cunha Ribeiro - Presidente do Conselho de Administração

TOTVS S.A.

CNPJ/MF nº 53.113.791/0001-22 - NIRE 35.300.153.171

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 1º DE AGOSTO DE 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 1º de agosto de 2024, às 08h30, na sede da TOTVS S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Braz Leme, 1.000, Casa Verde, Município de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Composição da Mesa:** Presidente da mesa: Laércio José de Lucena Cosentino; Secretária: Téssie Massarão Andrade Simonato. **3. Convocação e Presença:** Convocação devidamente realizada, nos termos do artigo 18, §1º do estatuto social da TOTVS. Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração ("Conselho"), a saber: Laércio José de Lucena Cosentino, Ana Claudia Piedade Silveira dos Reis, Edson Georges Nassar, Gilberto Mifano, Guilherme Stocco Filho, Maria Letícia de Freitas Costa, e Tania Sztamfater Chocolat. Presentes também, como convidados, em parte da reunião, Alexandre Haddad Apendino, Diretor Vice-Presidente de Atendimento e Relacionamento, Dennis Herszkowicz, Diretor-Presidente, Gilsomar Maia Sebastião, Vice-Presidente Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com Investidores, Gustavo Augusto Silva Avelar, Diretor Vice-Presidente de Jornada do Cliente, Gustavo Dutra Bastos, Diretor Vice-Presidente de Plataformas, Marcelo Eduardo Sant'Anna Cosentino, Diretor Vice-Presidente de Negócios para Segmentos, Marcos Bartolomei de Siqueira Corradi, Gerente Executivo Controles Internos, Riscos e Compliance, Ricardo Guerino de Souza, Diretor de Planejamento e Controladoria, Sergio Pauperio Serio Filho, Diretor de Relação com Investidores, e Vivian Broge, Diretora Vice-Presidente de Relações Humanas e Marketing. Presente ainda, em parte da reunião, Gabriel Grosso Salis, Coordenador de Governança Corporativa, como ouvinte da reunião, Felipe Paiva, representante da Artisan Consulting (durante o item V da pauta), Wagner Gramigna, Diretor-Presidente da Dimensa S.A. (durante o item IV da pauta), e Ricardo Grosvenor Breakwell, membro externo independente do Comitê de Auditoria Estatutário da TOTVS S.A. **4. Ordem do Dia: (I)** Apresentação dos temas deliberativos da pauta e das providências solicitadas referentes a temas de reuniões anteriores; **(II)** Relato do Diretor-Presidente; **(III)** Relato dos trabalhos do Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE"); **(IV)** Relato dos trabalhos do Comitê de Estratégia ("CE"); **(V)** Relato dos Trabalhos do Comitê de Gente e Remuneração ("CGR"); e **(VI)** Sessão Executiva. **5.I. Apresentação, discussões e deliberações:** O Presidente do Conselho declarou aberta a reunião e passou a palavra à Secretária da mesa, que informou os temas deliberativos a serem tratados e apresentou o status das ações solicitadas em reuniões anteriores. **5.II. Relato do Diretor-Presidente:** Feito o relato do Diretor-Presidente sobre os principais temas em curso, os indicadores de acompanhamento do Conselho e os resultados referentes a junho de 2024. **5.III. Relato do CAE:** Feito o relato dos trabalhos do Comitê de Auditoria Estatutário e, com parecer favorável deste Comitê, após discussões, o Conselho **aprovou**, por unanimidade, sem ressalvas: (a) as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao 2º trimestre do exercício de 2024, com revisão especial da KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), sem ressalvas, mantendo uma via arquivada na sede social. As Demonstrações Financeiras e o *Release* de Resultados serão divulgados no prazo legal; (b) o pagamento de Juros sobre Capital Próprio ("JCP"), no montante total bruto de R$ 136.811.458,67 (cento e trinta e seis milhões, oitocentos e onze mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e sessenta e sete centavos) equivalente a R$ 0,23 (vinte e três centavos) por ação da Companhia ("Ações"), que serão imputados aos dividendos obrigatórios do exercício social corrente, nos termos do artigo 38 do Estatuto Social da Companhia. Terão direito aos JCP, todos os acionistas detentores de Ações na data-base de 06 de agosto de 2024. As negociações de Ações, a partir do dia 07 de agosto de 2024, inclusive, serão realizadas *ex-direito*. Os JCP serão pagos aos acionistas no dia 26 de agosto de 2024, sem qualquer correção monetária ou remuneração. (c) matriz de riscos priorizados da Companhia referente ao exercício de 2024; (d) a celebração no 1º Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Desenvolvimento, Suporte e Atividades Relacionadas entre a Companhia e sua co-controlada, TOTVS Techfin S.A., observados os critérios constantes da Política de Transações entre Partes Relacionadas da Companhia. Com parecer favorável deste Comitê, o Conselho ratificou, por unanimidade, a seguinte aprovação: (e) a revisão da Política de Contratação e Relacionamento com Auditoria Independente, que passa a vigorar a partir da presente data, conforme arquivada na sede social e divulgada na página de Relações com Investidores da Companhia e da Comissão de Valores Mobiliários–CVM. E com parecer favorável deste Comitê e do Comitê de Governança e Indicação ("CGI"), o Conselho ratificou, por unanimidade, as seguintes aprovações: (f) o conteúdo e a publicação do Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa da Companhia do exercício de 2024, bem como as providências adotadas pela Diretoria quanto à sua divulgação. **5.IV. Relato do CE:** Feito o relato dos trabalhos do Comitê de Estratégia. **5.V. Relato do CGR:** Feito o relato dos trabalhos do Comitê de Gente e Remuneração. **5.VI. Sessão Executiva:** Os membros se reuniram em sessão executiva, sem a presença de convidados. **6. Aprovação e Assinatura da Ata**: Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos. A presente ata foi lida e aprovada, sem ressalvas, por todos os presentes e lavrada em livro próprio. São Paulo, 1º de agosto de 2024. Mesa: Laércio José de Lucena Cosentino - Presidente; Téssie Massarão Andrade Simonato - Secretária. Conselheiros presentes: Laércio José de Lucena Cosentino; Ana Claudia Piedade Silveira dos Reis; Edson Georges Nassar; Gilberto Mifano; Guilherme Stocco Filho; Maria Letícia de Freitas Costa; Tania Sztamfater Chocolat. **JUCESP** - 325.466/24-5 em 29 de agosto de 2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90152/2024**, referente ao processo nº **024.00108555/2024-05**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO CONTÍNUA DE INFUSÃO DE INSULINA COM MONITORAMENTO CONTÍNUO DE GLICOSE, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 19/09/2024 às 10:00 horas**.

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 06/09/2024**, o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00388593412024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90042/2024.
Nº Processo: 024.00053301/2024-34.
Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.
Total de Itens Licitados: 04 (quatro).
Valor total da licitação: (sigiloso).
Disponibilidade do edital: 06/09/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 09/09/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 19/09/2024 às 13h30 no site: www.gov.br/compras.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00388955812024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços n º 90064/2024.
Nº Processo: 024.00063044/2024-49
Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.
Total de itens licitados: 10 (dez itens).
Valor total da licitação: (sigiloso).
Disponibilidade do edital: 06/09/2024
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das propostas: a partir de 09/09/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das propostas: 19/09/2024 às 10h30 no site: www.gov.br/compras.

Atlântica Vila Mariana Serviços Hospitalares S.A.

CNPJ nº 54.571.303/0001-93 – NIRE 35.300.635.256

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19.7.2024

Data, Hora e Local: Em 19.7.2024, às 11h, na sede social, Rua Domingos de Morais, 716, Vila Mariana, São Paulo, SP, CEP 04010-100. Presidente: Carlos Alberto Iwata Marinelli; Secretário: Flávio Bitter. ***Quórum de Instalação:*** Totalidade do capital social. ***Edital de Convocação:*** Dispensada a publicação, de conformidade com o disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Deliberação:*** aprovaram o aumento do capital social no valor de R$10.000,00 (dez mil reais), elevando-o de R$1.600,00 (um mil e seiscentos reais) para R$11.600,00 (onze mil e seiscentos reais), proposto pela Diretoria na reunião daquele Órgão desta data (19.7.2024), dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio. Em seguida, disse o senhor Presidente que: • serão emitidas 10.708 (dez mil, setecentas e oito) novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R$0,93385 cada uma, com integralização à vista, no ato da subscrição, de 100% do valor das ações subscritas; • o preço de emissão teve como base o valor do Patrimônio Líquido Contábil ajustado por ação da Sociedade em 30.6.2024; • a redação do "caput" do artigo 6º do estatuto social será alterada após completado todo processo do aumento do capital. Na sequência dos trabalhos: 1) a acionista Bradesco SegPrev Investimentos Ltda. declarou que abriu mão do seu direito de subscrição em favor da acionista Atlântica Hospitais e Participações S.A., que por seus representantes legais, assinou o respectivo Boletim de Subscrição, subscrevendo as 10.708 (dez mil, setecentas e oito) novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, e integralizando, no ato, em moeda corrente nacional; 2) considerando a subscrição e integralização do aumento ora aprovado, o capital social foi elevado de R$1.600,00 (um mil e seiscentos reais) para R$11.600,00 (onze mil e seiscentos reais), com a consequente alteração do *"caput"* do artigo 6º do estatuto social, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 6º) O capital social é de R$11.600,00 (onze mil e seiscentos reais), dividido em 12.308 (doze mil, trezentas e oito) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.". ***Encerramento:*** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para a deliberação tomada o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que aprovada por todos os presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: Carlos Alberto Iwata Marinelli; Secretário: Flávio Bitter; Acionistas: **Atlântica Hospitais e Participações S.A.** representada por seu Diretor Geral, senhor Carlos Alberto Iwata Marinelli e Bradesco SegPrev Investimentos Ltda., representada por seu Diretor, senhor Vinicius Marinho da Cruz. ***Declaração:*** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. aa) Presidente: Carlos Alberto Iwata Marinelli; Secretário: Flávio Bitter. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 305.877/24-0, em 19.8.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90010/2024**, referente ao processo nº **024.00098097/2024-81**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIL E GERIÁTRICA COM DETERMINAÇÃO DE MARCA, PARA ATENDIMENTO DE DEMANDAS JUDICIAIS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 20/09/2024 às 10:00 horas**.

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 06/09/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

PECINI LEILÕES | **EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES** | CashMe

DATA: 1º Público Leilão: 17/09/2024, às 10h15 | 2º Público Leilão: 19/09/2024, às 10h15

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **CASHME SOLUÇÕES FINANCEIRAS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 34.175.529/0001-68, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, em execução da garantia fiduciária expressa no Contrato de Empréstimo com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e Outras Avenças, firmado em 29/12/2021, na cidade de São Paulo/SP, e posterior Cessão de Crédito Imobiliário, o seguinte **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 91, LOCALIZADO NO 9º ANDAR, EDIFÍCIO RESIDENCIAL "COSTA BRAVA"**, situado à Rua Mário Augusto do Carmo, nº 420 e Rua João Batista Mendo, no 26º Subdistrito – Vila Prudente/SP. Áreas: Útil ou Privativa: 258,90m², na qual está incluído um depósito no subsolo; Comum de Divisão Não Proporcional: 96,80m², correspondente ao direito de uso de 04 vagas, para abrigar igual número de veículos de porte médio na garagem; Comum de Divisão Proporcional: 168,65m²; Construída: 524,35m²; Fração Ideal do Terreno de 0,079000. Matrícula Imobiliária nº 132.337 do 6º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Municipal nº 051.323.0047-2. Consolidação da propriedade 06/08/2024. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R$ 1.862.132,00. 2º Leilão: R$ 861.287,42. Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, **à vista**, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de IPTU e Condomínio existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes e vencidos antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5.** Consta Ação Execução de Título Extrajudicial – Duplicata – Processo nº 1002166-27.2024.8.26.0008 da 2ª Vara Cível do Foro Regional VIII – Tatuapé na Comarca de São Paulo/SP, averbada sob o nº 09 da matrícula e Ação de Execução de Título Extrajudicial – Processo nº 1011491-60.2023.8.26.0008 da 4ª Vara Cível do Foro Regional VIII – Tatuapé na Comarca de São Paulo/SP, averbada sob o nº 10 da matrícula, cujas baixas ficarão a cargo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes para tal ato; **6. IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **7.** A venda será feita em caráter **AD CORPUS**. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **8.** As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível para consulta no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Fica a Devedora Fiduciante **ISOMÉTRICA COMERCIAL E CONSTRUTORA LTDA.**, CNPJ nº 66.102.682/0001-51, por seu sócio, administrador e também fiador VINICIUS BOCCIA ANDREATTA, CPF nº 387.221.238-90, comunicada das datas dos leilões, também pelo presente edital. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 10ª EMISSÃO (IF CRA0190081C) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 07 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 10ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 10ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 19 de novembro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **27 de setembro de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **07 de outubro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª Série da 10ª Emissão - (IF CRA0190081C), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 05 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

CNPJ nº 60.518.222/0001-22 - NIRE nº 35300031831

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 14 de Junho de 2024

Aos 14 dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, às 10h30 (dez horas e trinta minutos), na sede social localizada na Avenida Paulista, 37 - 11º andar, nesta Capital, reuniram-se, em Assembleia Geral Extraordinária ("**Assembleia**"), os membros acionistas do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. ("**Sociedade**"), representando a totalidade do capital social, conforme se verificou das assinaturas inseridas no livro de "Presença dos Acionistas". Por aclamação dos senhores acionistas, assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Shimpei Ikari, que convidou o acionista, Sr. Hiroaki Fujiwara, para servir de Secretário. Constituída, assim, a mesa dos trabalhos, o Sr. Presidente esclareceu que fora dispensada a publicação dos editais de convocação pela imprensa, nos termos do §4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e declarou instalada a Assembleia. Prosseguindo com a palavra, determinou o Sr. Presidente que se procedesse à leitura da Ordem do Dia, já de conhecimento de todos os acionistas, compreendendo os seguintes assuntos: **(a)** (i) alterar o Capítulo X do Estatuto Social da Sociedade a fim de alterar a composição e funcionamento do Comitê de Auditoria da Sociedade, nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.910, de 27.05.2021, conforme alterada ("**Resolução 4910**"), e (ii) excluir o Capítulo XI e, consequentemente, o Artigo 31 do Estatuto Social, uma vez que não produz mais efeitos; **(b)** eleger os membros do Comitê de Auditoria que atuarão em conformidade com a Resolução 4910; **(c)** reconhecer o término do mandato dos demais membros do Comitê de Auditoria, vigentes até a data de homologação da eleição dos novos integrantes; e **(d)** consolidar o Estatuto Social da Sociedade. **Deliberações:** Postos em discussão os assuntos constantes da Ordem do Dia, os acionistas aprovaram, por unanimidade, **(a)** (i) a alteração do Capítulo X do Estatuto Social da Sociedade, que passa a vigorar com a seguinte redação: "***Artigo 30*** *- A Companhia terá um Comitê de Auditoria, composto por, no mínimo, 03 (três) membros, nomeados pela Diretoria, e obedecidos os seguintes critérios de nomeação: pessoa natural, residente no país, com reputação ilibada, que possua capacitação técnica compatível com as funções a serem exercidas no curso do mandato, e que preencha os requisitos legais e regulamentares exigidos para o exercício do cargo, sendo que um dos integrantes deverá possuir comprovados conhecimentos na área de contabilidade, conforme legislação aplicável. Nos termos da regulamentação vigente, o Comitê de Auditoria será composto predominantemente por integrantes independentes, sendo admitido que os integrantes do Comitê de Auditoria sejam também membros da Diretoria, desde que constituam menos da metade do total da composição.* ***Parágrafo Primeiro*** *- O mandato dos membros do Comitê de Auditoria deverá ser de até 05 (cinco) anos, prorrogáveis por igual período, sendo que até 1/3 (um terço) dos integrantes do Comitê de Auditoria poderá ter o mandato renovado, respeitado o prazo máximo de permanência de até 10 (dez) anos consecutivos; estabelecido que quaisquer que sejam as datas de suas eleições, os membros permanecerão no cargo até a posse de seus substitutos. O integrante do Comitê de Auditoria somente poderá voltar a integrar tal órgão na Sociedade após decorridos, no mínimo, 03 (três) anos do final do seu mandato anterior.* ***Parágrafo Segundo*** *- Os membros do Comitê de Auditoria serão investidos em seus cargos mediante assinatura do respectivo termo de posse, após a homologação pelo Banco Central do Brasil. Os membros do Comitê de Auditoria poderão (i) individual ou conjuntamente serem destituídos pela Diretoria a qualquer tempo, em caso de descumprimento do Estatuto Social da Sociedade e/ou da regulamentação aplicável, ou por interesse da Sociedade, a critério exclusivo dos acionistas, e/ou (ii) apresentar suas renúncias à Diretoria, a qualquer tempo e por qualquer motivo.* ***Parágrafo Terceiro*** *- O Comitê de Auditoria reportar-se-á diretamente à Diretoria.* ***Parágrafo Quarto*** *- A extinção do Comitê de Auditoria somente poderá ocorrer dentro das condições determinadas na regulamentação aplicável."*; e (ii) a exclusão do Capítulo XI e, consequentemente, o artigo 31 do Estatuto Social, por já não mais produzir efeito; **(b)** a eleição do Sr. **Achilles Alfonso Suarez Filho**, cidadão brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 11.383.169-9 e inscrito no CPF sob nº 053.522.888-03, como membro qualificado do Comitê de Auditoria, a eleição do Sr. **Isaac Deutsch**, cidadão americano, casado, empresário, portador do RNM nº V330878-E e inscrito no CPF sob nº 228.116.258-36, como membro independente do Comitê de Auditoria, e a eleição do Sr. **Airton Villafranca**, cidadão brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 8.710.714 e inscrito no CPF sob nº 181.301.108-73, como membro independente do Comitê de Auditoria, todos com mandato de 05 (cinco) anos a partir da homologação do Banco Central do Brasil; **(c)** o reconhecimento do término do mandato dos atuais membros do Comitê de Auditoria, quais sejam: Sr. Achilles Alfonso Suarez Filho, Sr. Makoto Minami e Sra. Renata Grunberg Almeida Prado, com efeitos a partir da data de homologação pelo Banco Central do Brasil dos novos integrantes do Comitê de Auditoria; e **(d)** a consolidação do Estatuto Social da Sociedade, que passa a vigorar com a redação constante do Anexo I, parte integrante e indissociável desta, para todos os fins e efeitos legais. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar nem discutir, após agradecer a presença e a colaboração dos senhores acionistas, o Sr. Presidente encerrou a sessão e determinou que se lavrasse a presente ata, em livro próprio, que depois de lida, conferida e achada em ordem, vai assinada pela mesa e pelos senhores membros acionistas, para constar e produzir os efeitos legais colimados. São Paulo, 14 de junho de 2024. *aa.* Shimpei Ikari - Presidente; Hiroaki Fujiwara - Secretário; Acionistas: Sumitomo Mitsui Banking Corporation, por seu procurador Shimpei Ikari; Shimpei Ikari e Hiroaki Fujiwara. Esta Ata é cópia autêntica da Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A., realizada em 14 de junho de 2024 e lavrada em livro próprio. São Paulo, 14 de junho de 2024. **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. - Shin Hironaka - Diretor Vice-Presidente - CPF: 234.799.798-07. JUCESP** nº 329.182/24-9 em 04/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Anexo I - Estatuto Social - Capítulo I - Denominação, objetivo, duração e sede - Artigo 1º** - O **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.** ("Companhia") é uma sociedade anônima, constituída na forma da Lei, e se regerá [illegible]

[illegible]

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 15ª EMISSÃO (IF 22F0675402) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

[illegible] também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 05 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 346ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21E0030495) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 16 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

[illegible] caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 05 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

CNPJ nº 06.981.381/0001-13 - NIRE 35.300.391.144

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 25 de Junho de 2024

[illegible] diluição máximo do capital social (1,23%) para contemplar o Plano de Incentivo de Longo Prazo. **VII. Deliberações:** Preliminarmente, dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas e do mapa de votação sintético consolidado dos votos proferidos a distância. Foi autorizada, por unanimidade, e sem ressalvas, a lavratura da presente ata em forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas da totalidade dos acionistas presentes, nos termos do artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações. Iniciada a reunião e itens da ordem do dia, os acionistas presentes tomaram as seguintes deliberações, tendo as abstenções sido registradas em cada caso, nos termos que seguem: Em **Assembleia Geral Ordinária: (i)** Foram aprovadas, por unanimidade dos presentes (conforme mapa de votação em anexo a esta ata), sem ressalvas, as contas dos administradores, o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório de auditoria do auditor independente, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, nos termos da proposta da administração da Companhia. **(ii)** Foi aprovada, por unanimidade dos presentes (conforme mapa de votação em anexo a esta ata), a destinação do lucro líquido do exercício, no importe de R$ 152.307.139,90 (cento e cinquenta e dois milhões, trezentos e sete mil, cento e trinta e nove reais e noventa centavos), na forma proposta pela administração da Companhia, sendo: R$7.615.357,00 (sete milhões, seiscentos e quinze mil, trezentos e cinquenta e sete reais) para constituição de reserva legal; R$36.172.945,73 (trinta e seis milhões, cento e setenta e dois mil, novecentos e quarenta e cinco reais e setenta e três centavos) ao pagamento do dividendo anual obrigatório (representando R$0,112776840 por ação); e R$108.518.837,16 (cento e oito milhões, quinhentos e dezoito mil, oitocentos e trinta e sete reais e dezesseis centavos) para constituição de Reserva Estatutária. Em **Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Foi aprovada, por unanimidade dos presentes (conforme mapa de votação em anexo a esta ata), sem ressalvas, a proposta de limite anual da remuneração global dos administradores da Companhia, para a Safra 2024/2025, estabelecido na proposta da administração da Companhia, limitada em até R$18.316.019,98 (dezoito milhões, trezentos e dezesseis mil, dezenove reais e noventa e oito centavos) (sem encargos), ficando a cargo do Conselho de Administração a distribuição e alocação dos valores mencionados. **(ii)** Foi aprovado, por unanimidade dos presentes (conforme mapa de votação em anexo a esta ata), sem ressalvas, o Plano de Incentivo de Longo Prazo dos administradores, conforme descrito na Proposta da Administração da Companhia, consistente no Segundo Plano de Opções de Compra de Ações (ILP) e Bônus de Longo Prazo (BLP) e no Programa de Matching de Ações, na forma constante do Anexo D à Proposta da Administração da Companhia (reapresentada em 19/06/2024). **(iii)** Foi aprovado, por unanimidade dos presentes (conforme mapa de votação em anexo a esta ata), sem ressalvas, o aumento do limite máximo de diluição previsto no Plano de Incentivo de Longo Prazo, de 0,50% para 1,23% do capital social da Companhia, em bases totalmente diluídas, para contemplar o Segundo Plano de Opção de Compra de Ações (ILP) e o Programa de Matching de Ações. **VIII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém mais se manifestou, declarou encerrada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, na forma de Sumário de Fatos. Reaberta a sessão, foi a presente Ata lida, aprovada por unanimidade e assinada pelo presidente da Mesa, sendo que os acionistas cujos boletins de voto a distância foram considerados válidos pela Companhia e os acionistas que participaram da presente Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia tiveram sua presença registrada pelos membros da Mesa e são considerados assinantes da referida ata, na forma do artigo 47, §§ 1º e 2º, da RCVM nº 81. Os votos manifestados pelo mecanismo de Boletins de Voto a Distância, nos termos da RCVM 81/22, foram arquivados na Companhia. Piracicaba, 25 de junho de 2024. **Mesa: Pedro Isamu Mizutani -** Presidente. **Danilo Moreno dos Santos -** Secretário. **Acionistas: Acionistas presentes por sistema eletrônico de participação a distância: BNDES Participações S/A BNDESPAR,** representada por Marcelo Ribeiro de Sá Martins (CPF: 054.889.267-98); **Açucareira Quata S/A, Cia. Melhoramentos Norte do PR; Cocal Com Ind Canaa Açucar e Alcool Ltda.; Copersucar S.A.; Ferrari Agroindustria S/A; Ipiranga Agroindustrial S.A.; J Pilon S.A. Açucar e Alcool; Pedra Agroindustrial S.A.; Usina Açucareira S. Manoel S.A; Usina Santa Lucia S.A.; Usina Santo Antonio S.A.; Usina São Francisco S/A; Usina São Jose da Estiva S.A. Açucar E Alcool; Usina Uberaba S/A,** representadas por André Luiz Bella Christofoletti (CPF: 218.154.728-98); e Camila Brisa de Oliveira Gomes (CPF: 475.039.528-57); **Raizen Caarapo Açucar e Alcool Ltda., Raizen Centro-Sul S.A.,** e **Raizen Energia S.A.,** representadas por Luiz Felipe de Holanda Maciel (CPF: 410.091.518-78); **S.A. Usina Coruripe Acuc Alcool,** representada por Frederico Machado Paropat (CPF: 953.814.066-49); **São Martinho Inova S.A.,** representada por Alexandre José Negrini de Mattos (CPF: 308.584.428-76); **U.S.J. - Açucar e Alcool S/A,** representada por Patrícia Almeida (CPF: 368.754.528-80); **Usina Açucareira Ester S.A.,** representada por Rafael Moraes Scarpini (CPF: 346.641.058-43); **Usina Batatais S/A - Açucar e Alcool,** representada por Paulo Sérgio de Carvalho (CPF: 034.716.728-42); **Usina Vertente Ltda.** e **Tereos Açucar e Energia Brasil S.A.,** representadas por Guilherme Velloni Benelli (CPF: 335.444.818-04). **Acionistas que votaram por Boletim de Voto a Distância: Denusa Destilaria Nova União S.A.; Frutal Bioenergia Ltda.; Campina Verde Bioenergia Ltda.; Guariroba Bioenergia Ltda.; Itapagipe Bioenergia Ltda.; Ituiutaba Bioenergia Ltda.; Itumbiara Bioenergia S.A. e Moema Bioenergia S.A. JUCESP** nº 266.299/24-6 em 15/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PECINI LEILÕES | TRUE

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - ONLINE

DATAS: 1º Público Leilão: 17/09/2024, às 10h00 | 2º Público Leilão: 19/09/2024, às 10h00

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **TRUE SECURITIZADORA S.A.**, inscrita no CNPJ nº 12.130.744/0001-00, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, em execução da garantia fiduciária expressa no Contrato de Abertura de Limite de Crédito, Contemplando Empréstimo com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e Outras Avenças, firmado em 30/01/2023, na cidade de São Paulo/SP, e posterior Cessão de Crédito Imobiliário, o seguinte **IMÓVEL**: **APARTAMENTO Nº 96, LOCALIZADO NO 9º ANDAR ou 11º PAVIMENTO, "EDIFÍCIO BARÃO DE ITATIBA",** situado à Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, nº 388, no 17º Subdistrito – Bela Vista, São Paulo/SP. Áreas: Vendável: 66,22m²; Construída: 58,34m²; Fração Ideal no Terreno de 10,54m², ou seja, 1,51% e uma Fração Ideal de 7,88m², ou seja, 1,75% nas áreas de uso comum. Matrícula Imobiliária nº 180.301 do 4º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Municipal nº 005.024.0112-5. Consolidação da propriedade 12/08/2024. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R$ 330.755,38. 2º Leilão: R$ 258.863,92**. **Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, **à vista**, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de IPTU e Condomínio existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões [illegible]

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE RIO CLARO – SP
Autarquia Pública Municipal criada pela Lei nº 1144 de 05/12/69
Avenida 8-A nº 360 – Cidade Nova – Rio Claro – SP – CEP: 13506-760
Fone/Pabx: 19 – 3531-5200 – Fax: 19 – 3531-5211
CNPJ nº 56.401.177/0001-54 – Inscr. Estadual nº 587.275.386.110

Acha-se aberto no Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro=SP., o seguinte Processo Licitatório:
Órgão: Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro – **Modalidade:** Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 024/2024 - **Objeto:** contratação de empresa especializada para manutenção predial – **Tipo de Licitação** – Menor Preço Global – **Data de Encerramento de Inserção da Proposta:** 30/09/2024 às 16h00 – **Data da Abertura do Certame:** 1º/10/2024 as 09h00. Edital completo e demais informações encontram-se à disposição de todos os interessados no site da Autarquia: www.daaerioclaro.sp.gov.br, aba Licitação.

Rio Claro, 05 de setembro de 2024

Sergio Luiz Costa Ferreira
Superintendente

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

CNPJ 62.577.929/0001-35

AVISO DE LICITAÇÃO

UASG 533201 - Pregão Eletrônico N° 90057/2024 - Objeto: Prestação de serviços especializados em conversão automatizada de códigos fonte e migração de dados de sistemas legados operando em Plataforma Mainframe Unisys para ambientes tecnológicos atualizados, especificamente para Cobol em Mainframe IBM e/ou Java em Plataformas OPEN, dividida em dois lotes. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras , às 9h do dia 24/09/2024. O edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras, www.prodesp.sp.gov.br - opção "fornecedores - editais de licitação" e www.doe.sp.gov.br - opção "enegociospublicos".

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2024

Objeto: Chamamento Público destinado à seleção de proposta de empresa ("Interessada") para a exploração de uma oportunidade de negócio especifica e definida, a saber, o desenvolvimento de solução integrada, física e digital, para o Poupatempo, aliada à exploração da potencialidade econômico-comercial da marca Poupatempo ("Oportunidade de Negócio"), de acordo com os requisitos e especificações previstas no Termo de Referência - Anexo I. A data limite para apresentação de propostas é o dia 09/10/2024, às 23:59. O edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos endereços eletrônicos www.prodesp.sp.gov.br - opção "fornecedores - editais de licitação" e www.doe.sp.gov.br - opção "enegociospublicos".

Prodesp

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Gestão e Governo Digital

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA faz público que se encontra aberto o **PREGÃO ELETRÔNICO 065/2024 – EDITAL 068/2024** – cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PAPEL SULFITE A4 PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS REQUISITANTES - CONFORME ANEXO I DO EDITAL.** O período de envio das propostas será a partir de 09/09/2024 até 19/09/2024 às 08:00h no endereço eletrônico novobbmnet.com.br. O início da disputa ocorrerá no dia 19/09/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacoes@ituverava.sp.gov.br ou novobbmnet.com.br. Edital à disposição na internet: www.ituverava.sp.gov.br, a partir do dia 09/09/2024. Ituverava-SP, 05 de setembro de 2024. LUIZ ANTONIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal.

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00389599362024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90180/2024
Nº Processo: 024.00063836/2024-13
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o atendimento de Demandas Administrativas e Judiciais.
Total de Itens Licitados: 09 (nove) itens.
Valor total da licitação: (sigiloso)
Disponibilidade do edital: 06/09/2024
Horário: das 08h00 às 18h00
Endereço: Av. Dr. Enéias de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 09/09/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 20/09/2024 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.